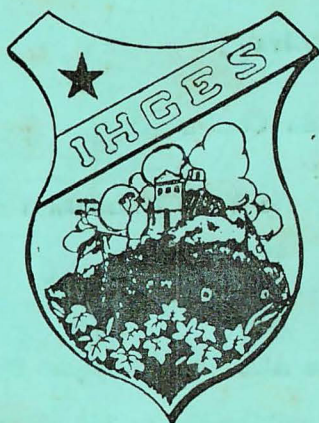


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1985

Nº 36

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
ESPÍRITO SANTO**

DIRETORIA — 1985-1987

Presidente:

Alberto Stange Júnior

1º Vice-Presidente:

Manoel Xavier Paes Barreto Filho

2º Vice-Presidente:

Elmo Elton Santos Zamprogno

3º Vice-Presidente:

Orlando de Moraes

Secretário Geral:

Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

Secretário Adjunto:

José Garajau Silva

Tesoureiro:

Nilo Martins da Cunha

Tesoureiro adjunto:

Sebastião Augusto Valle Guimarães

Encarregada da Biblioteca:

Léa Brígida R. Alvarenga Rosa

Oradores:

Nelson Abel de Almeida e Adelfo Poli Monjardim

A **Revista** é publicação periódica, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo e sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo.

Distribuição gratuita às escolas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão dirigir-se à

Caixa Postal 1561 — Vitória (ES) — 29.000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1985

Nº 36

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

ANO DE 1985 — Nº 36

Í N D I C E

ESTUDOS E ENSAIOS

Pág.

Logradouros antigos de Vitória (1) — Elmo Elton	5
Eles demoraram a chegar — Waldemar Mendes de Andrade	27
Depoimento sobre Newton Braga — Ormando Moraes	33
Teatro pré-anchietano — Oscar Gama Filho	41
Os presidentes do Estado na República Velha — Joa- quim Pires de Amorim	49
Fundação do Instituto — Manoel Milagres Ferreira ...	53
O industrialismo de Mauá — Gabriel Bittencourt	59
1.0. — Mauá	61
2.0. — Liberalismo econômico e sucesso empresarial de Mauá	64
3.0. — Mauá industrialista	67
3.1. — A mudança de ramo	67
3.2. — A reforma tarifária	68
3.3. — O estabelecimento de "Ponta de Areia"	68
3.4. — Interesse antagônico do capital estrangeiro e industrialismo de Mauá	69
3.5. — Outros empreendimentos industriais	70
4.0. — Obra econômica e falência de Mauá	71
5.0. — Conclusão	74
6.0. — Fonte primária impressa	76
7.0. — Fontes secundárias impressas	76
Uma estória sobre história — Elviro de Freitas	77
O projeto cultural reformador da Escola do Recife — Antônio Paim	81

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

Discurso de posse no IHGES — Francisco Schwars ...	101
O pensamento de Nietzsche no centenário de “Assim falou Zarastustra” — Carlo Bussola	113
A formação do profissional de História e a realidade do ensino — Déa Ribeiro Fenelon	129
23 de maio de 1935 — Adelpho Poli Monjardim	139
E eles eram assim — Nelson Abel de Almeida	153

DOCUMENTOS PARA NOSSA HISTÓRIA

Um emigrante de Beiriz — fundador da cidade de Iconha — Manuel Amorim	191
---	-----

OUTROS ASSUNTOS

Coleção Attilio Vivacqua	235
Noticiário	243

ESTUDOS e ENSAIOS

LOGRADOUROS ANTIGOS DE VITÓRIA (I)

Elmo Elton

Rua Dionísio Rosendo (ex-rua das Flores) — Até o início da década de 30 quem descesse a ladeira da Matriz, hoje rua Cerqueira Lima, cruzaria com artéria das mais interessantes e típicas da cidade, já então designada rua Dionísio Rosendo, embora os moradores mais velhos de Vitória insistissem em só chamar-lhe pelo nome primitivo, ou seja, rua das Flores. Lastimável que a troca de nomes de ruas antigas se faça, tanto aqui como em outras cidades brasileiras, sem menor respeito à tradição, assim é que denominações sugestivas, mesmo poéticas, são substituídas por nomes de pessoas ou datas, — pessoa e datas, em muitos casos, nem tanto merecedoras de tal deferência. Dionísio Álvaro Rosendo, justo se diga, teve vida de destaque no Espírito Santo, de 1829 até fins de 1870, aqui ocupando cargos de relevância, quer administrativos, quer políticos.

— Mas por que rua das Flores?

O físico-mor João Antônio Pientznauer, cirurgião da Força de Linha da Província, tinha residência em caminho paralelo ao da Matriz (depois rua Domingos Martins), isso por volta de 1822. Tal personagem, inteligente e voluntarioso, era pai de três filhas: — Gertrudes, Ana e Joaquina, tidas, então, como as moças mais bonitas de Vitória. “Eram as flores da ilha”, assim as qualificava o povo, daí que o caminho onde moravam passou a ser conhecido como rua das Flores, visto que as ruas da cidade, por essa época, não tinham placas, o próprio povo se incumbindo da nomenclatura urbana.

Sabe-se que, logo após a proclamação da independência do Brasil, o físico-mor, por questões políticas, transferiu residência para Campos, onde tinha parentes, falecendo em 1827, sendo que ali uma de suas filhas, dada sua formosura, recebeu o apelido de **Estrela do Norte**, a mesma que “arrastava o povo para vê-la, quando ia à missa, no Carmo, em Vitória”.

Registre-se, ainda, que, nessa rua, residiu, no início do século XIX, a família de Domingos José Martins, herói capixaba na Revolução Pernambucana de 1817, tendo, no sobrado nº 5, funcionado escola fundada e dirigida pelo professor Amâncio Pereira, nela matriculado bom número de alunos. Esta escola, "quando da reforma do Ensino, em 1908, por ocasião da entrega da Inspetoria do Ensino a Carlos Gomes Cardim, pelo governador Jerônimo Monteiro, foi das que logo se atualizaram, tanto na Metodologia como na Pedagogia", transferindo-se, pouco depois, para a vizinha rua Domingos Martins, onde encerrou suas atividades em 1917, isto é, pouco antes do falecimento de seu proprietário, ocorrido a 13 de agosto de 1918.

Na mesma rua viveu, também, a pitonisa Vitória-Bibi, que preparava um tal arroz-doce, a que chamavam **arroz do Sacramento**, vendido, às quintas-feiras, contra qualquer espécie de feitiço, inclusive **mau olhado**, sendo que, quase de frente de sua casa, residia uma rival, apelidada Chica do Diabo, que, na crença de muitos, se transformava em **pata**, nas sextas-feiras, à meia noite.

A cidade, até o começo deste século, contava com várias **patas**. Segundo a lenda, o casal que tivesse sete filhas e nenhum varão, uma dessas filhas, fatalmente, em idade adulta, se transformaria em **pata**, isto é, bruxa, feiticeira. Era pata, igualmente, toda aquela que, sétimo rebento de uma prole, não fora batizada pelo irmão primogênito.

Das muitas patas temidas pela população de Vitória teria sido Maria Guaibira, também conhecida por Maria Bacurin, a mais famosa, a que inspirava maior temor, tanto que os pescadores do Cais das Pedreiras, então existente no final da Capixaba, afirmavam, crédulos, que, caso vissem, chegada a noitinha, enorme pata branca, com cara de mulher, sobrevoando nas proximidades do Penedo, essa seria, sem sombra de dúvida, a própria Maria Bacurin. Toda pescaria, nesta noite, não alcançaria êxito algum, daí cada qual se recolhendo mais cedo, para conserto de redes e outros reparos, no interior de suas casinholas, iluminadas a querosene. Essa pata, sinistra, agourenta, faleceu em Vitória, antes de 1920.

Ainda nessa artéria residiu, da infância à adolescência, tendo sido aluno do Ateneu Provincial, aquele que se

tornaria, mais tarde, figura exponencial da Medicina: — o Dr. Eduardo Chapot Prevost. Esse médico realizou, a 30 de maio de 1900, a operação de duas meninas xifópagas, Rosalina e Maria. As xifópagas, filhas do casal João Davel-Rosalina Pinheiro Davel, nasceram em Baixo Guandu (ES), em 1893. Foram levadas de Vitória para o Rio de Janeiro, pelo Dr. José Gomes Pinheiro, ficando ali internadas durante seis meses, na Casa de Saúde São Sebastião, para rigoroso tratamento pré-operatório, sendo as radiografias tiradas pelo Dr. Álvaro Alvim. Maria, a mais franzina, faleceu oito dias após a cirurgia. Rosalina, que sobreviveu, adotada como filha do médico operador, estudou, gratuitamente, no Colégio Imaculada Conceição, naquela cidade, teve vida normal, casou-se, falecendo, já idosa, no Rio, sendo que, logo após a operação, foi levada, a 18 de julho do mesmo ano, pelo Dr. Chapot Prevost e sua esposa, Dona Laura, filha do cientista Caminhoá, à Europa.

O Dr. Chapot Prevost relatou, em Paris, durante o Congresso Universal de Medicina e Cirurgia, a operação que fizera nas xifópagas, recebendo aplausos não só dos congressistas como de toda a imprensa européia.

Esse médico, hoje nome de rua em Vitória, era natural de Carmo do Cantagalo (RJ). Foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seus pais, o cirurgião-dentista E. Chapot Prevost e a senhora Louise Chapot Prevost, professora de francês em educandários desta cidade, gozavam da estima e respeito da população de Vitória, onde residiram por mais de trinta anos.



Rua Moniz Freire (ex-rua da Assembléia) — Rua das mais antigas de Vitória. O primitivo **caminho** situava-se entre o largo da Misericórdia e o de Santa Luzia. Depois esse caminho recebeu o nome de rua da Assembléia, visto que ali funcionava a Assembléia Legislativa, em sólido e amplo edifício que, após, serviu, por muitos anos, de Fórum, sendo demolido em 1964, para, no local, ser construído o Palácio da Justiça.

Na revolta de 1842, em São Paulo, com a tomada de Sorocaba pelo Barão de Caxias, teve fim o conflito, encontrando-se, entre os vencidos, o padre Diogo Antônio Feijó,

então preso. Conduzido à capital daquela província, e depois a Santos, foi dali embarcado para o Rio de Janeiro de onde, com o senador Campos Vergueiro, passou para o brigue **Andorinha**, da Marinha de Guerra, sob a escolta do capitão-tenente Antônio José Teixeira da Paixão, chegando, dia 25 de junho, a Vitória.

Residiram os referidos políticos, no sobrado nº 5, da rua da Assembléia (hoje Moniz Freire), casa que recebeu, por algum tempo, a alcunha de "fatídica", em consequência de uma série de acidentes e adversidades que, a partir dessa época, sofriam seus inquilinos.

Sabe-se que, durante a permanência do padre Feijó em Vitória, esteve o mesmo, também, refugiado na Fazenda de Jucutuquara, na casa-grande (agora Museu Solar Monjardim), assim como sabido ter passado dias no Convento da Penha, onde celebrou missas.

Feijó regressou ao Rio de Janeiro, em dezembro do mesmo ano, na sumaca **Flor da Vitória**, acompanhado pelos padres Matias Pinheiro Furtado, Manoel de Freitas Magalhães e frei José de Santa Helena, tendo, então, no Senado, onde logo se apresentou, pronunciado minucioso discurso de defesa.

Na rua da Assembléia foram construídos, além da referida Assembléia Legislativa, outros sobradões, quando, em Vitória, as casas, de modo geral, eram baixas, tendo eu conhecido muitos deles, já que a rua custou a modernizar-se, tanto que, até os anos 30, mantinha parte de seu calçamento original, em pé-de-moleque. O sobrado da família O'Reilly, dos mais antigos da rua, já então fora de alinhamento, era de três andares, tinha mirante, e, quando o frequentei, funcionava, no andar térreo, o consultório da dentista Eurídice O'Reilly, a segunda mulher capixaba a diplomar-se em Odontologia, no Rio de Janeiro.

Nessa artéria instalou-se, em 1913, o Ginásio São Vicente de Paulo, propriedade dos irmãos Barbosa Leão (Miguel, Aristóbulo e Kosciuszko), em prédio onde residiu Moniz Freire, nela, também, a Maçonaria construiu, em 1872, a Loja União e Progresso. ainda em funcionamento, se bem que em imóvel mais recente, tendo funcionado em suas dependências térreas, a partir de 1877, um liceu, de duração efêmera. Da sacada dessa Loja, quando da extinção da escravidão do

Brasil, Francisco Escobar de Araújo, em vibrante discurso, comunicou à população, na noite de 13 de maio de 1888, a grande vitória dos abolicionistas.

Dos moradores desta rua, já neste século, se destacavam os Beiriz, os Borges, os Barbosa, os Assumpção, os irmãos solteirões Silvano e Silvana, o Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, pai do jurista Clóvis Ramalhete, os Rocio, os O'Reilly, D. Perpedigna Onofre Coutinho, o Sr. Santos Júnior, pai da Sra. Jurema Barroso e avô do oficial da Marinha de Guerra Waldir Barroso e do engenheiro civil Wilmar Barroso, as professoras Colatina Mascarenhas e Suzette Cuendet, que hoje dão nome a importantes estabelecimentos de ensino do Estado, os Marcondes de Souza, os Cerqueira Lima, os Jouffroy, o capitão José Francisco Ribeiro, pai da senhora Leocádia Escobar que, ainda em 1907, dirigia a orquestra do Sagrado Coração de Jesus, na Catedral, também a família do desembargador João Manoel de Carvalho. O Dr. Luiz Jouffroy, tenor admirável, era dos que animavam os serões musicais de Vitória, recebendo muitos aplausos modulasse qualquer das peças de seu vasto repertório, sendo que uma de suas filhas, Cecília Jouffroy, era tida como a moça mais bela da Cidade Alta.

Latismavelmente, a rua se desfigurou, as fachadas de suas casas foram modernizadas, os telhados substituídos por outros de telhas francesas, de Marselha, conservando apenas esta ou aquela casa suas características primitivas, mas, ainda assim, o Conselho Estadual de Cultura decidiu, há dois anos, tombar alguns desses imóveis, ato que não mereceu consideração por parte do Tribunal de Justiça, que os mandou demolir, para, no local, construir outras de suas dependências.

A Rua Moniz Freire, hoje rua de trânsito movimentado, não mais recorda, portanto, aquela por onde o autor costumava passar, quando menino e adolescente, atraído, muitas vezes, pela presença de Rainha da Flores, tipo popular dos mais curiosos, que ali "frequentava algumas casas,/ onde tomava café,/onde cheirava rapé./Sentadinha, nas saletas,/dava a seus sonhos mais asas."

O patrono da rua, José de Mello Carvalho Moniz Freire, nasceu em Vitória, a 13 de julho de 1861. Concluídos seus estudos de humanidade no Ateneu Provincial, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, transferindo-se,

em 1880, para a de São Paulo, onde se bacharelou em 1881. No ano seguinte, já casado com D. Colatina Soares d'Azevedo, que viria, mais tarde, emprestar seu nome à progressista cidade de Colatina, retorna ao torrão natal, iniciando intensa atividade advocatícia e jornalística. Funda, com o concurso do Senador Cleto Nunes, o jornal **Província do Espírito Santo**, primeiro diário que teve a província, depois circulando com o título — **Estado do Espírito Santo**. Ingressando na política, foi eleito deputado à Assembléia Provincial, de 1884 a 1889 e, neste último ano, voltou a representar sua terra, como deputado geral, reelegendo-se, logo após, à Constituinte de 1890. Elevado à presidência do Estado, no quadriênio 1892-96, ao término de seu mandato, recebe a missão de representar o Espírito Santo como delegado geral, em Paris, de 1897 a 1899, sendo que, ao retornar ao Brasil, reelege-se presidente do Estado (1900 a 1904). Eleito e reeleito senador pelo Espírito Santo, cargo que ocupou de 1906 a 1915, sempre com o maior brilhantismo. Publicou: **A Vitória através de meio século**, 1885; **Cartas ao Imperador**, 1885; **A Constituinte de 1892**; **Minha Terra**, discurso proferido na inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, 1893; **A Caixa de Conversão**, 1910; **Pela política do Brasil**, **Existência política dos estados** e **O Conde Monteiro e seus feitos**, 1912.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de abril de 1918.

Rua Caramuru (ex-Rua do Fogo) — Data do século XVII, sendo que seu primitivo nome assim se explica: Em 1640 os holandeses, que já tinham estado no Espírito Santo, voltaram a atacar a vila de Vitória. Uma esquadra de onze barcos à vela fundeou, a 27 de outubro, na barra do porto, sob o comando do almirante Koin e do conselheiro Newland. Dia seguinte, aquele almirante desembarcou na ilha, em companhia de seiscentos a setecentos homens, exatamente no Porto das Roças Velhas (depois chamado de Porto dos Padres), os mesmos se dividindo em colunas, que se dirigiram para diversos pontos da vila. Os habitantes, sob as ordens do capitão-mor João Dias Guedes, também auxiliado por outras pessoas gradas, como o vigário Francisco Gonçalves Rios, frei Geraldo dos Santos, os capitães Antônio Couto e Almeida e Domingos Cardoso e com a colaboração de trinta fuzi-

leiros e duas companhias de índios flecheiros, reagiram prontamente ao assalto, conseguindo expulsar os invasores, após três horas e meia de luta renhida.

Registraram-se, então, muitas mortes, sendo grande o número de feridos. A casa dos jesuítas "foi o centro de abastecimento e hospital de sangue, para tratamento dos feridos e enterro dos mortos". O caminho, que partia do cais de São Francisco para a parte alta da vila, palmilhado pelos holandeses, naquele avanço de conquista, recebeu, do povo, o nome de Rua do Fogo. Após assim denominada — denominação que persistiu durante mais de séculos —, eis que, em 1872, a artéria passou a se chamar Caramuru. Ressalte-se que a mesma, então íngreme, escorregadiça e estreita, com calçamento pé-de-moleque, era conhecida, pela irreverência dos capixabas, como ladeira do Quebra-Bunda, tendo nela funcionado o Liceu Philomático, inaugurado a 28 de dezembro de 1910, sob a direção da professora Ernestina Pessoa (Dona Nenen). Essa educadora formou os primeiros escoteiros, no Espírito Santo, cuja tropa era comandada, em 1920, pelo tenente Francisco Eugênio de Assis.

Esta viela desapareceu, de todo, no início da década de 30, surgindo em seu lugar uma outra rua com quinze metros de largura, de rampa suave, permitindo fácil acesso à cidade alta.

Para atingir-se esse objetivo, foram demolidas as casas antigas, algumas assobradadas, todas com janelas de guilhotina, os telhados de telha canal, isto depois de prévia indenização aos seus proprietários, paga parte em dinheiro, à vista, parte em terrenos. Todas essas desapropriações foram feitas amigavelmente, em ótimas condições, sobretudo para o governo do município, construindo-se, no local, em alguns casos, novos prédios para os primitivos moradores.

Com o fim de fazer as despesas do novo traçado, abriu-se um crédito especial de 160.000\$000, plenamente coberto com a venda de terrenos cedidos pelo governo do Estado à Prefeitura.

Meu pai, chegado, ainda criança, à Vitória, vindo do Porto do Cachoeiro, atual cidade de Santa Leopoldina, onde nascera, foi residir, com os pais e um irmão menor, na Rua do Fogo, sendo que, no dia da mudança, se encheu de pavor,

de um modo jamais experimentado, implorando, então, o levassem, de novo, para o Cachoeiro. E que, ali, naquele mesmo dia, falecera um morador vizinho, portas e janelas se cobriram de crepe negro, com debruns dourados, ativo cheiro de velas, de flores, de incenso impregnando a atmosfera, o sino do Convento de São Francisco, nas proximidades, badalando em resposos, choros e gritos de mulheres se ecoando por toda a redondeza. Eram as carpideiras, profissionais, de luto fechado, cabeleiras desgrenhadas, a prantear, histericamente, o defunto, pedindo a Deus, em orações desordenadas, seu descanso eterno — costume que vinha de longa data, da Vitória colonial, e que perdurou, embora com a reprovação da maioria da população, até os anos da Guerra de 14.

Um esclarecimento: A rua recebeu o nome de Caramuru não em homenagem a Diogo Álvares Corrêa, o chamado **Caramboró** ou **Caramuru** — **filho do fogo, amigo do trovão** — mas como alusão aos **caramurus**, assim apelidados os devotos de São Benedito, então com irmandade no Convento de São Francisco.

Rua Treze de Maio (ex-rua do Piolho) — Vasco Fernandes Coutinho primeiro donatário do Espírito Santo, de passagem pela Bahia de Todos os Santos, convidara Duarte de Lemos para seu auxiliar no desbravamento do solo capixaba, sendo que, dada a colaboração recebida desse auxiliar na luta contra os indígenas e aventureiros, a ilha de Santo Antônio, este o nome primitivo de Vitória, passou a ser propriedade do mesmo, mediante alvará de 15 de julho de 1537. A ilha, de topografia acidentada, pontilhada de altos e baixos, apresentava, naturalmente, aspecto muito diverso do atual, tanto que, “pouco adiante do Penedo, o mar entrava e formava uma angra até as Pedreiras”, onde foi construído o Forte de São Diogo. Este forte ficava no local em que hoje se encontra a Escadaria São Diogo, dali se abrindo estreito que se estendia até os Palames. Esse caminho, sinuoso, alargado com o decorrer do tempo, passou a ser a rua do Piolho, que, já neste século, trocava de nome, ficando então conhecida como rua Treze de Maio, data da abolição da escravidão no Brasil, isto, talvez, por residir ali muitas famílias de cor. Sabe-se que, até princípios deste século, a população de Vitória se constituía mais de negros que de brancos.

Das antigas casas da rua do Piolho uma delas ficou de pé por muito tempo, isto é, até os anos 40. Era baixinha,

de taipá, caiada de branco, as janelas verdes, de guilhotina, "casa de porta e janela", como se dizia então, o telhado podendo ser tocado pelos transeuntes, e, porque a área tivesse recebido aterro, para entrar-se pela porta de frente dessa moradia, foram colocados dois degraus abaixo do nível da rua. Tal casa, pela sua singularidade, mais que qualquer outra de Vitória, me prendia a atenção, embora, na mesma artéria, já figurassem belas residências, como, por exemplo, as do escritor e jurista Jair Tovar e de Camilo Gianordolli, este responsável pela construção de muitos imóveis da cidade.

Durante toda a década de 20 via-se, ali, a figura exótica de um senhor chamado Leovigildo, dono de modestíssima quitanda, fazendo esquina com a ladeira Baltasar. Este cidadão despertava a curiosidade de todos. Trajava-se pelos figurinos do século passado — chapéu de coco, relógio, com corrente de ouro, metido no bolso do colete, colarinho e punhos engomados. Era sobremodo avarento, tanto que caminhava, lentamente, como que flutuando, isto, segundo a vizinhança, para não gastar as solas dos sapatos. Na quitanda, que depois foi transferida para a rua Moniz Freire, não permitia, de modo algum, se "apolegasse" as bananas, laranjas e melancias. Com espanadores de penas de galinha, confeccionados por ele mesmo, retirava a poeira e as teias de aranha dos produtos que vendia, sempre por maior preço.

Ao tempo em que se cozinhava em fogão de lenha, suas achas eram invariavelmente mais finas que as dos outros quitandeiros, pois as lascava ao meio e, para convencer os raros compradores, costumava dizer, sério, em tom confidencial: **Ainda dá um carvãozinho**, visto que, na época, não havia ferros elétricos para passar roupa. Tamanha a avareza desse senhor que as pessoas tidas como somíticas eram, em Vitória, apelidadas com seu nome.

Atualmente, a rua Treze de Maio, muito desfigurada, é mais comercial que residencial, nela foram construídos vários edifícios, portanto, nada agora recordando a primitiva rua do Piolho, tão conhecida de nossos antepassados.

Rua Presidente Pedreira — Esta rua, que data do século XIX, tinha aspecto diverso do atual. Era tranqüila, de casas baixas, algumas belas, sem qualquer movimento de

carros, nela funcionando, a partir de 23 de fevereiro de 1910, a Escola de Aprendizizes Artífices, dirigida pelo Dr. José Monjardim, em construção ainda existente. O prédio data de 1903, conforme se lê em seu frontispício. Esse estabelecimento de ensino, que muito contribuiu para a formação profissional de tantos jovens capixabas, quando já desativado, em decorrência da inauguração, a 11 de dezembro de 1942, da Escola Técnica de Vitória, no bairro de Jucutuquara, serviu, também, de sede inicial do Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, que nele se instalou a 21 de janeiro de 1943, sendo seu primeiro diretor o padre Emílio Miotti. Os salesianos ocuparam o imóvel por muito tempo, com estudantes apenas meninos, até que se transferiu para ampla sede própria, no Forte de São João, agora com matrícula para ambos os sexos.

Funcionava, ali, em esquina defronte para o Parque Moscoso, uma torrefação de café, de propriedade do Sr. Alfredo Dias, residente na mesma rua, de forma que quem passasse pelo local sentia-se atraído por forte cheiro de café, de café quentinho, como que feito na hora, para servir a seus moradores e transeuntes.

A rua, já o disse, tão modificada agora, era sombreada por copados oitizeiros, romântica, despertada, a cada manhã, não pelo barulho de automóveis e caminhões, que nela trafegam hoje, nem pelo falatório saído do fundo de suas oficinas e garagens, mas pelo gorjeio de canários, de pintassilgos, pelo zunir das cigarras que lhe musicavam as manhãs e as tardes de verão, ou, também ainda, pelos acordes de algum piano vizinho.

Das famílias que residiram nesta artéria, onde nasci e passei parte da infância, bem me recordo dos Loureiros, dos Guimarães, dos Dias, dos Tagarros, dos Walter, dos filhos de Eudóxia e, principalmente, da casinha, tão simples e acolhedora, onde morou minha tia Teresa Zamprogno Guimarães. Nessa casa, a porta de frente tinha empanada, residiu, primeiro, meu bisavô, o italiano Luiz Zamprogno (Zamprogno Luigi), um homem belo, patriarcal, de longas barbas brancas, que sabia cantar e chorava quando suas canções lembravam os pagos natais. Esse bisavô pai de muitos filhos, falecido em 1925, chegou ao Espírito Santo, vindo do norte da Itália, em 1874, radicou-se por algum tempo no interior, depois no Porto do Cachoeiro (Santa Leopoldina), transfe-

riu-se, em 1900, para Vitória, onde montou modesta funilaria, a única da cidade, em compartimento vizinho à sua residência. Foi o primeiro de sua família — hoje os Zamprogno formam grande clã — a fixar-se na ilha.

Dona Mariquinhas Tagarro, baiana, residia ali, em sobrado de muitos cômodos, e, porque sozinha, já que viúva, resolveu alugar quartos a estudantes, colocando, no portão, uma tabuleta: — **Pensão — MT.** As iniciais da proprietária deram o que falar, visto que os estudantes, à noite, ao se despedirem dos companheiros de rua, diziam, zombeteiros, que iam para a pensão **metê**.

O patrono da rua, Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, — o Presidente Pedreira como era chamado pelos capixabas —, governou o Espírito Santo de 1846 a 18 de abril de 1848, data em que seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de tomar assento na Assembléa Geral, como deputado eleito por esta província, “onde contribuiu para diversos melhoramentos relativos à instrução pública, aos aldeamentos de índios, às estradas, etc.”. Ministro do Império continuou a interessar-se pelo Espírito Santo. Foi agraciado com o título de Barão de Bom Retiro. Nasceu na Bahia, a 7 de maio de 1818, tendo falecido, quando senador, a 12 de agosto de 1886, no Rio de Janeiro.

Rua Duque de Caxias (ex-Rua do Ouvidor) — Chamou-se, a princípio Rua do Ouvidor. Em 1872, dois anos após o término da Guerra do Paraguai, recebe nova designação: — a de Rua Duque de Caxias, sendo que, nessa ocasião, outras artérias tiveram seus nomes trocados, ainda que sob a censura do Dr. Francisco Ferreira Corrêa, então presidente da província.

A Duque de Caxias, até anos recentes, “não sofreu modificações sensíveis, ficou monarquicamente arcáica, não obstante sua posição central”.

Sabe-se que, ali, conforme anúncio no **Correio da Vitória**, edição de 3 de março de 1854, um tal senhor Norbim colocava à venda “sortimento de dentes cristalinos assemelhando-se, o mais possível, aos dentes naturais”, adiantando que o mesmo realizava operações dentárias.

Em março de 1866, quando a cidade ainda não contava com parteiras diplomadas, no número 90, desta rua,

esquina com a ladeira do Sacramento, estabelecera-se a parreira Margarida Zanotelli, formada em Pávia, Itália, tendo prestado exames na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, habilitando-se, assim, a exercer sua profissão no Brasil. Também ali, "nos primeiros dias de julho de 1892, o Sr. Sócrates Roque Lima de Bartolomeu abriu um bom salão para pregar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, no número 43, 1º andar", sendo esta, possivelmente, a primeira notícia sobre atividades protestantes, no Espírito Santo.

Anote-se que as casas dessa artéria, isto é, as construídas no lado direito, tinham quintais terminando à beiramar, daí chamar-se, também, Rua da Praia. Muito depois, com a formação da Rua da Alfândega, posteriormente denominada Rua Conde D'Eu (atual Avenida Jerônimo Monteiro), tais quintais desapareceram, alguns sobrados ganhando, então, fachada nova para essa última rua. O Hotel d'Europe, por exemplo, ali construído, dispunha de duas entradas, a principal (a antiga) na Duque de Caxias, tendo a sacada com gradis de ferro batido, apainelados, as arandelas, à época de luz querosene, ostentando coloridas luminárias, ficando a outra, na Rua da Alfândega. A propósito desse hotel, demolido em 1983, escreveu a senhora Vera Suckow de Lima, esposa do poeta mineiro Augusto de Lima (1860-1934), quando este, em 1892, veio ocupar o cargo de Juiz de Direito na comarca de Conceição da Serra:

"No Hotel d'Europe, onde nos hospedamos, havia um grupo de intelectuais que muito confortou o magistrado: Dário Azevedo, Gonçalo Marinho de Albuquerque, chefe de polícia do Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, e mais alguns cujos nomes não me recordo.

A noite, no salão do Hotel, em meio a palestra do grupo a que me referi, Mme. Taverne, filha do casal Boudossier (Jacques Boudossier), proprietário do estabelecimento, deliciava-nos com sua bela voz de soprano, cantando árias e canções. Mme. Augustine Taverne era viúva e tinha uma filha, então em férias do Colégio Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro.

Essa mocinha, muito interessante, era o ai-Jesus dos seus e bastava que espirrasse, para que sua vovó, Mme. Boudossier, entrasse a se lamentar, pensando que Nenê ia morrer..."

Leia-se o que mais disse a esposa do poeta, agora se referindo à sua chegada a Vitória, após viagem acidentada:

"Vitória. Enfim! As quatro horas da tarde do terceiro dia de viagem pusemos pé em terra firme.

O calor sufocava e no desembarcadouro um certo número de desocupados dormia a sono solto. Penosa impressão!

A topografia da capital era o que se sabe: Linda! Mas a cidade velha, com o casario do tempo de El-Rei Nosso Senhor, triste.

Hoje, a civilização soprou-lhe vida nova, remodelou-a, calçou-a, tornou-a faceira e ela se debruça cheia de garridice sobre sua pequena baía.

Augusto de Lima deixara sua Minas querida, por quanto tempo?

Sua alma sangrava de saudade das montanhas azuis perdidas na distância.

Em Vitória encontrou Moniz Freire, seu amigo dos bancos acadêmicos, e o abraço de Moniz teve o condão de levantar-lhe o ânimo.

Moniz Freire era, a esse tempo, a pessoa de mais destaque em Vitória pela grande inteligência, cultura jurídica e literária, líder da política estadual, *gentleman* perfeito, encantando a todos pela afabilidade, no que era secundado por sua esposa D. Colatina, nascida Azevedo. De tradicional família paulista, ela era o ídolo da capital capixaba, pela fidalguia sedutora que sabia imprimir às recepções no seu palacete."

A 15 de setembro de 1895, a cidade ganha sua primeira fábrica de gelo, pertencente à firma Bytton & Freitas, montada na Duque de Caxias, sendo que, a 29 de junho de 1902, no salão do Grêmio Carlos Gomes, sociedade musical que ali tinha sede, sobre a Charutaria Havanesa, de Máximo Bastos, onde é hoje o número 200, registrou-se a fundação do Clube de Regatas Saldanha da Gama, que viria a ser agremiação das mais conhecidas de Vitória, pelas suas ininterruptas atividades desportistas e sociais. Ainda nesta ar-

téria, a 17 de outubro de 1926, com a presença do presidente do Estado e muitos convidados, inaugurou-se festivamente o Majestic Hotel, o prédio fazendo esquina com a ladeira da Matriz.

Após ter gozado de certa importância no passado, a partir do começo deste século, a Duque de Caxias tornou-se zona de meretrício, funcionando, no local, por volta de 1910, o Clube Ninho das Ninfas, frequentado quase que exclusivamente por prostitutas e seus exploradores, também por embarcadouros.

Das pensões que a rua agrupava, e eram muitas, a mais procurada seria a *Royal*, de Madame Juju, já que nela "faziam vida" as "raparigas de melhor aparência e asseio", o imóvel de bom acabamento, em cujo andar térreo funciona, atualmente, a Barbearia Totinho. Ressalte-se que, apesar de zona de meretrício, mesmo na parte em que se situavam os diversos lupanares, residiam, sem que fossem molestadas, famílias de conceito, como, por exemplo, a dos Botti, a da pianista Maria Duraens, com muitas alunas, a de Cláudio Passos, de onde saía, a cada carnaval, o animadíssimo bloco *Eu só quero é enxovar*. No início da década de 40 o meretrício se transferiu para a Rua General Osório.

Durante a Segunda Guerra, quando navios brasileiros foram torpedeados por ordem de Hitler, as firmas então dirigidas por cidadãos alemães, assim como as de propriedade de italianos, foram saqueadas e destruídas em Vitória, algumas dessas situadas na Duque de Caxias, como a Bayer e a Casa Hamburger, então ponto de reunião de empresários e intelectuais, ali se servindo chope preto, conservas, vinhos e queijos importados.

A Casa Flora, a primeira de venda de flores da cidade, tinha sede nessa artéria.

Presentemente, a Duque de Caxias, após conservado, por muitos anos, seu aspecto antigo, colonial, dispõe de comércio ativo, conta com vários edifícios de construção recente, ganhou nova pavimentação, pouco fazendo lembrar a que fora há quarenta anos atrás.

Avenida Florentino Avidos (ex-rua do Comércio) — A primitiva rua do Comércio, que data do século XVII, tinha começo na General Osório e ia até o Cais Schmidt. Quando

do centenário de Florentino Avidos, ocorrido em 1969, a artéria recebeu o nome do ex-presidente do Estado, denominação abrangendo a área que começa na escadaria do Palácio Anchieta e termina naquele extinto cais, já agora aterrado.

A rua do Comércio, então com uma só calçada, dava frente para o Porto dos Padres, também aterrado, visto a construção definitiva do atual Cais do Porto. Constitua-se de sobradões, alguns encimados por estátuas de cerâmica portuguesa, fabricação de Santo Antônio do Porto, sendo que vários desses ornatos, tão procurados por antiquários e colecionadores, ora se encontram no Museu Solar Monjardim.

Ditos imóveis datavam quase todos do começo do segundo meado do século XIX, esses se entremeando com casas baixas, de taipá, anteriormente construídas, conforme se pode observar em antigas fotografias dali.

No Porto dos Padres, assim chamado desde o tempo dos jesuítas, flutuavam ao largo saveiro e "pontões" da Casa Hard & Cia., carregados de café à espera de navios.

Um canal cortava a rua do Comércio, se alongando pelo meio da rua da Vala (atual avenida República), a ponte, para atravessá-lo, com altura bastante para que, por baixo, passassem canoas com tripulantes agachados, rumo ao cais de São Francisco.

O movimento marítimo, intenso no Porto dos Padres, isto em decorrência do comércio que lhe ficava de frente, propiciou a abertura de muitos botequins à beira mar, — os chamados quiosques. Nesses originais botequins, exagonais ou redondos, de madeira, cobertos de zinco e pintados a óleo, tomava-se cachaça pura ou com xarope, bebia-se café requentado, caldo de cana, comia-se linguiça e manjuba frita, batata doce assada, bolos mata-fome, rapadura, bijus, bananas fritas, coisas trazidas do Porto do Cachoeiro, de Cariacica, da Serra e das fazendas de Itaquari.

O primeiro dos quiosques surgidos em Vitória era de propriedade de Sebastião da Costa Moreira que o instalou no Jardim Municipal, em 1892. Tais botequins, anti-higiênicos, com muita mosca varejeira a pousar-lhe no balcão, nos pratos e canecos de ágata, serviam de ponto a malandros, biscoiteiros, embarcadouros, local de discussões, de pancadaria, de

forma que os cidadãos mais precavidos não os frequentavam, antes se distanciavam deles, sendo que o último destes botequins desapareceu em 1925. Situava-se no Porto dos Padres, dando frente para a rua General Osório, onde hoje se ergue o Edifício dos Comerciantes.

Na rua do Comércio existiu, por muito tempo, uma casa de pasto, com a seguinte tabuleta: CASA DE PASTO — ASSEIO E PRONTIDÃO — DE BENEDITO ANDIAO.

Das notícias mais antigas desta artéria sabe-se ter funcionado ali, no número 31, a tipografia do jornal **Província do Espírito Santo**, datando de 1882 a reconstrução de seu ancoradouro, por iniciativa de comerciantes locais.

Em 1907, com a chegada de três bondes, de tração animal, a rua do Comércio despertou curiosidade geral, já que, a partir de 11 de junho, dali saía o bondinho puxado a burro, levando passageiros até o Forte de São João.

Outra atração da artéria: Era o ponto preferido para se assistirem às regatas promovidas pelos clubes Saldanha da Gama e Álvares Cabral, num tempo em que a cidade dispunha de pouca diversão.

O antigo comércio atacadista, em Vitória, foi sempre mais intenso nesta rua, hoje ainda mantendo o movimento de anos atrás, já que, com o aterro do Cais do Porto, ganhou a mesma uma segunda fileira de construções, ou melhor, de edifícios, inclusive o prédio onde funciona o Moinho Buaiç.

Rua General Osório (ex-rua Porto dos Padres) — Tinha início onde começava o Porto dos Padres, daí sua primitiva denominação. Passou a chamar-se General Osório, em 1872, isto é, dois anos após o término da Guerra do Paraguai, da qual participou, valentemente, aquele soldado.

Dentro do cercado dos padres jesuítas, na confluência das ruas General Osório e Nestor Gomes, situava-se o Forte de Santo Inácio, também conhecido como Forte de São Maurício, por ostentar, no nicho do portão, a imagem desse legionário romano. Esse mesmo santo tinha relíquia, muito venerada, na Igreja de São Tiago.

A General Osório, estreitíssima, teria de largura não mais de cinco metros. Pouco antes do início deste século, todas as suas casas eram baixas, muito antigas, depois subs-

tituídas por sobrados, ocupados por tradicionais famílias de Vitória, tendo num deles residido Maria Saraiva, a famosa doceira da cidade. Os doces eram vendidos em tabuleiro apoiado em armação em X, frente à escada da casa, daí que sobretudo a garotada fazia da General Osório ponto de passagem, a caminho das aulas, para compra de guloseimas a vintém. Também aí residiam as mais habilidosas rendeiras da cidade. E quem passasse pela rua, as casas, como ficou dito acima, eram baixas, as vias nas salas de visita, sentadas frente a seus almofadões, batendo bilros, por manhã e tardes inteiras.

Em 1934, já obedecendo ao novo alinhamento da artéria, foi inaugurada, fazendo esquina com a avenida Cleto Nunes, a Primeira Igreja Batista de Vitória, bela e ampla construção, infelizmente demolida em 1982. Na solenidade de inauguração, a que assisti em companhia de minha mãe, recordo ter visto, pela primeira vez, o norte-americano pastor Loren Reno, homem respeitadíssimo, de grande fé e ação, chegado ao Espírito Santo em 1904, com a esposa e uma filha, tendo aqui realizado trabalho em favor da educação da juventude e assistência social, sendo fundador do Colégio Americano, que foi, por muitos anos, quando seu diretor o antropólogo Alberto Stange Júnior, o mais conceituado educandário da cidade.

Em 1943 o Consulado da Alemanha, instalado nessa rua, foi seriamente danificado, já que, em decorrência do torpedeamento de vários navios brasileiros, a mando de Hitler, a população se desforrou, saqueando escritórios e casas de alemães, destruindo-os totalmente. O consulado mantinha, no andar térreo do edifício nº 146, uma escola, de boa frequência, onde só se ensinava em alemão, sendo que, vizinho à mesma, residia um ancião, homem com quase noventa anos, cego, que, ainda assim, se distraía, tocando piano. Na ocasião, invadiram-lhe a casa modesta, quebraram-lhe o piano, roubaram-lhe tudo, atirando o velhinho nas águas da baía, onde morreu por afogamento. O cúmulo da impiedade!

Na década de 40 até os anos 50, a General Osório contava com três ou quatro **pensões de mulheres**, sendo a mais procurada a de Nezinha, no número 120, quase defronte da primeira redação de A Gazeta.

Atualmente, a General Osório, com amplo comércio, tráfego intenso, com outro alargamento e pavimentação, não mais faz lembrar a que conheci anos atrás, quando a rua era discreta, tendo à esquinha com a rua do Comércio, de um lado o Café de José de Almeida, onde funcionara antes a Padaria Rezende, do outro, a Farmácia Pessoa.

Praça Oito de Setembro (ex-Praça Santos Dumont) — Primitivamente, o local era conhecido como Cais Grande, depois se chamou Cais da Alfândega, passando, em 1906, a denominar-se Praça Santos Dumont, exatamente quando o avião brasileiro, em Paris, estabelecia os primeiros recordes da aviação, no mundo, com assombro geral. A nova placa do logradouro foi oferecida por Clímaco Soares, proprietário de **A Primavera**, casa comercial ali existente. Essa homenagem vinha sendo pleiteada desde 1901.

A 8 de setembro de 1911, quando das celebrações do aniversário de fundação da cidade, o governador municipal Cirilo Tovar solicitou a mudança do nome da praça para Oito de Setembro, sendo atendido a 28 do mesmo mês.

Em 1914 o prefeito Washington Pessoa, que antes havia criado as armas do município, mandou revestir as calçadas da praça com pedras portuguesas, brancas e pretas, formando mosaicos, sendo que sua arborização teria sido feita desde 1900, quando Cleto Nunes providenciou, junto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mudas para plantio nas ruas centrais de Vitória.

A Praça Oito, como ficou sendo chamada abreviadamente pela população, daí para diante, passou a ser ponto dos mais frequentados da ilha, embora já o fosse antes procurada, mormente às noites de quintas-feiras, visto que animada com retretas da banda da Polícia Militar, ali se exibindo, também, de quando em vez, as filarmônicas do Rosário e São Francisco.

Em 1935, por ocasião das comemorações do 400º aniversário de colonização do solo espírito-santense, a família Oliveira Santos doou à cidade artístico obelisco, comemorativo da efeméride, então colocado na área central da praça, a 24 de maio, conforme ata transcrita abaixo:

"Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e cinco, com a presença do Exm^o Sr. Capitão João Punaro Bley, digníssimo Presidente do Estado do Espírito Santo e demais autoridades estaduais, municipais e federais, presentes vários cônsules estrangeiros e muitas pessoas gradas desta terra, e também os chefes das famílias Oliveira Santos acompanhados das mesmas, foi, às nove horas da manhã, solenemente colocada a primeira pedra deste monumento.

No ato da colocação da primeira pedra, lançou-lhe a sua bênção o Exm^o e Revm^o Sr. D. Luiz Scortegagna, Bispo Diocesano desta capital.

Desta solenidade foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Exm^o Sr. Presidente do Estado e pelo Sr. Bispo Diocesano, autoridades, pessoas gradas e pelos doadores do monumento. Aos 24 dias do mês de maio de 1935".
Seguem-se as assinaturas.

Esse obelisco, em 1940, foi removido para o final da Capixaba, ocupando o espaço onde antes se erguia a estátua do Trabalho, que, transferida dali, passou a figurar em praça fronteiria à antiga sede da Prefeitura Municipal de Vitória, cujo edifício foi demolido, recentemente, embora sob justos protestos dos ilhéus. Esse mesmo obelisco, quando prefeito da cidade o médico Carlos von Schilgen, ganhou novo local, já que removido para o aterro da Cômdua, na Praia do Canto, o que é de se lastimar, visto que jamais devia ter saído da Praça Oito, onde inaugurado, em cujo lugar foi colocado um relógio, montado pelo artista alemão Ricardo Schorling. Esse relógio, agora não mais funcionando, antes, de hora em hora, emitia acordes iniciais do Hino do Espírito Santo, de autoria de Peçanha Póvoa, com música de Arthur Napoleão.

Conheci a Praça Oito em seu período melhor, suas casas comerciais sempre cheias, grupos de senhores ali se encontrando para discussão de negócios, quando não para tecer comentários malidicentes sobre seus desafetos, o elemento feminino como alvo predileto dos mais linguarudos, dos fofoqueiros, daí a precisão deste registro do cronista Eugênio Sette:

"... A Praça Oito me parece uma mulher dama, muito vivíça, muito experimentada, que não arrepiava carreira,

nem se encabula com uma piada mais grosseira. Já viu tudo. E, por isso, aguenta firme, consciente do seu papel.

A Praça Oito é do Povo como esta frase é de Castro Alves. E o povo não perdoa. Ninguém se aguenta, na Praça. Aquilo é um rolo compressor. Arraza. Coventriza reputações. Desmancha poses e cartazes. Aniquila. As vezes, aos poucos, outras vezes sumariamente. Zurze o couro alheio com uma força digna de Hércules. E nenhuma reação é possível, porque todos sabem de tudo e, ao mesmo tempo, ninguém sabe de nada. É o mesmo que se esmurrar o vento. Não há resistência. Na vida dos ilhéus, a Praça não deve ser menosprezada. Porque ela é um monstro de precisão — registra tudo. É um aparelho mecanicamente ainda não inventado, tamanho é o seu poder de captação, retenção e distribuição. Tudo, nela, tem sua razão de ser.

O desativado, ao primeiro contacto que tem com ela, se espanta, arregala os olhos, abre a boca, dá a impressão de que vai engolir o mundo. Fica sem ar. Depois, passa o fenómeno. Aos poucos, se acostuma ao ambiente. E fica sabendo que é assim mesmo, que ninguém pode mudar coisa alguma. A Praça pode ser chamada de realidade, fantasia, opinião pública. O nome, pouco importa. Ela é a Praça!"

Quando da última Guerra Mundial, este logradouro foi palco de muitas demonstrações de civismo, nela se armando, inclusive, uma **pirâmide metálica**, cujo objetivo era angariar material para construção de navios brasileiros. Ninguém deixou de dar sua contribuição, com a oferta de peças de alumínio, estanho, ferro, o que tivesse de disponível em casa, que fosse metal. Os casais, mesmo os mais pobres, ofereciam suas **alianças**. O Vitória Futebol Clube, de grandes tradições na vida desportista da cidade, entregou, se bem me recorde, aos organizadores da **pirâmide**, todas as suas taças, troféus de tamanhos e formatos diversos, conquistados em competições dentro e fora do Estado, sendo que, no local, se realizavam comícios diários, os oradores, velhos ou moços, encorajando o povo à luta contra os inimigos da Nação.

Em 1945 a praça se transformou num imenso altar, obra executada pelo professor Américo Guimarães Costa, para a celebração do 1º Congresso Eucarístico Diocesano, em comemoração do cinquentenário da Diocese do Espírito Santo, com a presença do Nuncio Apostólico Dom Aloísio Ma-

sella, do Cardeal Dom Jayme de Barros Câmara e de mais uma vintena de arcebispos e bispos de todo o Brasil, — um acontecimento deveras empolgante, inesquecível, tal a magnificência de seus ofícios religiosos, a cidade inteira se musicando pelos acordes do hino oficial do conclave.

Ainda em 1945 realizou-se, na mesma área, concorridíssimo comício da UDN (União Democrática Nacional), com a presença do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato do partido a Presidente da República, a seu lado podendo ser visto políticos de renome, como Arthur Bernardes e Odilon Braga. A praça ficou tomada de lenços brancos, esvoaçantes, como a lembrar uma revoadada de pombos...

Das casas comerciais, dando frente para a praça, se destacavam a Farmácia Aguirre, a Joalheria Petrochi, o Café Globo, o Petrópolis, o Bar Central, este em prédio onde antes fora a alfaiataria de Ildebrando Resemini, o Pan-Americano, vendendo objetos finos, importados, e a Flor de Maio, especializada em venda de chapéus, bengalas, guarda-chuvas e malas, ainda de pé, dando às suas vitrinas, já agora, outra disposição.

Ladeavam a praça o prédio da Alfândega e o Banco Agrícola do Espírito Santo (atual Banestes), ambos demolidos.

Na praça, protegido por um mudo balaustrado, ficava o cais dos botes, com muitos catraieiros, homens falantes, condutores dos que moravam do outro lado da baía. Também, com saída para a praça, situava o ancoradouro das barcas, que faziam o mesmo trajeto dos botes, sendo igual o preço das passagens cobrado por esses dois tipos de embarcações. As lanchas se chamavam **Elisabeth**, a maior, e **Santa Cecília**, que se substituíam, eventualmente.

As catraias tinham “nomes do céu”: — **São Lucas, São Pedro, São Jerônimo, São Bartolomeu, Anjo da Guarda, Nossa Senhora dos Navegantes, da Boa Viagem, da Penha, Mãe de Deus**, sendo que outras levavam o nome ou apelido de seus proprietários: — **Ari, Mestre Antônio, Gaúcho**. Era uma algazarra viajar nesses botes, sobretudo em dias de mar agitado, os catraieiros e passageiros se irmanando, contando anedotas e piadas, a travessia se demorando mais, o medo de alguns servindo de gozação aos outros. Também esses

barcos se encarregavam de trazer à ilha ou levar ao continente os tripulantes e passageiros de navios que, por falta de cais, então ainda em construção, lançavam suas âncoras no meio da baía.

Não eram só os moradores do continente que desembarcavam na Praça Oito, mas também os que vinham, de bonde, dos arrabaldes da cidade, de forma que esse logradouro se tornava o ponto de convergência de todos.

O carnaval, na sua fase mais brilhante, ali se expandia, os blocos de sujo fervilhando nos bares, os mascarados do "corso" gritando pelos conhecidos, que, nas calçadas, se apinhavam, a apreciar o que ia acontecendo ao redor, todos numa euforia que já não descubro nos foliões de agora. O chão da praça, nos dias momescos, atapetava-se de confete, de serpentinas, o ar aromatizado pelos lança-perfumes, então vistos nas mãos de velhos, moços e crianças.

Hoje a Praça Oito já não é nem sombra do que fora antes em frequência e animação. Tiraram-lhe as árvores, copados oitizeiros, as casas comerciais são vulgares, os que por lá transitam se esbarram em tabuleiros de vendedores ambulantes, os ônibus se amontoam nos pontos, recebendo ou desembarcando passageiros, os abrigos e bancos de mau acabamento, os mendigos ressonando nas calçadas, tudo numa desordem que só faz aumentar a saudade naqueles que, noutros tempos, por ali passaram ou se ficaram a prosaer...

Continua no próximo número

ELES DEMORARAM A CHEGAR

Waldemar Mendes de Andrade

Não tendo completado 130 anos como distrito e com pouco mais de um século como município, Cachoeiro é um lugar novo, quando Vila Velha comemora seus 450 anos. Há, entretanto, razão para o tardio povoamento do interior do nosso Espírito Santo.

A carta de doação de 50 léguas de costa feita por D. João III a Vasco Fernandes Coutinho é datada de 10 de junho de 1534. Na oitava de Pentecostes, 23 de maio do ano seguinte, aqui chegava o donatário. Em 1711 morre Manoel Garcia Pimentel, último donatário, mas seu primo e cunhado Cosme Rolim de Moura pleitea e é reconhecido herdeiro pela Relação da Bahia. Acaba, entretanto, por aceitar o que recomendara ao Rei o Conselho Ultramarino, e por 40.000 cruzados firma a escritura de 6 de abril de 1711 pela qual a Capitania é revertida à Corôa, anexada ao Governo Geral da Bahia.

De nada adiantaram o entusiasmo do primeiro donatário nem o esforço dos seus sucessores. O Espírito Santo permaneceu por mais de dois séculos limitado à orla marítima. Compreensível a proibição do Governo Geral de se penetrar o interior: nosso litoral era vulnerável a uma invasão às minas de ouro dos paulistas, nas Gerais, e uma estrada facilitaria a evasão das riquezas por eles descobertas sem o recolhimento do "quinto". Havia de permeio o cuidado pastoral dos Jesuítas impedindo o relacionamento de aventureiros inescrupulosos com o gentio. Embora o Governador Geral D. João de Lencastre procurasse estimular D. Pedro II de Portugal a permitir que João Gois de Araujo fizesse explorações "nas cabeceiras dos sertões do Espírito Santo", citando, entre outros, o Rio Pardo, em 1700 o Governador do Rio de Janeiro alertava o Rei para os perigos disso decorrentes, dando conta de que era grande o movimento da indiada. E, dirigindo-se ao Governador Geral, lem-

brou-lhe que “as ordens régias proibiam a comunicação entre as capitanias, a não ser através de S. Paulo e Rio de Janeiro”. Como pretender a prosperidade do interior da nossa Capitania tão ciumentamente protegido?

Acossados por dívidas, os paulistas Bartholomeu Bueno e Estevão Barbosa estiveram na região depois chamada Minas do Castelo. E Pedro Bueno Cacunda, seguindo informações de Luiz Cabral, viera por Manhuaçu até a Serra do Castelo “encontrando ouro nos ribeiros próximos”. A despeito dos empecilhos apontados, Pedro Bueno insistiu na penetração do nosso sertão. Mas só em 1733 conseguiu achar o lugar relatado por Cabral, e já no ano seguinte pedia licença ao Rei para explorar os sertões de Manhuaçu, Guandu e Itape-mirim, a troco de várias honrarias. Atendido, uma ordem real foi passada ao Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa. Mas ainda desta vez os Jesuítas conseguiram que o Vice-Rei não cumprisse a decisão da Metrópole.

Taunay, estribado em Pedro Taques e Alberto Lamego, informa que Pedro Bueno e Inácio Álvares da Silva tiraram ouro nas Minas do Castelo, o que só se tornara possível com a subida ao trono de D. José I e a atuação do Marquês de Pombal. Mas devia ser pequena a produção porque de 1751 a 1759 a Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, fez a quintagem de apenas 58 quilos de ouro. Quem hoje percorre as margens dos Córregos do Ouro e da Prata ou vai ao Castelinho vê Imensos amontoados de cascalho, feitos principalmente pelos escravos dos faiscadores, índios na maioria, cedidos sob pressão, das aldeias de Reritiba e Reis Magos, por ordem do governo da Capitania. Mas o declínio foi rápido, e a expulsão dos Padres fez o bugre debandar e até mesmo atacar. Os paulistas desceram os rios Caxixe e Castelo e, pelo Itape-mirim, acabaram por se fixar no arraial do Caxangá. Aqui se dá conta, mais tarde, de um Domingos Bueno Caxangá, e Pedro Bueno Cacunda Caxangá teria construído a Igreja de N.S. do Amparo. (Os historiadores grafam “Caxanga”, porém só pode ser Caxangá, porque a paroxítona é gíria coeva de janela, registrada por Moraes, edição de 1813, e caxangá é uma variedade de caranguejo, siri, encontradiço na foz do

Itapemirim. Há mais de 50 anos, conversando com antigos moradores da Vila e Barra do Itapemirim, ouvimos a pronúncia *caxangá*).

Só da metade do século XVIII em diante é que Itapemirim começa a prosperar com plantações de milho, algodão e, principalmente, cana de açúcar. Na primeira década do século XIX o bloqueio decretado pela Inglaterra contra o continente europeu já prejudica os 9 bangüês que existiam no vale do Itapemirim.

O Espírito Santo separou-se administrativamente da Bahia em 1800, mas só em 1810 com seu segundo Governador, Manoel Tovar, é que vê completada sua autonomia, escapando à sorte das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Não fosse a lealdade das nossas Câmaras Municipais ao Príncipe D. Pedro, regente com a retirada de D. João VI, e o socorro ao município de Caravelas contra o General Madeira, na Bahia, para o que tivemos de, antes, conciliar e obter a adesão do enclave lusófilo de S. Mateus, tudo naquele período que vai do Fico (9.1.822) à saída de Madeira para Portugal a 2.7.1823, e talvez hoje não houvesse sobrado ao nosso Estado a atual extensão territorial ou a própria autonomia.

Há umas coincidências que valem ser lembradas. Da aldeia de Cordeiros, Riba dos Mouros, em Portugal, viera a Mariana, nas Minas Gerais, o jovem Manoel José Esteves de Lima receber uma herança. Pouco tempo depois, em 1808, quem vem é a família real, acossada pelas tropas de Junot. Os parentes de Manoel José aconselham-no a não retornar. Em 1812 o Governador Francisco Alberto Rubim proclama o valor das nossas terras, procura atrair gente nova, e manda abrir a primeira estrada que iria, nos limites da Capitania, encontrar a que vinha de Ouro Preto, mais ou menos no traçado da atual BR-262. Em 1818, já tomado de entusiasmo, Manoel José Esteves de Lima começa a organizar uma expedição. E em 1820, com 72 pessoas, partiu de Mariana, não

pela estrada do Rubim, mas, infletindo para o sul, abriu uma trilha até as cabeceiras do Rio Pardo. De fato, a antiga estrada já se achava obstruída em vários pontos e não havia nela garantia de tráfego. O certo é que Esteves de Lima com seus companheiros vieram tomando posse das terras, abrindo fazendas e semeando futuras cidades onde passavam: Guaçuí, Alegre, Muqui, Castelo, Jerônimo Monteiro, ou localidades como Reeve, a antiga Pombal. Depois de acampar na desembocadura do Castelo, a que chamou Duas Barras, o Capitão Mor foi até o Itapemirim onde o Sargento Mor dos Índios, Joaquim Marcelino da Silva Lima o acolheu, com ele retornando até Duas Barras de cujo local tomou posse, abrindo depois a Fazenda do Bananal onde 40 anos depois, a 18.12.1860, viria falecer como Barão de Itapemirim. Verificaram ambos que se poderia criar próspero tráfico comercial entre Mariana e Itapemirim, em tropas de burros até o cachoeiro, e dali para baixo usando canôas no leito manso do rio.

Em 1825 Manoel José Esteves de Lima vem rever as terras das quais se assenhoreara. Nelas deixara seu sobrinho João Manoel Gonçalves Monteiro que, com apoio de Joaquim Marcelino, instalara um quartel de pedestres em Duas Barras e outro na margem esquerda das corredeiras do rio, lugar onde também seria erguida a primeira Igreja, a do Espírito Santo, e, muito depois, a casa comercial de Samuel Levy com o Porto Samuel, e já neste século a primeira fábrica de cimento. Defronte, onde é hoje Baiminas, Joaquim Marcelino plantaria mais tarde um galpão e faria um atracadouro para batelões e canoas, o futuro Porto do Barão, já no 2º Império.

Esteves de Lima faleceu em 1855, aos 77 anos, em sua Fazenda Santa Marta, Mariana. Não chegara a ver o arraial próspero se transformar, pela lei provincial nº 11, de 16 de julho de 1856, em Freguezia (distrito, hoje) com o nome de Parochia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim. O primeiro Vigário foi o Pe. Francisco de Assis Pereira Gomes, chegado em 1857, porém, somente o Pe. Manoel Leite de Sampaio Mello, já em 1861, rezou Missa para o povo numa capela improvisada no armazém do Porto do Barão.

O Município de S. Pedro do Cachoeiro de Itapemirim seria criado pela lei provincial nº 11, de 23 de novembro de 1864, passando a sede à categoria de Vila, instalada sua primeira Câmara Municipal a 25 de março de 1867, com os Vereadores: Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, Presidente; Misael Ferreira de Paiva; Francisco de Souza Monteiro; Antônio Olyntho Pinto Coelho; José Vieira Machado; José Antônio Oliveira Seabra; e Pedro Dias do Prado, único com seu nome numa rua. Eram todos agricultores ou comerciantes, por vezes acumulando as duas atividades, o que assinala quais as classes dominantes.

A Comarca foi objeto da lei nº 9, de 16 de novembro de 1876, sendo instalada a 25 de março de 1877, e o Juiz nomeado foi o Dr. Didmo Agapito da Veiga Jr.

A situação geográfica da cidade, desde seu primeiro acampamento, dela fez um entreposto comercial. Do porto da Vila vinham, além do sal, o bacalhau, os tecidos, os produtos do Reino, trazido em canoas até os improvisados atracadouros à jusante do cachoeiro. A tropa de burros levava-os pela trilha já batida, após descarregar nos batelões o toucinho, a carne de porco salgada, o fumo e outros que tais, que haviam trazido dos sertões de Mariana. Depois foram as precárias estradas de terra, os carros de bois e as tropas ligando o novo centro não apenas às fazendas próximas, mas à Zona da Mata, a Campos dos Goitacazes e ao próprio porto da Vila, levando e trazendo café e cereais e mercadoria variada. Seguiram-se as ferrovias e, já há menos tempo, as rodovias asfaltadas comunicando a cidade com a capital do Estado e com o Brasil inteiro.

Aos primeiros habitantes, portugueses, mineiros, fluminenses e paulistas, quase todos depois ligados às famílias Silva Lima e Bitencourt, ou aos Souto. Gomes e Pinheiro, dos ramos direto e colateral do Barão de Itapemirim, vieram juntar-se os Bello, os Amorim, os Cunha, os Moreira, os Machado, os Coelho, os Vieira, os Souza Monteiro, os Ferreira Rios, os Quintaes, os Gonçalves, os Braga, os Penedo, os Albuquerque, os Silva e tantos outros, os descendentes se entrelaçando pelo casamento.

Mais tarde chegaram os sírios e libaneses que, na maioria já estabelecidos em Iconha ou diretamente chegados da terra, após uma vida de peregrinação como mascates, acabaram por se fixar neste animado centro de comércio.

A abolição da escravidão arruinou as antigas famílias, e os imigrantes italianos mais ricos ou os colonos antes fixados em S. João de Alfredo Chaves, adquiriram as tapeiras em que se transformaram as velhas fazendas, ou vieram para a nova cidade.

Esta posição de polo de difusão e atração de interesses vários, Cachoeiro nunca perdeu, tendo podido superar crises como a de 29/36, parecendo ir vencendo a que agora atravessamos. Ao seu comércio sólido veio juntar-se uma indústria de consumo obrigatório: cerâmica, mármore, calçados, laticínios, cimento, transportes, além do café, cereais e agro-indústrias, e nada deteve ainda seu progresso lento mas constante. Ainda não foi negada sua vocação comercial e achamos que nunca o será em qualquer tempo ou regime.

Cachoeiro nascido de país independente, Cachoeiro republicano, Cachoeiro das lutas contra o nazi-fascismo, Cachoeiro em que a iniciativa particular anda à frente das governamentais, Cachoeiro que continua crescendo pela inteligência, cultura e amor ao trabalho de seus filhos, Cachoeiro eterno, nosso Cachoeiro. Seus desbravadores demoraram, mas vieram, ficaram e aqui deixaram sua fibra.

Waldemar Mendes de Andrade

Fontes: Marins, Antônio — Minha terra e meu Município.

Taunay, Afonso E.

Oliveira, José Teixeira — Hist. do E.E. Santo.

Lamego, Alberto — Revista do IHGES.

Amorim, Joaquim — Joaquim Pires de Amorim.

Andrade, W.M. — Cach. Itap. no seu 1º Centenário.

DEPOIMENTO SOBRE NEWTON BRAGA

Orlando Moraes

Guardo de Newton Braga uma impressão que provavelmente surpreenda e talvez até se choque com a da maioria das pessoas da elite e das classes dominantes de Cachoeiro naquele tempo, não com a das classes mais modestas, que gostam ou não gostam das pessoas, mas raramente manifestam sua impressão ou se arvoram a julgar os outros.

Convivi mais de perto com Newton no período que vai de 1940 a 1957 e com ele trabalhei no Partido Socialista, na Rádio Cachoeiro de Itapemirim, na Galo-Publicidade, no jornal "A Época" e editando algumas revistas sobre Cachoeiro e outros municípios vizinhos.

Newton Braga não era apenas um poeta, um lírico, um excêntrico, "um observador irônico e sentimental do mundo". Era um trabalhador infatigável e inexcedível nas áreas do esporte, das artes, da cultura em geral, do lazer e do bem estar social. Até a década de 50 não havia em Cachoeiro, nem mesmo em nosso Estado, organismos públicos para supervisionar essas atividades, que apenas recebiam algum estímulo da Prefeitura e do Governo estadual, de preferência através da rede oficial de ensino, onde se situava a faixa etária mais interessada no assunto.

Pois bem, o saudoso Newton Braga era quem, de livre e espontânea vontade, sem qualquer remuneração, comandava, inspirava, estimulava e protegia todas estas atividades em Cachoeiro.

O candidato a jornalista ou a escritor com suas frustrações, o poeta desajustado com sua poesia, o músico com seus permanentes problemas financeiros, os jovens desejosos de se realizarem e se projetarem no teatro, o pintor pretendendo o reconhecimento de sua arte, o conferencista em busca de um patrocínio remunerador, o político necessitado de um discurso convincente, o amante das brigas de galo ou de canário, o dono de circo, o dirigente de futebol, o grupo

da sociedade carnavalesca, todos se dirigiam ao Newton que sempre contribuía com uma ajuda, uma idéia, uma orientação, um ensinamento.

Ele não dispunha de uma burocracia a seu serviço, não tinha gabinete ou escritório, nem secretárias ou funcionários, e muito menos automóvel, telefone, máquinas e equipamentos. Sozinho, em sua mesa cativa do velho Bar Vitória ou do tradicional Belas Artes, tomando sua cachacinha, ele atendia sua numerosa clientela e resolvia a maioria dos problemas com uma facilidade espantosa. Quando, há algum tempo, estive interinamente na presidência da finada Fundação Cultural do Espírito Santo, eu disse a um repórter que faria uma boa administração se conseguisse encarnar o espírito de Newton Braga, porque o poeta, em vida, lá em Cachoeiro, dirigiu muito bem, durante duas décadas, um enorme e informal organismo de cultura, de lazer, de esporte e de bem estar social.

Recordo com saudade o extraordinário jornalista que redigia sozinho o "Correio do Sul", bi-semanário fundado por seu irmão Armando e, na ocasião, servindo como órgão oficial da Prefeitura na administração Fernando de Abreu, que o manteve durante algum tempo, pagando ao Newton 300 mil réis por mês. Quem cuidava da parte comercial era o Alfredo Freitas e o tipógrafo era o eficiente Helio Ramos, vulgo Maestro, que tocava clarineta na Lira de Ouro e compunha todo o jornal a mão, quase sem necessidade de revisão, e o rodava numa velha máquina tipográfica com a ajuda apenas de um garoto encarregado da entrega aos assinantes e de uma pequena venda avulsa.

O jornal tinha uma situação jurídica meio indefinida, funcionava no andar inferior do antigo e histórico prédio da Prefeitura (demolido por administradores insensatos), não se sabia ao certo seu proprietário, se o PSD ou a Prefeitura, mas o importante é que Newton o dirigia e o redigia com total autonomia, de sorte que era uma valiosa arma em suas mãos a serviço da comunidade, a cujos leitores levava a notícia simples e singela de todos os fatos, de todos os setores, de todas as atividades, sem sutis ou grosseiras distorções.

Em Cachoeiro daquele tempo ter ou não ter sucesso uma promoção cultural, haver ou não haver carnaval, o esporte recriar-se de animação ou entrar em recesso, enfim

qualquer atividade do gênero dependia muito do “Correio do Sul” e particularmente do Newton. A consolidação do “Dia de Cachoeiro”, por ele criado, foi conquistada principalmente através daquele jornal. Era impressionante a habilidade com que ele, a partir de março ou abril de cada ano, nas páginas do velho bi-semanário, ia chamando a atenção do “povão”, ia despertando seu interesse, num crescendo de notícias que culminava com as edições especiais de 29 de junho, dia máximo da popular festa do cachoeirense ausente. Quando ele cansou do “Correio do Sul”, se não me engano por volta de 1945/46, quis me deixar em seu lugar, mas eu recusei com medo de substituir uma das raras pessoas que eu considerava realmente insubstituível.

No esporte e principalmente no futebol, Newton teve também uma atuação marcante, a princípio como zagueiro do Estrela do Norte F. C., no qual formou um famoso trio final (era assim que se dizia) com Elias Apolinário e Maciel, e depois como cronista do ramo, como técnico e como dirigente. E como em futebol, fora do campo vale tudo, ele não fazia por menos, embora por simples “gozação”. Quando de certa divergência entre Cachoeiro e Estrela, em que cada qual liderava uma Liga de futebol, o primeiro estava levando vantagem, pois havia contratado o Fluminense do Rio, para jogar em Cachoeiro dia 29 de junho daquele ano, enquanto o Estrela não conseguira mais que o Goitacazes de Campos, para a mesma data. Então, Newton contratou um ônibus e, maliciosamente, afixou nele uma faixa oferecendo condução gratuita para o grande jogo em Sumaré, entre fluminenses e capixabas (Estrela), o que, evidentemente, não era mentira e deu excelente resultado para desespero dos dirigentes do Cachoeiro.

A partir de 1945, já sem o “Correio do Sul” em suas mãos, o saudoso poeta cachoeirense teve uma participação singular e curiosa na política, para a qual não manifestava muita vocação. Seu irmão Rubem Braga e outros intelectuais do Rio haviam ido a Cachoeiro para ali instalar o Partido Socialista Brasileiro e os primeiros dirigentes escolhidos foram Deusdedit Batista, Rage Miguel, Elimário Imperial, Newton Meireles, Poincaré Braga, Adelson Moreira, eu e alguns outros. O Partido era muito fraco, mas seu principal mentor e eminência parda, que era Newton Braga tinha idéias, engenho e arte, de sorte que não foi difícil conduzi-lo a uma posição de relativo destaque. O Presidente do

Partido era Ruge Miguel que, com seu prestígio de médico e filho de libaneses, sempre arranjava um velho caminhão de seus patrícios, em cima do qual viajávamos e fazíamos comícios entremeados de shows musicais (talvez os primeiros do Brasil) nos bairros e distritos rurais. Newton era quem organizava tudo, escalava oradores, músicos e cantores, mas na hora do comício, enquanto nós nos esguelávamos para conquistar os eleitores, ele ficava andando pelas proximidades e tomando sua cachacinha. Na zona rural, muito conservadora, o resultado não foi bom, mas, na cidade, conseguimos, em 1946, fazer mais legendas que a forte coligação PSD-UDN e elegemos dois vereadores. A propósito dessa eleição, lembro-me que nosso querido poeta, quase a força, foi também registrado como candidato, mas não pedia um voto sequer e não admitia publicidade em torno de seu nome. Desaconselhou mesmo sua esposa Isabel a mandar a empregada votar em Canduru.

— Olha Isabel, você vai ficar sem a cozinheira neste domingo e eu sem o voto. Silvio Coelho não vai deixar essa moça entrar com minha cédula em seu curral eleitoral.

E realmente deu boas gargalhadas e divertiu-se muito com os amigos quando verificou, mais tarde, que não havia recebido um único voto em Conduru.

O Partido Socialista chegou a possuir um pequeno semanário, "A Época", que deixou a marca de sua passagem em Cachoeiro, pela independência e qualidade de seu corpo redatorial, por suas reportagens e artigos que abalaram conceitos e influíram no curso de acontecimentos políticos. Newton não aparecia no jornal com seu nome, mas era ele quem lhe dava os toques mais inteligentes de malícia e humor político em suas notas e comentários. Certa vez, em 1946, ele me ajudou a formular perguntas aos constituintes capixabas para uma reportagem que se intitulou "Um repórter do mato no Palácio Tiradentes". Alguns deputados e senadores caíram na malha feita pelo Newton e deram respostas que alteraram o curso da sucessão governamental no Espírito Santo.

Houve certo período em Cachoeiro, durante o qual nosso grupo, inspirado e alimentado pela inteligência de Newton, praticamente dominava ou exercia poderosa influência em quase todos os setores da vida da comunidade lo-

cal. Na Câmara tínhamos duas cadeiras de vereador, nas quais se revezavam Elimário Imperial, Newton Meireles e Deusdedit Batista e outros, que davam enorme cansaço aos demais edis e ao próprio Prefeito Dulcino Monteiro de Castro, médico humanitário e de grande prestígio que, certa vez, fugindo à sua formação e ao seu temperamento, não se conteve comigo ao ser procurado para assistir minha mulher em um parto:

— Olha, eu sei que você é do grupo do Partido Socialista, mas eu vou atender à sua esposa.

Além de nossa presença marcante na política e na administração municipal, através daqueles vereadores, nós praticamente dominávamos toda a imprensa, a Liga Municipal de Esportes, os clubes sociais, os carnavalescos, os esportivos (com exceção do Iole Club que era uma espécie de propriedade dos integralistas), todos os movimentos culturais e de lazer e exercíamos forte influência na Rádio Cachoeiro através do próprio Newton Braga, na área sindical por intermédio do Meireles, no ensino via Deusdedit, Isabel, Rage e outros e no meio estudantil através de Gilson Carone e seus companheiros. Só não tínhamos influência sobre os meios econômicos, financeiros e empresariais, nos quais apenas de longe em longe dávamos o sinal de nossa graça, quando éramos solicitados profissionalmente, sob forte desconfiança, para alguma promoção publicitária.

Mesmo assim, Newton Braga comandou algumas incursões na área econômica, com resultados positivos, como por exemplo quando surgiu a ameaça da broca do café entre 1947 e 1948. O café ainda representava 80 a 90% do total da produção do Espírito Santo e o terrível parasita provocou grande alarme e preocupação em todos os meios, provavelmente com algum exagero, como é de hábito de nossa gente, com vistas a obter proteção e vantagens do poder público. Talvez inspirado por seu sogro, Emílio Coelho da Rocha que era fazendeiro, e por solidariedade a ele, foi o poeta cachoeirense, na sua simplicidade, quem liderou, na imprensa e no rádio, um grande movimento, realizando inquéritos, reportagens, mesas redondas, atraindo técnicos, redigindo mensagens às autoridades, provocando, enfim, as primeiras medidas práticas de combate à broca do café.

Hoje eu fico pensando que teria sido muito divertido e nossa hegemonia teria sido quase total, não só em Cachoeiro como nos municípios vizinhos, se aquele período de força

do grupo tivesse coincidido com o de minha permanência na gerência local do Banco do Brasil, de 1961 a 1970. Cabe também acrescentar que a força das oposições em Cachoeiro, inclusive após o golpe militar de 1964, é fruto das sementes lançadas naquela época, como atesta a permanência em cena, atualmente, de líderes do porte de Gilson Carone, Deusdedit Batista e outros.

Mas, ao lado de todo esse trabalho, de toda essas realizações, foi com a criação do "Dia de Cachoeiro" que Newton deu sua maior contribuição prática e objetiva ao progresso material de sua cidade. A festa tem aquele toque do poeta, humano e sentimental, do reencontro e do abraço de amigos e de conterrâneos. Mas é, também, uma grande promoção comercial. E Newton criou-a, deu-lhe impulso e animou-a por sua vida afora, muito intencionalmente com esta finalidade, embora com uma sutileza delicada e modesta. Ele sentia uma grande alegria em ver o que chamava "arrumação da casa" para a festa: conclusão de obras públicas ou privadas, pinturas de prédios, acertos nos jardins e nas calçadas, limpeza geral, decoração, idéias novas, livre iniciativa, comércio vendendo, povo comprando, enfim, a cidade agitar-se toda, enfeitar-se, ela e sua gente.

Mesmo sem libertar-se totalmente de suas múltiplas atividades em favor da comunidade, pois o próprio povo, procurando-o sempre, não o permitia, a partir de 1950 Newton começou a desativar umas (como o esporte) e a diminuir outras. Dizia-me, com certa frequência, que seus filhos estavam crescendo e ele necessitava de ganhar dinheiro. A Galo Publicidade, cuja responsabilidade comercial era minha, já estava fundada desde 1948 e nós entramos também como pequenos sócios da Rádio Cachoeiro de Itapemirim, que havia sido adquirida por Wilson Resende e lançamos algumas edições de revistas sobre Cachoeiro e municípios vizinhos. Na Rádio, o criador do "Dia de Cachoeiro" realizou um magnífico trabalho de melhoria da programação artística, como da parte publicitária e jornalística e da curta passagem por aquela emissora, guardo na memória não só a figura simpática do poeta, como, entre outras, também a do cantor Roberto Carlos que, ainda menino, de muletas e semblante um tanto triste, ali ia à tarde para fazer seu programa ao vivo, como era hábito na época.

Na publicidade comercial, atividade de que Newton realmente gostava e à qual se dedicava com todo carinho.

com toda força de seu poder criador e de aproveitamento das motivações mais singelas e inesperadas, teria realizado muito se tivesse encontrado melhor campo em Cachoeiro e se este seu amigo, em quem alimentava grande esperança, lhe tivesse dado melhor colaboração na parte comercial. Mas eu havia optado pela carreira de administrador do Banco do Brasil e fui me afastando gradualmente daquelas atividades, até me desligar totalmente, mais ou menos em 1957/58.

Em 1959, pela necessidade de educar e encaminhar os filhos, Newton transferiu residência para o Rio de Janeiro, onde passou a produzir muito mais na imprensa e na publicidade e exerceu cargos de importância, como o de Chefe de Relações Públicas da Secretaria de Saúde. Mas, em várias páginas, não conseguia esconder seu desencanto e amargura de viver em cidade grande. Observando uma demolição de casa onde havia uma palmeira, ele escrevia com a alma de poeta: "Haverá quem salve a palmeira moça?" Em outras oportunidades, ele estranhava muita coisa do Rio: "Por exemplo: custei a acostumar a não ceder lugar a mulher nos ônibus". A seguir dizia, referindo-se a Copacabana: "Permanecemos ínfimos em seus arranha-céus, em suas ruas, peixes que vivem na rede, nem sabem de mar, que a rede os aglutina e arrasta — nem sabem que estão sendo arrastados e se debatem inconscientes, na tessitura envolvente, nem sabem que há mares sem redes". E quando tinha oportunidade de voltar a Cachoeiro: — "Não tanto quanto o coração desejara — mas quanto o permite — revejo minha terra e minha gente".

Poucos dias antes de sua morte, ocorrida a 1º de julho de 1962 no Rio de Janeiro, parece que pressentindo o acontecimento, ele escrevia: "Semana dura, de notícias de mortes. De parentes, amigos, conhecidos. E, ainda uma vez, sinto-me algo defendido por essa imponderável tessitura que reduz os choques. Uma espécie de obtusão: a notícia bate, mas não é absorvida de imediato. As implicações vêm lentas, aos poucos. Não sabemos ou não podemos conceber, de pronto, a ausência total: pelo passar dos dias é que irá penetrando, se fazendo real, definitiva".

É de se admirar que um intelectual, um poeta, um homem culto, educado e de fino trato tenha dedicado tanto de seu tempo em Cachoeiro, para ser o mentor das camadas mais modestas da comunidade em suas atividades de cultu-

ra, de esporte e de lazer e para resolver seus problemas mais prosaicos. Mas Newton, como um trabalhador infatigável, ainda encontrava tempo para colaborar em jornais e revistas do Rio e de Belo Horizonte, para fazer poesia da melhor que já se fez no Espírito Santo, para publicar livros como "História de Cachoeiro", "Lirismo Perdido", "Cidade do Interior" e "Poesia e Prosa" e para pesquisar e ler muito nas noites indormidas como aquela em que morreu, recostado na cama, com um livro sobre o peito, "sem amolar ninguém"

Vitória, 06 de outubro de 1981

Orlando Moraes

TEATRO CAPIXABA PRÉ-ANCHIETANO

Oscar Gama Filho

Homem-mor do colonialismo português no Brasil, José de Anchieta é um ponto por onde todas as retas culturais do século XVI não podem deixar de passar. Nenhum olhar de águia é necessário para unir seu projeto catequético à guerra oculta e não declarada de tomada do pré-Brasil aos índios. Anchieta foi o principal articulador dessa guerra, no que ela teve de psicológica, graças ao poder de persuasão de suas peças, de suas palavras e de sua conduta. Não é, entretanto, muito claro o motivo pelo qual a obra de Anchieta continua a ser estudada, pesquisada e reeditada, enquanto que a obra de outros jesuítas seus contemporâneos e de mérito igual não é sequer citada. Esse descaso poderia ser atribuído à necessidade de construção ideológica de um herói-símbolo de uma era, de um modelo/molde que ajudasse na sujeição das gerações futuras? Não é lógico que a visão de um ídolo é melhorada pela retirada de cena das estátuas de deuses menores que o rodeiam?

Parece ter sido um processo semelhante o responsável pelo descaso em relação às inúmeras manifestações teatrais não-anchietanas do século XVI. Em termos de Espírito Santo, por exemplo, sua peça **Na Aldeia de Guaraparim**, que estreou a 8 de dezembro de 1585, em Guarapari (E.S.), é considerada como o marco inicial do teatro no Estado. Recentemente, porém, lendo os famosos **Tratados da Terra e Gente do Brasil**, de Fernão Cardim (3 ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978), deparo com referências à montagem de uma peça do jesuíta Álvaro Lobo em 1584, no Espírito Santo, ou seja, um ano antes que estreasse **Na Aldeia de Guaraparim**, de autoria de Anchieta. Se eliminarmos a hipótese do processo de construção de um herói da ideologia, fica difícil imaginar como essa encenação passou despercebida pelos historiadores capixabas, já que Serafim Leite, na p. 609 do Tomo II de sua **História da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, Portugália/Civilização Brasileira, 1938), também a menciona, conferindo-lhe

o título de **Diálogo da Ave-Maria**, que passarei a utilizar. 1. Tentarei, a seguir, localizar no tempo e no espaço tanto Álvaro Lobo — de quem pouco se sabe — quanto a sua obra, preenchendo algumas das lacunas ainda existentes.

Colônia criada “por decreto”, no Brasil quinhentista, paradoxalmente, as leis, as instituições, o governo e a religião foram preparados e implantados fora daqui, no estrangeiro Portugal, **a priori**, de cima para baixo, antes daquele elemento do qual, segundo os idealistas, emanaria o poder: **o povo**. Por incrível que pareça, na formação nacional, o Estado antecedeu o povo. Toda semelhança com a atualidade não é mera coincidência. E se não havia povo, não se pode dizer que havia pátria. Os únicos que, nesse pré-Brasil, possuíam pátria eram os índios, pois a pátria dos brancos obviamente era Portugal. O sentimento patriótico em relação ao que viria a ser o território brasileiro, se havia, estava presente apenas no gentio, visto que o objetivo dos portugueses não era, em geral, fixar residência aqui, mas sim enriquecer o mais extrativisticamente possível e voltar para a Europa. Como o povo existente (os índios) não era o povo brasileiro e não tinha a confiança do Estado, era necessário dissolvê-lo (física e espiritualmente) e criar outro. O teatro foi um dos meios empregados nessa tarefa por jesuítas como Anchieta.

Fernão Cardim, em um dos capítulos dos seus **Tratados da Terra e Gente do Brasil** — a “Informação da Missão do P. Christovão Gouvêa às Partes do Brasil” — descreve a entrada na capitania e a montagem da peça de Álvaro Lobo, chamada de “diálogo” porque possuía apenas dois personagens:

“(…) aos 21 tomamos a capitania do Espírito Santo, que dista 120 léguas da Bahia. (...) Têm os padres nesta capitania, três léguas da vila, duas aldeias de índios a seu cargo, em que residem os nossos, que terão três mil almas cristãs. (...) Véspera da Conceição da Senhora, por ser orago da aldeia mais principal, foi o padre visitador fazer-lhe a festa. (...) O dia da Virgem disse o Sr. Administrador missa cantada, com sua capela, e o padre visitador pela manhã cedo antes da missa batizou setenta e três adultos, em o qual tempo houve boa música de vozes e frautas, e na missa casou trinta e seis em lei de graça, e deu a

comunhão a trinta e sete. (...) Acabada a missa houve procissão solene pela aldeia, com danças dos índios a seu modo e à portuguesa; e alguns mancebos honrados também festejaram o dia dançando na procissão, e representaram um breve diálogo e devoto sobre cada palavra da Ave Maria, e esta obra dizem compos o Padre Álvaro Lobo e até ao Brasil chegaram suas obras e caridades". 2

Fernão Cardim descreve acontecimentos que ele mesmo presenciou, é bom lembrar. Esta é uma das primeiras referências à música e à dança no Espírito Santo. Quanto à peça de Álvaro Lobo, Cardim informa que a montagem ocorreu no "dia da Virgem", que, segundo Serafim Leite, na já citada página de sua **História da Companhia de Jesus no Brasil**, cairia em 8 de dezembro. Portanto o **Diálogo da Ave-Maria** teria sido encenado a 8 de dezembro de 1584.

Resta determinar o local. Pelas indicações de Cardim, sabe-se que era a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, situada a "três léguas da vila" de Vitória. José de Anchieta, em suas **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermons (1554-1594)** (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. p. 419), informa que existem, em 1585, a uma distância de "três ou quatro léguas da vila, por um rio muito ameno a riba, uma aldeia de índios da invocação de Nossa Senhora da Conceição, e outra a meia légua desta que se diz de S. João". 3. Como as aldeias estavam sujeitas a mudanças de lugar, adnrite-se até mesmo que, como expõe José Antônio Carvalho em sua insuperável obra **O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo** (Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1982. p. 80), no decorer da sua existência, a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição tenha se situado na antiga Aldeia Velha (atual cidade de Santa Cruz), que, entretanto, dista aproximadamente doze léguas de Vitória. 4. Não há dúvida, porém, que a Aldeia de São João, que Anchieta e Cardim dizem estar a meia légua da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, ficava na atual Carapina. A partir desse dado, parece mais provável que, em 1584, a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição estivesse localizada na atual cidade de Serra, como sugere José Teixeira de Oliveira em sua **História do Estado do Espírito Santo** (2 ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 90): "(...) Seria a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição (da Serra), hoje Serra". 5.

Falta, ainda, tornar mais nítida a figura do autor Álvaro Lobo, que — por enquanto — tem habitado este ensaio apenas como um fantasma impertinente, sombra por que passamos sem atenção, como se de tão cotidiana já nem possuísse corpo. Serafim Leite, no Tomo II de sua **História da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, Portugal/Civilização Brasileira, 1938. p. 609), informa sobre a representação do **Diálogo da Ave-Maria** no Espírito Santo e esclarece que, apesar dela, o Padre Álvaro Lobo não esteve no Brasil. 6. Pelos dados fornecidos por Diogo Barbosa Machado, no Tomo I de sua **Biblioteca Lusitana** (Lisboa, Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741. p. 106), pode-se concluir que Álvaro Lobo nasceu em 1551, em Trás-os-Montes (Portugal), e faleceu a 23 de abril de 1608, em Coimbra:

“Nasceu em Vila Real da Província Transmontana, e das mais qualificadas famílias daquela Vila de que descendiam seus Pais Antonio Lobo, e Beatriz de Contreiras. Aos 15 anos de idade passou a Coimbra, e no Colégio dos Padres Jesuítas foi admitido a seu colega em 28 de fevereiro de 1566. Nesta escola saiu tão perfeitamente instruído nas Humanidades, que por alguns anos as ensinou aos seus domésticos com grande fama de insigne Poeta, e consumado Orador. Semelhante nome alcançou, quando em Évora ensinou Filosofia por espaço de quatro anos. Mais ilustre se fazia a sua ciência pelas virtudes, em que florescia, como eram a contemplação dos bens eternos, o desprezo dos caducos, a humildade profunda, e o domínio sobre todas as paixões. Foi regente dos Estudos de Braga, e de Lisboa, Reitor do Colégio do Porto. Ainda que era de saúde pouco robusta se aplicou com desvelo a compor a História da Companhia desta Província, a qual não lhe pôs o desejado fim interrompido pela morte, que o trasladou a melhor vida em Coimbra a 23 de abril de 1608 com 57 anos de idade, e 42 de religião”. 7.

Inocência Francisco da Silva, no Tomo I do **Dicionário Bibliográfico Português** (Lisboa, Imprensa Nacional, 1858), além dos informes biográficos já mencionados, cita duas obras de que Álvaro Lobo é autor:

“Martirologio Romano acomodado a todos os dias do ano, conforme a nova ordem do Calendário (...). Coimbra, por Antônio de Maris 1591. 8º — E no fim vem: Martirologio dos Santos de Portugal e Festas Gerais do Reino (...). Coimbra, pelo mesmo, 1591. (...) Duvida-se o P. Álvaro Lobo é autor da **Crônica do Cardeal Rei D. Henrique**, que a Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis publicou pela primeira vez em 1840”. 8.

"Martinhologia Humana associada a todos os dias
do ano, conforme a nova ordem do Colégio (...).
Colégio, por António de Mello, 1901. 8º — E no fim
vem: Martinhologia dos Santos de Portugal e Brasil. Os-
tens de Hino (...). Colégio, pelo mesmo, 1901. (...)
Livraria de P. Álvaro Lobo é autor da Colónia de
Cardinal Mel D. Henrique, que a Sociedade Progre-
ssa dos conhecimentos está publicando pela primeira
vez em 1907. 8.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- 1 LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa, Portugália/Civilização Brasileira, 1938. p. 609. (Tomo II).
- 2 CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. 3 ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978. p. 203-5.
- 3 ANCHIETA, José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. p. 419.
- 4 CARVALHO, José Antônio. **O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1982. p. 80.
- 5 OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**, 2 ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 90.
- 6 LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa, Portugália/Civilização Brasileira, 1938. p. 609. (Tomo II).
- 7 MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. Lisboa, Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741. p. 106. (Tomo I).
- 8 SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858. (Tomo I). s. v. **Álvaro Lobo**.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1. LÉITE, Sueli. História da Composição de Jans de Jans. In: *Atas do Encontro Nacional de História da Linguagem*, 1982, p. 105. (Tomo II).
2. CARVALHO, Paulo. Tratado da Teoria e Prática da Língua. 1 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 105-6.
3. ALMEIDA, José de. O ensino da Língua Portuguesa. In: *Revista de Língua Portuguesa*, 1982, p. 110.
4. CARVALHO, José Antônio. O ensino da Língua Portuguesa. In: *Revista de Língua Portuguesa*, 1982, p. 110.
5. ALMEIDA, José de. O ensino da Língua Portuguesa. In: *Revista de Língua Portuguesa*, 1982, p. 110.
6. LÉITE, Sueli. História da Composição de Jans de Jans. In: *Atas do Encontro Nacional de História da Linguagem*, 1982, p. 105. (Tomo II).
7. MACHADO, Paulo. História da Língua Portuguesa. In: *Revista de Língua Portuguesa*, 1982, p. 110. (Tomo II).
8. SILVA, Paulo. História da Língua Portuguesa. In: *Revista de Língua Portuguesa*, 1982, p. 110. (Tomo II).

OS PRESIDENTES DO ESTADO NA REPÚBLICA VELHA

Joaquim Pires de Amorim

Proclamada a República Brasileira a 15 de novembro de 1889, por decreto do Governo Provisório, de 16 de novembro, foi nomeado governador do Espírito Santo o Dr. Cláudio de Freitas Rosa, que assumiu a 21 do mesmo mês e permaneceu no cargo até 09 de outubro de 1890.

Seu substituto foi o Dr. Constante Gomes Sodré que ocupou a governadoria por dois meses e nove dias, exonerando-se a 20 de novembro de 1890, ano em que o chefe do poder executivo recebeu a denominação de presidente.

O terceiro dirigente foi o coronel Henrique da Silva Coutinho que tomou posse a 21 de novembro, permanecendo no posto até 10 de março de 1891.

Seguiu-se o Dr. Antonio Gomes de Aguirre, governando de 11 de março a 06 de julho de 1891. Nesse mesmo dia foi eleito pelo Congresso Legislativo, o Barão de Monjardim, assumindo a 7 de junho, sendo deposto a 18 de dezembro, devido o golpe de estado dado pelo marechal Deodoro da Fonseca a 03 de novembro de 1891.

Ficou o estado até 02 de maio de 1892, administrado por uma Junta Governativa composta dos cidadãos: Cel. Inácio Henrique de Gouveia, Dr. Graciano Neves e Dr. Galvão Teixeira Lins de Barros Loreto.

Eleito pelo Congresso, na sessão de 02 de maio de 1892, assumiu a presidência no dia seguinte o Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, que terminou o seu mandato a 23 de maio de 1896.

Por eleição direta de 02 de fevereiro de 1896, a primeira realizada no Espírito Santo para presidente, saiu vitorioso o Dr. Graciano dos Santos Neves, que foi empossado a 23 de maio de 1896 e renunciou a 22 de agosto de 1897.

Assumiu o governo o vice-presidente Dr. Constante Sodré, que passou o cargo a 06 de janeiro de 1888 ao Dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, eleito presidente em 30 de dezembro de 1897.

Os demais presidentes foram: Dr. Muniz Freire (1900 a 1904), Cel. Henrique Coutinho (1904 a 1908), Dr. Jerônimo Monteiro (1908 a 1912), Cel. Marcondes Alves de Souza (1912 a 1916), Dr. Bernardino de Souza Monteiro (1916 a 1920), Cel. Nestor Gomes (1920 a 1924), Dr. Florentino Avidos (1924 a 1928) e Dr. Aristeu Borges de Aguiar (1928 a 1930), este destituído pela revolução de outubro de 1930.

Com exceção de Marcondes de Souza, natural de Minas Gerais, Nestor Gomes e Florentino Avidos, fluminenses, os demais eram capixabas.

Os Drs. Afonso Cláudio, Muniz Freire, Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro e Aristeu Aguiar eram advogados; Antonio Aguirre, Graciano Neves e José Marcelino eram médicos; Constante Sodré era oficial reformado de Armada, Henrique Coutinho e Marcondes de Souza eram fazendeiros, Barão de Monjardim era proprietário, agricultor e alto funcionário do Ministério da Fazenda, Nestor Gomes era industrial e Florentino Avidos era engenheiro civil.

Na fase de 1890 a 1930, como substituto passaram pela administração estadual: Dr. José Horácio Costa, Dr. Graciano Neves, Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, Dr. Argeu Hortêncio Monjardim, Cel. Alexandre Calmon, Dr. Geraldo Viana, João de Deus Rodrigues Neto, Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita e Dr. Antonio Francisco de Ataíde.

A República Velha no Espírito Santo teve cinco períodos: Da proclamação a dois de maio de 1892, época agitada, segundo o historiador José Candido de Vasconcelos, quando tivemos em tão curto tempo onze presidentes.

De 03 de maio de 1892, posse do Dr. Muniz Freire, a janeiro de 1906 quando houve cisão no partido, motivada pelo desentendimento entre o senador Muniz e o Coronel Coutinho, então chefe do poder executivo.

O terceiro período a partir de 1905, com muitos empates, terminou em 23 de maio de 1908 data da posse do Dr. Jerônimo Monteiro.

Iniciado em 1908 o quarto período, com a fusão geral dos partidos, atendendo ao apelo do presidente Jerônimo Monteiro, o Espírito Santo gozou dois anos de paz. Mas, na década de 1910, a trégua foi quebrada, sobretudo por ocasião das sucessões presidenciais, com lutas violentas, provocando revoluções em 1906 e em 1920.

No último período, começado em 1920 quando assumiu o governo o Cel. Nestor Gomes, foi normalizada a situação política, haja vista que as escolhas para o Palácio Anchieta em 1924 e também em 1928 foram realizadas democraticamente. A harmonia na terra capixaba somente voltou a ser alterada em consequência da revolução de 03 de outubro de 1930.

Iniciado em 1905 o quarto período, com a fusão entre
os partidos existentes ao longo do presidente Jordano
Llanusa e Evaristo Sanjaume, dois anos de paz. Mas, no
verão de 1910, a situação foi agravada sobretudo por ocasião
das eleições presidenciais, com duas eleições, provenientes
realizadas em 1905 e em 1910.

No último período, começado em 1910 quando se iniciou
o governo o Cel. Manuel Gual, foi nomeada a situação
política, haja vista que as eleições para o Partido Republicano
em 1914 e também em 1918 foram realizadas com resultados
ruins. A situação se tornou cada vez mais difícil e em
última em consequência da revolução de 25 de outubro de
1934.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO

(12 de junho de 1916)

Manoel Milagres Ferreira

O convite, certamente talhado à moda da época, e amplamente difundido por três ilustrados membros da sociedade intelectual da nossa capital, objetivava **“a formação de um grêmio que se destinasse ao estudo de geografia e de história do País e, especialmente, do Espírito Santo”**, no próprio conceito do Dr. Carlos Xavier, orador da primeira reunião, o qual ainda declarou que a finalidade momentânea era a de preparar os festejos de homenagem ao herói espírito-santense, **DOMINGOS JOSÉ MARTINS**, membro proeminente nos fastos da Revolução Republicana de 1817, em Pernambuco, **“cujo centenário passará decorrido mais um ano”**.

O assunto repercutiu por toda aquela já desenvolvida aglomeração do ano de 1916, levantando e acelerando seu espírito cívico, ansioso por fazer lembrar os fatos ocorridos no passado, eles que se iam apagando à falta de onde e de quem os acendesse na memória popular.

Promoveram a vitoriosa idéia tornada histórica os Drs. Antônio Francisco de Ataíde e Carlos Xavier Pais Barreto, e o Farmacêutico Arquimimo Martins de Matos. Seus propósitos alcançaram plena adesão como nenhum outro **chamamento de antes ou posterior, até hoje**. Do maciço comparecimento às reuniões de preparo nesse ano, dizem bem as respectivas atas a partir do dia 12 de junho de 1916, quando se deu a fundação do atual Instituto.

E porque o alto objetivo do convite houvesse sido anunciado com antecedência e chegado às mais expressivas camadas da cultura capixaba, fossem os velhos ou os novos estudiosos, desde a magistratura, os parlamentares e jornalistas, os professores, os políticos, autoridades civis e eclesiásticas, e quantos dedicados ao estudo da história e da cultura em geral, o admirável é que os convencionais lotaram a sala do antigo edifício (desnecessariamente demolido) do antes **“Congresso Legislativo Estadual”** cedida à finalidade.

Após o longo e eloquente discurso do Orador, e concedida a palavra, usaram-na diversos dos presentes, todos dando irrestrito apoio à iniciativa. Ficou criada a sociedade, que tomou o nome pelo qual a conhecemos até hoje; designaram-se os membros de diversas comissões, inclusive a de preparar um Projeto dos Estatutos; e ainda designado o próximo dia 14 de julho para esta última apresentar o projeto que elaborar.

Foi o nº 1 da “**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**” que nos deu ensejo a momentos agradáveis, como o prazer de nos vermos um velho entre velhos amigos, uns íntimos, outros não: mestres, colegas, respeitáveis cidadãos de alto conceito na administração estadual e na sociedade, e todos, na pequena comunidade, facilmente nomeados e indicados por suas posições e aptidões. Antes do documento relatar o andamento da reunião, declinou um por um os nomes dos presentes, pouco mais de 40 (quarenta) personalidades da Vitória de então. E esse número cresceu para, beirando 60 (sessenta), entre os novos comparecimentos revelados pelas atas das duas reuniões seguintes, até a aprovação dos Estatutos da nova entidade.

E voltando nossa atenção para tantos acontecimentos do passado distante, sentimos, por instinto insano ou ainda viril, o desejo de lembrá-los neste dia de **SAUDADE**. E o faremos apontando os três promotores do importante cometimento, já citados no início destes escritos: Antônio Ataíde, Carlos Xavier e Arquimimo Matos. O primeiro, Engenheiro, ex-Deputado Estadual, conferencista, ex-Vice-Presidente do Estado e ex-Diretor do Núcleo Colonial Afonso Pena, no vale do Rio Guandu; — o segundo, Advogado, jurista de renome, historiador, Secretário de Estado e nosso professor de Pedagogia e Pedologia na Escola Normal, em 1913, e o Farmacêutico Arquimimo Matos, Chefe de Farmácia da nossa PM, Professor e ótimo fazedor de amigos. Os demais, pela ordem e inclusão de seus nomes nas atas, são eles, com a revelação de um pouco de suas posições, atividade ou conceito ao alcance de nossos conhecimentos: — o Dr. Bernardino Monteiro, então Presidente do Estado, no ato representado pelo ainda jovem Marcondes de Souza Junior, seu Chefe de Gabinete, aquele que depois foi Deputado Estadual e o “**Marcondinho**” de nossa atuante campanha pelo extinto PSD; — os Desembargadores Manoel dos Santos Neves, Anésio Serrano, Mendes Wanderlei e o veterano Afonso Cláudio, este

que fora o primeiro Presidente do Estado por nomeação no dia seguinte ao da proclamação da República do Brasil; os Drs. Artur de Araújo Primo, jurista e aquele que, no desempenho de 2º Secretário, é o subscritor do primeiro documento ora analisado; — Bernardino Alves Júnior, Secretário de Estado e jovem advogado no Foro da Capital; — J. J. Bernardes Sobrinho, Secretário de Estado e fervoroso orador, — os Juizes de Direito Espindula Batalha e Henrique O'Reilly de Souza; — os Sacerdotes Padre Dr. Elias Tomazzi e Camilo Loureiro Bento; — o Dr. José Rodrigues Sette, jurista professor e ex-Vice-Presidente do Estado, com algumas passagens pelo Governo; — os ilustres mestres Aristides Freire e Adolfo de Oliveira, o primeiro, jornalista e ambos, vernaculistas de nomeada, com vasto beneficio à mocidade espirito-santense; — o ex-Governador (Presidente) do Estado, Sr. Marcondes Alves de Souza, Agricultor em Muqui e ex-Prefeito de Cachoeiro do Itapemirim; — ainda mais professores: — Francisco da Fraga Loureiro, antigo mestre aí por todo o Estado e Inspetor Escolar; Alonso de Oliveira, normalista, bacharel e Juiz de Direito, e Eduardo de Andrade e Silva, estes últimos, os dois, nossos companheiros na “Banda Juvenil” das Escolas Jerônimo Monteiro (1910/1912); — Arnulfo Matos e Amâncio Pereira, o primeiro, cuidadoso e delicado educador, professor no Sul do Estado, nesta Capital e Diretor da Escola Normal posteriormente, e Amâncio foi emérito mestre, jornalista, historiador, tendo publicado trabalhos sobre a História e a Geografia do Estado, e nosso primeiro preceptor nesta Capital em 1909, antes de ingressarmos no curso normal, onde ouvimos as preleções dos lentes Drs. João Lordelo dos Santos (História Natural), — João Manoel de Carvalho (História Universal), — Aunon Sierra (Música), e Deocleciano Nunes de Oliveira. Todos ilustrados: João Lordelo, médico, João Manoel de Carvalho, Juiz e Desembargador, e Deocleciano, ex-Deputado Estadual, Secretário de mais de uma presidência, Professor e Diretor das “Escolas Normal e Anexas”, ex-Secretário do Ensino. Dele não esqueceremos o orador primoroso, com dicção clara e firme, postura correta e sem gestos desnecessários. Não foi orador de Praça Pública.

Continuando, retomemos a ordem interrompida quando nos deparamos diante dos nomes de nossos professores e quisemos apresentá-los antes que outros. Vem depois o Dr. Antônio de Azevedo Pimentel; — os médicos Luis Joufroy, da Estrada de Ferro Vitória a Minas e Antônio Gomes Aguir-

re, ex-Presidente do Estado em períodos muito curtos, e posteriormente médico da Saúde do Porto; — Targino Neves, o professor Mário de Oliveira, o Dr. Henrique de Novais, ilustre Engenheiro Chefe do Plano Rodoviário do Estado no Governo Bernardino Monteiro e Senador da República; — Dr. Carlos Sá, advogado, tribuno, Deputado Estadual e Secretário; — Francisco da Silva Rufino, farmacêutico e pessoa de muitas amizades; — os Drs. José Bernardino Alves, advogado e Secretário de Estado, Manoel Xavier Pais Barreto, ex-Juiz de Direito que, cedo, deixou o Estado; — Aristóteles da Silva Santos, jornalista e poeta; — e os Srs. João Calmon Adnet e Artur Antunes Barbosa Brandão, ao todo, contamos 43 pessoas, na leitura da ata da primeira reunião.

No mesmo fascículo, acham-se os termos de mais três sessões da Diretoria, a segunda delas realizada no dia 28 de Abril de 1917, quando tratou dos festejos ao 1º Aniversário de Fundação do Instituto conjuntamente com as solenidades programadas para o transcurso do 1º Centenário do Arca-buzamento de DOMINGOS MARTINS. Falaram diversos oradores sobre a nova instituição e, porque já estivesse pronto o Projeto dos Estatutos, ficou marcada uma Assembléia Geral para o dia seguinte (29 de Abril), quando o trabalho seria lido e aprovado; e, ainda, se elege-se nova diretoria e as Comissões Permanentes. Por proposta dos Drs. Antônio Ataíde, Carlos Xavier e Jonas Bezerra Montenegro, foram considerados Sócios Honorários as seguintes personalidades: Conde Jerônimo Monteiro, Conde Afonso Celso e Drs. Sá Viana, Mário Mello e Oliveira Lima.

Convocada na véspera, a terceira reunião (29 de Abril) cumpriu a longa agenda de trabalhos: — lidos, discutidos e apresentadas emendas ao “projeto”, os Estatutos foram aprovados; — eleitas as diversas comissões, inclusive a extraordinária destinada a organizar os festejos cívicos do próximo dia 12 de Junho. Na nova diretoria tomou parte como 1º Vice-Presidente o Dr. Ubaldo Ramalheite Maia, político natural de Santa Leopoldina, ex-Secretário nos Governos Jerônimo e Bernardino Monteiro e ex-Deputado Federal. Encerrada a sessão do dia sem qualquer referência aos novos sócios, o Sr. Presidente declarou que a próxima reunião seria dedicada aos trabalhos das comissões e “à posse dos eleitos que ainda não a tomaram”.

Os novos associados, segundo se lê nas 2ª e 3ª atas, são personalidades da época e todas eleitas para as diversas comissões: — o ex-Presidente do Estado, grande político, tribuno e Senador, Dr. Moniz Freire, Deputado Estadual e Deputado à Constituinte de 1891; — os Drs. Carlos Gonçalves e Levino Chacon, membros do nosso Tribunal de Justiça; — Elpídio Pimentel, professor, ex-Diretor de “A Vida Capixaba”, publicista e renomado filólogo, posteriormente lente no Colégio Pedro II (nosso colega de curso primário na atual Vila de Santa Cruz); — Américo Coelho, atuante advogado no Foro da Capital e ex-integrante do “Conselho Administrativo” — (uma espécie de legislativo estadual que vigiu nos últimos anos da Ditadura Vargas); — o Coronel Andrade e Silva, engenheiro, militar veterano da Guerra do Paraguai — (Catedrático da Escola Normal), foi nosso professor de Geografia Econômica); — Manoel Monjardim, médico, político e Senador; — Farmacêutico Adolfo Fraga; — Wlademiro Fradesso da Silveira, político de muita influência nos meios locais; — Argeu Hortêncio Monjardim, jornalista, advogado nesta Capital e ex-Vice-Presidente do Estado que assumiu a administração mais de uma vez; — o médico Eurico de Aguiar; — Arabelo Lellis Horta, advogado e ex-Diretor do Jornal Oficial do Estado; Aurino Quintais, o saudoso advogado da Companhia Vale do Rio Doce; — o moço Nilo Bruzzi, já renomado poeta, e o professor e poeta Jonas Bezerra Montenegro, do Ginásio do Espírito Santo, do qual já houve referência quando da designação de Sócios-Honorários.

Ao todo, mais de 60 associados.

O fascículo analisado contém vários escritos sobre a Revolução Republicana de Pernambuco, que são valiosos estudos indispensáveis ao conhecimento do fato histórico em cujo seio salientou-se, até na hora da morte, o herói espírito-santense, cuja efígie a primeira Diretoria da entidade fez estampar em seguida à transcrição das quatro atas.

— — — — —

Atendendo ao nosso interesse de prosseguir a leitura, pelo menos até os relatos que nos mostrassem o brilhantismo dos festejos, nesta Capital, pelo transcurso do PRIMEIRO CENTENÁRIO da morte de DOMINGOS JOSÉ MARTINS, tomamos do segundo volume — “Revista” Nº II —; abrimo-lo atentamente e sentimos, de pronto, tremendo e desagradável

impacto, pois que, em seu bojo, JÁ DE 1922, somente encontramos transcrições de 1921. Nenhuma notícia das atividades sociais intermediárias. Contém o Nº II (2) as atas das reuniões havidas em 7 de Setembro e 8 de Outubro de 1921: — a primeira, comemorativa da Magna data de Nossa Independência e minuciosa notícia das homenagens que a entidade prestara aos Doutores Antônio Francisco de Ataíde e Carlos Xavier Pais Barreto, respectivamente Presidente e Orador Honorários: — a outra transcreve, com as alterações nele então introduzidas, os Estatutos do Instituto aprovados em 29 de Abril de 1917. Após isso, apenas a relação completa e discriminada dos sócios existentes na data.

Diante do olvido de que seria proveitosa a publicação dos atos anteriores a essas datas, ainda que fosse em resumo, só restará a nós, de hoje, e aos consócios de todo o sempre, o recurso do manuseio dos livros e assentamentos da nossa sociedade Civil e Cultural, a que, justamente, denominamos de "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO".

Vitória-ES., outubro de 1984.

Manoel Milagres Ferreira

O INDUSTRIALISMO DE MAUA

Gabriel Bittencourt

Mestre e Doutorando em História
Professor Adjunto do DH/CEG da
Universidade Federal do Espírito Santo

O INVESTIGALISMO DE MADA

Gabriel Bittencourt
Mestre e Doutorando em História
Professor Adjunto do DEH/UFPA
Universidade Federal do Pará

1.0. — Mauá:

Irineu Evangelista de Souza nasceu em 28 de dezembro de 1813, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio Grande, distrito de Jaguarão, na Capitania Del Rey de São Pedro do Sul, próximo a fronteira meridional do Brasil. A influência do local de nascimento deve ter agido no futuro Barão de Mauá, incutindo-lhe um espírito de iniciativa e liberdade, peculiar à gente de fronteira. 1.

Quando criança, irmanavam-se Rio Grande do Sul e Uruguai na Província Cisplatina (1821), cenário mais tarde de atuação de seu banco, poderosa agência diplomática do Império do Brasil. 2.

Pelo lado materno possuía Mauá pelo menos dois tios, um dos quais capitão de navio a vela, que iria levá-lo para o Rio de Janeiro por volta de 1823, onde se empregaria como caixeiro de um armazém de velas e chá. Passados dois anos, transferiu-se para uma antiga loja portuguesa de fazendas na Corte. 3.

Era Mauá filho de João Evangelista de Avila e Souza e Mariana de Souza. Ficou órfão aos cinco anos, tendo o pai sido assassinado por um ladrão de gado, ficando a família quase sem recursos, situação que refletiria sobremaneira em sua vida. Sua perspicácia e inteligência se manifestaram desde cedo no aprendizado das primeiras letras e dos cálculos ministrados pela própria mãe, D. Mariana de Souza, e simultaneamente ia-se firmando uma formação católica mas, sem radicalismo, de formas que a futura convivência com súditos ingleses lhe afloraria um certo "moralismo" de negócios em seu temperamento. 4.

1. MAUÁ, Visconde de — *Autobiografia*, prefácio e anotações de Cláudio Ganns — 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1943. pág. 16.

2. Idem, idem, pág. 16.

3. Idem, pág. 17.

4. Idem, pág. 18.

Sua mudança para o Rio de Janeiro, por volta de 1821, deve-se possivelmente a uma nova união de sua mãe, cujo pretendente impõe a condição de não haver enteados. Por isso, Mauá, a pedido de sua mãe, é trazido por seu tio para o Rio e casam sua irmã de apenas 12 anos de idade. 5. A família reúne-se novamente depois de 1835, Mauá mandara buscar a mãe no Sul, que enviuvara pela segunda vez, acompanhava-a Maria Joaquina, sobrinha e futura esposa, cujo casamento realizava-se em 1841, já dono de uma sólida situação financeira. Entretanto não conseguira uma boa posição sem muito sacrifício.

Sua formação cultural realizou-se na lida pragmática dos balcões das casas comerciais onde trabalhava. 6. Os dois anos de colégio que teria freqüentado em São Paulo, entre 1821 e 1823, devem ser afastados por falta de qualquer indicação plausível. 7. Para sua cultura autodidata, adquiria os livros que lia na própria loja à luz de azeite ou do lampião da rua onde morava, e engraxava até as botas dos caixeiros mais velhos, para enviar à mãe um pequeno salário de cumprimento ao voto de despedida. 7. Sua precocidade e vontade de vencer na vida impelia-o a esquecer as diversões e mesmo o sono, de suas horas de folga, para aprender inglês, francês, contabilidade, entre outras matérias, após cerrar as portas da velha casa portuguesa onde trabalhava. Posteriormente, transfere-se Irineu à casa comercial de João Rodrigues Pereira de Almeida, aí trabalhando por quatro anos. Aos treze anos, já empregado experiente e de confiança, guardava as chaves do cofre particular do patrão. 8. Os insucessos financeiros do patrão, em liquidação por volta de 1829, leva Mauá a uma decisiva etapa de sua vida. Um dos principais credores de Almeida, o comerciante inglês Ricardo Carruthers, por indicação do primeiro, emprega Mauá em sua firma, a Carruthers & Cia.

5. Idem, pág. 19.

6. Idem, pág. 21.

7. Idem, pág. 21.

8. Idem, pág. 21.

O método comercial do experiente Carruthers equivaleria para Mauá a uma reformulação superior da acanhada iniciação mercantil de seu emprego anterior. Ali aprenderia e praticaria diariamente a língua inglesa e o manejo das grandes transações mercantis, sobressaindo-se mesmo aos empregados ingleses do patrão, tanto que aos 23 anos incompletos e com menos de sete anos de casa, torna-se sócio da firma a 1º de janeiro de 1836. 9.

Entretanto, a ascensão de Mauá não nos parece tão extraordinária se nos detivermos na estrutura social do país e nas dificuldades que enfrentaria uma pessoa de baixa condição social. O fato de não ter nascido escravo num país de estrutura escravista e o fato de ter um tio materno, capitão de navio, que o ajuda, parecem afastar a condição de uma origem social extremamente humilde. Ao seu tempo, a colocação numa pequena casa de comércio e o regime de trabalho imposto a um caixeiro, não correspondia forçosamente a uma "necessidade". Era talvez a melhor maneira de se preparar um futuro negociante, uma aprendizagem pragmática indispensável e senão única. 10. Por outro lado, a ascensão ao cargo de gerente e posteriormente sócio da casa Carruthers, até a conquista de considerável fortuna são fatos que demonstram qualidades superiores de um homem disposto a triunfar na vida. Mas, tal objetivo seria entretanto impossível sem a contribuição do acaso "da mão benfazeja do tio materno estendida ao sobrinho órfão e sobretudo, a circunstância de constar seu primeiro patrão, entre seus credores, o inglês Carruthers e ainda, a de ter este, depois, querido retirar-se para seu país, deixando à testa do negócio alguém de sua confiança". 11.

9. Idem, pág. 23.

10. REBELLO, Edgardo de Castro — Mauá & outros estudos, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1975. p. 11.

11. Idem, pág. 9.

2.0. — Liberalismo Econômico e Sucesso Empresarial de Mauá:

2.1. — A conjuntura colonial brasileira:

O período compreendido entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, adquire para o mundo ocidental uma importância semelhante ao Renascimento. Podemos assinalar como acontecimentos marcantes, no período, o nascimento de Adam Smith e Ricardo; na França o advento do fisiocratismo culminando com a Revolução de 1789 e posteriormente as Guerras Napoleônicas que impõem o “selo capitalista” à economia francesa, enquanto, por outro lado do Atlântico, os EUA, com a Guerra da Independência de 1776, imprimia uma influência na luta emancipadora na América Latina.

No Brasil, o fim do regime colonial assinalava o esgotamento de sua capacidade criadora. 12. O intercâmbio comercial torna-se volumoso e desfavorável para a Colônia. Por outro lado, uma série de Leis restringia nossa expansão: desde a Carta Régia de 1º de março de 1590 que proibia a plantação de vinhas, até o Alvará de 5 de janeiro de 1785 que determinava o fechamento de todas as fábricas de tecidos, oficinas de ouro e prata e, simultaneamente, um outro Alvará que impedia a fabricação de ferro entre nós. 13.

Tais medidas, de caráter nitidamente monopolista e mercantilista, muito bem caracterizavam o caráter unilateral do “Pacto Colonial” em relação à economia brasileira, criando o dilema: “modificar ou perecer”.

2.2. — Modificações no Pensamento Econômico Brasileiro:

As atividades manufatureiras levadas a efeito na Inglaterra e Europa Continental e as novas idéias econômicas daí oriundas encontravam campo de difusão em partes das elites brasileiras ansiosas de modificações. Tanto que, após a morte de Tiradentes, no Rio de Janeiro, falava-se em in-

12. PRADO JÚNIOR, C. — *Formação do Brasil contemporâneo*. S. Paulo Ed. Brasiliense, 1943. p. 5-6.

13. LIMA, H. F. — *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. p. 71.

dependência, anseios a atividades manufatureiras e nos obstáculos que as medidas opressivas da Metrópole causavam, notadamente à agricultura, base da riqueza "nacional". 14.

A transmigração da Família Real para o Brasil trará modificações sensíveis na vida econômica brasileira, notadamente no Rio de Janeiro. A criação da Cadeira de Economia, para a qual foi nomeado Cairu, mas que aliás nunca a exerceu, deixa pelo menos antever a influência dos novos economistas, quando são encomendados os livros de Jean Baptista Say; assim como também se sabe serem conhecidos de Cairu os pensamentos de Smith, Simond, Dupont de Nemours e outros tratadistas em voga, opositores do Mercantilismo. Por reivindicação dos produtores, o Príncipe D. João revoga várias medidas impeditivas do desenvolvimento econômico agrícola e a "Abertura dos Portos" põe fim ao regime de monopólio revogando-se ainda o Alvará de 1785. Este último não produz o efeito desejado, uma vez que o comércio aberto com a Inglaterra sufocou nossa ambição industrial, advinda com o primeiro surto siderúrgico com a criação da fábrica Pilar, a Real Fábrica Gaspar Soares, Ipanema e Patriótica. Mas, o saldo trazido com a "abertura dos portos" traria um formidável impulso ao comércio externo e intercâmbio cultural e o Banco do Brasil traria reflexos benéficos na situação financeira.

Os frutos das disposições administrativas não se fizeram esperar, dando novos aspectos às cidades e pessoas, fazendo emergir o luxo e o embrião de uma burguesia urbana com o fortalecimento da classe comercial, burocrática e intelectual, que as forças recolonizadoras, mesmo com o regresso de D. João VI, não conseguiram controlar.

A nova elite, que emerge das transformações principalmente de caráter econômico-administrativas, imprime uma metamorfose na Colônia, influenciando nos negócios públicos e fazendo aflorar uma vontade irreversível de autonomia. 15.

A elite intelectual onde D. Pedro I vai buscar os primeiros dirigentes da Nação professava o Liberalismo Clássico já arraigado no Brasil, conforme nos atestam os discursos, relatórios, artigos, impressos ou manuscritos contempo-

14. Idem, p. 73.

15. Idem, p. 78.

râneos. O desenvolvimento colonial ligado ao fisiocratismo e monopólios em grande parte já cedera lugar ao entusiasmo liberal da classe de grande expressão, os grandes senhores agrícolas, que ocupam o poder depois de 1831. A supressão do entreposto lusitano se traduzia na baixa do mercado importador e abundância de suprimentos, principalmente.

O progresso das ciências aplicadas ao desenvolvimento dos transportes, capitais e mercados transcontinentais, civilização em todas as partes, trouxeram nova estruturação e ampliação do mercado internacional, modificando culturas e fazendo surgir a "divisão internacional do trabalho". Os economistas ingleses defendiam o liberalismo econômico como a mais alta verdade científica, o que lhes era muito cômodo, sendo pioneiros na expansão industrial, fator logo compreendido por Mauá, que defenderá uma aplicação liberal mas com reservas. É que o mundo começara a dividir-se em nações agrárias e industriais. A Inglaterra, líder na expansão industrial, necessita de liberdade de trocas para comercializar manufaturados e obter mercadorias agrícolas e matérias-primas em nações retardadas como o Brasil. Em síntese, aqui o livre cambismo impedia o desenvolvimento industrial, não se adaptando, portanto, no Brasil, sem modificações, o liberalismo puro.

Tal assertiva, entretanto, não era compreendida por todos ou não interessava às duas classes de maior peso: os fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e os grandes comerciantes importadores. Predominava, portanto, o liberalismo econômico com uma correspondente inclinação para o livre cambismo, muito mais cômodo para os dois principais grupos que auferiam grossos lucros. 16.

Contra tais interesses se oporá pioneiramente a política industrialista de Mauá, que, contrastantemente, fizera uma formidável fortuna no empreendimento comercial de grande vulto importador, que muito bem representava as empresas estrangeiras aqui implantadas, geradas pela estrutura econômica brasileira exportadora de gêneros tropicais agrícolas e importadora de manufaturados. É que os efeitos colaterais trazidos com a Reforma Alves Branco imprimirá à indústria brasileira um aspecto protecionista, o qual não escapará a perspectiva de Mauá.

16. Idem, p. 89.

3.0. — Mauá Industrialista:

3.1. — A mudança de ramo:

Dono de considerável fortuna aos 33 anos, Mauá passa a dedicar-se pioneiramente ao setor industrial. As raízes desta transformação podemos vinculá-la à viagem feita à Inglaterra, em 1840, e a impressão que seu parque industrial lhe causou.

Por outro lado, as grandes transformações que sofrera o país entre 1822 e 1846 eram acontecimentos de extraordinária significação para a mente sagaz de Mauá. 17. Cotidianamente se exercitava no contato com os mais expressivos comerciantes, banqueiros e funcionários públicos, através de sua atuação no grande comércio, resultando daí uma visão clara da situação do Brasil. 18.

País de estrutura escravocrata, latifundiário e monocultor, apresentava o Brasil uma conjuntura sem indústrias, comunicação deficiente, carente de transportes territorial e urbano, economia periférica, população escassa, sem recursos para produção, enfim, um imenso espaço a ser povoado e fecundado para criação da riqueza material. 19. Logo, o fato concreto que faz Mauá liquidar uma importante casa comercial de importação está, possivelmente, na nova pauta aduaneira de Reforma Alves Branco, decretada em agosto de 1844, que abria importantes perspectivas à indústria nacional com base no imposto majorado dos produtos estrangeiros; o acontecimento, certamente, não passaria despercebido a Mauá, consciente do mercado em potencial que a conjuntura brasileira oferecia ao primeiro grande grupo industrial nacional.

17. Independência, crise monetária, Confederação do Equador, fechamento do 1º Banco do Brasil, incompatibilidade de D. Pedro I com o país e volta do mesmo para Portugal, motins militares e insurreições populares provinciais, empréstimos externos onerosos, dificuldades financeiras, decadência da base econômica a lavoura de açúcar. Idem, p. 109.

18. Idem, ibidem p. 109.

19. Idem, p. 110.

3.2. — A Reforma Tarifária:

O decreto de D. João, de 19 de fevereiro de 1810, havia dado aos ingleses, pelo apoio dispensado ao Reino Português, uma situação de preferência excepcional, tendo seus manufaturados aqui entrados, reduzidos a uma taxa "ad valorem" de apenas 15%, quando as próprias mercadorias portuguesas estavam sujeitas a uma taxa de 16% e, 24% as de outros países. Posteriormente, os protestos dos comerciantes portugueses levam a pé-de-igualdade os direitos de suas mercadorias. Com a necessidade de reconhecimento do Império, posterior ao 7 de Setembro, essa situação é renovada no tratado que é posteriormente prorrogado até 1844. 20.

Somente em 1844 é que o país consegue libertar-se desses tratados desvantajosos, assim mesmo depois de muitas lutas e envolvimento em forte crise com a Inglaterra. A tarifa do Ministro Alves Branco estabelece melhor equilíbrio nos direitos de entrada.

Dos 2.919 artigos incluídos na pauta, a maioria tiveram seus direitos dobrados (30%), para os demais a majoração variava entre 40/60%, pagando alguns ainda, tão somente, 20 a 25%. Tais direitos eram ainda considerados moderados em comparação aos de certas nações européias. O objetivo primordial da majoração de tarifas recaía no aumento das receitas públicas, mas não era o único, disto apercebe-se Mauá, que vê nesta medida seu caráter protetor à criação de indústrias no país e, surge o industrial.

3.3. — O Estabelecimento de Ponta de Areia:

Com as tarifas Alves Branco, por extensão, criou-se um mercado competitivo para a produção industrial brasileira. O tino financeiro de Mauá não se fez esperar, liquida sua casa comercial, adquire o estabelecimento de fundição de Ponta de Areia em Niterói, isto após entendimentos com o Ministro Marcelino Brito (1845), que aceita sua proposta para fornecimento dos tubos para encanar as águas do rio Maracanã. O futuro estaleiro recebe logo organização dinâmica e uma ampliação tal que, no ano seguinte, seu capital inicial multiplica-se por quatro. 21.

20. Claudio Ganns, ob. cit. p. 27.

21. Idem, p. 45.

A deficiente infra-estrutura carioca exigia grandes obras para o suprimento d'água e em "Ponta de Areia" se forjam os tubos para o encanamento não só do Maracanã, como também do Andaraí Grande, obra esta bem mais vultosa que a primeira. A falta de pagamento pelo governo leva Mauá a representar à Câmara uma longa exposição, pedindo a abertura de crédito, numa época em que não havia ainda uma mentalidade capitalista e não se discutiam negócios no parlamento.

Os melhoramentos urbanos demandam uma produção tal que faz a fábrica manter-se numa forte dinâmica. Ali se fabricam lampiões de ferro e os encanamentos destinados ao fornecimento de gás à cidade. Durante um período de 11 anos constroem-se cerca de 72 navios, o que representou metade da tonelagem marítima e 1/3 da frota utilizada na Guerra do Paraguai. O estaleiro chegou a empregar cerca de 1.000 operários. 22. Representava a base industrial do empresário, tanto para a produção de navios fornecidos ao incipiente sistema de navegação costeira a vapor em concorrência aos barcos ingleses, como no fabrico dos rebocadores em serviço na barra do Rio Grande do Sul. Ali são produzidos os vapores da pioneira Companhia de Navegação do Rio Amazonas, bem como o dique flutuante, todos empreendimentos incorporados por Mauá.

Embora a função que vai dar maior realce à vida empresarial de Mauá seja a do banqueiro, através da qual virá o próprio respaldo para empreendimentos industriais, na indústria, tem a oportunidade concreta de contribuir materialmente para a modernização do País com grande diversificação da produção, tanto que, em 1852, fornecia até mesmo uma ponte de ferro que é experimentada na estrada de Jericó, em Santo Amaro, Bahia. 23.

3.4. — Interesse antagônico do capital estrangeiro e industrialismo de Mauá:

22. Lima, op. cit. p. 110.

23. C. Ganns. op. cit. p. 45.

O temperamento dinâmico de Mauá, aliado a empreendimentos felizes e necessários à melhoria da infra-estrutura, atraía grande soma de capital estrangeiro. Sua ação nos serviços urbanos, transportes, comunicação, torna-se bem vista mesmo pelas forças alienígenas. 24. O início da industrialização do Brasil, entretanto, choca-se com os interesses das potências industriais. O Brasil representa um excelente mercado para colocação de manufaturados em equilíbrio na "divisão internacional do trabalho", preconizada pelo capitalismo clássico, impregnado da livre concorrência, para nós, na íntegra, desinteressante. 25. Devido a isso acredita-se que "mãos criminosas" provocaram o grande incêndio da Ponta de Areia, a maior fábrica do Brasil, redundando daí a inutilização dos moldes de construção naval que não puderam ser refeitos. A nova tarifa aduaneira de 3 de setembro de 1860, que reabria os portos aos produtos estrangeiros, pela modificação dos direitos sobre artefatos de ferro e a redução das encomendas do governo, dá o golpe final no estaleiro.

O vulto da indústria exigia empréstimos sucessivos. O primeiro em 1847 de 300:000\$000 foi pago em 11 anos pelo próprio estabelecimento, o segundo pago integralmente por Mauá, mas o estaleiro que chegou a ter lucro superior a mil contos, foi transferido para outras mãos, com prejuízo também superior a 1000 contos de réis, "depois de mais de 20 anos de atividade produtiva e ousada, visto ser a primeira tentativa séria de indústria naval no Brasil". 26.

3.5. — Outros empreendimentos industriais:

Simultaneamente ao estaleiro Ponta de Areia, Mauá participava de outros estabelecimentos industriais.

24. LIMA, H. F. — Três industrialistas brasileiros: Mauá — Rui Barbosa — Simonsen. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 29.

25. De acordo com a Câmara Britânica no Brasil, 1928: As importações brasileiras dividiam-se: 50% do Reino Unido, 17% da França, 8% de Portugal, 7% dos EUA e 6% da Alemanha. LIMA, 3 industrialistas, op. cit. p. 30.

26. GANNIS, Claudio, «Prefácio e anotações». In: MAUÁ, Visconde de Autobiografia, 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1943. p. 46.

A Cia. de Cortumes, na qual concorre com a sexta parte do capital subscrito, seu diretor não consegue fazê-la prosperar. Tenta monopolizar o comércio de carnes verdes e o empreendimento redunda em um dos maiores desastres financeiros que envolve a Casa Mauá, tendo a mesma que suportar um prejuízo total muito superior ao capital integral da empresa. 27.

Havia uma fábrica de velas de estearina, na praia dos Lázaros, pertencente ao francês João Eduardo Lajoux. Este conseguira do Governo exclusividade para melhoramentos que introduziu no fabrico. Mauá, seu banqueiro, fez-se incorporador da sociedade e que encampa o negócio. 28.

Ampliada e desenvolvida, a Cia. de Luz Esteárica tornou-se um dos importantes empreendimentos de Mauá. Utilizava matéria prima do País e havia consumo para toda a produção. 29. Quando colhido pelas complicações financeiras que lhe precederam a falência, desfez-se da empresa, que há pouco ainda fazia parte do grupo ao qual pertence o Moimão da Luz. 30.

4.0. — Obra econômica e falência de Mauá:

A figura de Mauá projeta-se com destaque no Segundo Reinado e evidentemente transcende ao aspecto puramente industrialista, insinuando-se em vários ramos com destaque pelo volume de negócios que empreende e chega mesmo alguns a adquirir uma reputação mundial, como, por exemplo, o Banco Mauá Mac Gregor & Cia., citado até mesmo por Júlio Verne em sua obra de ficção, **A volta ao mundo em 80 dias**, na qual o personagem principal Mr. Foggs teria uma conta no aludido banco.)

Os grandes negócios, entretanto, começam a fugir ao controle de Mauá, daí que o homem mais rico do país entra em um processo de falência de grande repercussão e que absorverá até mesmo objetos seus, de uso pessoal. 31.

27. MAUÁ, op. cit. p. 155.

28. REBELLO, op. cit. p. 35.

29. LIMA, 3 industrialistas, op. cit. p. 20.

30. Idem, ibidem.

31. Idem, p. 17 — 26.

Desde quando resolve encerrar sua casa comercial, participou Mauá de uma série de iniciativas vultosas e bastante diversificadas com base, inclusive, em seu estabelecimento de Ponta da Areia. Em 1846, garante o encanamento d'água do Rio Maracanã, posteriormente incorpora as Cias. de Reboadores a vapor, diques flutuantes e a Pastoral, Agrícola e Industrial. No setor de melhoramentos urbanos é responsável pela iluminação a gás do Rio de Janeiro, aliás um negócio dos mais felizes que realiza, recebendo o triplo do equivalente do capital empregado pelo valor da concessão. Vêmo-lo ainda ligado à Cia. de Bondes Jardim Botânico, drenagem do Canal do Mangue, à Cia. Fluminense de Transporte, empresa de telégrafo submarino e participando, ativamente, de vários empreendimentos ferroviários, dos quais fora, aliás, pioneiro, advindo daí, inclusive, o título de Barão. Em 1854 inaugura a E.F. Estrela a Raiz da Serra de Petrópolis, a primeira do Brasil e o "primeiro passo de um pensamento grandioso", Posteriormente, participa da E.F. Recife ao S. Francisco, da E.F. D. Pedro II, influencia a Bahia a S. Francisco, organiza, em Londres, a E.F. Santos a Jundiá, que perde por chicanas de tribunais e participa, ainda, da E.F. Rio Verde em 1875 (Rio de Janeiro a Minas Gerais).

Pioneiro também da navegação a vapor do Amazonas, em 1850, com a criação da Cia. de Navegação do Rio Amazonas, cujos vapores percorriam 3.828 km do Amazonas e 1.320 km do Tocantins. Sua atividade de maior destaque, entretanto, será a do banqueiro, através da qual conseguirá o respaldo para os empreendimentos aos quais se ligava diretamente ou tão somente financiava.

O Banco Mauá, Mac Gregor & Cia. possuía filiais em Londres, Manchester, Paris, Nova York, Pelotas, Porto Alegre, Saitos, Campinas, Pará, Monterrey, Salto, Paissandu, Mercedes, Cerro Largo (Uruguai), Buenos Aires e Rosário (Argentina).

Relacionados ainda a Mauá estão os empreendimentos da Montes Aureos Brazilian Co., o Porto de Pernambuco e a E.F. Mato Grosso. Em síntese, no decênio posterior a 1850, há no Brasil uma arrancada do desenvolvimento econômico que pode ser representada pelos empreendimentos realizados no período: São criadas 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de na-

vegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro. O número de viagens aumentou em 50% sob a bandeira brasileira e de 101% sob as de outras nações, a tonelagem cresce 130% e 414% respectivamente. "Este impulso admirável em nossa economia era em boa parte obra de Mauá, reflexo de sua ação, mas que ao mesmo tempo atuava sobre ele, impelindo-o para a frente, juntamente com outros de atuação destacada na época". 32.

Como compreender então a falência de um homem desta têmpera e que, gerindo enormes negócios, haveria um dia em que lhe faltaria o necessário apoio e sobreviria a falência?

Apesar dos inúmeros adjetivos aplicados a Mauá por seus apologistas, na realidade, Mauá é um capitalista na acepção da palavra, sofrendo a influência do seu tempo, que permitia amplas perspectivas à iniciativa de alguém de sua perspicácia e tino comercial. Realizou negócios, tornou-se poderoso e, porque não dizer, levou a contento empreendimentos que beneficiaram a vida material do País. Participando ativamente da vida econômica da nação, toma uma posição que não coadunava com a estrutura vigente. Tanto liberal e membro do Club da Reforma, do qual sairá mais tarde o Partido Republicano, como também não consegue esconder sua amizade aos Republicanos, abolicionistas e farroupilhas, possuindo inclusive em seus contratos uma de suas cláusulas de trabalho na qual obrigava-se a não possuir escravos em seus empreendimentos. No País de estrutura agrária e escravocrata, torna-se Mauá um adversário social do regime, tanto como industrialista ou abolicionista, defendendo suas idéias e interesses da tribuna da Câmara dos Deputados, onde tinha uma cadeira. Para sua vitória seria necessário uma modificação radical da estrutura econômica. Acredita-se, ainda, que o próprio Imperador nutria prevenção contra Mauá.

O começo da decadência do Império, pela ruptura da relativa estabilidade dos elementos conjugados: monocultura, escravatura, latifúndio, refletem na economia particular

32. Idem, p. 17 — 37.

do banqueiro, devido ao entrelaçamento entre os empreendimentos de Mauá e todos os movimentos da infra-estrutura do Estado. Há uma contradição na "aliança de interesses entre dois adversários sociais". Os últimos esforços para o Império sair da crise criada com a Guerra do Paraguai coincidem com os últimos esforços industriais de Mauá. O incêndio do "Ponta de Areia" e a nova política tarifária de 1860, de taxas baixas, retiraram os subsídios que criaram o industrialismo de Mauá. 33.

Por outro lado, suas atividades bancárias por duas vezes ficam comprometidas por crises na região do Prata, levando Mauá a encerrar temporariamente, ali, suas portas, tanto pelo destino dos governos uruguaios como pelos atrasos no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado. Em 1875, solicita um adiantamento ao Banco do Brasil, para saldar compromissos imediatos, no valor de 3 mil contos de réis, em transações que avultavam-se a 100.000 contos de réis. A garantia seria a troca de ações da Cia. Pastoril, que passariam ao governo e valiam o dobro da transação. A recusa do banco oficial leva-o à moratória e a falência, três anos após. Mauá não se deixa abater pela desgraça e agora inicia uma nova luta, a da preservação do próprio nome e, daí em diante, não tem outro pensamento senão o de pagar aos credores. 34.

Seus compromissos que em 1875 atingiam um montante de RS. 98.075:955\$087, já em 1878 descia a 37.915:898\$821. 35. Desfaz-se Mauá até mesmo de objetos de uso pessoal para saldar seus compromissos. 36.

5.0. — Conclusão:

A figura de Mauá é das mais expressivas de sua época e sua existência está pontilhada de facetas que o tornam uma figura interessante. Desde o seu nascimento, que não se situa realmente numa condição tão ínfima de vida, mas que tem uma ascensão viável, porém, admirável.

33. Idem, *ibidem*.

34. REBELLO, op. cit. p. 99.

35. GANNS, op. cit. p. 86-87.

36. LIMA, 3 industrialistas. p. 17.

Trilhando o caminho do pragmatismo e autodidatismo, chega aos 33 anos dono de uma considerável fortuna, oriunda de atividades nas casas comerciais nas quais fizera carreira e adquirira uma sólida formação econômica, fruto de sua perspicácia e argucidade, que lhe dava uma compreensão global da situação da Nação.

O País apresentava uma situação econômica periférica, aliás, ainda atual, que se enquadrava na "divisão internacional do trabalho", como fornecedor de produtos tropicais e importador de manufaturados com uma forte tendência para o "livre-cambismo". Esta situação interessava as elites produtoras, que faziam sua fortuna no país que tudo importava, inclusive alimentos. Neste grupo enquadra-se a Casa de Carruthers, na qual Mauá faz sua escalada para o sucesso.

A mudança da política alfandegária, entretanto, aguçava a perspicácia de Mauá, cuja visão faz liquidar sua casa comercial e entregar-se de corpo e alma à produção industrial, protegido pela reforma tarifária Alves Branco. Em passo maior torna-se banqueiro, posição na qual terá a oportunidade de ligar-se a uma série de negócios que o fará chegar ao apogeu da carreira, transcendendo inclusive aos limites da nação.

A consagração de toda uma vida dedicada a negócios lhe proporciona uma visão crítica mesmo das ciências econômicas, defendendo modificações que julga inadequadas ao nosso meio e que hoje vemos coroadas de êxito. Assim refuta a teoria clássica da moeda preconizando o valor baseado na oferta e demanda. Propugna por recursos para o desenvolvimento de uma expansão empresarial e dá início a uma industrialização no Brasil em moldes mais dinâmicos na indústria de base, desencadeando contra si forças alienistas, que não se interessavam pela modificação da estrutura do país.

O declínio das forças que fizeram sua ascensão levam à decadência seus empreendimentos, mas não lhe tiram o espírito de luta, que sucumbe com ele, na defesa do nome. Fato este reconhecido por seus próprios detratores. 37.

37. REBELLO, op. cit. p. 99.

6.0. — Fonte primária impressa:

- MAUÁ, Visconde de, **Autobiografia**; Prefácio e anotações de Claudio Ganns. 2 ed. Rio de Janeiro. Ed. Zélio Valverde, 1943.

7.0. — Fontes secundárias impressas:

- LIMA, Heitor Ferreira, **História do pensamento econômico no Brasil**, São Paulo, Ed. Nacional. 1976.
- LIMA, Heitor Ferreira, **3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- REBELLO, Edgardo de Castro, **Mauá e outros estudos**. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1975.
- LUZ, Nício Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**, 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- HUGON, Paul, **História das doutrinas econômicas**, 13 ed. São Paulo, Atlas, 1974.
- PRADO JÚNIOR, C., **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense. 1943.
- FARIA, Alberto de, Mauá — Irineu Evangelista de Souza, **Barão e Visconde de Mauá — 1813 a 1889**. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1933.

ocorreu em toda a história da Inglaterra, que vem sendo contada por tantas pessoas em épocas tão diferentes?

E queimou todos os volumes que já havia escrito...

—o—

A história do Brasil colonial foi, em grande parte, escrita por jesuítas — portugueses ou espanhóis.

Não se poderia esperar que holandeses ou franceses protestantes fossem tratados de muito boa maneira por tais historiadores, tendo seus méritos exaltados.

De tal modo se cuidou de diminuir suas virtudes e qualidades que holandeses são postos a fugir espavoridos ante às tachadas de água fervente que lhes atira de uma janela uma moça chamada Maria Ortiz, em terras do Espírito Santo.

Tudo isto veio à mente de um rapazinho que escreveu uma crônica para o jornal "Correio do Sul", de Cachoeiro de Itapemirim, e agora, passados 50 anos, pede vênica para lê-la para este augusto auditório:

MARIA ORTIZ

de Elviro de Freitas

Maria Ortiz, a heroína, nos aparece dentro das páginas da História, despejando alguns tachos de água fervente sobre a cabeça dos holandeses que tentavam a tomada da pequenina ilha de S. Antônio.

Esta lenda em torno de Maria Ortiz foi, sem dúvida, forjada pelos portugueses. Prova disto é o fito, bem patente, de achincalhar os holandeses, de fazer que os pósteros acreditassem na sua covardia, na sua vergonhosa fuga sob os tachados de água escaldante que lhe atirava uma mulher braçuda e encarvoadada da janela de um sobradinho...

Pode-se lá acreditar que homens da têmpera desses holandeses, bandeirantes do mar, que lutam até hoje com as águas do Oceano, fazendo o seu próprio país, se acovardassem como gatos, debaixo de algumas gotas de água quen-

te? (Vitória, até há bem pouco, sofria a falta do precioso líquido em suas torneiras. Entretanto, a História pôs, há séculos, em casa de Maria Ortiz, um verdadeiro reservatório de água em ebulição...)

É possível que os holandeses que atacaram o Maranhão e a Bahia tão fortificada, esses homens que se apoderaram de Pernambuco, fossem, por isso, tomados de pânico e rechaçados pelos trabucos da portuguesa que caiu sobre eles, logo após?...

Não. Não acredito. Esse pedaço da História deveria ter sido assim:

... e logo que saltaram dos escaleres ouviram os flamengos, o pipocar dos arcabuzes, sentiram passar, sibilando, as balas com que os recebiam os defensores da povoação.

Atacaram, então, com fúria e, mais fortes, mais afeitos à luta, mais inteligentes, em pouco foram abrindo caminho entre o sangue e a fumaça, até chegarem ao sopé daquela ladeira, — a ladeira de Maria Ortiz.

Ali ofereceram os portugueses alguma resistência, ainda. Forçados, mais e mais, pelo invasor, subiram precipitadamente a ladeira.

Começara, porém, a derrota dos flamengos...

Em meio à ruazinha estreita e íngreme, animada pelo mesmo misticismo que fez de Joana D'Arc uma santa, porém, desarmada, os braços abertos, muito linda, a fitar o céu, certamente a orar, ali estava Maria Ortiz.

Estacaram os holandeses ante aquela mulher tão serena e tão bela.

Quem se atreveria a galgar a ladeira? Uma força estranha irradiava aquela beleza... Parecia que, agora, as armas pesavam mais em suas mãos... As pernas bambeavam... O cérebro lhes fugia...

E os holandeses só saíram daquele torpor hipnótico quando pedras enormes começaram a rolar ladeira abaixo, quando os balázios portugueses começaram a estralejar, mortíferos.

Desorientados, debandaram.

Poucos, entretanto, conseguiram chegar aos navios e fugir. Os outros, — desgraçados! — lá ficaram, com Maria Ortiz, empapados de sangue, crivados de balas ou esmagados sob os pesados blocos de pedra.

—o—

Eu prefiro que tenha sido assim a derrota e a fuga dos holandeses, a vitória e a morte de Maria.

Foi a beleza, a coragem ou um milagre dessa mulher o fator do triunfo?

Foi o fervor religioso, o patriotismo ou a beleza da capixaba a causa do deslumbramento do holandês?

Não sei. Mas foi assim, eu prefiro que tenha sido assim a derrota dos holandeses, a vitória dessa Maria Ortiz,

— não uma mulher braçuda e encarvoadada a derramar o pânico entre covardes inimigos com a água fervente de seus tachos, mas uma santa, maravilhosa donzela, extasiando os flamengos invasores, civilizados e bravos, com a magia de sua beleza, o fogo de seu olhar...

Belo Horizonte, julho de 1934.

O PROJETO CULTURAL REFORMADOR DA ESCOLA DO RECIFE

Antônio Paim

Em geral se considera o Movimento Modernista, iniciado em 1922 com a Semana de Arte Moderna, como a primeira manifestação significativa em prol da transformação radical do país através da reforma da cultura. O Movimento Modernista começa efetivamente com a denúncia da literatura vigente e se dispõe a substituí-la por formas literárias revolucionárias de que talvez *Macunaima* seja o paradigma. Essa revolução estende-se às artes em geral e à própria língua. A política só aparece no ciclo final do movimento com duas propostas eminentemente autoritárias: o integralismo de Plínio Salgado e o comunismo de Oswald de Andrade. A singularidade do modernismo consistiria pois em ter imaginado que, para retificar o curso do país e retirá-lo da situação de atraso em que se encontrava, incumbia empreender um novo projeto cultural, que removesse profundamente os velhos fundamentos.

Na verdade, a hipótese modernista, longe de constituir algo de singular em nossa história, tem vários antecedentes. O Marquês de Pombal também pretendeu fazer renascer a grandeza da gente lusitana por intermédio da reforma cultural. Outro sentido não teve a criação do Colégio dos Nobres, em 1761, e a destruição da velha universidade, substituindo-a, em 1772, por uma nova instituição, estruturada em torno da ciência. Entre os *estrangeirados*, que era o nome então adotado pelos modernizadores, dos quais Pombal veio a ser o melhor sucedido, houve também quem concebesse minuciosa mudança em todos os segmentos da cultura. Chamava-se Luís Antonio Verney (1713/1792) e seu projeto está contido no livro *O verdadeiro método de estudar* (1746) e nos diversos manuais a cuja elaboração posteriormente se dedicaria.

Há um segundo projeto cultural de intenção reformista globalizante, desta vez para consagrar a nossa separação de Portugal. Seria obra dos ecléticos. Esse projeto foi

avaliado por Roque Spencer Maciel de Barros no magnífico estudo **A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães (1973)**.

Roque Spencer lembra desde logo, que “o romantismo e os românticos representaram a consciência crítica da nacionalidade nascente; foram os **educadores** de uma consciência nacional que era, ainda, mais uma aspiração que uma realidade. Trata-se, na construção dessa nacionalidade, não apenas de realizar uma tarefa política e econômica, mas de acompanhá-la e complementá-la por uma obra espiritual, por um trabalho de **formação**, que é obra de poetas, de literatos e de “filósofos”, e tanto quanto de estadistas, e que tem, antes e acima de tudo, um sentido eminentemente “pedagógico”, no mais alto significado dessa expressão”.

No cumprimento desse papel sobressai a figura estudada, cuja dimensão já foram estabelecida por José Veríssimo, em sua **História da Literatura Brasileira**. Prossegue então Roque Spencer:

“Magalhães, e o seu exemplo influiria os seus companheiros e discípulos da primeira geração romântica, sentiu que o **renovamento literário** de que as circunstâncias o faziam o principal promotor, carecia de apoiar-se em um labor mental mais copioso, mais variado e mais intenso, do que até então aqui feito, e que uma literatura não pode constar somente de poesia, e menos de pequenos poemas soltos. Com esta intuição, senão inteligência clara do problema, que para ele e os jovens intelectuais seus patricios se estabelecia, Magalhães colaborou em revistas com ensaios diretamente interessantes ao movimento literário e ao pensamento brasileiro, criou, com Martins Pena, o teatro nacional, iniciou, com Teixeira e Souza, o romance, reatou com os **Tamoios** a tradição da poesia épica do **Caramuru** e do **Uruguai**, fez etnografia e história brasileira, deu à filosofia do Brasil o seu primeiro livro que não fosse um mero compêndio, e ainda fez jornalismo político e literário, e crítica. Pela sua constância, assiduidade, dedicação às letras, que a situação social alcançada no segundo reinado, ao contrário do que foi aqui comum, nunca lhe fez abandonar, é Magalhães o primeiro em data dos nossos homens de letras, e um dos maiores pela inspiração fundamental, volume, variedade e ainda mérito da sua obra. Pode dizer-se que ele inicia, quanto ela é possível aqui, a carreira literária no Brasil e ainda por isso é um fundador”.

Magalhães tinha, pois, como acentua Roque Spencer, clara consciência da obra solidária da cultura. Com sua atividade multifacética pretende mais que fundar uma literatura nacional. Dispõe-se a lançar os alicerces de uma forma nacional de sentir, de querer e de pensar.

Apontaria ainda dois outros antecedentes do projeto cultural modernista: o positivista e o da Escola do Recife. Quanto ao primeiro é necessário distinguir a plataforma da Igreja Positivista e dos chamados dissidentes, daquela que afinal teria curso no país, através da política. A intenção da Igreja Positivista, como das grandes personalidades que integraram o denominado "positivismo ilustrado", era eminentemente pedagógico. Acreditavam no advento do estado positivo, como estágio final da evolução da humanidade, mas não pretendiam implantá-lo através de golpes de força mas pela conquista das consciências. Contudo o positivismo que fez escola e teve sucesso, seria de índole tutelar. É o castilhismo que dominou o Rio Grande do Sul após a República e todo o país na Era Vargas, consistindo numa variante de nosso autoritarismo republicano.

No que se refere ao projeto cultural da Escola do Recife, desejaria examiná-lo mais detidamente.

I — Conceituação da Escola do Recife e dos seus ciclos

A Escola do Recife é o movimento iniciado por Tobias Barreto (1839/1889), na Faculdade de Direito do Recife, em fins da década de sessenta. Sua ambição inicial consiste em promover a mais ampla reforma na cultura nacional, a começar da filosofia. Essa reforma abrange o direito em sua plenitude, desde o ensino aos códigos. Compreende uma nova proposta poética e literária. Ambiciona colocar em novas bases toda a história pátria. Também as instituições políticas são visadas. Eis como esse projeto é definido por Silvio Romero (1851/1914):

"O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa labuta espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868, o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por

qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do aristocratismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavenção reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe ilustre que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história de um grande país.

De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se aguçava e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o Partido Liberal, expellido do poder, comove-se desusadamente e lança um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e incia uma propaganda tenaz que nada faria parar.

Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso.

Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte". (Discurso de saudação a Euclides da Cunha, no ato de sua posse na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1908, in *Provações e Debates*. Contribuições para o estudo do Brasil social. Porto, Livraria Chardon, 1910, págs. 358/359).

A Escola do Recife colocava-se, portanto, no centro desse monumental "surto de idéias novas" e pretendia que dele resultasse a plena remodelação do país. Essa ambição colossal foi subseqüentemente reduzindo-se no tempo, para extinguir-se totalmente. Cumpre assim, estabelecer desde logo, ainda que sucintamente, os ciclos fundamentais da Escola.

A Escola do Recife atravessou quatro fases perfeitamente caracterizadas. Na primeira delas, seus fundadores

são apenas participantes do movimento geral que aspira alcançar uma simples renovação no terreno das idéias. Do mesmo modo que grande parte da intelectualidade da época, rejeitam o ecletismo espiritualista. Para combatê-lo, apoiam-se tanto no positivismo como no darwinismo e até mesmo no materialismo (Silvio Romero). Os poucos aspectos em que se distinguem do conjunto não passam de prenúncios da formação de uma corrente filosófica autônoma. É a fase que se inicia nos fins da década de 60 e alcança o ano de 1875.

O processo disciplinado de diferenciação só teria início após o incidente na Faculdade de Direito do Recife, em que Silvio Romero declara estar morta a metafísica e Tobias Barreto começa a meditar sobre o problema e a escrever o estudo — que nos chegou incompleto — “Deve a Metafísica Ser Considerada Morta?” (1875). O livro de Silvio Romero **A Filosofia no Brasil** (1878) marca a transição entre a primeira e a segunda fases. Nesta é que teria lugar o rompimento radical com o positivismo e a busca de uma doutrina nova. Abrange cerca de dez anos. Tobias Barreto é então a figura central da Escola. Incumbe-lhe fixar as linhas gerais de uma posição autônoma no debate entre as correntes difundidas no país.

A terceira fase, que compreende mais de três lustros, de meados da década de 80 aos começos do século, corresponde à época de apogeu. A nova corrente já constituída, que se propunha enfrentar simultaneamente ao positivismo e ao espiritualismo, lograria alcançar uma posição de predominio nos meios intelectuais do Nordeste, conservando alguns centros de influência no Sul do País. Nesse período, em 1889, sobrevém a morte de Tobias Barreto.

A partir da publicação dos últimos estudos de Tobias Barreto, denotam os diversos membros da Escola enorme atividade intelectual na esfera da filosofia. Nessa fase é que se editam os livros **Doutrina contra Doutrina**, **Ensaio de Filosofia do Direito** e **Ensaio de Sociologia e Literatura**, de Silvio Romero; que Clóvis Beviláqua divulga vários trabalhos de cunho filosófico reunidos posteriormente no livro **Esboços e Fragmentos** (1889); Artur Orlando elabora os ensaios constantes de sua obra **Ensaio de Crítica**; Fausto Cardoso publica os dois primeiros volumes do **Cosmos do Direito e da Moral** e Silvio Romero organiza a reedição das obras de Tobias Barreto. No período republicano, além de contri-

buírem para a edição normal da **Revista Acadêmica**, os membros da Escola do Recife colaboram na imprensa diária e organizam publicações de vida efêmera, a mais importante das quais é representada pela revista **Cultura Acadêmica** (1904/1906).

Em que pese a manutenção do debate filosófico e da crítica multilateral ao positivismo, a Escola do Recife não conseguiu, em seu período de apogeu, consolidar uma autêntica investigação filosófica e manteve-se envolta no cientificismo. Pode-se dizer, portanto, que, no período em causa, não vingou de modo pleno o propósito de distinguir-se radicalmente do positivismo.

O declínio representa a quarta e última fase. Abrange aproximadamente dos fins do primeiro lustro do século à época da primeira guerra mundial. Singulariza-se, sobretudo, pelo abandono virtual da atividade filosófica, caracterizada nos anos anteriores pela publicação sistemática de obras e estudos. A partir de 1906, escasseiam os trabalhos de cunho filosófico. Este é o ano da morte de Fausto Cardoso. Deixa de circular a revista **Cultura Acadêmica**. Clóvis Beviláqua ocupa-se da defesa do Código Civil que elaborara, dedicando-se sobretudo à ciência jurídica. Artur Orlando, nos últimos dez anos de sua vida, tem uma atividade intelectual dispersa descurando-se da filosofia. Sílvio Romero procura na Escola de Le Play uma explicação para a sociedade brasileira. Com a sua morte, em 1914, chega ao fim o ciclo da Escola do Recife. A partir de então, seus adeptos serão apenas remanescentes.

O movimento subterrâneo, que vinha de longe, para usar a expressão de Sílvio Romero, não se direcionou no sentido do projeto sofisticado da Escola do Recife mas ancorou no positivismo. A República brasileira adotaria envolvimento comteano, se bem que adaptando-o ao ideário pomбалino.

II — O projeto reformador da Escola do Recife

Para situar de modo adequado o projeto reformador da Escola do Recife creio que poderíamos partir da conceituação de literatura sugerida por seu fundador.

Nas notas que se preservaram do curso de literatura comparada que ministrou em 1886, reelaboradas em 1887,

segundo informa o próprio autor, Tobias Barreto analisa deste modo as possibilidades de definição e as comenta brevemente.

“Por literatura entendem alguns o conjunto das produções intelectuais de um povo, quaisquer que elas sejam; sem atenção à substância e à forma dessas mesmas produções; outros porém tão-somente aquelas obras, cuja forma e substância são reguladas pelo padrão da arte; outros enfim os produtos da inteligência, artisticamente elaborados, mas formal e substancialmente impressos de um caráter especial, que os distingue, por si mesmos e independente da consideração da língua, dos trabalhos similares dos outros povos.

Qualquer destes três conceitos, que aliás não são exclusivos e antitéticos entre si, tem a sua parte de verdade e a sua parte de erro. O primeiro ressent-se do defeito de uma demasiada extensão. Tomado como princípio regulador, far-nos-ia incluir no quadro da história literária de um país, até as suas leis, os relatórios dos seus ministros, a correspondência oficial das suas autoridades, as peças processuais da sua vida forense. Não é mister melhor refutação.

Mas também o segundo não se mostra menos defeituoso pela sua demasiada estreiteza de âmbito. Porquanto, admitido o característico da arte, aplicada esta medida como única determinadora da matéria literária, ver-se-ia desaparecer dos olhos do historiador um sem-número de obras, que entretanto pertencem de direito ao domínio da literatura.

As produção intelectuais, reguladas pelo padrão artístico, são somente aquelas, onde prepondera o **momento** estético, onde o único problema a resolver é a expressão do **belo** de qualquer forma, do **belo** de qualquer gênero, tendo por meio a palavra que é a primeira veste do pensamento, a veste mais transparente e espiritual.

Já se vê que deste modo as obras científicas ou aquelas em que se dá a preponderância do **momento** lógico, a exposição e demonstração do **verdadeiro**, ficariam fora de questão. Um trabalho, por exemplo, que se ocupasse da literatura francesa do nosso tempo, deveria dar-nos conta dos romances de Zola, mas passaria em silêncio a **Vida de Jesus**,

o **S. Paulo**, o **Anti-Cristo** de Renan, e muitas outras obras de sábios autores.

Eu creio que ninguém seriamente sentirá dificuldade em rejeitar, como lacunoso, semelhante modo de ver. É certo que ele é em geral o mais seguido; mas nada importa. Quando se trata de firmar uma verdade, as opiniões não são votos **que se contam**, porém votos **que se pesam**". (*Crítica Literária*), ed. da obra completa organizada por Paulo Mercadante e Antonio Paim. Aracajú, Governo Estadual, 1973, págs. 80/81).

Mais adiante, depois de criticar a limitação do conceito a marcos puramente estéticos, aduz:

"Felizmente os horizontes se alargaram, a velha intuição modificou-se; e quem quer que hoje toma a si a tarefa de estudar a gênese, o caráter, a influência social do **Fausto** de um Goethe, é obrigado, por uma lei de afinidade histórica, a fazer o mesmo estudo sobre a **Crítica da razão** de um Kant; mais do que isso, a fazê-lo mesmo sobre as **óperas** de um Mozart, ou as **sinfonias** de um Beethoven. Não fica somente aí. Assim como a história propriamente dita engrandeceu o seu campo de observação, incluindo nele, em harmonia com a marcha evolucionar dos fatos, a apreciação do movimento das idéias, assim também a história literária não se dedigna, é pouco, sente-se mesmo obrigada a olhar por cima dos muros e apreciar as relações recíprocas, não simplesmente sincrônicas, mas genéticas e causais, entre o bulício das idéias e a erupção dos acontecimentos.

O terceiro modo de compreender a literatura que é tão incompleto como o segundo, tem todavia um mérito incontestável: é o reconhecimento de um **caráter especial**, que distingue as obras literárias de um país das produções análogas de outros, sem dependência da língua em que são escritas.

Esse **caráter**, que não é facilmente definível, pode provir da raça, da educação política, dos costumes, ou de outra qualquer fonte; mas, provenha de onde provier, o certo é que ele realmente existe. Leibnitz, escrevendo livros franceses ou latinos, é sempre o sábio tedesco do século XVII. Ivan Turgueniev, que escreveu novelas em alemão e em francês, nunca deixou de ser o mesmo russo; sempre o mesmo pessimismo, sempre a mesma intuição eslava.

Destarte, e finalmente, diferenciando e integrando todas estas observações, pois que a função de pensar e escrever não é mais, em última análise, do que um constante processo de diferenciação e integração de idéias, podemos chegar a este resultado: a literatura, como ciência, é a história da vida espiritual de uma nação, total ou parcialmente considerada, no que essa vida encerra de mais nobre e elevado, acima dos interesses materiais, pela inspiração dos gênios, pelo esforço dos talentos". (Obra citada, pág. 83).

Essa preferência pela vida espiritual no que ela tem de mais nobre e elevado configura bem o eixo do projeto da Escola do Recife. Reformar o país é alterar e redireccionar essa camada mais alta de sua tradição cultural, inclusive a meditação de caráter ético. É certo que, como disse, visaram também as instituições políticas mas sempre com esse vezo intelectualista, tão bem caracterizado por Evaristo de Moraes Filho, a que pretendo voltar para exame mais detido. Na medida em que o país não os segue é que irão dar-se conta de que a cultura tem efetivamente um "mundo subterrâneo", constituído pela tradição da vida cotidiana, a que chamaram ora de costumes ora de psicologia coletiva.

Começarei dando um balanço nos resultados alcançados no que se refere à componente intelectual da cultura.

III — Progressos registrados na consecução do projeto reformador da Escola do Recife

Ainda que a Escola do Recife não haja alcançado o seu desiderato de mudar o curso histórico do país, certamente pelo desmedido da pretensão, suas contribuições à nossa renovação cultural correspondem a ponto alto em sua evolução e guardam plena atualidade.

No plano filosófico, a Escola soube situar-se no momento de interseção em que viveu, quando a filosofia se defrontava com a onda positiva contestadora de sua validade. Em tal circunstância, não era possível restaurar a metafísica simplesmente retornando ao passado. A descoberta de novos caminhos poderia resultar da volta a Kant, como sugeriam alguns pensadores e de fato veio a ocorrer. O grande mérito de Tobias Barreto consiste em ter ouvido essa voz. O neokantismo daí resultante, abriu à filosofia em nosso século a grande vertente da epistemologia, isto é, de uma investi-

gação do conhecimento científico desinteressada das descrições de seu processo efetivo, características da velha gnoseologia. Além disto, o pensador sergipano situa-se como um dos precursores do chamado **culturalismo**, que viria a ser uma das mais importantes correntes do século XX. É certo que os seguidores de Tobias Barreto não desenvolveram grandemente esse legado. Ao contrário, ficaram presos ao oitocentismo e, dessa forma, circulando na mesma atmosfera dos partidários de Comte, de que tanto queriam distinguir-se. O legado de Tobias Barreto foi entretanto preservado e chegou aos nossos dias. Sua meditação veio a ser retomada, desde os anos trinta, por homens do porte de Djacir Menezes e Miguel Reale.

O momento áureo da Escola do Recife não está entretanto na filosofia geral mas na filosofia do direito. Pela primeira vez em nossa cultura o direito é transformado em fenômeno histórico, sujeito a desenvolver-se no tempo, ligado à vida. Tobias Barreto, seguindo a Jhering mas igualmente contribuindo com idéias próprias, proclamou que, “no imenso mecanismo humano, o direito figura também como uma das peças de torcer e ajeitar, em proveito da sociedade, o homem da natureza”. Não mais o direito natural abstrato e divinizado mas fenômeno histórico, produto cultural da humanidade, ligado à violência e à luta. Numa expressão magistral Tobias Barreto diria que “a força que não vence a força não se faz direito; o direito é a força que matou a própria força”. Foi a partir dessas idéias e adotando o livro “Estudos de Direito”, organizado por Silvio Romero com textos do fundador da Escola, que se estruturam as novas Faculdades de Direito. Até a República, existiam apenas as duas escolas de direito criadas logo após a Independência (Recife e São Paulo). Em seguida à República organizam-se no Rio de Janeiro (Faculdades Livres de Direito e de Ciências Jurídicas), Amazonas (1910), Paraná (1912), Niterói (1916) e Goiás (1921). Em todas elas, a doutrina da Escola do Recife não só ocupou sempre um lugar de honra como viria a merecer elaboração teórica sofisticada e abrangente, para dar lugar ao culturalismo de nossos dias.

A Escola do Recife estimula e desenvolve o interesse e o amor pela produção intelectual brasileira, herdada dos primeiros românticos mas despindo-a da feição ingênua de que se revestira. Esse trabalho agora assume a forma de in-

ventário, pretende-se científico e duradouro. Embora não tenha autoridade para dizê-lo, tenho a impressão de que se revestem desse caráter o que nos legaram em matéria de história da literatura brasileira, de registro de manifestações folclóricas e da cultura popular.

A Escola do Recife pode ainda ser atribuído o mérito de ter lançado as bases da sociologia brasileira. Em seu tempo, a disciplina ainda se achava muito marcada pela conceituação que lhe dera Augusto Comte, isto é, como uma ciência normativa geral a que se subordinariam a investigação do direito, da economia, etc. Tobias Barreto rebelou-se contra semelhante entendimento e indicou que, assim como não há ciência da natureza, a que se subordinariam a física, a química, etc., tampouco pode haver ciência da sociedade como um todo mas apenas estudo científico das manifestações que se dão em seu interior. É posterior a reforma introduzida por Max Weber (1864/1920), atribuindo-lhe a tarefa de estudar o comportamento social. Contudo, é neste sentido que se encaminha o estudo sugerido por Sílvio Romero. Como essa questão tem muito a ver com a reforma da sociedade em sua inteireza, a que pretendiam chegar pela mudança das manifestações superiores da cultura, deixo para considerá-la depois de caracterizar o fracasso a que corresponderam as incursões da Escola do Recife na arena política.

IV — A Escola do Recife e a reforma das instituições políticas

Na década de setenta, Tobias Barreto teve militância política no Partido Liberal, elegendo-se deputado à Assembleia Pernambucana. Não conseguindo imprimir àquela agremiação formas de atuação segundo princípios fixados previamente, abandonou inteiramente a política. Desconfiou cedo do autoritarismo do Partido Republicano e não nutria simpatias pelo novo agrupamento.

A propósito dos desencantos políticos de Tobias Barreto, Sílvio Romero teria oportunidade de escrever, no prólogo à reedição que promoveu dos **Estudos Alemães**: “os conservadores se lhe afiguravam retrógrados, homens do rei, reacionários, compressores; os liberais, contraditórios, fantasistas, incapazes de cumprir o que prometiam, estragados pela

fraseologia retórica dos declamadores; os republicanos, incertos, vacilantes entre as parlamentarices francesas e o arrocho norte-americano”.

Com a proclamação da República, Sílvio Romero passa a ter intensa atuação política em Sergipe, onde, em geral, o grupo ligado à Escola do Recife procura influir sobre os acontecimentos. Seus intuitos reformadores nunca foram entretanto bem aceitos pela comunidade. Fausto Cardoso foi assassinado no próprio palácio governamental. Sílvio Romero conseguiu um único mandato de deputado federal (legislatura 1898/1902). Em discurso na Câmara diria então que o pequenino meio sergipano era dominado por “uma velha e segregada oligarquia de **sotaina e massapês**”, no seio da qual não haveria lugar para espíritos independentes. Ainda assim, foi graças à ascensão ao governo estadual de um discípulo de Tobias Barreto, Graco Cardoso, que na década de vinte se publicaram as suas obras completas.

Artur Orlando fez carreira política em Pernambuco tendo sido eleito deputado federal para sucessivas legislaturas. Dirigiu durante muitos anos o **Diário de Pernambuco**, que era o jornal da situação. Mas abdicou de reformar o partido político a que pertencia, sem embargo da atuação em prol da cultura.

Assim, seria justamente na esfera política onde a Escola do Recife viu recusada frontalmente a sua mensagem. Refletindo o profundo amargor resultante dessa experiência, Sílvio Romero exclamaria:

“A turba malta dos aduladores do poder aparecem sempre os sergipanos como inteligentes nas letras, na poesia, na filosofia, no estudo do direito, mas desdotados de **capacidade política**. É que para esse cavejamento da incapacidade em torno aos governos, a capacidade política é igual à soma dos quadrados da desfaçatez e da impostura, especialmente quando estas se mostram em ação no bajulamento jornalístico ou nas manipulações infames das farsas eleitorais.

Medido por esse padrão, Samuel de Oliveira não tem capacidade política, como não a tinha Tobias Barreto nem a tenho eu”. (Prefácio ao livro **A verdadeira reforma constitucional** (1911), de Samuel de Oliveira).

Estudando a atuação política da Escola do Recife, Evaristo de Moraes Filho aponta o equívoco fundamental de que foram vítimas seus integrantes; supunham que o conhecimento da verdade seria suficiente para segui-la. Evaristo de Moraes Filho indica mesmo que Tobias Barreto estava convencido de que, ao invés de batizar os inimigos da liberdade de retrógrados ou absolutistas, bastava chamá-los de ignorantes. De minha parte, acrescentaria que não reconheceram a especificidade da verdade política, a sua vinculação ao interesse, donde a contribuição maior deveria orientar-se no sentido da estruturação de um regime onde se reconhecesse a legitimidade de todos os interesses. Esse reconhecimento impediria que tivessem imaginado a possibilidade da determinação de um interesse geral não negociado livremente entre os diversos interesses, mas deduzido de princípios gerais, de inspiração cientifista. A questão resumia-se, na época como ainda hoje, na consolidação dos institutos do sistema representativo.

A única reforma institucional importante que pode ser atribuída à Escola do Recife seria a elaboração do Código Civil, devida a Clóvis Beviláqua.

V — O destino histórico do projeto reformador

Na medida em que o país se encaminha num sentido autoritário no plano político e monocórdio ao invés da pluralista na esfera cultura, Sílvio Romero e Artur Orlando dão-se conta de ser falsa a suposição de que, para reformar o país, basta atuar no âmbito das produções mais sofisticadas da cultura. Antes de qualquer coisa, seria necessário conhecer os costumes de nossa gente, estudar minuciosamente como se estruturam as relações sociais em seus vários níveis. Nesse passo, adotam programa ambicioso, inspirado na Escola de Le Play — também denominada Escola da Ciência Social —, então em voga, formulado por Sílvio Romero nos seguintes termos: “Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação do Brasil atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos; apreciar especialmente o

viver das povoações, vilas e cidades, condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, dos quais nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos nunca ocorreu cogitar". (*O Brasil Social*, 1908).

A Escola do Recife, conforme indiquei, desaparece virtualmente na época da primeira guerra mundial. Seus últimos integrantes não tiveram tempo sequer para concluir o pretendido estudo global da sociedade brasileira. E muito menos para dele retirar um programa de ação revestido da eficácia de que não chegou a dispor a plataforma reformadora com base na filosofia, no direito, na sociologia, em suma, nas esferas da cultura exigentes de maior elaboração teórica. Contudo, é interessante assinalar o destino que teria essa proposta.

A proposta da Escola do Recife veio a ser retomada por Oliveira Viana (1883/1951), que teria oportunidade de escrever: "Essa compreensão objetiva e científica de nossas coisas e de nossos problemas eu a adquirir cedo... Não foi Torres, como geralmente se pensa, quem me deu a primeira orientação neste sentido; foi Sílvio Romero".

Oliveira Viana é, fora de dúvida, o mais importante estudioso de nossa realidade social. Ao invés de tentar enquadrar a sociedade brasileira nos esquemas hauridos em pensadores estrangeiros, utilizou-se de forma criativa. Foi o primeiro que se deu conta do equívoco de nos classificarmos como "povo jovem", querendo com isto dizer que somos massa amorfa e maleável, passível de amoldar-se à atualíssima proposta, à grande novidade ontem surgida no **Quartier Latin**. Oliveira Viana mostrou que os cinco séculos da história do país só fizeram consolidar costumes, formas de organização social e política, escala de valores sedimentados nos séculos anteriores de formação do povo português. A grande obra de investigação sociológica que nos legou precisaria ser complementada para averiguar-se o que de fato ocorreu com aqueles valores, que eram predominantemente rurais, em face do processo intensivo de urbanização deste último pós-guerra.

Em que pese a significação da obra sociológica de Oliveira Viana, a reforma política por ele preconizada não se amolda ao espírito da Escola do Recife. O programa de atuação política da lavra de Oliveira Viana foi denominado por

Wanderley Guilherme de autoritarismo instrumental. O sociólogo fluminense entende que as instituições políticas inevitavelmente têm uma correspondência com a sociedade. E se queremos alterá-las, incumbe começar por esta última. A colonização nos facultou o predomínio dos clans familiares, tendentes a formar oligarquias. Antes de imaginar instituições liberais, seria imperativo superar aquela situação, através da centralização e do Estado forte. Louvo-me do resumo que dessa doutrina nos deu Wanderley Guilherme:

“É na obra de Oliveira Viana, contudo, que o caráter instrumental da política autoritária, da maneira em que ele a concebeu, aparece mais claramente. A colonização brasileira, argumenta, ocorreu sob condições peculiares. O território era vasto demais, em relação a qualquer imaginável população da Europa do século XVI, e sobretudo em relação à população portuguesa da época. Índices extremamente baixos de densidade populacional impuseram uma forma de ocupação territorial onde as únicas limitações para o domínio individual eram as regulamentações coloniais. A rápida expansão de grandes latifúndios, nos primeiros dois séculos da colonização, estabeleceu o padrão que seria seguido desde então — grandes quantidades de terra familiarmente apropriadas, isoladas uma das outras e da vida urbana, que só existia nos limites de dois ou três pólos ao longo da orla litorânea. Os primitivos proprietários de terras deviam contar consigo próprios e depender o mínimo possível do mundo “externo” — isto é, o mundo para além das fronteiras de suas propriedades. O desenvolvimento do complexo rural transformou os latifúndios em pequenos universos econômicos, capazes de produzir quase tudo que precisavam e sem o menor estímulo, estável e previsível, à especialização e divisão do trabalho. As oscilações do mercado exterior os fizeram ainda mais desconfiados quanto aos benefícios da especialização, e os levaram a tentar a maior autonomia possível em relação ao mercado. Este padrão se reproduziu em todo o país e a sociedade colonial brasileira se constituiu como uma multidão de estabelecimentos econômicos ganglionários isolados, quase auto-suficientes — “clã parental” —, sem comunicações entre si, sem interesse comuns e sem ligações através do mercado.

A vida urbana não poderia desenvolver-se em tal contexto. Esta foi a primeira consequência negativa do modelo de ocupação econômica e territorial. As fazendas eram pra-

ticamente autárquicas e constituíam o único mercado de trabalho da área rural. Esta é uma segunda consequência. A população rural não-escrava não tinha alternativa ao trabalho oferecido nos latifúndios. Os trabalhadores rurais "livres" dependiam totalmente do proprietário de terras, que se tornava seu senhor em qualquer questão social, econômica e política. Quando o Brasil se separou de Portugal, portanto, a sociedade nacional apresentava baixíssima integração através do mercado. A unidade econômica e social básica era o clã parental, baseado na propriedade e capaz de obter a submissão de toda a mão-de-obra "livre" que vivesse no interior ou na periferia dos domínios. A experiência com a descentralização liberal, realizada nas primeiras décadas pós-Independência, resultou na captura das posições de autoridade pelos membros do clã, agora transformado em clã eleitoral. Todos os "cidadãos" agora habilitados para escolher o prefeito, a autoridade judiciária local e o chefe de política pertenciam à força de trabalho não-escrava, em tudo e por tudo dependente dos proprietários da terra. Os latifúndios detinham o monopólio do mercado de trabalho e, conseqüentemente, controlavam as vidas dos que deles dependiam. A oligarquização das estruturas políticas foi, portanto, produzida e legitimada pelos métodos liberais impostos pelo governo central.

Quando os conservadores reagiram e deram início à centralização imperial, os perdedores teriam sido os proprietários de terra e não os "cidadãos". O sistema republicano, continua Oliveira Viana, não alterou o padrão básico das relações sociais e econômicas. A sociedade brasileira ainda era basicamente oligárquica, familística e autoritária. A intervenção do Estado não representava, portanto, uma ameaça para os "cidadãos", mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção contra os oligarcas. Qualquer medida de descentralização, enquanto a sociedade continuasse a ser o que era, deixaria o poder cair nas mãos dos oligarcas, e a autoridade seria exercida mais para proteger os interesses privados dos oligarcas, do que para promover o bem público. Em consequência, o liberalismo político conduziria, na realidade, à oligarquização do sistema e à utilização dos recursos públicos para propósitos privados.

O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal e a edificação de uma sociedade liberal requer um Estado suficientemente forte para romper os

elos da sociedade familística. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável. Esta análise foi aceita, e seguida, por número relativamente grande de políticos e analistas que, depois da Revolução de 1930, lutaram pelo estabelecimento de um governo forte como forma de destruir as bases da antiga sociedade não liberal". (*Ordem burguesa e liberalismo políticos*. São Paulo, Duas Cidades, 1978, pág. 93 e seguintes).

A meu ver, a proposta do autoritarismo instrumental veio a ser adotada pelo núcleo da elite que conquistou a hegemonia na Revolução de 64. Quer dizer: aquele núcleo acreditava que o autoritarismo deveria ser transitório, desde que é incapaz de facultar estabilidade duradoura. A aplicação do modelo castilhistas (abandono do sistema representativo para colocar em seu lugar, de forma definitiva, sistema autoritário) pela liderança precedente não conseguiu o progresso nem instituições sólidas. Assim, o autoritarismo não mais é entendido como estágio definitivo. Contudo, sua substituição pelo esquema liberal só pode dar-se depois de transformada a sociedade.

E, assim, a proposta política de Oliveira Viana, ao contrário do que ocorreu com a Escola do Recife, veio a ter curso no país.

VI — Lições da experiência da Escola do Recife

Da experiência da Escola do Recife, aqui resumida, é possível tirar algumas lições, válidas para o intelectual brasileiro contemporâneo.

Creio que há pelo menos um grande e duradouro ensinamento: não é possível reproduzir no Brasil o clima cultural encontradido na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, por mais justificável que nos pareça a tentação. Antes de buscar a novidade, cabe inserir-se plenamente em nossa própria tradição.

O contato com as mais importantes correntes do pensamento contemporâneo deve ser encarado sobretudo como um diálogo, encetado a partir da tradição nacional. Esse diálogo será tanto mais fecundante quanto maior a familiaridade que venhamos a ter com o segmento correspondente da meditação brasileira.

Outro reconhecimento que nos deve ser facultado pela trajetória da Escola do Recife consiste na evidência de que o curso histórico é determinado pelos valores morais, que são certamente indissociáveis das outras esferas da cultura, das instituições políticas e mesmo da atividade produtiva mas que nem por isto perdem a sua autonomia. De sorte que o caminho encetado por Oliveira Viana é parte essencial do conhecimento de nós mesmos e deve ter continuidade. Tanto no plano sociológico, para investigar os efeitos da urbanização sobre aqueles valores sedimentados pela tradição rural, como também no âmbito da meditação de caráter ético. Avançamos muito no estudo da discussão filosófica precedente no país, como no que se refere à evolução do pensamento político. Permanece contudo a grande lacuna no âmbito da meditação acerca da moral.

Quanto à reforma político-institucional, parece-me que o mais correto é ficarmos com os ensinamentos de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), segundo os quais a condição de intelectual não torna privilegiada a situação do representante. Sendo de interesses a representação, há de ser requerido o conhecimento de tais interesses e não, preferentemente, a posse de cultura geral. Eis o que escreve no **Manual do cidadão em um governo representativo** (1834) § 225:

“... os mandatários da nação no congresso nacional sendo chamados a representar os interesses dos seus constituintes, a primeira condição indispensável para bem cumprir o seu mandato é de bem conhecer estes interesses. Ora, em cada estado deve haver um certo número de homens capazes de compreender e sustentar no congresso os respectivos interesses. Estes homens distintos devem ter dado provas da sua capacidade nas ordens inferiores de onde não subiram sucessivamente senão pelo voto de seus concidadãos. Portanto cada deputado, ainda que deva representar sobretudo os interesses gerais da nação, representa especialmente os do estado a que pertence. Ainda mesmo no caso de possuir conhecimentos mui extensos em outros ramos da ciência administrativa, não é sobre esses conhecimentos que os eleitores estabeleceram a sua confiança, por não saberem dar-lhes valor, nem poderem aí achar senão por um interesse mui remoto”.

Entendo desta forma a advertência do grande mestre liberal: o aprendizado da política não se faz nas academias.

Quem tiver vocação política autêntica não condicionará sua adesão à reforma prévia dos costumes e dos partidos políticos.

Parece haver entretanto um compromisso inerente à condição intelectual. E este será sem dúvida o compromisso com a liberdade de expressão, com a preferência pelo diálogo ao invés da polêmica, com o pluralismo, e o repúdio a todas as formas de autoritarismo e de totalitarismo.

Como livro de referência política, este trabalho não contém nada de novo, mas é uma boa leitura para quem quiser saber mais sobre a situação política do Brasil.

Para quem quiser saber mais sobre a situação política do Brasil, este livro é uma boa leitura. Ele contém muitas informações interessantes e úteis, e é escrito de uma forma clara e objetiva. É uma boa leitura para quem quiser saber mais sobre a situação política do Brasil.

DISCURSOS E CONFERENCIAS

DISCURSO DE POSSE NO IHGES

Francisco Schwarz

Desejo inicialmente registrar a alegria que sinto neste momento, quando assumo as funções de sócio deste Instituto Histórico do Espírito Santo.

Na humildade de minha vida, toda ela dedicada a causa pública, trabalhei por longos 47 anos e hoje, aposentado, continuo a lutar, mas só faço aquilo que desejo e que gosto.

Descendente que sou de imigrante germânico, daquele que veio para este país e para este Estado, no século passado, com um único objetivo de ajudar os brasileiros a construir sua pátria, desbravando esta terra e aqui fincar marcos, procurando sempre engrandecê-la.

Hoje, vemos os frutos das sementes lançadas por aqueles imigrantes, em todos os recantos do Estado.

Nasci em Santa Leopoldina, município do Estado, que tem uma história, calcada na luta, no sacrifício de seus pioneiros, grande parte vindos do além mar. Foi um dos grandes municípios do Estado, no início do século, a ele pertenceram Santa Teresa e Afonso Cláudio. Dotado de condições mesológicas, propícias à imigração, teve na época como aliado, o rio Santa Maria da Vitória, com seu curso navegável, até as primeiras cachoeiras, local onde hoje está edificada a cidade de Santa Leopoldina.

Com o movimento abolicionista em ascensão no século passado, previa-se a extinção da escravatura, o que naturalmente ocorreria, mais dias menos dias. Fazia-se necessária a substituição do braço escravo. Ninguém melhor do que o imigrante para fazê-lo. Na Europa a partir de 1848, a crise econômica se agravava, e seus habitantes, rumavam para outras terras, à procura de dias melhores.

A Casa Imperial sofreu grande influência de sua origem, os Habsburgos e optou pela colonização de povos de origem germânica, razão de serem dessa descendência, aqueles que primeiro aqui chegaram.

Recordo-me com muitas saudades, do ativo e importante comércio do Porto do Cachoeiro, depois Cachoeiro de Santa Leopoldina, como era chamado na época. As tropas de mulas e os barqueiros, traziam e levavam tudo que se produzia e que se comprava.

O nosso país era essencialmente comprador, importando tudo que se necessitava na época. A nossa indústria incipiente, poucas utilidades produzia.

(*) Sessão do dia

Ainda me recordo, quando na minha infância, quase todas as utilidades eram importadas. Como contemplava, nas vitrines das casas comerciais, a grande gama de brinquedos, vindos da Alemanha e as novidades da moda, vindas de Paris.

Nas festas natalinas, o comércio brindava a população, distribuindo gratuitamente os produtos natalinos, com nozes, amêndoas, castanhas e avelãs. A distribuição de vinhos finos era uma praxe da época.

O comércio era tão importante, que os cacheiros viajantes, quando visitavam o Estado, iam diretamente para lá. A elucidar a importância desse comércio, na visita feita ao Brasil, por Ernesto Kalkuhl, de Solinger, fizera questão de nos visitar, tal era o montante de compras feitas àquela cidade da Alemanha.

Assim, numa análise que fizemos sobre o desenvolvimento do país no setor industrial e porque não dizer na agricultura, concluímos que o avanço dado pelo país, foi algo de assombrar, mercê do sacrifício exigido desta geração. Recordo-me, o lavrador que se dedicava a cafeicultura, derrubava a mata e plantava café em terra virgem e somente, quatro anos após, obtinha colheita comercial. Hoje, o café é plantado no chamado terreno cansado e com dois anos já apresenta produção comercial.

As coisas hoje se sucedem com muita velocidade. O que hoje é uma novidade, amanhã é ultrapassado. Há vinte anos, foi lançado o primeiro satélite artificial. Hoje há satélites navegando além do sistema solar.

A homenagem recebida por mim, desejo transferi-la para a minha terra natal, que já tem um brilhante sócio que ocupa a presidência desta casa, que é o Dr. Alberto Stange Júnior. Há uma coisa comum entre nós. Ele foi aluno do meu pai. Seu pai foi prefeito municipal e presidente do Tiro de Guerra local, onde deixou uma folha de serviços que somente o homenageia.

Como já disse, é uma comuna de caras tradições e de uma população dinâmica cujas atividades, enriqueceram o Espírito Santo, e chantara marcos, que somente os ousados e porque não dizer, os precursores do progresso o fariam. Permitam-me senhores, me ater sobre alguns desses fatos. A terra que tanto deu de si, para que o Espírito Santo progredisse, precisa ser lembrada e não há momento melhor do que este, quando assumo como sócio deste Instituto.

A Colônia de Santa Leopoldina, foi fundada em 27 de fevereiro de 1856, por ato do conselheiro Couto Ferraz, Ministro do Império, que determinou a demarcação de uma área de 4 léguas em quadrado. No mesmo ano, o engenheiro João José Sepulvede, deu início a demarcação, com a abertura das picadas e já em 1857, chegava a primeira leva de imigrantes, que foram, entre outros, suíços, luxemburguezes e holandeses.

A corrente imigratória prosseguiu até o fim do século. Pelo Rio Santa Maria da Vitória, também chegaram os imigrantes de origem italianos, isto a partir de 1870 e a sua grande maioria rumou para as terras onde hoje é o município de Santa Teresa.

Em janeiro de 1860, a Colônia recebeu a honrosa visita de S. M. Imperial, Dom Pedro II, acompanhado de lucida comitiva, entre eles o grande marineiro do Brasil, mais tarde Almirante Tamandaré.

Vieram em canoas até o Porto do Cachoeiro, tendo navegado toda a noite e lá chegando ao amanhecer do dia, que era um domingo. Recebidas com as festas, que a visita merecia, após ligeiro descanso, S. M. Imperial assistiu a

missa, celebrada pelo Frei Adrianus Lauschen, tirolez e que foi acolitada pelo Almirante Tamandaré. O Frei Adrianus foi o construtor da igreja do Tyrol, no município e lá prestou a assistência religiosa aos colonos austriacos que lá se instalaram. Seus restos mortais estão depositados numa urna, que está na atual igreja local. Ele faleceu a 23 de dezembro de 1868. Após a assistência da Santa Missa, S. M. Imperial presenciou uma pequena demonstração folclórica, feita pelos filhos de imigrantes recém chegados e trocou idéias em língua alemã com os presentes, rumando após a cavalo, numa visita à nova colônia. No Museu Imperial de Petrópolis, está a caderneta de anotações feitas naquela viagem. Na noite do mesmo dia, embarcou em canoas, na Barra do Mangaraí, rumo à Vitória.

No mesmo ano de 1860, outra visita importante recebeu a Colônia. O Barão e diplomato suíço, Johan von Tschudi, explorador, foi ver como viviam os colonos de origem suíça, muitos dos quais, haviam sido instalados em glebas de baixa fertilidade. No seu relatório, "Reisen Durn Sud América", concluiu serem ruins as condições dos colonos e previu seu colapso. Descreveu parte do Vale do Rio Santa Maria, citando afluentes, descrevendo a área e suas perspectivas agrícolas. Todavia, enganara-se, como em outra expedição, conhecida como "Expedição Tayle", que percorreu o Brasil, nos meados do século passado e aqui passando fez a seguinte observação sobre Vitória: "Jamais seria um porto importante, dada a qualidade de suas terras circunvizinhas e a dificuldade orográfica a ser vencida, para atingir a Província de Minas Gerais. Ambos se enganaram. Entretanto a von Tschudi, deve a Colônia a chegada dos primeiros religiosos luteranos, ocorrida em 1864.

Também, em 1860, chegou à Colônia seu novo Diretor, Dr. Franz Rúdio, botânico, alemão, que chegara ao Brasil em 1858, com uma carta de recomendações ao Imperador, de Karl Friedrich Philip von Marthius, botânico, dos mais cultos que o mundo já tivera e que estivera no Brasil, tendo chegado com a comitiva de Dona Leopoldina, nossa primeira imperatriz. Junto com ele chegara também, o Dr. Spix, grande zoólogo. Os dois grandes cientistas percorreram o Brasil, indo do Rio de Janeiro até o Amazonas, usando carros de boi, canoas, cavalos e a pé. O Dr. Marthius catalogou 22.767 espécies de plantas, grande maioria brasileira e desconhecida do mundo científico.

Sua obra, fruto desta expedição, é a Flora brasilienses, composta de sessenta volumes, uma das maiores obras botânicas do mundo e seu valor é seu peso em ouro. Publicou uma obra sobre palmeiras e von Humboldt afirmava que, onde havia uma palmeira, estava o nome de Marthius.

Franz Rúdio que chegara ao Brasil, em 1858, prestou serviços no Jardim Botânico, da cidade do Rio de Janeiro. Há em Santa Leopoldina uma rua com o seu nome, numa homenagem àquele que prestou à colônia, seus grandes serviços.

A colônia prosperou tanto, que era depois de Dona Francisca, no Estado de Santa Catarina, a que mais prosperava no Brasil.

Continuaram chegando imigrantes, os quais, iam para a nossa hinterlândia, começando desta forma, uma intensa colonização da região central do Estado.

A guerra travada entre a França e a Prússia, trouxe como consequência, uma grave crise na Europa e motivou a vinda de novas levas de imigrantes. Assim, aportaram em Vitória, em 16 e 21 de maio de 1873, as galeras, Adoir e Doktor Barth, trazendo respectivamente, 413 e 366 pomeranos, os quais rumaram para o altiplano do município de Santa Leopoldina, onde hoje se situam os distritos de Garrafão e Jetibá e constituíram a base fundamental, da progressista região.

O progresso da região trouxe como consequência a autonomia da Colônia e a criação do município e de sua comarca, respectivamente em 16 de abril de 1887 e dezembro de 1889. O município se instalou em 17 de abril do mesmo ano de 1887, sendo considerados seus fundadores, os cidadãos Alfêes José das Neves Fraga, Antônio José de Araújo Silva, Luiz Holzmeister, Gustavo Pinto do Nascimento, Antonio Corrêa do Nascimento e Domingos Francisco Lima.

A comarca foi instalada no dia 24 de dezembro de 1889, pelo Dr. Domingos Marcondes de Andrade, seu primeiro Juiz de Direito.

Proclamada a República do Brasil em 15 de novembro de 1889, o primeiro presidente do Estado, foi o leopoldinense, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, nascido na Fazenda

Barra do Mandaraí, que foi inegavelmente um dos mais ilustres filhos da terra e do Estado do Espírito Santo. Trouxe um grande enriquecimento para a história e justiça do Estado.

Criada a comarca, em 1890, exerceu as funções de juiz municipal, um jovem com pouco mais de 20 anos de idade, natural do Maranhão, titulado pela Faculdade de Direito de Recife, que foi o Dr. José Pereira da Graça Aranha que exerceu suas funções por apenas alguns meses, ou seja, do dia 10 de agosto a 27 de novembro de 1890.

Aqui chegando, pois viera diretamente de Recife para Santa Leopoldina, encontrou um mundo totalmente diferente daquele em que vivia o que o inspirou a escrever um livro que o projetou e também ao município, não no Brasil, como também em grande parte do mundo. Sua obra está traduzida para várias línguas e é um dos monumentos de nossa literatura. O livro foi titulado *O Canaã*, obra magistral, onde já é dado o brado de alerta pela preservação do ambiente, do qual tanto se fala nos dias atuais. Aquela privilegiada inteligência, além de retratar a beleza da região, anteviu seu futuro, como Terra de Canaã.

Hoje, quando estamos perto de completar um século do evento, estamos vendo a concretização de sua profecia. O município de Santa Leopoldina é realmente um grande celeiro, produtor de café e produtos horti-fruti-granjeiros, os quais rumam para os grandes mercados como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Vitória, contrariando dest'arte as previsões de von Tschudi.

Foi o primeiro romance escrito no país cursando sobre a imigração.

A casa onde escreveu ou tomou notas para escrever o livro, foi destruída em 1939, por um pavoroso incêndio. Quis a Providência Divina, que exercendo o mandato de Prefeito Municipal, com o aproveitamento de parte das paredes ali construísse o fórum do município e a Justiça do Estado, numa homenagem ao grande homem público, deu-lhe seu nome. Todavia, mais uma homenagem foi-lhe prestada no município que tão brilhantemente projetou. As escolas de primeiro grau de Santa Maria de Jetibá, também têm o seu nome.

Não podia olvidar os Holzmeister. Dois irmãos austríacos, João e Luiz aqui chegaram e deixaram seus descendentes, que muitos nos envaideceram. Luiz, aqui ficou para sempre e seus restos mortais jazem no campo santo da cidade. João, permaneceu por mais ou menos quinze anos, regressando a Austria, a fim de ensinar que seu filhos estudassem.

Seus dois filhos, Clement e Urbano, foram pessoas que se destacaram e se projetaram no cenário mundial. O primeiro como arquiteto e o segundo como sacerdote jesuíta.

Clement construiu o monumento de Dolfuss, grande patriota austriaco, que opôs feroz resistência à implantação do nacional socialismo na sua Pátria.

Foi também construtor da moderna Ankara, Capital da Turquia e aos oitenta anos de idade, venceu uma concorrência internacional, para a construção do palácio do turista, em Madrid.

Urbano, como disse, sacerdote jesuíta, foi em vida o maior cultor da língua hebraica e prestou relevantes serviços à Biblioteca do Vaticano.

O primo deles, Luiz, filho de Luiz, foi advogado, tendo exercido o mandato de prefeito municipal e a ele deve a cidade, seu serviço de eletricidade, isso ocorreu em 1917. Mais tarde, por dezenas de anos, exerceu as funções de promotor público da comarca, sem jamais desejar deixar sua terra natal.

A ele deve o município, o Museu do Colono, organizado às próprias expensas. Seu pai foi um influente político e expert comerciante.

Para se aquilatar a cultura que muitos imigrantes trouxeram e seus requintes no uso das utilidades domésticas, é bastante visitar o Museu do Colono de Santa Leopoldina.

Um grande colaborador do município, foi o Dr. Sérgio Teixeira de Barros Loreto, que no exercício de presidente da Câmara Municipal, nos fins do século passado, construiu

a ponte de vigas metálicas, unindo as margens do Rio Santa Maria da Vitória, onde está edificada a cidade de Santa Leopoldina. Ressalte-se a grandiosidade da obra, executada na época de Pioneirismo, com toda a sorte de dificuldade, pois, suas vigas foram importadas e transportadas do porto de Vitória à sede do município, em canoas.

Mais tarde, o Dr. Sérgio Teixeira de Barros Loreto, foi Presidente do Estado de Pernambuco e lá em Recife uma rua com o seu nome, numa homenagem prestada pelos pernambucanos, ao ilustre homem público.

Colaborou muito com nossa história, o Dr. João Ribas da Costa, com seu livro "Os canoieiros do Rio Santa Maria", onde retratou aspectos históricos do município, dando ênfase toda especial ao canoeiro, aquele que ainda em data relativamente recente, foi um grande colaborador do desenvolvimento do município.

Deu um destaque todo especial ao folclore do canoieiro. Muitos retratados no livro, tive a ventura de conhecê-los.

O nosso companheiro, Dr. Renato Pacheco, Juiz de Direito que fora da comarca de Santa Leopoldina, portador de uma brilhante inteligência, escritor que é, retratou muitos aspectos da vida do município, através de obras publicadas:

Devo registrar aqui, a obra de seu conterrâneo, Luiz Paysan Holzmeister, quando exercia as funções de agente de estatística no município, escreveu uma monografia sobre o município, e que dada a sua importância, foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e distribuída pelo país, tal o seu valor como órgão informativo. Devo ressaltar que o evento se deu na década de 1940, o que evidencia seu grande valor.

Cabe-se neste ensejo, registrar a operosidade dos comerciantes Francisco José Vervloet, José Reisen e Karl Muller, verdadeiros dinamos, acionadores da movimentação da riqueza. Organizaram a Companhia de Viação Geral e foi essa Companhia que construiu a estrada de rodagem ligando a cidade à Santa Teresa, às próprias extensas.

Foi seu engenheiro construtor, o Dr. Henrique Novais, que anteriormente, já havia construído o serviço de

abastecimento de água de Vitória e mais tarde foi representante no Senado Federal.

A inauguração da estrada, foi um episódio que marcou uma época de nossa história, tal o fausto com que se revistiu. Contou com a presença do Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, sendo oferecido a ele e comitiva, um banquete, digno de reis. À noite realizou-se um sùreau com música clássica.

Mas, mal os comerciantes de então, poderiam prever que, o evento significava o começo de seu fim. Mais tarde com a construção da ponte Florentino Avidos, ligando a ilha de Vitória ao continente e posterior a construção da estrada de rodagem, Santa Leopoldina a Cariacica, aliados a grande crise econômica de 1930, progressivamente, foi-se apagando o brilho do comércio local.

Não poderei deixar de citar alguns nomes que de uma ou outra forma, contribuíram para o progresso local.

Henrique da Silva Coutinho, fazendeiro no município, exerceu as funções de juiz de direito interino e sempre esteve a testa de assuntos que diziam respeito ao município. Posteriormente foi Presidente do Estado.

Dr. Paulo Júlio de Melo, advogado, deputado estadual, Presidente do Congresso Estadual e deputado federal.

Porfírio Furtado de Mendonça, deputado estadual e prefeito municipal, nomeado pelo Movimento Revolucionário vitorioso em 1930.

Lauro Farias Santos, Otávio Índio do Brasil Peixoto, Dr. Francisco Antônio de Almeida, Djalma Coutinho, Cesar Muller, Luiz Antônio de Almeida, Paulo Antônio Médici, Argeo João Uliana, José João Robers, Padre Henrique Otte, prefeitos e vereadores à Câmara municipal, pelos marcos deixados de bons serviços prestados.

Sr. Napoleão Fontenelle da Silveira, prefeito municipal prestou um dos mais importantes benefícios à municipalidade, criando a Estação de Fruticultura de Santa Maria, com o objetivo de introduzir novas técnicas de exploração

da terra e a diversificação das culturas, para fixar o homem gleba, pois na época estava havendo uma grande migração do colono, para a nova fronteira agrícola aberta, nas terras virgens do norte do Rio Doce.

A Estação em tela, chegou a contar com mais de 600 espécies de plantas frutícolas, notadamente de frutas de clima subtropical. Por questões que não cabem aqui analisar, acabou e hoje em dia, os jornais anunciam, uma nova ofensiva, para implantar do mesmo serviço na Estação de Fruticultura Mendes da Fonseca, no município de Domingos Martins, perdeu-se, assim, muito tempo. As fichas existentes naquela Estação, atestavam a aclimação de muitas plantas frutíferas no Estado, porém, um incêndio as destruiu.

Tive a honra de ter sido designado diretor da Estação de Santa Maria, exercendo o cargo no período de 6 de janeiro de 1936 a 31 de dezembro de 1947, quando fui assumir o cargo de Prefeito Municipal, para a qual havia eleito, como candidato único.

Neste período vi se processar uma grande reforma na região, com a mudança dos métodos culturais e a introdução de outras culturas, notadamente a horticultura, que foi uma grande contribuição, para a fixação do homem no campo, mas também, de seu padrão alimentar.

Hoje a região desfruta de um conforto bom, pois economicamente muito melhorou e seus produtos rumam aos mercados consumidores, notadamente a grande Vitória.

Sua cafeicultura, a avicultura e sobretudo a cultura do alho, colocaram o município como um dos mais produtivos na área agrícola do Estado.

Na lista dos homenageados, há acréscimos a fazer. Não poderia esquecer o Desembargador Otávio Lengruber, Augusto Emílio Esterlita Lins, o engenheiro Antônio Francisco de Atayde e o suíço Alberto Sebastião Wolkart, bem como o Governador Jones Santos Neves, o construtor da Usina Hidrelétrica de Rio Bonito, o Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, construtor da Usina de Suíça e o Governador Christiano Dias Lopes Filho, criador do Museu do Colono.

Uma citação especial cabe ao nosso município Jair Amorim, uma das glórias da nossa música popular.

Ao nosso companheiro, Dr. Gabriel Bitencour, escritor, portador de uma privilegiada inteligência, meus profundos agradecimentos, por ter apresentado meu nome à Assembléia Geral.

Agradeço a todos que sufragaram meu nome.

Neste momento tão importante de minha vida, desejo expressar uma homenagem toda especial, a minha mãe, a quem sou devedor de tudo que tenho, conduzindo-me sempre a trilhar o caminho do bem e a prática de servir a coletividade. Meu pai morreu quando tinha apenas oito anos de idade. Professor que foi, inclusive de violino e piano, numa época em que não havia a previdência social, deixou-nos como recordação o exemplo do dever cumprido e a saudade que está presente em nós, até os dias atuais. Assim, no dia imediato a sua morte, tivemos que trabalhar e minha mãe se houve muito bem nesta difícil tarefa.

Não poderia me furtar de homenagear minha esposa Sophia, que durante um convívio de 45 anos, sempre apoiou a minha luta e foi um grande estímulo que tive, para romper as dificuldades que se me antepunham.

Realço ter sido para mim uma insigne honra a minha admissão como sócio deste Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Costumo dizer que Deus me deu mais do que mereço. A todos o meu muito obrigado.

Um estudo especial sobre os temas mencionados
anteriormente, mas sob o ângulo da nossa própria pesquisa.

As duas organizações, Dr. Carlos M. de Almeida e
Dr. Roberto de Almeida, foram convidadas para
desenvolverem os temas mencionados anteriormente e foram
destas organizações que foram escolhidos os autores.

Apresentamos a todos que estiverem lendo estas

linhas, esperamos que sejam úteis e que possam
servir como ponto de partida para outras pesquisas.
Neste trabalho, os autores abordam os temas mencionados
anteriormente, mas sob o ângulo da nossa própria pesquisa.
As duas organizações, Dr. Carlos M. de Almeida e
Dr. Roberto de Almeida, foram convidadas para
desenvolverem os temas mencionados anteriormente e foram
destas organizações que foram escolhidos os autores.

Neste trabalho, os autores abordam os temas mencionados
anteriormente, mas sob o ângulo da nossa própria pesquisa.
As duas organizações, Dr. Carlos M. de Almeida e
Dr. Roberto de Almeida, foram convidadas para
desenvolverem os temas mencionados anteriormente e foram
destas organizações que foram escolhidos os autores.

Neste trabalho, os autores abordam os temas mencionados
anteriormente, mas sob o ângulo da nossa própria pesquisa.
As duas organizações, Dr. Carlos M. de Almeida e
Dr. Roberto de Almeida, foram convidadas para
desenvolverem os temas mencionados anteriormente e foram
destas organizações que foram escolhidos os autores.

Os autores são gratos aos seus colegas e amigos
que contribuíram para a realização deste trabalho.

O PENSAMENTO DE NIETZSCHE NO CENTENÁRIO DE "ASSIM FALOU ZARATUSTRA"

**(Palestra do Professor Carlo Bussola, na
sede do IHGES, no dia 24.04.84).**

Este artigo foi escrito para comemorar o centenário do livro mais conhecido de Nietzsche: "Assim falou Zaratustra", que pode ser encontrado na versão portuguesa em várias edições.

Quem era Nietzsche? Nietzsche era um prussiano, como Kant.

Interessa saber isto porque a cultura prussiana, altamente metódica e militar, o acompanhará até à morte e se refletirá em todas as suas obras. Mesmo quando cantará a vitalidade de Dionísio, o leitor deverá lembrar que não se trata do mesmo Dionísio dos gregos ou dos latinos, mas do Dionísio de um prussiano: mais Wotán do que Baco

Nietzsche nasceu em Rocken, na prússia, em 1844. Seu pai era preceptor da família real, morreu quando Nietzsche era ainda criança. Educado pelas mulheres de sua família, tornou-se tão meigo e delicado que seus colegas o tratavam de "anjinho" e até mesmo de "Jesus no templo". Com efeito o único livro que leu em criança, foi a Bíblia. Nunca frequentou grupos de meninos levados; nunca jogou pedras nos pássaros ou nos cachorros; nunca roubou frutas e nunca contou mentira. Fazia realmente jus ao apelido de anjinho. Pelo menos até a idade de 18 anos. Foi justamente essa criação doce e feminina que o marcou para sempre. Will Durant na "Vida de Nietzsche" escreve: "durante toda a vida procuraria meios físicos e intelectuais de enrijecer-se numa masculinidade ideal". (Edições de ouro; pg 17). Mas nunca este ideal foi conseguido. Com certeza está aqui a raiz de seu delírio de destruição.

Nietzsche ficou anjinho até o dia em que leu "O mundo como vontade e representação" de Schopenhauer (1788-1860). Tinha aproximadamente 18 anos. Então foi atraído

pelo ateísmo deste autor, bem como será atraído, mais tarde, pela música de Wagner, cujo drama musical mexia profundamente com a sua sensibilidade. Só que o dia em que Wagner, com "Parzifal" mostrara que havia se voltado para ideais cristãos, Nietzsche o abandonou, passou a nutrir para ele um profundo desprezo, pois considerava o cristianismo como a personificação da decadência e o refúgio das escórias da humanidade.

Em 1881 Nietzsche teve a inspiração daquela que será a sua obra básica: "O Eterno Retorno". Eterno retorno significa que o mundo passa continuamente por um período de criação e alegria e um período de destruição e sofrimento, numa alternância sem fim. No inverno de 1882-1883, Nietzsche transferiu-se para Rapallo (Itália) e foi lá que começou a dar forma à sua obra cujo centenário comemoramos em fim do ano passado, a saber: "Assim falou Zaratustra". Mas na época o livro foi um fracasso editorial: somente 7 pessoas aceitaram lê-lo.

Em 1888 Nietzsche começou a escrever cartas estranhas: eram os primeiros sinais de loucura. Assinava as cartas com o nome de "Dionísio" e até de "O crucificado". Em 1889 teve os primeiros ataques de apoplexia. A partir de então suas cartas ficavam sempre mais alucinadas. Então sua velha mãe veio buscá-lo e tratou dele, por vários anos, como se ainda fosse uma criança.

Teve ainda alguns raros momentos de lucidez e felicidade. Mas a paralisia progressiva, como havia sido diagnosticada (alguns autores dizem que era de origem sífilítica), progrediu inexoravelmente até à morte que aconteceu em 25 de agosto de 1900.

Tinha 56 anos de idade.

Somente uma dezena de anos depois de sua morte o seu pensamento foi compreendido e tomado por fundamento de várias ideologias e filosofias, primeiro, entre outras, a de Hitler, o fundador do nacional-socialismo. No fim do século passado e no começo deste, tanto os regimes políticos, como as religiões cristãs, eram extremamente absolutistas e de certo modo haviam abafado e aniquilado os desejos de liberdade de nações e indivíduos. Então nesta conjuntura, os servi-

ços de Nietzsche tornavam-se uma bandeira que reunia oprimidos intelectuais e descontentes políticos. O Estado, dizia Nietzsche, está sempre interessado na formação de cidadãos obedientes e portanto quer impedir o desenvolvimento da livre cultura, tornando-a estática e estereotipa, quando ele (Estado) devia ser apenas um meio de realização efetiva de uma cultura e de uma liberdade que pudesse produzir o super-homem.

Suas últimas palavras foram: "Eu não sou homem; eu sou dinamite": ele sabia que suas idéias eram incendiárias.

A herança filosófica de Nietzsche foi recolhida, alguns anos mais tarde, por Hitler e seus homens de confiança, e serviu de base para a formação dos corpos das SS, e do super-homem ariano. Foi recolhida por Stalin, servindo-lhe de humus psicológico para realizar sua vontade de poder. Foi recolhida por Mussolini que fez de "Assim falou Zarathustra" seu livro de cabeceira. Foi recolhida por Sartre, que transformou o nihilismo de Nietzsche em autopromoção pessoal. Com efeito, qual o objetivo de seu livro "O Ser e o Nada", senão mostrar que ele sabe raciocinar a partir de premissas filosoficamente inexistentes; em cima de idéias desprovidas de conteúdo ontológico; não visando nenhuma conclusão, a não ser o raciocínio pelo raciocínio?

Também as idéias de Nietzsche foram recolhidas (e ainda o são) por milhares de pessoas anônimas que esperam encontrar nelas a fórmula mágica da grandeza pessoal ou, pelo menos, o suporte psicológico de suas revanches sociais. No simpósio inter-americano de filosofia, em São Paulo, em fim de julho, do ano passado, eu encontrei brasileiros e argentinos que confessaram a meia voz, que "Assim falou Zarathustra" era o seu livro de cabeceira. Isto comprova como a "Vontade de Poder" é uma aspiração profunda não só de alguns grupos, mas também de muitos homens de hoje.

Em 1883 Nietzsche escreveu a primeira, a segunda e a terceira parte do livro "Assim falou Zarathustra", que apareceu completo somente em 1885, com a quarta e última parte.

O que nos interessa aqui, agora, é uma visão global, sintética, das idéias de Nietzsche, que encontram seu ponto mais alto em "Assim falou Zarathustra". Nesta análise terei

nismo e na teoria de valores por eles introduzida na história e, conseqüentemente, na nova concepção de direitos e deveres por eles implantados e que sufocaram e abafaram a existência humana atingindo, indiretamente, toda a criação, todos os seres, enfim: a vida. A partir dessa premissa (que Nietzsche não prova, mas aceita emocionalmente) ele considera todos os valores transcendentais como sendo "grandes mentiras que os sacerdotes oferecem ao povo para mantê-lo submisso, humilde e obediente". Em "Frammenti Postumi; 1888-1889" lemos: "Eu estigmatizarei com o fogo, até a minha morte, as duas instituições mais diabólicas que a terra conhece e por causa das quais até hoje a humanidade vive doente: a instituição dinástica que se nutre do sangue dos exemplares humanos mais fortes e mais prendados, e a instituição sacerdotal que tenta esvaziar esses mesmos exemplares humanos de sua inteligência e vontade. Nisso eu vejo que o imperador e o sacerdote estão de acordo" (Op. Cit. pág. 369).

Pouco antes de morrer, Nietzsche declarou que o único ideal foi destruir os valores transcendentais que constituem a base da cultura ocidental e operar neles uma modificação tanto semântica quanto ontológica para dar início a uma nova concepção do homem: "eu sei mudar e modificar todas as atuais perspectivas dos valores cristãos; foi este o grande exercício de toda a minha vida; foi a minha maior experiência. Nisso eu sou mestre! Somente eu, posso operar uma modificação dos valores cristãos tradicionais — Solo a me é possibile una transvalutazione dei valori" (Op. Cit. pág. 399).

Este ideal ocupou Nietzsche até o dia em que virou louco, e lhe inspirou a idéia de uma obra sistemática sobre o nihilismo, os valores e a necessidade de sua transformação. Em "Frammenti Postumi" existem cerca de doze projetos, cada um compreendendo duas partes: a "pars destruens" e a "pars construens", como ele as chamava, usando a língua latina. A "pars destruens" devia ser exposta em três livros e visava a destruição de todos os valores absolutos e suas bases: filosofia, religião e moral. A "pars construens" devia ser exposta num livro só e visava construir uma nova teoria de valores e, logicamente, uma nova concepção da realidade que é a concepção vitalista e dionisiaca do homem. A obra completa devia ter por título "Vontade de Poder": *Volontà de Potenza* (Op. Cit. pág. 335). Nietzsche elaborou um

outro projeto cujo título era "Transvalorização dos valores"; era composto de vários livros; o primeiro livro devia ser "O Anticristo": uma crítica destrutiva do cristianismo. O segundo livro devia ser "O Espírito Livre": uma crítica da filosofia tradicional. O terceiro livro devia ser "O Imoralista": uma crítica da moral cristã. O quarto livro devia ser "Dionísio": ou a filosofia do eterno retorno (Op. Cit. pág. 339). O plano é racional: antes de provar os novos valores imanentes, Nietzsche preocupa-se em destruir os valores absolutos tradicionais.

Começamos, então, a segunda parte deste artigo analisando a "pars destruens" e a crítica daqueles valores que a tradição ocidental e cristã sempre considerou de absolutos. Nietzsche aponta como matriz destes valores a filosofia, a religião e a moral judeo-cristãs, e as acusa de ter forjado uma terrível mentira para aprisionar o homem e impedir-lhe de tornar-se super-homem. Esta mentira consiste em ter declarado que existem outros valores além dos terrenos, isto é, que o homem possui uma alma imortal, que existe uma outra existência, além desta, e sobretudo, a maior mentira, que o homem não é o ser supremo, pois acima dele existe Deus.

Analisaremos brevemente estes três aspectos da "pars destruens", ou seja, a moral, a religião, e a filosofia e veremos porque Nietzsche quer acabar com elas.

Quanto à moral, Nietzsche escreve que ela é "o conjunto dos meios usados para que o homem fique para sempre pobre, humilde, obediente, psicologicamente dependente e falido" (Op. Cit. pág. 359).

Pela leitura dos "Frammenti Postumi" sabemos que Nietzsche queria escrever um livro que fosse como uma declaração de guerra à moral cristã tradicional, porque "a moral é a forma mais pérfida do uso da mentira; ela ensina a matar os instintos mais elementares da vida e apresenta aos homens os valores da decadência como se fossem valores supremos" (Op. Cit. pág. 369). Com efeito, continua Nietzsche, "a moral inventa ações que não existem: as ações altruístas; inventa faculdades que não existem: a alma, o espírito, a vontade livre; inventa seres que não existem: Deus, os anjos, os santos; inventa uma ordem de vida que não existe: a ordem moral do mundo com o prêmio e o castigo. Com estas mentiras a moral desvaloriza as únicas ações que

existem: as do egoísmo; desvaloriza o corpo... Assim a moral tradicional impede qualquer progresso da vida pois ela é contra a observação científica, é contra o desenvolvimento e o progresso; é contra a ciência". (Op. Cit. pág. 374). E ainda, "Este modo de pensar (tradicionalmente cristão) com o qual se criou o tipo do homem masoquista, parte de um pressuposto absurdo: pretende que o bem e o mal sejam realidades em contradição entre si, e não conceitos complementares de valor; e aconselha tomar o partido do bem, exigindo que o homem bom lute contra o mal até à morte, negando, assim, a realidade da vida que contém em todos os seus instintos, tanto o bem como o mal.

Por isso não houve até hoje uma ideologia mais perigosa do que esta vontade de bem (típica do cristão), pois ela criou o tipo asqueroso do homem-escravo, do homem-velhaco" (Op. Cit. pág. 260).

Num outro trecho ele escreve: "A moral (cristã) é como uma prisão; as grades que ela impõe em nome de uma liberdade espiritual que não existe, servem para domar o homem cristão; e o domador que trava esta luta contra o animal feroz que está atrás das grades, chama-se sacerdote" (Op. Cit. pág. 241).

Em toda sua obra Nietzsche não fundamenta suas afirmações com bases de cunho filosófico: **ele não prova nada; somente afirma suas teses em forma dogmática**, dirigindo-se à sensibilidade sofrida do leitor que, no fim do século passado, e no começo deste, era obrigado a viver dentro dos parâmetros ígidos de uma religião oficial, essencialmente burocrática, nada carismática e muito cansativa. Ele usava os mesmos métodos dos pregadores cristãos da época: mover a vontade através da sensibilidade, não da razão. Talvez a única tentativa séria de fazer filosofia, tenha sido quando escreveu que queria descobrir o valor dos valores morais. Foi então que se propôs a estudar a origem deles. Mas foi uma tentativa extremamente simplista, pois escrevendo que sua origem está na inveja e no ressentimento dos fracos contra os fortes, fugiu do plano filosófico para o plano psicológico.

Nietzsche assina aos valores uma fundamentação psicológica (e não ontológica) e, o que é pior, sem respaldo histórico. Com efeito a tese de que os valores morais têm sua

origem no ciúme e no ressentimento dos fracos contra os fortes, não pode ser confirmado por nenhuma antropologia, nem cultural, nem filosófica. A história nos apresenta valores codificados em códigos morais, ou simplesmente traduzidos em costumes, que são considerados estruturas essenciais de todas as sociedades, primitivas ou tecnológicas, independentes de seus sacerdotes, pois em todas as sociedades, os mesmos sacerdotes devem ater-se a esses valores que representam, assim, a expressão e a exigência da vida social de um povo, numa determinada época histórica. Nietzsche nunca entendeu que com a evolução histórica os valores mudam, não ontologicamente, mas porque muda a compreensão ética de um povo, que os descobre dentro da realidade vivida em seu momento histórico.

Quanto à religião, podemos afirmar que o sonho, o ideal, a meta que Nietzsche visava, era a sua completa obstrução. Nietzsche odiava o cristianismo; odiava Jesus Cristo e todos os sacerdotes cristãos. Ele era convicto que a religião era totalmente falsa; que os sacerdotes eram cientes disso, mas se serviam da religião para dominar. "Cercando o homem nesta prisão terrível, fazem dele um ser doentio, miserável, cheio de medo, enfim: um aborto artificial, um retardado mental" (Op. Cit. pág. 241). Por isso o cristianismo "é contra a natureza humana, porque impede a seleção da mesma inventando valores imaginários da pessoa de tal forma que todos acabam por ter o mesmo valor; e também porque estabelece como supremo critério de valor o instinto de proteção e de conservação dos homens fracos entre si. O cristianismo é inimigo da natureza, pois ele se coloca contra o modo pelo qual a mesma natureza trata os fracos e os refugos humanos, isto é, destruindo-os. O cristianismo não quer admitir que o tipo supremo do homem é somente aquele que é bem sucedido, forte e feliz" (Op. Cit. pág. 11). Releia leitor, esta última citação pensando em Hitler e Stálin

Portanto, de acordo com Nietzsche, o cristianismo é nocivo e danoso ao homem e à sociedade, porque reprime e mata os instintos mais nobres e apregoa o sacrifício de si e a misericórdia e a compaixão para com os outros. Por isso "o cristianismo é falso por ser uma deturpação total da realidade" (Op. Cit. pág. 206). Em "O Anticristo" também havia escrito que o cristianismo falsifica e nega a realidade. Para Nietzsche, o cristianismo originou-se das consciências doentias e fracas da época. Sempre em "O Anticristo" ele

pergunta: quem teria motivo para evadir da realidade? Somente aquele que sofre por causa dela, sem poder dominá-la, por ser fraco e doente física e psicologicamente. Pois então — conclui Nietzsche — é este tipo de homem que dá origem a uma moral e uma religião desvirtuada. “Quando um povo declina; quando perde a fé no seu futuro, na liberdade, na superioridade; quando um povo começa a admitir que a submissão e a compaixão é útil e necessária; então este povo troca o seu deus. Este povo torna-se hipócrita, prudente e humilde e aconselha ter paz de espírito, amar o inimigo e ser indulgente com todos. Este povo perde a agressividade e a sede de poder” (Op. Cit. pág. 313).

“O conceito de Deus representa um fugir aos deveres da vida; representa, até, o desprezo da vida” (Op. Cit. pág. 226). Nietzsche dizia que os únicos responsáveis por toda esta terrível e torpe mentira são os sacerdotes (protestantes e católicos). Para ele, os sacerdotes representam o que de mais abjeto e imundo existe na face da terra; são “animais de rapina”, “mistura de urso, gatopardo e raposa”; “papel do sacerdote é provocar discórdias, lutas e insegurança: feridas que depois cura com venenos piores” (Ibid.).

A filosofia também tornou-se objeto dos golpes destruidores de Nietzsche pois ela se torna aliada da religião quando quer defender os valores transcendentais. Por isso os sacerdotes estudam filosofia: nela encontram fundamentação de suas “depravadas teorias”. Nietzsche condena platão por ser o autor do mais grave e mais perigoso erro que permanece até hoje: a invenção de um Espírito e de um Bem-em-si.

Para Nietzsche a filosofia é em si mesma, basicamente falsa porque os filósofos defendem, com argumentos a posteriori, uma tese pré-concebida que não passa de um desejo do coração e não de uma verdade racional” (“Al di là del bene e del male”; Rizzoli; Milano; 1968; pág. 16).

Além disso a filosofia é, para Nietzsche, falsa, pelo que se refere às realidades nas quais vivemos, pois introduz elementos que não podem ser provados (Deus, alma, etc...) e colocando esses mesmos elementos não reais, em primeiro plano, mortifica e avilta o que é real: os seres, as coisas materiais, a vida, que, assim, ficam em segundo plano.

Escreve Nietzsche: “O princípio de contradição forneceu o esquema. Ora, a verdadeira realidade, na qual se

procura o caminho, não pode estar em contradição consigo mesmo; não pode mudar; não pode devir; não tem princípio nem fim. É este o maior erro cometido: pensou-se ter encontrado nas formas da razão o critério explicativo da realidade, quando essas formas somente serviam para dominar a mesma realidade. E eis que o mundo tornou-se falso e isto exatamente por causa das qualidades que constituem a sua realidade, a sua mudança, o seu devir, a sua pluralidade, a sua contradição. Foi então que aconteceu o desastre: toda a orientação dos valores foi andando de encontro à denigração da vida" (Op. Cit. pág. 126).

Finalmente Nietzsche considera falsa a filosofia porque ela quer suprimir aquilo que é mais autêntico e genuíno no homem: seus instintos e suas paixões, seus afetos e sua vontade de poder. Nietzsche acha que a perversidade dos filósofos não tem limites e só pode ser comparada à perversidade dos sacerdotes, pois "eles conceberam o ser como algo de racional" (Op. Cit. pág. 328) em oposição ao ser real, com todas as suas explosões de formas e valores.

Destruindo a filosofia tradicional, Nietzsche visa preparar o campo da filosofia material: "uma filosofia fiel à terra" (Op. Cit. pág. 329), uma filosofia que deixa de ser especulativa para seguir o rumo da evolução da vida: "os verdadeiros filósofos são aqueles que mandam e que ditam as leis; eles afirmam: "assim deve ser"; eles determinam primeiramente **onde agir e para que agir**" (Al di lá del bene e del male; Op. Cit.; pág. 147-148). Então Nietzsche acha que a filosofia tem o mesmo valor da arte, pois, como a arte, serve para transformar a realidade imprimindo-lhe a vontade de poder do homem; ela transmuta os valores; liberta o homem das correntes da religião cristã dando-lhe a possibilidade de fazer tudo aquilo que deseja fazer, mesmo aquilo que no passado foi proibido, desprezado, amaldiçoado. "A arte filosófica tem 3 funções particulares: redimir o homem de sua consciência; redimir o homem de toda e qualquer ação; redimir o homem aviltado (por causa do cristianismo)" (Op. Cit. pág. 311). Dionísio não é somente o novo deus, mas também o modelo do novo filósofo, pois ele conhece como é que se pode participar com criatividade da dança do eterno por vir, "tornando-se criador, amante e benfeitor de todas as coisas" (ibid).

O último fragmento dos manuscritos de Nietzsche intitula-se "Dionísio Filósofo" (Op. Cit. pág. 379), pois é ele,

Dionísio, que introduz o leitor na “pars construens”; é ele que traça as linhas do vitalismo nietzschiano.

Vejamos agora a “pars construens” ou seja, a parte construtiva, como é exposta nos “Frammenti Postumi: 1888-1889”.

Nietzsche considera a realidade como uma poderosa explosão de vida, “um monstro de forças que não tem começo nem fim” (Op. Cit. pág. 12), mas que reúne em si toda a beleza, todo o Poder, todo o ódio, todo o amor, toda a felicidade, toda a coragem, enfim: tudo aquilo que constitui a vida e suas manifestações, isto é, uma vontade de poder. Para Nietzsche a realidade é expressão da vida e a vida a expressão da vontade de poder. Talvez o leitor experimente uma sensação de insegurança, ao ler essas expressões bonitas, mas obscuras, elas são realmente imprecisas e indeterminadas. Lembre-se, então, o leitor, de que Nietzsche não é um filósofo que procede com o rigor do raciocínio. Ele é um pensador que esconde suas idéias debaixo de formas poéticas. Ele é um poeta do fim do século passado cujo pensamento é uma plena, incondicionada e delirante aceitação da vida, como ela é, como ela se lhe apresenta, rejeitando todas as proibições, todas as leis que visam freiar os instintos, toda a moral que fala de bem e de mal. Aceitar plenamente a vida é ser livre, é ser poderoso e dominador, mesmo sendo imoral, mesmo colocando-se contra as leis. “Para os homens que, deste modo, se tornaram livres, nada mais é proibido daquilo que, no passado, era proibido como sendo pecaminoso” (Op. Cit. pág. 242). E ainda: “A lei suprema da vida, formulada, primeiro por Zaratustra, é que não tenhamos compaixão, para com aqueles que são refugio da vida; esta lei suprema quer que se destrua tudo aquilo que se torna obstáculo para o caminho ascendente da vida. Em outras palavras: quer que destruamos o cristianismo. Com efeito é imoral, e é contra a natureza, no sentido mais profundo, dizer (como fizeram o judaísmo e o cristianismo): “não matarás”. A proibição bíblica de não matar é uma tremenda ingenuidade! Para com as escórias da vida, para com todos aqueles seres humanos que não expressam em suas formas a plenitude da vida, para com todas as formas doentes da vida, existe um único dever: destruí-las, pois seria a pior forma de imoralidade ser piedosos e querer conservar estas formas doentes de vida” (Op. Cit. pág. 376-377).

Nietzsche considera um parasita todo aquele que pratica a virtude e respeita as leis da moral. Esse é o tipo de homem que o cristianismo considera bom, mas na realidade "vive às custas da vida e se torna parecido com aquele que nega a realidade por meio da mentira, pois ele é o grande inimigo dos instintos propulsores da vida" (Op. Cit. pág. 373).

Para Nietzsche, o homem que o cristianismo considera bom, é uma vítima da filosofia nihilista que promana do mesmo cristianismo, pois ele emprega a maior parte de sua existência em negar, destruir e aniquilar os instintos da vida.

Quando Nietzsche fala de vida, entende-se a vida deste mundo, a vida física, material, pois ele nega a existência de um mundo real além da matéria; ele nega o Deus cristão e tudo aquilo que a ele se refere, como a alma e o céu. "Eu sou corpo, tão somente corpo e nada mais" (Op. Cit. pág. 373). Platão, primeiramente, e, depois, o cristianismo, iludiram e continuam iludindo o homem ocidental. Zaratustra pode então anunciar que Deus morreu. Na realidade (continua Nietzsche em "Assim falou Zaratustra"), Deus nunca existiu porque ele não pode existir, visto que somente existe o mundo material. Então (continua Nietzsche) Deus é a projeção das necessidades dos fracos, daqueles que são rebanho; ele foi inventado por almas doentias, cheias de rancor e inveja contra os que são sadios, fortes, poderosos ("Cosí parlo Zaratustra"; Mocca; Milano; 1906; p. 24-25). Com efeito, produzir homens sadios, fortes, poderosos, enfim: produzir o **super-homem**, é a finalidade da vida. "O super-homem é o sentido da terra" ("Cosí parlo Zaratustra"; Ed. Bocca; Milano; 1906; p. 6). "Eu quero ensinar aos homens o sentido de sua existência, que é tornar-se super-homens" (Ibid. p. 6 e 13). O super-homem é o homem que aceita tudo, que aprecia tudo, que nunca se nega às exigências dos instintos da vida, que aceita o bem como o mal, a dor como a felicidade. Em "Ecce Homo", Nietzsche diz que o super-homem é "a fórmula da suprema afirmação que nasceu da plenitude da vida". Mas para que o homem possa transformar-se em super-homem é necessário uma dupla metamorfose. Primeiramente é necessário que de "resignado camelo" (assim Nietzsche figura o homem obediente, religioso, humilde e moralista) se transforme em agressivo leão, isto é, que tenha um espírito independente e livre e se sinta dono de suas ações, sem depender de ninguém.

Em segundo lugar deverá transformar-se de “agressivo leão” em “criança inocente” que ama e aceita incondicionalmente todas as manifestações, bem como todas as leis da vida. Uma das leis inexoráveis da vida é aquela que Nietzsche chama de eterno retorno: “todas as coisas retornam eternamente e nós com elas” (“Cosí parlo Zarathustra”; *ibid.*; p. 205). O modelo ideal deste eterno retorno é Dionísio, que Nietzsche contrapõe sistematicamente a Jesus Cristo. Jesus é a máxima expressão do nihilismo; Dionísio é a máxima expressão do vitalismo. Que Dionísio seja o deus de Nietzsche, aparece claro numa última nota de sua vida (*Op. Cit.* pág. 314-315). Nesta nota Nietzsche escreveu que embora ele tenha repetidamente batido com seu “pesadíssimo martelo” no Deus de Jesus, haverá sempre a possibilidade que homens fracos, que são o refugio da vida, tentem reavivar o “instinto religioso”; isto é, o instinto que fabrica deuses”. Neste caso, ele, Nietzsche, propõe que se fabrique um novo deus, na forma de Dionísio (*Op. Cit.* pág. 315). Como se vê, a destruição da religião cristã e dos valores transcendentais que ela proclama não passa de uma metodologia para implantar a religião de Dionísio e seus valores e imanentes.

Todo o pensamento de Nietzsche parte do pressuposto (que aliás é muito comum até hoje em dia) segundo o qual os valores absolutos, sejam eles de ordem religiosa, moral ou filosófica, aprisionam psicologicamente o homem, impedindo-o de sentir-se livre no exuberante mundo da vida, de tal forma que um homem religioso, ou um filósofo tradicional, é considerado um alienado, um desumano, um frustrado que nunca alcançará o estado do super-homem. Colocada a questão nesses termos (como aliás foi colocada pelo próprio Nietzsche), ela interessa não tanto à ontologia, ou à metafísica, quanto à antropologia filosófica, pois somente esta pode estabelecer qual seja a verdadeira natureza do homem e qual o sentido da sua existência. A antropologia filosófica nos diz que se o homem fosse um simples produto da matéria, ele poderia ser superior à matéria, dominá-la e transformá-la, porque ele, não passando de matéria, não poderia ser ao mesmo tempo potencialidade e atualidade. Para que o leitor entenda melhor aquilo que queremos dizer, convidamo-lo a refletir sobre o velho axioma que diz que do **menos** não se pode tirar o **mais**: de mil cruzeiros, nunca você tirará cinco mil, **mas** tão somente mil; e se algum dia você tirar cinco mil de mil,

imediatamente você gritará ao milagre e pensará que uma força estranha está escondida na nota de mil. Realmente o aparecimento do homem, que brotou da terra através da evolução, evidenciou que uma força estranha está escondida na matéria; uma força que não pode ser matéria, pois tem o Poder de agir em cima da potencialidade da matéria de formas que através de milhões de anos alguma coisa, nele, evoluiu em formas sempre mais perfeitas até chegar à forma humana atual. Nietzsche não tomou em consideração esta reflexão. Aliás ele sempre pensou que essa força estranha (que, diga-se de passagem, para consolo dos espiritualistas, pode estar tanto dentro da matéria como fora dela, por exemplo, numa inteligência diretriz) fosse a mesma matéria, como se a potencialidade fosse ao mesmo tempo atualidade. Isto evidencia como ele não tinha formação filosófica, nem tampouco era filósofo. Ele idealizou, fantasiou, sonhou... mas não raciocinou. Ele foi um poeta que deixou explodir suas emoções.

No que concerne, pois, à crítica que Nietzsche faz dos valores absolutos, nós podemos entender esta crítica em dois sentidos: primeiramente como se ele quisesse salientar a inexistência dos valores transcendentais da sociedade cristã de sua época e de todas as épocas; e, em segundo lugar (mais do que um fundamento) à doutrina vitalista e dionisiaca que exclui todo e qualquer valor absoluto e transcendente. Ambos estes sentidos nós os encontramos, aqui e acolá, nas obras de Nietzsche e de todos os seus admiradores, leitores e discípulos: os existencialistas, os materialistas, os radicais e os totalitários tanto de esquerda como de direita. Então a pergunta é esta: é possível uma crítica (no sentido nietzscheiano) dos valores absolutos e uma tentativa de transmutá-los em valores imanentes a partir de uma concepção vitalística-dionisiaca da realidade, em que tudo é fruto do jogo incontrolável e necessário da vontade-de-poder da vida? Nietzsche diz que sim. Mas a sua afirmação somente é séria se for feita por alguém que esteja fora do círculo do eterno retorno, subtraído à lei inexorável da vontade-de-poder. Com efeito quando Nietzsche critica a moral, a religião e a filosofia, ele tenta situar-se fora dos acontecimentos da realidade, como um deus que tudo vê, tudo julga, tudo cria. Ora essa posição, é pelo menos estranha nele, que quer ser "fiel à terra", participando diretamente da "dança da vida".

Realmente em toda essa obra póstuma ("Frammenti Postumi" — Op. Cit.), há uma evidente forma de esquizo-

frenia: Nietzsche, em sua função de escritor, ora faz o papel de pensador (nunca de filósofo), ora é o poeta alucinado pelas próprias emoções. Mas quase sempre o poeta abafa o pensador, pois a sua visão dionisiaca da vida só admite a existência do poeta. Então aparece claro que se torna impossível qualquer transmutação de valores, porque isto implicaria numa operação de inteligência e liberdade e num poder de controle sobre a mesma vida; enquanto que na perspectiva nietzschiana o homem (seja ele forte ou doente; fraco ou sadio...) é sempre um fantoche nas mãos da fria e cega vontade de poder da vida.

Até mesmo os filósofos, os sacerdotes e os moralistas subjacem ao inexorável jogo da vontade de poder da vida: são expressões ora exaltadas, ora humilhadas, da vida. Nesta perspectiva não existe nem a verdade nem a falsidade; nem o bem, nem o mal. Dentro da cega vontade de poder da vida, tudo é autêntico, tanto a atitude (perversa) do homem humilde e religioso, como a atitude (acertada) do homem agressivo, do super-homem. Então logicamente concluímos que se Nietzsche quer ser lógico, tem que admitir a legitimidade dos valores absolutos da filosofia, da moral e da religião, pois, ao menos do ponto de vista da antropologia filosófica, eles são fundamentados tão bem quanto os valores dionisiacos por ele propostos.

Uma última observação.

Nietzsche fez do nihilismo uma metodologia para chegar ao vitalismo dionisiaco. No entanto, depois dele outros pensadores notadamente Sartre e seus discípulos, no campo filosófico e Hitler e os demais ditadores, no campo político, chegaram a um nihilismo total. Ora o nihilismo é um absurdo, de todos os pontos de vista: epistemológico, lógico, metafísico, ético, religioso e cultural, pois é fácil entender que se eliminarmos a lógica e a gnoseologia, destruiremos a ciência; se eliminarmos a metafísica destruiremos a noção de ser; se eliminarmos a moral destruiremos a base do direito; se eliminarmos a religião, destruiremos o comportamento ético das massas humanas. Então eliminando todos esses aspectos da vida humana, destruiremos as culturas. E tem mais: de um ponto de vista absoluto, o nihilista categórico não pode nem pensar, nem falar e nem mesmo existir. Nietzsche e seus discípulos e seguidores esquecem o célebre aforismo do

filósofo grego Górgia: "Nada existe? Então, se alguma coisa existir, não poderíamos conhecê-la; e mesmo que pudéssemos conhecê-la, não poderíamos comunicar este conhecimento a alguém".

Nietzsche (seguido nisto pelos existencialistas ateus) serviu-se do termo nihilismo para qualificar sua oposição radical aos valores morais tradicionais bem como às tradicionais crenças metafísicas. Escreve ele: "O nihilismo não é somente um conjunto de considerações sobre o tema da vaidade das coisas e dos seres; não é somente a crença de que tudo parece e morre; mas consiste em destruir. É condição dos espíritos fortes e das vontades fortes que não podem limitar-se tão somente a um juízo negativo: é a negação ativa que responde melhor à sua natureza profunda" (Wille Zur Macht"; Ed. Kröner; xv; § 24). Mas isto não deixa de ser uma doença psíquica. Somente o desequilibrado psíquico se realiza em destruir, usando da destruição como meio para a sua exaltação doentia. Mas embora estes doentes psíquicos existam em todas as sociedades, temos que admitir, pela evidência, que não são a maioria, nem suas idéias respondem aos profundos anseios do espírito.

O grupo de Hitler; o grupo de Stalin; o grupo de Sartre, constituíam uma parcela extremamente pequena dentro da sociedade. E hoje é esta mesma sociedade humana que parece doente: com efeito, encontramos nela, de uma forma geral, mais acentuada na Europa do que na Ásia; mais forte na América do norte do que na América do sul, a idéia de que não existe mais nenhum valor absoluto, estável e confiável. A falsa filosofia semeada por Nietzsche está dando, hoje, seus frutos amargos. Mas o filósofo sabe que o Ser é eterno: Ele nunca deixará de existir porque nunca teve origem. Em seu eterno-por-vir, passam suas múltiplas formas de vida, que, porém, voltam sem cessar num verdadeiro e autêntico eterno retorno que inclui todas as possibilidades que vão do imperfeito ao perfeito, visando e culminando, tão somente na forma mais completa da vida: o super-homem, o "filho de Deus", a criatura perfeita em cuja potencialidade o Ser realizou a sua positividade; enfim: aquele que superou em si todas as deficiências para chegar a uma maturidade plena e superior. Quem acredita no Ser, não pode acreditar no nihilismo de Nietzsche.

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E A REALIDADE DO ENSINO (*)

Profª Dra. Déa Ribeiro Fenelon
Do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas — Universidade Estadual
de Campinas.

Muitos se preocupam, ultimamente, com as questões relativas à formação do profissional para o ensino e a pesquisa nas várias áreas universitárias. Eu mesma tenho falado bastante sobre isto. Há, portanto, a certeza de estar a me repetir em vários ângulos do problema, que afinal é limitado, mas ainda assim procuro sempre aproveitar todas as oportunidades que se me oferecem para propor uma reflexão conjunta sobre o trabalho que desenvolvemos na Universidade, no meu caso a formação dos profissionais de História.

- Que perspectivas estamos transmitindo a eles?
- De que concepções estamos falando quando se considera o seu futuro desempenho como profissional?
- Que diálogo estabelecemos com nossos alunos em relação às experiências sociais vivenciadas?
- De que realidade estamos falando quando dizemos que a História é importante porque nos ensina a analisar a realidade para transformá-la?

Dentro destas indagações o eixo de minhas preocupações, na tentativa de contribuir para a superação do círculo vicioso a que nos levou a prática de uma política educacional, que exprime e consolida uma determinada estrutura de dominação social, passa por nossas concepções de ciência, de saber, de produção do conhecimento, de nossa posição social, de nossa situação enquanto “fazedores de História” em todos os sentidos.

(*) Palestra realizada no Seminário para professores de Geografia e História, realizado em maio de 1984, sob o patrocínio do IHBES e da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Não tenho nenhuma dúvida de que para fazer avançar uma proposta concreta, como professores de História ou formadores de profissionais de História, temos de assumir a responsabilidade social e política com o momento vivido. Para isto seria necessário, antes de mais nada, romper com uma maneira tradicional de conceber o conhecimento, sua produção e sua transmissão. Isto significa, em primeiro lugar, o posicionamento no presente, para sermos coerentes com a postura de "sujeitos da História". Se queremos avançar nesta perspectiva temos de nos considerar como "produtores" nesta sociedade que queremos democrática e não como simples repetidores e reprodutores de concepções ultrapassadas.

E o que significariam estas concepções que considera tradicionais?

Comecemos por lembrar que, no quadro atual de organização e divisão do trabalho intelectual, a posição que ocupa a História exprime uma hierarquia e uma classificação das ciências correspondente a uma concepção de saber/conhecimento que é legitimadora da divisão do social em compartimentos estanques. Caberia à História, dentro deste quadro, o estudo do passado. Esta maneira de organizar o pensamento e a ciência, diríamos, realizou no nível da abstração a separação daquilo que para nós é indivisível e complexo, ou seja, a totalidade do social, dificultando ainda mais sua apreensão, a pretexto mesmo de conhecê-lo melhor, de facilitar a apreensão do real.

Tal concepção de ciência domina grande parte de nosso mundo acadêmico, ainda que muitas vezes revestida de novas formas e negando suas origens positivistas e científicas. Não nos esqueçamos, entretanto, de que ela exprime uma determinada realidade a partir da segunda metade do século XIX, com todas as modificações e transformações da sociedade industrial europeia e ocidental. A partir desta visão deu-se reconhecimento científico a uma separação entre trabalho intelectual e manual surgida do próprio avanço do capitalismo. Desenvolveu-se o método científico, fortaleceram-se as instituições acadêmicas. A partir desta perspectiva, pode-se então reconhecer as características de uma produção de conhecimento inteiramente dissociada da realidade social, principalmente na área das Ciências Humanas.

Nesta produção, a existência concreta, a base real e material sobre a qual se constrói o todo social não aparece. O conhecimento não é visto como uma atividade social e a ciência assim produzida torna-se autônoma, mesmo porque acaba sendo fruto de um esforço de reafirmação da neutralidade e da isenção de pressupostos que de acordo com seus adeptos somente atrapalhariam a compreensão do real. Ainda que contestada, revista, reformulada, esta concepção busca sua hegemonia na maneira de fazer a ciência e muitas vezes consegue se manter, principalmente na Universidade e em nossa disciplina, a História. Mesmo porque não poderia ser muito diferente, expressão que é determinada dominação social.

A partir destas concepções parece evidentes que o resultado de tal produção conduz a uma visão empiricista e fragmentada do social e, ainda que buscando sua organização conceitual, seguindo regras metodológicas e usando técnicas as mais sofisticadas, acaba propondo novas subdivisões do social em político, econômico, cultural, etc. Para isto o trabalho do cientista se resume em investigar a realidade a partir de modelos de análise, consiste em juntar os fatos acontecidos (e estes são sempre irrefutáveis, porque comprovados pelos documentos), consiste em organizá-los cronologicamente ou em torno de conceitos, e aí está pronta a ciência, no nosso caso, a História.

Se aceitamos então esta dissociação entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no "lugar social" de onde falam os cientistas.

E assim a ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe determina o permitido e o interdito. O historiador se julga distanciado do social, concretizando assim a distorção entre o fazer e o escrever a História. O conhecimento é visto, pois, como algo passivo, despolitizado e sempre intelectualizado, e a História que se produz dentro destes limites institucionais, com esta pers-

pectiva, não consegue mais do que formar profissionais que serão os reprodutores destas concepções, perspectivas, informações, verdades, etc. Dentro da lógica do sistema e da política educacional é isto o que se espera da Universidade, haja as experiências que vivemos a respeito de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, etc. O que realmente se quer é a formação do profissional, sobretudo o professor, como vulgarizador do conhecimento, que portanto não precisa aprofundar ou aprender a refletir historicamente.

De fato, dissociado da prática, o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa, destinada a desenvolver nos alunos o mito da "memória nacional", com seus ritos e maniqueísmos de vilões e heróis.

Daí minhas indagações sobre o profissional que estamos formando. Vejamos, por exemplo, como funcionam, no geral, nossos Departamentos de História. Em sua maioria são bastante atomizados, reunindo quando muito áreas de estudo onde se congregam disciplinas afins ainda submetidas à direção de um professor titular ou responsável, que na prática assume as antigas funções do professor catedrático. Quando não é esta a organização, ou se busca a articulação das disciplinas de um mesmo semestre letivo, ou se procede às chamadas reuniões gerais para integração dos conteúdos das várias disciplinas e distribuição de carga horária e atribuição aos professores. Estas reuniões acabam por se tornar mais um ato do formalismo acadêmico, onde tudo se discute, mas também tudo se aceita, em nome do respeito à autonomia do professor. Em alguns departamentos existe também uma tendência ao exagero formal da organização didática, que pressupõe definições de objetivos muito bem articulado, conteúdos apropriados, critérios de avaliação, etc. Só que a didática é tomada, muitas vezes, como camisa-de-força, ou então como simples cumprimento de formalismo burocrático, do preenchimento de formulários onde estes itens são apresentados. Daí a didática se torna estática, não indaga a realidade dos alunos com os quais vai lidar, mesmo porque, na maioria das vezes, os planos são feitos sem a sua presença.

No final, em todas estas formas de organização departamental, muito pouco se trata da discussão do essencial — que tipo de profissional queremos formar, como encaramos esta formação, que objetivos devemos definir para alcançar este propósito? De alguma forma, em muitos de nossos cursos estas questões parecem já estar resolvidas e o que resta é apenas “adequar” disciplinas, articular conteúdos, discutir programas.

Podemos dizer mesmo que a maioria de nossos Cursos de História é livresca, no sentido de que a História que transmitimos é a informação que está nos manuais, consagrados o mito da palavra escrita e a confusão entre a historiografia e o processo histórico acontecido. As discussões sobre os aspectos metodológicos e teóricos são reservadas aos Cursos de Introdução, Metodologia e Teoria ou Historiografia, quando existem nos currículos, e os professores de outras disciplinas estão eximidos da discussão metodológica, pois isto é assunto de disciplina específica e seria até considerado “invasão de área”. Eles são assim os professores da “História propriamente dita”, ou seja, lidam com o processo histórico, só que cada um à sua maneira, sem realizar o diálogo ou o esclarecimento sobre o sentido e o significado de sua posição, do direcionamento de seu curso para tal abordagem e não outra. Isto é deixado para os alunos perceberem, como se estivéssemos lidando com um tipo ideal de aluno.

E, ainda mais, nossos cursos quase nunca recorrem à prática de investigação. Sabemos que através dela se poderia aprender sobretudo a problematizar e a questionar, não apenas a historiografia, no sentido da produção intelectual, mas também a própria realidade concreta que nos rodeia, numa prática mais sadia de ensinar a praticar a própria ciência, de treinar no exercício de sua própria disciplina, olhando em volta, tentando mostrar uma História viva, que permita aos alunos sua própria identificação social. Ao invés disto, estamos simplesmente formando reprodutores de uma ciência já pronta e acabada, sem nenhum referencial teórico ou metodológico, senão aquele das teorias já cristalizadas e estáticas. Com isto se perde o sentido do dinamismo da História e se impede qualquer perspectiva de compreensão da possibilidade de mudança e da situação do historiador também como agente de processo, capaz de agir sobre ele e de transformá-lo.

Sendo um resultado desta formação, é fácil constatar que o profissional do ensino de História, o recém-formado, tendo de enfrentar a realidade de uma sala de aula com 40/50 alunos, 30/40 horas semanais e péssimas condições de infra-estrutura, para não falar do desincentivo da remuneração aviltante, na maioria das vezes se sente perdido, não sabe o que vai fazer. Passou quatro anos estudando a sua disciplina e de repente se vê perplexo diante da realidade — quase sempre não tem nem mesmo a segurança sobre sua própria concepção de História, de ensino — e na confusão tenta reproduzir o que aprendeu com a intenção de fazê-lo o melhor possível. Sente-se perdido até mesmo quanto aos critérios de escolha do livro didático a ser adotado, dentre a profusão de novos lançamentos com visuais modernos e conteúdos antiquados.

Sente-se culpado, sua formação ainda é deficiente, precisa estudar mais, ir para a Pós-Graduação ou para um curso de especialização e reciclagem... E o círculo vicioso se completa, pois a única segurança que lhe foi transmitida é a do mito do saber, da cultura, dos dogmas da ciência, que estão nos livros, na academia. Ao impacto do enfrentar o mercado de trabalho, com todas as suas complexidades e todos os seus desgastantes problemas estruturais, se junta a insegurança intelectual da falta do conhecimento, da inibição para qualquer proposta alternativa, porque fora dos padrões a ele impostos como os científicos.

Sua perplexidade vem também do distanciamento entre as propostas de ensino de História que ele mesmo recebeu na Universidade e a realidade da formação dos alunos com os quais tem de lidar. Quando entrou na Universidade foram-lhe demonstrados todas as deficiências de sua formação: não sabe estudar, não sabe pensar, não sabe tirar o essencial de uma leitura, não articula o pensamento, não sabe se exprimir nem por escrito nem verbalmente, não está acostumado ao diálogo, etc. Entretanto, a maioria das propostas de Curso durante os seus anos universitários não levava em conta estas deficiências. Na verdade, os planejamentos são quase sempre expressão daquilo que se considera ser um curso de bom nível universitário, sem nenhuma consideração quanto ao para quem se destinam. E, dependendo do professor e de sua concepção de História, o aluno acabará recebendo ou uma formação voltada para a exclusividade do factual empiricista, ou para o abstrato da teorização muitas

vezes excessiva. Nenhuma mediação entre estas propostas e formação anterior. Quando já professor, formado nesta colcha de retalhos, volta ao ensino de 1º e 2º graus e não consegue se identificar aos caminhos a serem percorridos, muitas vezes repete o erro de sua formação: começa a pensar nos alunos ideais, na escola ideal, etc. Professores universitários e professores de 1º e 2º graus unem-se então para reclamar do nível dos alunos, cada vez mais baixo, sem perceber que são suas propostas que estão extremamente fora da realidade, não apresentam nenhum específico a não ser o grau de dificuldade. E é preciso lembrar que qualquer que seja o nível dos alunos é com eles que temos de lidar.

Na verdade, muito dos resultados e dos efeitos que estamos constando são simples sintomas da proclamada separação entre ensino e pesquisa, a que estamos sempre nos referindo e que teoricamente reconhecemos como perniciosa, mas que em nossa prática acaba por se concretizar como linha de trabalho, mesmo porque não se tem muita clareza do que seja o treinamento para a investigação. Grande parte de nossos alunos são formados em História mas não são capazes de elaborar uma problemática de pesquisa. Tiveram contatos mínimos com qualquer tipo de documentação e não aprenderam a trabalhar com ela, raramente frequentaram qualquer tipo de Arquivo ou foram em busca de outras fontes de investigação, aprendendo a questioná-las na forma como aparecem ou foram encobertas, no conteúdo do que dizem, na situação de testemunhos de que são origem. Isto não se faz, em verdade, porque a maioria dos professores muitas vezes jamais realizou este tipo de trabalho e tem sobre sua tarefa de ensino uma concepção que não difere da idéia do repassador de conhecimentos e de informações.

Precisamos, entretanto, refletir um pouco além destas constatações. Esta nova maneira de lidar com a História, esta dificuldade em articular teoria e prática, não serão resultado de uma existência inteiramente dissociada da teoria e do método que alardeamos e ensinamos? Teoricamente concebemos a História, enquanto conhecimento, como um processo de interação entre teoria e prática, ou seja, o indivíduo que busca conhecer o processo histórico está ao mesmo tempo fazendo a História do presente, e quando o faz, o faz a partir de um condicionamento que é dado socialmente, isto é, formação, posições, pressupostos são fruto de uma concepção sobre a realidade. Na prática, entretanto, creio

que transmitimos, certamente porque este é o nosso cotidiano e a nossa existência, uma concepção de História que busca verdades absolutas, que precisa discutir e assimilar todo o conhecimento livresco já produzido, que precisa estar em dia com todos os modismos de além-mar, que precisa se encadear logicamente para ser “científica”, e com isto acabamos nos distanciando cada vez mais de nossa realidade e do concreto que buscamos conhecer, entrando em contradição flagrante com a teoria e o método que, abstratamente, ou apenas do ponto de vista intelectual, dizemos adotar em nosso trabalho de profissionais da História.

Na verdade, porque esta é a nossa prática, não conseguimos avançar no conhecimento do concreto. Vivemos no mundo dos livros e da bibliografia, ou então dos papéis velhos e dos arquivos, nos esquecendo de que a História se faz a todo o tempo e apesar de nós, também. Pouco se consegue com esta postura, porque nos mostramos incapazes de abandonar uma perspectiva de classe. Fazemos a crítica, mas não caminhamos muito no processo de conhecimento, porque dissociamos nossa existência do mundo que nos rodeia, não queremos lidar com a realidade, participar dela, identificarmo-nos com ela e vivê-la. Ao contrário disto, nos encastelamos no lugar social da ciência pela ciência e de lá queremos falar como doutores em nossa disciplina.

Desta maneira, a História que ensinamos está pronta e acabada, cheia de verdades absolutas e de dogmas tradicionais e rançosos, porque na verdade, para a maioria, a concepção de História é esta mesma — de um passado morto. Raramente nossos alunos são colocados diante do problema de tentar conduzir qualquer investigação, raramente aprendem a fazer ciência, a fazer História, e fazer História significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação, aprender a reconhecer seus próprios condicionamentos sociais e sua posição como agentes e sujeitos da História. O saber é transmitido como já resolvido, simplificado aos manuais, e certamente rotulado e transformado em saber cristalizado, que no máximo pode ser superado (daí a constante necessidade de reciclagem e atualização), mas que nunca é questionado em seu próprio contexto, em sua contemporaneidade de produção, donde se poderia mostrar o que se pode fazer com a ciência que produzimos, e como também participar da sociedade em que vivemos.

Por isto estamos insistindo na necessidade de não apenas valorizar, mas de realmente começarmos a realizar a pesquisa, a produção, desde o curso de graduação e de todos os níveis de ensino. Não simplesmente coletar dados ou arranjá-los cronologicamente, mas o contato com as fontes, a problematização do concreto, o necessário posicionamento no presente, a busca da compreensão crítica de nosso passado sem falsos diletantismos ou simples prazer de erudição. E esta tarefa não a entendemos como restrita à formação do pesquisador com suas sofisticações de tarefa maior que a do ensino. O verdadeiro ensino sempre pressupõe pesquisa e descoberta. Queremos um profissional de História que seja capaz de transmitir uma História viva e não morta, queremos um profissional capaz de ensinar uma História na qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar, porque para nós a História é uma experiência que deve ser também concretizada no cotidiano, porque é a partir dela que construiremos o hoje e o futuro.

Por isto devemos insistir na necessidade de não
apenas valorizar, mas de realmente corresponder a realizar
a pesquisa, a produção, desde o curso de graduação e de po-
suir os níveis de ensino. Não simplesmente colocar dados ou
então, os conhecimentos, mas o contato com as fontes,
a problematização do concreto, o necessário posicionamento
do presente, a busca da compreensão crítica de nossa pas-
sagem sem fazer distâncias ou simples gestos de erudição.
E esta tarefa não é entendemos como tarefa a formação
do pesquisador com suas qualificações de tarefa maior que a
do ensino. O verdadeiro ensino sempre preside pesquisa e
desobediência. Queremos um profissional de História que seja
capaz de transmitir uma História viva e não morta, que re-
sista um profissional capaz de ensinar uma História na qual
as pessoas possam se reconhecer e se identificar, porque para
isto a História é uma experiência que deve ser também con-
tinuada no cotidiano, porque é a partir dela que construi-
mos o hoje e o futuro.

23 DE MAIO DE 1535 (*)

Adelpho Poli Monjardim

1) — Razões de Estado ditaram a Portugal preservar o Brasil, recém-descoberto, do contato estrangeiro, evitando, dest'arte, a cobiça dos vizinhos mais fortes, mais poderosos. Holanda, Inglaterra e França mantinham ativos os seus corsários. Famosas as razias praticadas pelos Cavendish, Fenton e Drake, pelos sete mares do mundo. De Pieter Heyn, o holandês, não menores as façanhas, até findar os dias num trágico confronto, no tempestuoso Mar do Norte, com uma frota inglesa.

2) — Para assegurar a conquista do Brasil, em setembro de 1532, D. João III enviou carta a Martim Afonso de Sousa, comunicando-lhe a decisão de dividir o Brasil em capitânias. Consistia o sistema em doar, a particulares, extensas áreas de terra. De preferência a distinguidos marinheiros, a famosos soldados, bem como a fidalgos da Casa Real e a altos funcionários do Reino, uma vez que estivessem dispostos a correr os riscos da colonização. A Carta de Doação dava ao donatário o uso, não a propriedade da terra. Só uma parcela de vinte por cento da Capitania era propriedade integral do donatário. Ele não poderia vendê-la; apenas ocupá-la, utilizá-la e transmiti-la por herança. Era, na capitania, o representante do Rei. Podia fazer justiça, criar vilas, arrecadar impostos. Recebia ainda o direito de construir engenhos, vender anualmente vinte e quatro índios em Portugal e ficar com uma pequena parcela das rendas pagas ao Rei.

3) — O Foral definia os impostos ou foros que deviam pagar à Coroa. Deixava claro o que pertencia ao Rei e o que era do donatário. A este cabiam as rendas dos produtos da

(*) Palestra proferida no IHGES, dia 22 de maio de 1985, quando das comemorações do 450º aniversário de colonização do solo espirito-santense.

terra. O Rei ficava com as rendas do subsolo (metais preciosos), da mata (pau Brasil) e do mar (sal e pesca). Pelo Foral o donatário poderia conceder sesmarias aos colonos que fossem católicos e possuíssem escravos para explorar a terra. A sesmaria concedida não poderia ser retomada. Em caso de guerra os colonos e sesmeiros deviam se colocar sob as ordens do donatário, responsável pela defesa.

4) — Sob o reinado de D. João III, as Capitânias Hereditárias foram criadas para proteger a Colônia dos corsários que infestavam a costa, notadamente franceses.

No ano de 1534, Vasco Fernandes Coitinho fora agraciado com uma capitania, prêmio pelos relevantes serviços em Ásia. Pertencia Vasco à pequena nobreza. Era, segundo consta, chegado à Casa Real. Não era senhor de fortuna, como exigia o cometimento, mormente num mundo inculto e selvagem, terra de incolas, paraíso de feras. Ali, onde jamais pisara o branco, seria hostilizado e recebido como invasor, não obstante a missão civilizadora. Mas que sabiam índios de civilização? Totalmente livres, sem fé nem lei, temendo apenas a tupã, qualquer espécie de cativo seria insupportável.

Todavia o guerreiro ilustre, distinguido em Ásia por feitos valorosos, era um estóico, um sonhador. Aspirava transformar num paraíso as terras incultas dos trópicos; entusiasmo que o tornou suspeito de alimentar propósito de se tornar um potentado no Novo Mundo.

5) — Logo que agraciado, Coitinho vendeu à Fazenda Real a Quinta de Alenquer. Contraiu empréstimos e por um navio e gêneros cedeu ao Estado a tença que desfrutava. Para o empreendimento reuniu sessenta homens válidos e dispostos a arrostar os percalços de uma nova vida em terras da América. Entre os acompanhantes figuravam dois fidalgos, dois nobres, um deles vinculado à Casa Real de Portugal, D. Jorge de Menezes. Os demais todos pessoas de bons antecedentes. Assim deixaram o Tejo, levando nos corações a esperança.

6) — A 23 de Maio de 1535, Vasco Fernandes Coitinho chegava à Donataria. Manhã ridente, ensolarada como soem ser as manhãs tropicais. Rútilo, o astro rei dardejava os ardentes raios sobre a tranqüila Xapinang. Jamais coisa

igual singrara aquelas águas, como nunca presenciaram os bárbaros. Imponente, garbosa, a caravela "Glória", ostentando, nas brancas velas pandas, a rubra Cruz de Malta, portava, em seu bojo, a Fé, a História e a Civilização.

7) — Nas amuradas, na lenta singradura, atenta a maruja contemplava o deslumbrante e selvagem mundo que aos olhos se ia revelando. Ao pé do mastro-grande, o donatário quedara absorto, na muda contemplação do mágico cenário. Por entre umbrosos montes o mar sereno e belo prometia seguro abrigo.

Opulentas florestas revestia mas íngremes encostas, que, debruçadas sobre as águas, ensombravam as praias de nitentes areias. Aqui e acolá, por entre verdes frondes, emergiam graníticos cabeços, impondo à clorofila o contraste do sépia sisudo e circunspecto; como que a natureza se estivesse engalanando para a festiva recepção aos novos senhores. O surdo romper das vagas, assaltando os farelhões da costa, qual tigres famintos a babar espuma, contrastava com o chilrear dos pássaros e o fretinir estrídulo das cigarras.

8) — Imbuído de fervor panteísta, o guerreiro afeito ao rude embate das armas, quedou, pensativo, a meditar e a sentir a presença divina que se manifestava nas matas, nas aves e no colar de ilhas, esmeraldas engastadas no azul-turquesa das águas.

Colhidas as velas, estrepitosa a âncora desce pelo escovém da proa. Elegante a caravela oscila ao arfar das vagas. Pouco distante, vis-à-vis, elevado monte domina a mataria espessa com a cumiada granítica dominada por duas gentis palmeiras que se recortavam de encontro ao azul do céu. A alma religiosa lusitana manifestou-se naquele peito ilustre. Domingo de Pentecostes era o dia, o que a Igreja celebra a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos. Elevando ao Supremo o pensamento, contrito ajoelhou-se e orou. Rogou a Deus que o assistisse naquele instante que aportava à sua Donataria. Que o iluminasse como denominá-la. Que nome mais sugestivo, mais evocativo que o de Espírito Santo, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade? E assim, naquela manhã de maio, o Espírito Santo ingressou na História.

9) — Dominante e singular, a montanha fronteira invocava-o. Pensou erguer ali um forte capaz de resistir ao

mais aguerrido exército. Realizou-se o sonho, não exatamente como imaginado. A montanha que se tornou sagrada, recebeu uma fortaleza mil vezes mais poderosa — a fortaleza da Fé! Um leigo franciscano, devoto da Virgem, ali ergueria a sua morada, o maior monumento católico da América — o Convento da Penha. Sem canhões e homens d'armas, pacíficos monges velam escudados na Fé. Altaneiro, tendo por plinto a rocha viva, assemelha-se a um castelo medieval dos tempos da cavalaria andante. Alvo, muito alvo, situa-se estrategicamente na paisagem capixaba. Sobranceiro domina a planície vilavelhense e a montanhosa Vitória. Dos seus milagres um tornou-se lendário. Em 1640, João Delchi, corsário da Holanda, com onze naus e outras embarcações menores, apresentou-se diante da barra da Vitória. Avistando a imponente a maciça estrutura do Convento, a destacar-se de encontro ao céu, julgou-o castelo ou palácio de fadas, com o que se espicçou a sua cupidez inata. Infiltrando-se barra adentro, vingando ilhas e parcéis, ancorou a prudente distância. Só então percebeu tratar-se de pacífico mosteiro, tranqüilo abrigo de religiosos. Protestante, não se sentiu obrigado a respeitar santuário católico. Encorajou-se por não encontrar potente força. Por sua imponência e beleza esperava encontrar ricas alfaías. De pronto percebeu o despreparo militar da região. Fácil e rendoso seria o butim.

10) — Os religiosos só se aperceberam do perigo quando próximos, bem próximos, ouviram o clamor da soldadesca e o tilintar das armas. Ajoelhados aos pés da santa imagem da Virgem, temerosos e contritos oraram, implorando proteção naquela ora extrema.

Quando tudo parecia perdido, transmutou-se o cenário. De assaltantes passaram os batavos a assaltados, quando o pânico propagou-se às suas fileiras. O entrechoque das armas e o surdo pisotear de milhares de pés em fuga, chegaram aos ouvidos dos religiosos, que assomaram à amurada. Realizara-se um milagre. Em fuga os holandeses abandonavam o campo. Eis o prodígio: Quando eles estavam a menos de um lança do Convento, como que saindo das nuvens, viram, avançando ao seu encontro, poderoso exército que os varreria como folhas secas.

11) — Quando se preparava o donatário para o desembarque, de sob a espessa mata estruge o clamor dos incolas em fúria, como que sacudindo o dorso das montanhas

e as verdes frondes. Logo surgem na praia os bronzeos nativos. Dos arcos retezos partem as flechas, impanando por instantes a luz do sol, sombreando as águas. Os dardos caem pouco distante da caravela. Coitinho ordena o disparo de um canhão. Ampliado pelo eco o espantoso ribombo enchera de supersticioso terros a indiada, crente de que tupã favorecia aos brancos. Atônitos, apavorados, deixaram aos senhores do fogo o domínio da terra.

12) — Enérgico e empreendedor, Vasco Fernandes Coitinho era igualmente justo e conciliador. Cedo conquistou a confiança dos íncolas. Os colmados foram surgindo, os campos de cultura e os engenhos de açúcar, com o que se foi desenvolvendo o povoado e se firmando a Donataria. Animadoramente crescia o número de fogos. Distribuindo as sesmarias, Coitinho agraciou D. Jorge de Menezes com a maior ilha à entrada da barra, ilha que passou a denominar-se D. Jorge de Menezes. A ilha contígua cedeu-a a Valentim Nunes, assim também denominada. Hoje a primeira é conhecida por Ilha do Boi e a segunda por Ilha dos Frades. Mais tarde, ao chegar Duarte de Lemos, homem riquíssimo, deu-lhe Coitinho a Ilha de Santo Antônio, a maior de todas, ilha que tomou o seu nome. Hoje é a Capital do Estado. Recebeu-a Duarte de Lemos como solarengo, pois de acordo com as leis do reino, as terras pertenciam de fato à Coroa.

13) — Desavindo-se com Coitinho, Duarte de Lemos, homem ambicioso e desleal, foi causa, motivo da decadência da Capitania e da sua ruína.

Assumiui foros de verdade a lenda do povoamento deste solo por elementos da escória social do reino, que assim fugiam às leis da época por delitos cometidos; com o que a Metrópole se beneficiava duplamente — colonizando e se libertando dos maus elementos.

14) — Não raro a História é injusta, e nem sempre verazes os historiadores. Os sessenta companheiros de Coitinho, não foram selecionados nas galés, mas entre homens como ele visionários, aventureiros no bom sentido. Homens arrojados que sonhavam com a fortuna em transes arriscados. A sociedade espiritosantense é o desmentido flagrante das aleivosias, das calúnias à memória de Coitinho. Dos Es-

tados da Federação este é modelo de ordem, de correção, de progresso; qualidades que se refletem e são o fruto de uma sadia origem.

15) — Alma nobre, caráter elevado, Coitinho foi um forte. Apenas a Fortuna lhe foi adversa. Justamente os fidalgos a causa de sua ruína, a começar por Duarte de Lemos, inconformado com a doação, por solarengo, da ilha que é a atual Vitória.

Inconformado, Duarte de Lemos abandonou Coitinho, levando o que trouxera, deixando ao desamparo os campos de cultura. Golpe desleal e traiçoeiro, do qual para se refazer precisaria o Donatário de largo tempo e muita paz. Pêrfido, não satisfeito, denunciou-o ao Rei como aspirando tornar-se um potentado no Novo Mundo. Verdade e estariam desmentidas as calúnias e as mentiras que o apontam como um fraco, não nascido para o mando; como péssimo chefe e um devasso sem pureza de costumes. Entretanto o devasso, o sem pureza de costumes, realizou entre os selvagens, onde a poligamia e a dissolução eram rotina, lei natural, numerosos casamentos, como atestaram os jesuítas; com o que realizou importante conquista social e cristã. Onde, então, o devasso, o dissoluto, o sem pureza de costumes? E qual a razão, o motivo do orgulho pelo “Vilão Farto? Haveria progresso e fortuna em terra sem dirigente capaz de ativo? Não conhecemos exemplo na História.

16) — A injustificável deserção de Duarte de Lemos, desamparando os campos de cultura, os engenhos, levando os numerosos colonos, acabrunhou o já atribulado Donatário, que para se refazer tentou a sorte em Portugal. Necessário deixar em seu lugar um companheiro ativo e com experiência de mando. Quem melhor do que D. Jorge de Menezes, que além de fidalgo tinha experiência de mando?

Infelizmente D. Jorge de Menezes, o das proezas das Molucas, o descobridor da Nova Guiné, não era o homem que ele pensava. Na sua ausência começou a maltratar os índios e alterar as condições na Donataria. Tratava-os como escravos, eles acostumados ao trato brando e humano de Coitinho. Resultado: Enfurecidos, revoltados, alçaram-se em guerra e a flechadas mataram a D. Jorge, levando o pânico ao “Vilão”, até então pacificado e progressista. D. Simão de Castelo Branco, que o sucedeu, teve igual sorte.

17) — O retorno de Coitinho foi doloroso. Encontrou tudo arrasado e as marcas dos incêndios atestavam a violência dos embates. A maior parte dos habitantes desaparecera. Por toda parte os sinais da morte, ruínas e campos talados.

Soberbos, dominadores, lembraram-se os índios que foram os senhores da terra e que os brancos só eram grandes porque eles estavam de joelhos. Arrogantes, tornaram-se ameaçadores, desafiando a autoridade do Donatário, praticamente nula. Com muita diplomacia e habilidade conseguiu equilibrar os pratos da balança. Foi quando o jesuíta Brás Lourenço, aconselhou-o a convidar para o Espírito Santo os temiminós, que, no Rio de Janeiro, sustentavam crua guerra com os tamoios, apoiados pelos franceses. Com a presença destes a situação melhorou, retornando a Capitania ao ritmo natural.

18) — Quando tudo prometia melhores dias, as demais tribus começaram suspeitar da presença dos temiminós. Teriam vindo para dominá-los? A interrogação fazia sentido, não tão lato. Era fácil de se compreender. Eles próprios não estavam mais tão arrogantes, tão exigentes. Mais dóceis, mais compreensíveis, pareciam acalmados. Os lusos sabiam lidar com aquela gente bruta, ignorante, que tomava a bondade por medo; gente que só temia e respeitava a força.

19) — O estatu quo durou pouco. Aimorés, tupiniquins e goitacás, confederados, assaltaram de surpresa a Vila, sede da Capitania. Luta desigual, tão grande e manifesta a superioridade numérica dos assaltantes. Com denodo e vigor bateram-se os colonizadores sob a proteção das paliçadas, porém, não poderiam conter por muito tempo o ímpeto selvagem. Estrategicamente a posição lhes era desfavorável. A duras penas Vasco Fernandes Coitinho pede socorro ao Governador Geral do Brasil. Realiza prodígios de valor para romper o cerco e passar-se à ilha que pertenceu a Durte de Lemos, onde a posição oferecia melhores condições de defesa.

Como nova sede de Governo, passou a ilha a denominar-se Vila Nova, quando a do Espírito Santo passou a chamar-se Vila Velha.

20) — A situação era gravíssima. A bronzea maré crescia procelosa e irresistível. Chegando à Bahia, a 28 de

impõe à algazarra alucinante. Os pelouros explodem e o morticínio entre os selvagens é espantoso. São os bravos de Morim, o Velho, que chegam. Espavoridos, aterrorizados, os selvagens abandonam o campo e os seus mortos. A batalha fora decisiva. Retraindo-se para as montanhas distantes, longe, bem longe, onde não os fossem buscar os brancos, os índios, deixaram, para sempre, a Capitania em paz.

22) — Velho, aquebrado, fisicamente deficiente, Vasco Fernandes Coitinho solicitou que lhe tomassem a Capitania, retirando-se para a Fazenda da Costa, onde expirou.

Em virtude da decantada batalha, Vila Nova passou denominar-se Nossa Senhora da Vitória, sucesso que se verificou no ano de 1558. Quanto à data de 8 de setembro é arbitrária, a fim de conciliar com a que a Igreja celebra a Santa. Senão vejamos: A 30 de abril de 1558, o Padre Antônio Blasques, escrevia a Men de Sá, dando-lhe notícia da morte do filho Fernão, no Cricaré. Sem dúvida o encontro que resultou na sua morte, verificou-se no mesmo mês de abril, o dia não se sabe. Do Cricaré, Diogo Morim rumou para a sede da Capitania. A distância que separa São Mateus de Vitória, para ser coberta por navio de vela, demoraria alguns dias e a chegada não se verificou no mencionado mês de abril, pois se assim fosse a teria mencionado o Padre Blasques. A batalha da Vitória deve ter ocorrido nos princípios de maio de 1558.

23) — Não obstante a clareza meridiana do relato histórico, pretendem alguns que a referida batalha se feriu em 1551, quando Vila Nova passou denominar-se Vitória. Dest' arte estariam eles reformulando a própria História Geral. Certo, e sem sombras de dúvidas é que Men de Sá chegou à Bahia no dia 28 de dezembro de 1557, pois saindo de Portugal no referido ano, acossado por temporais e ventos contrários, a sua nau gastou mais de oito meses na travessia. As personagens dos que pretendem o acontecimento em 1551, são as mesmas. Como possível, Fernão de Sá morto em 1551, estar vivo, no Brasil, em 1558? Cristo foi um só.

24) — Robert Southy, historiador inglês, é dos que mencionam o ano de 1551, porém ele nunca esteve no Brasil. A sua História baseia-se em relatos de um tio padre, que esteve em nosso país.

O historiador é a Justiça da História, disse Vargas Vila. Onde, porém, o historiador imparcial? Mais realista Carlyle assim sintetiza a que preside Clio: "a falsidade da História é tão velha quanto a própria História". Quem mais vilipendiado, mais caluniado que Vasco Fernandes Coitinho? Quem mais sofreu o labéu, o látego, o azorrague impiedoso da História?

25) — Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, primo inter pares dos historiadores do Brasil nascente, foi o seu maior algoz. Não lhe fez retrato e menos o alinhou, como devera, na Galeria da História, como um dos pioneiros do Brasil nação, como um dos artífices da nacionalidade. Não lhe quis ver virtudes, mas apenas vícios, se é que os teve. Beber fumo, que ele interpretou como embriagar-se, tomar bebidas espirituosas, serviu para compendiar toda a sua devassidão, quando era apenas fumar; que introduzido na Europa, por Sir Walter Raleigh, tornou-se hábito elegante em todas as cortes européias.

26) — Em meio aos bárbaros sem fé nem lei, livres como as aves, vivendo conforme a natureza, temendo só a tupã no relampaguer dos coriscos, quem poderia ter feito mais? Como sem pureza de costumes, incapaz de ser modelo dos virtuosos e terror dos delinquentes, quem se cercou de religiosos e entre selvagens implantou o casamento? Por que implantar o terror se mais se consegue com bondade e justiça? A Igreja sublime exemplo. Ela não buscou no aço das espadas o símbolo da Fé, mas no madeiro humilde — a Cruz! Cingem os seus braços, num fraternal amplexo, a Humanidade, porque só o amor constrói e é eterno.

27) — Soldado valoroso, guerreiro ilustre, Vasco Fernandes Coitinho foi companheiro d'armas de Afonso de Albuquerque, consolidador do Império Português, em Asia. Ali praticou proeza invulgar, das que projetam o herói na História. Em renhida batalha contra um potentado asiático descomunal elefante, amestrado em manejar pesadíssimo al-fange, dizimava as formações portuguesas. O pânico se ia apoderando da soldadesca. Só um exemplo heróico e salutar restituiria o ânimo às fileiras lusas. O exemplo deu-o Vasco Fernandes Coitinho, enfrentando e dominando a fera. Pois nem este lance de inaudito arrojo, de sublime estoicismo, mereceu o reconhecimento da História. Assim relata-o Varnhagen, em sua "História Geral do Brasil": "Na Ásia havia ganho

celebridade pela proeza de investir, em Malaca, com um elefante, que com a tromba esgrimia uma espada. Era de caráter dócil e jocoso, mas sem nenhuma severidade para com os delinquentes e criminosos". E dizer-se o historiador Juiz da História! Ato único de bravura pessoal, transformado em histrionice circense! Manifesta a idiosincrasia do historiador! Não só com o Donatário, também com o Espírito Santo, como se depreende ao referir-se à Ilha da Vitória: "Foi para essa ilha, que se passou depois a vila, com invocação da Senhora da Vitória; situação triste, não só por ser ilha, o que bem significa separação, como pelo aspecto melancólico, causado pelas altas serras e montes que a rodeiam". Natural de São João do Ipanema, São Paulo, Varnhagem, certamente, nunca esteve em Vitória, pois não teria dito tal heresia. Justamente as montanhas embelezam e encanta a paisagem vitorriense.

28) — "Infelicíssimo é aquele que, desgraçado em vida, ainda o é mais depois da morte". Assim Vasco Fernandes Coitinho. Frei Vicente do Salvador, historiador medíocre, autor de uma História do Brasil, reportando-se à sua morte, aventou a hipótese de lhe ter faltado, na hora extrema, o lençol para amortalhá-lo. Suposição que se tornou verdade inconteste. Mas se lhe faltou o piedoso agasalho, amortallhou-o a Glória. Era destino. Estava escrito. E como um homem levado para a morte e a crucificação, não podia deixar de cumpri-lo. Não lhe era defeso escolher; e ele realmente não sabia o que era ser feliz ou ser desgraçado. Lutou até não poder mais sustentar a espada; até que os anos lhe consumiram as energias, o vigor da mente. Lutou até "invisível" mão tocar-lhe o peito! A mão do Senhor, barreira ingente! Basta guerreiro! Tua glória é minha. Tens completado a tua missão. És homem — pára!"

29) — Já quatro séculos são passados e purificadas as águas turvas do rio da História, delas, redimida, emerge a verdadeira imagem de Coitinho. Pudessemos ele, neste magnífico dia, contemplar o seu "Vilão Farto", a velha Capitania. Sentiria justo e verdadeiro orgulho. Veria não se ter sacrificado em vão. Veria o Vilão transformado em importante e populosa Cidade, governada por um Prefeito ilustre, dinâmico, empreendedor e por uma Câmara de Vereadores eficiente e atenta ao seu progresso e às reivindicações de seu povo. Veria no alto da Montanha Sagrada, austero e imponente o

Convento da Penha, morada sagrada da Virgem, onde pensou erguer invencível fortaleza, porém, a que ali está, mil vezes mais forte, mil vezes mais poderosa, embora sem canhões e homens d'armas. São seus defensores os pacíficos soldados de Cristo, escudados na Cruz, pois pode mais a Fé que a força humana.

30) — E na imensa planície vilavelhense, debruçado sobre o mar, a ouvir o murmúrio das vagas, gemidos de abismos, ergue-se um forte; não para conter as fúrias oceânicas, mas para proteger a terra da cobiça estrangeira, dos corsários que infestavam a costa. Então, sobre as velhas muralhas, por três séculos drapejou aos alísios o glorioso pavilhão português. Hoje, silenciosos, os canhões não vomitam mais fogo. Aquelas bocas, outrora temerosas, pacíficas acolhem as aves marinhas, confiantes de seguro abrigo. Ao seu passado às suas glórias, associou o forte as do 38º B.I., acrescentando assim um florão a mais às suas tradições, ao seu renome. O 38º B.I., vem daquele meio batalhão formado na Bahia, no passado século. É o mesmo 16º B.C., que se cobriu de louros nos campos do Paraguai. Estabelecimento, Laureles, Tuiuti, Humaitá, Lomas Valentinas e outras não menos memoráveis batalhas, iluminam a sua trajetória através dos tempos. É o 38º B.I., das mais aguerridas unidades do Exército Brasileiro, deste Exército que na Campanha da Itália escreveu páginas de extraordinário heroísmo. Roca Corneta, Montese, Colechio, Monte Castelo, são nomes que nos obrigam olhar à direita, nomes que opulentam e ufanam a História Militar do Brasil.

31) — Na bucólica Inhoá, então inculta e anônima, sob espessa floresta, ostenta hoje, para o nosso orgulho, a Escola de Aprendizes Marinheiros, uma das mais completas do Brasil; jóia arquitetônica engastada em sítio ideal, onde, exuberante a natureza se desdobra em pompas. Ali, zelosa, vigilante, a Marinha prepara os marinheiros do Brasil, os Marcílios Dias, porque “a raça dos heróis não degenera”. E repetimos Rui: “Os povos são e fortes, as nações másculas e livres, amam nas suas esquadras a imagem da sua própria existência”.

23 de Maio também é data portuguesa. Marca a presença do Espírito Santo na História; presença que nos trouxe a Caravela Glória, a par da Civilização e da Fé, bens sem os quais seríamos mero aglomerado humano à margem do

progresso e da vida. Nas brancas e enfunadas velas da nau portuguesa, a rubra Cruz de Malta surgia como um símbolo, ao rútilo sol dos trópicos. Trazia-nos, igualmente, o valor e o gênio lusitano representado na raça heróica dos navegadores, que enfrentando mares procelosos foram "dilatando a Fé e o Império e entre gente remota edificaram o Novo Reino que tanto sublimaram".

32) — Lá dos Elísios, morada dos heróis, dos virtuosos, Vasco Fernandes Coitinho, por certo nos contempla, e sente que não foram vãos os seus esforços, o seu sacrifício; que o suor e o sangue derramados fertilizaram a terra. Do alto contempla o Vilão florescente e belo, agora importante cidade. E vê Vitória onde esteve prestes a perecer. Um sorriso lhe aflora aos lábios ao contemplar a Xapinang transformada em fabuloso porto e um mundo de navios acostados a imenso cais, onde só não há índios, mas grandeza e progresso. Sorri recompensado. Todo aquele progresso, toda aquela riqueza, fora calcada sobre a sua indigência, sobre o seu opróbrio! Porém, ele era como o sândalo que perfuma o machado que o fere.

Elevamos, no solene instante, o pensamento ao Senhor, que ao heróico Portugal inspirou as navegações grandes que fizera, permitindo a Cabral arrancar o Brasil do anonimato e ensejar-nos este feliz instante. Não fora o gênio, o descortino, a prudência dos seus estadistas e o Brasil não seria este país Continente, fato único na História. O valor, o arrojo, a inteligência dos seus homens conjuraram os graves riscos que a solércia dos grandes criara com o Tratado de Tordesilhas, armadilha que à poderosa rival entregava o fruto, o labor dos seus descobrimentos por mares nunca dantes navegados, mais do que permitia a força humana".

33) — Unidos pelo sangue, pelo idioma e pela Cultura, Brasil e Portugal formam um só corpo, um só pensamento, um só coração. Somos seus felizes herdeiros pela nobreza de sentimentos, herança que nos engrandece; generosidade que é o maior bem dessa união, apanágio de nossa formação moral, exemplo das excelsas virtudes que exornam o caráter, a alma portuguesa.

Orgulho-me da parcela do nobre e generoso sangue lusitano que circula em minhas veias. Portugal e Brasil uma

só pátria, em que pese as bandeiras. Portugal é o pequeno Brasil da Europa! Brasil, o grande Portugal da América!

Adelpho Poli Monjardim

E ELES ERAM ASSIM...

Nelson Abel de Almeida (*)

Um dia, em um 22 de outubro de 1970, ali na Avenida Capixaba, no Auditório de um prédio hoje de propriedade da Universidade Federal do Espírito Santo, prédio este construído ao tempo do Presidente Florentino Avidos, prédio que tem o seu passado histórico porque nele funcionaram o Grupo Escolar Gomes Cardim, o Colégio Estadual do Espírito Santo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo e onde nasceu a Escola Politécnica do Espírito Santo, estabelecimentos de Ensino Superior que foram criados no Governo Jones Santos Neves e hoje integrando a Universidade Federal do Espírito Santo, um dia, repito naquele 22 de outubro de 1970, no Auditório do referido prédio, a Academia Espírito Santense de Letras realizou uma Sessão Solene presidida pelo eminente e saudoso Acadêmico Euripedes Queiroz do Valle que também presidiu, com carinho, esta Casa de Domingos Martins, ou melhor, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Nessa Sessão Solene, de 22 de outubro de 1970, levada a efeito pela Academia Espírito Santense de Letras no Auditório do prédio anteriormente referido, um novo intelectual capixaba passou a integrar, em definitivo, os quadros da mesma Academia sucedendo, na Cadeira nº 7 (sete) que tem por Patrono José Fernandes da Costa Pereira, a Aristeu Borges de Aguiar, Professor Catedrático do Ginásio Espírito Santense, "eminente espírito santense, homem público respeitado, advogado de valor indiscutível e Professor admirado e festejado por todos os que lhe ouviram as aulas de História do Brasil no antigo Ginásio Espírito Santense, localizado ali no alto da Chácara Monjardim, no fim da Avenida Jerônimo Monteiro, como querem uns, ou Avenida Capixaba como entendem muitos outros".

E aqui estou, neste instante, para dizer algo a esta seleta assistência e aos meus ilustres consócios sobre aquele

(*) Elogios na sessão solene de 12/06/84.

intelectual simples, modesto e sobretudo bondoso que, em vida, foi o Professor, o Historiador, o Poeta e o Jornalista Placidino Passos; enfim devo, embora palidamente, fazer o registro da vida de um homem simples, de um intelectual, de um constante enamorado das letras e da cultura, embora muitos não percebessem, nele, esse entusiasmo e essa fé.

Foi no dia 9 de janeiro de 1892 que aqui, no Município de Vitória, no Segundo Distrito do mesmo Município — Goia-beiras —, hoje um bairro de intenso movimento e intenso progresso, que o nosso consócio Placidino Passos abriu os olhos para a vida. Era, assim, um “capixaba da gema” como, ao tempo, se usava dizer.

Foram seus pais José Pereira Passos e a Senhora Maria Carolina do Sacramento Passos; teve ele uma infância feliz, sempre povoada de muito carinho que lhe foi propiciado por aquele casal de vida exemplar que o Senhor lhe concedeu por pais.

No lar modesto de seus progenitores aprendeu a ser um bom, um desprendido de bens materiais que nem sempre trazem a felicidade para os que, com eles, são aquinhoados.

Ao chegar o momento oportuno foi matriculado no Colégio dirigido pelo emérito Professor Amancio Pinto Pereira, vulto destacado do Magistério Capixaba, educador que é o Patrono da Cadeira de nº 5, da Academia Espírito Santense de Letras, Cadeira essa que teve como seu fundador e primeiro ocupante o Professor Heráclito Amâncio Pereira que, nos tempos idos, foi Professor Catedrático de Geografia do Ginásio Espírito Santense, hoje intitulado Escola do Segundo Grau do Espírito Santo.

Concluído o Curso Primário o nosso querido, e sempre lembrado consócio Placidino Passos vai se matricular no Curso Secundário Profissional mantido pelo Estado do Espírito Santo conquistando, assim, o diploma de Professor Normalista para o exercício da função de Professor Primário no Estado do Espírito Santo; embora naqueles velhos tempos não se falasse em Cursos Profissionais já os Estados mantinham as suas Escolas Normais, que eram frequentadas por jovens de ambos os sexos e que conquistavam diplomas que os habilitavam para o exercício da profissão de Professores Primários tanto nas Capitais dos Estados, como no interior dos mesmos.

Essa Escola Normal mantida pelo Estado, ao tempo do Governo Jerônimo de Souza Monteiro teve um Diretor que a enalteceu e que foi Deocleciano Oliveira e, mais tarde passou ela a ter denominação de Escola Normal Pedro II, funcionando ao lado do Palácio Anchieta. Como complemento da mesma Escola Normal existia a Escola Modelo, na qual os futuros Professores Primários faziam a sua prática para que, ao terem os seus diplomas de Professores Primários, pudessem bem exercer a profissão abraçada, de Professor Normalista ou Professor Primário.

Quando, em nosso Estado, nasceu a Faculdade de Direito do Espírito Santo, Placidino Passos, já com mais de trinta anos de idade, na mesma vai se matricular e no dia 6 de dezembro de 1937, com quarenta e cinco anos de idade, é um dos integrantes da Segunda Turma da Faculdade de Direito acima referida recebendo o Grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais como então se dizia.

Sempre interessado pela cultura em decorrência do exercício do Magistério em nosso Estado, Placidino Passos teve sempre a preocupação de se preparar, culturalmente, para bem desempenhar as funções que lhe eram atribuídas pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Assim, matriculou-se no Curso Superior de Cultura Pedagógica defendendo tese para se diplomar no mesmo Curso; interessado pelo Escotismo seguiu o Curso de Chefe Escoteiro concluindo-o no Rio de Janeiro, onde esse Curso era dirigido pela União de Escoteiros do Brasil devendo, aqui se esclarecer, que o Curso Superior de Cultura Pedagógica e o Curso de Direção da União de Escoteiros do Brasil foram concluídos em 1930.

A vida de Professor Primário ele a iniciou em 1910 e, em 1922, pelo zelo com que desempenhou as suas funções foi nomeado para exercer o cargo de Diretor do Grupo Escolar Gomes Cardim, função essa exercida por um decênio, ou seja até 1932, quando foi promovido ao cargo de Diretor Técnico de Ensino, cargo esse transformado, mais tarde, em outro que se denominou INSPETOR CHEFE DE ENSINO PRIMÁRIO.

Além de sócio do nosso querido Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, tendo nessa qualidade integrado várias Diretorias do mesmo como, a seguir se indica

— 1º Secretário (1931-1933), Tesoureiro (1935-1937), 2º Secretário (1937-1939), Orador Adjunto (1951-1953), ainda Orador Adjunto (1953-1955), (1955-1957), (1957-1959), pertenceu também ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, à Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, à Associação Espírito Santense de Imprensa, onde exerceu a função de Membro do Conselho Deliberativo da referida Associação e de Redator do jornal editado pela mesma.

Não se deve ainda esquecer que, na Secretaria de Educação e Cultura, Placidino Passos exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Educação, de Diretor da Divisão do Ensino Primário e Pré-Primário.

Desde 1921 até os últimos instantes de sua vida, Placidino Passos participou, efetivamente, da vida cultural do nosso Estado, assim é que colaborou na Revista de Educação deste Estado, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, como ainda nas Revistas de Engenharia Militar, de Agricultura Capixaba, versando nas mesmas assuntos referentes à História, à Geografia, ao Escotismo, além de outros.

É natural que, sempre interessado em fatos de Cultura, os incentivasse com carinho. Assim é que, na antiga cidade de Santa Cruz, neste Estado, promoveu a fundação de um Grêmio Literário contando, para tanto, com a colaboração do Acadêmico João Dias Colares Junior e do Poeta Américo Bittencourt; também na mesma cidade de Santa Cruz fundou um Grêmio Dramático e, no mesmo, tomou parte em algumas representações.

Foi, também, um interessado do Esporte tendo, na mesma cidade de Santa Cruz, fundado o Clube de Foot-Ball 19 de Novembro; praticou o foot-ball atuando em alguns clubes.

Em 1967, em disputada eleição, foi levado à Presidência da Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos de Vitória.

Como Educador representou o Estado do Espírito Santo em vários Congressos de Educação no Estado do Rio de Janeiro, na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres na Bahia, na Sociedade Educativa de São Paulo, quando da

Presidência da Professora Francisca Rodrigues, devendo ficar bem acentuado que a sua participação não se limitava apenas a presença, eis que apresentava teses que eram discutidas e, afinal, aprovadas pelo plenário.

Na Academia Espírito Santense de Letras, quando de sua posse na Sessão Solene de 22 de outubro de 1970, coube-me a grata tarefa de saudá-la.

Naquele dia memorável tive a oportunidade de salientar, ao saudar a Placidino Passos, dizendo-lhe: — “como Educador vos dedicastes a assuntos de Psicologia, como se conclue dos estudos que fizeste sobre “A ATENÇÃO”, “EDUCAÇÃO E EXAMES”, “NOVA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM BRASÍLIA”, “EXAMES E NOTAS”, publicados em épocas várias.

E ainda salientei — “A educação propriamente dita também sacudiu a vossa atenção quando tratastes, em estudos outros, de assuntos como “EM TORNO DA QUESTÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES”, “PROTEÇÃO AO BEM ESTAR DO MENOR”, “ESCOTISMO”, “ENSINO RURAL”, “EDIFICAÇÕES ESCOLARES” e muitos outros.

E mais, ainda registrei — “A História do Espírito Santo como a História do Brasil têm merecido a vossa devoção em termos da mais alta importância intitulados — “A Semântica do Vocábulo Indígena — Capixaba”, “Pela Macaco”, “Atalaia — Não Capuaba”, “Morro de Capuaba”, “Escola Normal Pedro II”, “Quarto Centenário da Ordenação de Anchieta”, “Escola Isolada Modelo”, “Osório, Marquês de Herval”, “O Nome Brasil existia Antes do Século XVI”, “O Eden no Planalto Central”, “Quadricentenário de Batismo”, além de outros.

Vivendo, como viveu, Placidino Passos, uma vida de trabalho intenso lidando com muitos problemas, numa época de muita intensidade, natural é que, um dia se interessasse pelos problemas da política brasileira e também da capixaba e assim, nos idos de 1947, de 29 de março a janeiro de 1951, foi exercer o mandato de Deputado Estadual que o povo espírito santense lhe outorgou e, em 15 de agosto de 1947, quando a Assembléia Legislativa Estadual decidiu que o CRUCIFICADO tivesse a sua entronização no Auditório das suas Sessões, no Palácio Domingos Martins, o Deputado Placidino Passos externou a sua opinião. E na Sessão Solene de Posse do novo Acadêmico, na Academia Espírito San-

tense de Letras, na noite de 22 de outubro de 1970, já lá se vão quatorze anos, lhe externei o meu pensamento na saudação que lhe fiz, naquela oportunidade, dizendo-lhe — “E como foram lúcidas as vossas palavras, e quanto ensinamento contém os pensamentos que emitistes àquele tempo. E não quero privar este ilustre auditório que veio até aqui para, nesta oportunidade, vos prestigiar. Por isso vou repeti-las para o prazer de todos, para que todos sintam o quanto sois um homem de fé. Dissestes, então, dirigindo-vos aos vossos pares: — “Deixai estar em vós esta semente que também estava em Jesus Cristo, assim foi recomendado. Do mesmo modo o vexilo auriverde é um símbolo. O símbolo da história de uma gente valorosa e triunfante, símbolo da grandeza de uma pátria; símbolo-guia que é um condutor vibrante de um povo para a Vitória dos seus nobres ideais e para a glória de suas fecundas realizações. Damos-lhe vida com a vida da Pátria recordando o passado glorioso, vivendo o presente com o trabalho honrado e preparando o futuro com a vitória da nossa ação, da nossa força criadora. Que não desapareça do nosso coração e do nosso espírito com a pompa e as galas passageiras deste momento em que será entronizada a imagem do Crucificado neste recinto, a fé que é poder, o sentimento divino que é Deus, no interior de cada um ser humano, para que as nossas manifestações íntimas se protejam sempre para o bem, as nossas realizações sejam úteis, os nossos pensamentos sejam construtivos e as nossas atitudes se realizem em paz, em harmonia com sabedoria e inteligência. Mesmo os que não crêem e negam o Poder Supremo, mas conhecem belos ideais, produzam para o bem humano, esforcem-se para satisfazer justas e nobres aspirações, então revelando Deus, pois o Eu central de cada criatura é a Mente Universal ou Mente Divina que, como já se disse: não existem opiniões acerca da vontade; ela é a verdade e revela-se”. Que mantenhamos sempre o Cristo entronizado em nossos corações para que reinem a concórdia, a paz, a solidariedade nas Organizações, nas Instituições, nas Assembléias e, principalmente, entre os homens de todas as nações”.

E, se assim vos manifestastes quando da entronização do Cristo na Assembléia Legislativa Estadual em 1947, também em 1923, vinte e quatro anos antes, quando tinhas 31 anos de idade, sentenciastes na “Revista Pedagógica”, órgão do professorado espírito santense — “a educação é a doutrina ou catecismo do homem. E a aura sagrada que lhe deve suavizar sempre a alma. E a bonança que favorece o viajar no mar da vida”.

Aí estão, ilustre auditório, traços do pensamento de Placidino Passos, cuja modestia, cuja humildade e cujo coração abrigavam um homem de fé e escondiam um homem de pensamento, fé e pensamento estes sempre voltados para um mundo melhor.

Poeta, de sensibilidade carinhosa sempre viveu pensando na Cultura do Espírito Santo e assim, em A Gazeta de 19 de julho de 1982, publica ele um artigo a que deu o título "SOBRE A HISTÓRIA DA LITERATURA ESPÍRITO SANTENSE", no qual estão citados, com rápidas biografias MANOEL TEIXEIRA LEITE, JOÃO BASTOS BERNARDO VIEIRA, ABILIO DE CARVALHO, ALONSO FERNANDES DE OLIVEIRA, CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS, RENATO JOSÉ COSTA PACHECO, JOSÉ ANTONIO RUI CÓRTEZ, HERIBALDO LOPES BALESTREIRO, NELSON ABEL DE ALMEIDA, ELMO ELTON ZAMPROGNO, LEVY ROCHA, UCHOA DE MENDONÇA, ANNA DE CASTRO MATTOS, MARIA STELLA DE NOVAES, ORMINDA ESCOBAR GOMES, JUDITH LEÃO CASTELLO RIBEIRO, LEA CARVALHO FERREIRA, ARLETETTE CYPRESTE DE CYPRESTE, ZE-
NY SANTOS, VIRGINIA GASPARINI TAMANINI, NEIDA LUCIA MORAES, MARGARIDA PIMENTEL.

Esta, a primeira parte de seu artigo que foi concluída, delicadamente, esclarecendo — "Não nomeei os demais literatos que existem por me impossibilitar a memória".

Já, na Segunda Parte de seu artigo cita — ANTONIO FRANCISCO DE ATHAYDE, CARLOS XAVIER PAES BARRETO, ADOLFO FRAGA, HERACLITO AMANCIO PEREIRA, JAIR TOVAR, UBALDO RAMALHETE MAIA, AUGUSTO EMÍLIA STELLITA LINS, KOSCIUSKO BARBOSA LEÃO, ADELPHO POLI MONJARDIM, GUILHERME SANTOS NEVES, CRISTIANO FERREIRA FRAGA, MARIO ARISTIDES FREIRE, JOSÉ PAULINO ALVES JUNIOR, EURIPEDES QUEIROZ DO VALLE, EUGENIO DE ASSIS, AURINO QUINTAES, CARLOS NICOLETTI MADEIRA, ARISTOTELES DA SILVA SANTOS, LUIZ SERAFIM DERENZI, ADOLFO FERNANDES DE OLIVEIRA, CECILIANO ABEL DE ALMEIDA e MANOEL LOPES PIMENTA.

E, como esta relação que organizou, pretendeu Placidino mostrar os mais destacados que, nos dias que estamos vivendo, tudo fazem para conservar viva e conhecida a Literatura Espírito Santense nos seus mais variados aspectos.

Enfim, o discurso proferido pelo nosso consócio ao qual estou, agora, me referindo ao se empossar Placidino Passos na Cadeira Sete da Academia Espírito Santense de Letras, é também um repositório de informes relacionados com a vida política do Espírito Santo tanto no Século XIX como no atual Século XX.

Viveu sempre uma vida calma e feliz, tendo sempre um sorriso no seu rosto e palavras de carinho e bondade para os que dele se aproximavam.

Também viveu pensando no desenvolvimento do Espírito Santo sob os mais variados aspectos e, entusiasmado pela cultura, não deixava de participar dos Concursos Literários que eram levados a efeito nas diversas regiões da Pátria.

Ainda, em 1982 a revista BRASILIA e a UNIAO BRASILEIRA DE ESCRITORES sediados, no Distrito Federal, em Brasília, promoveram o II CONCURSO NACIONAL DE POESIAS e referido Concurso "congregou 6.218 poetas de todos os Estados brasileiros, acarretando estafante trabalho para os membros das entidades promotoras relacionarem as dez medalhas de ouro, e medalhas de prata, dez de bronze e setenta menções honrosas" que seriam conferidas aos participantes do aludido concurso.

O jornal MENSAGEM, órgão da imprensa capixaba que circulava em Alegre, em nosso Estado, sob a direção de Evandro Moreira, deu notícia relacionada com referido concurso, nela estampando os nomes dos concorrentes que mereceram prêmios no citado II Concurso Nacional de Poesias, levado a efeito em Brasília e na relação dos citados poetas, radicados no Espírito Santo e nos diversos Estados brasileiros está Placidino Passos (Espírito Santo), agraciado com uma medalha de Prata.

Aqui, na nossa querida Vitória, participando de nossa vida intelectual, foi colaborador assíduo da nossa Imprensa e nos brindou com a HISTÓRIA DO PALACIO ANCHIETA, obra histórica sempre citada e procurada pelos que desejam conhecer os fatos históricos da nossa terra.

Era também poeta e, em seus versos, sempre estavam presentes o carinho e a bondade.

Mas tudo, um dia chega ao seu término. Assim, Placidino Passos nascido, como já se disse, em 9 de janeiro de 1892, chefe exemplar de numerosa família, pai de doze filhos, cujos nomes aqui estão e que são Lucília, Carmen Silvia, Cornelia, Marco Aurelio, Péricles, Albérico Vespucio, Isabel, Theresa, Maria Madalena, Vicente de Paulo, Maria Eugénia e Maria Carmelita, fechou os olhos para a vida em 1º de dezembro de 1983, aos noventa e um anos de idade, quando se dirigia para tomar o elevador e se encaminhava para o Alice Hotel, onde iria participar do almoço de confraternização que a A.E.I. oferecia aos seus associados, ao ensejo de uma Sessão Solene e Comemorativa do cinquentenário da Associação Espírito Santense de Imprensa já realizada e na qual, vitimado por uma parada cardíaca fechou os olhos o nosso querido consócio.

Deixou este eminente consócio, e amigo de todos nós, a vida serenamente, como serenamente sempre a viveu. O seu rosto, no instante de sua parte, estava calmo e tranqüilo, sem qualquer rito de sofrimento. Foi assim, um acontecimento inesperado que a todos surpreendeu. A "A Gazeta", desta Capital, deu a notícia do seu passamento sem manifestações de alarde, como bem possível é que este fosse o seu desejo.

O jornal SEARA ARACRUZENSE, que se edita na cidade de Aracruz, às páginas sete (7) do seu número, de 1º de janeiro de 1984, noticiou o fato, assim o registrando — "Placidino não perdeu a lucidez e a simpatia no atendimento a todos que o procuravam. Trabalhou até o último momento de sua vida como se tivesse 20 anos, tanto que o coração falhou-lhe exatamente nas dependências da A.E.I., quando preparava mais uma edição do jornal da entidade, alvo de todo o seu amor nos últimos tempos".

Maria Carmelita, hoje Senhora Maria Carmelita Passos de Abreu, filha muito querida do mesmo, como muito queridos do mesmo eram todos os seus filhos nascidos do seu casamento com aquela que foi a sua esposa e companheira, Senhora Irene Lamêgo Passos, Maria Carmelita, em 15 de março de 1984, no jornal MENSAGEM, editado na cidade de Alegre, como já referi, falando por si e por todos os seus irmãos, bem como pelos netos e bisnetos e sobrinhos do jamais esquecido amigo, pai, avô, bisavô, tio e amigo de todos nós, dá à publicidade, numa demonstração de carinho, saudade e amor do jamais esquecido Placidino Passos, uma

pequena, carinhosa e enternecida poesia que, a seguir, transcrevo para que esse ilustre auditório a conheça e, assim, admire o coração da filha querida, poesia esta que traduz o pensamento e reflete a saudade que todos sentem pelo pai e genitor exemplar que o Senhor lhes deu.

Eis a Poesia:

**FELIZ ANIVERSARIO
Papai**

(Acróstico)

Maria Carmelita Passos de Abreu

“Papai, poetizei teu nome outra vez,
Louvei teu nome de Poeta e Escritor
Ao completares os teus noventa janeiros
Com galhardia, com firmeza e com valor
Inda recordo, com saudade, aquele dia...
Distribuíste teu carinho e teu afeto
Iluminaste, em vez de refletir de luz,
Nossa morada com teus gestos tão fraternos
Organizando teu roteiro com Jesus

Papai, teus filhos e todos teus amigos
Ainda sentem a tua presença amiga
Soubeste bem marcar tua figura honesta
Submisso ao nosso Pai chegaste ao teu final
O dedo de Deus te tocou e adormeceu
Seguíste para o Além, porém és imortal”.

-x-

Exercendo neste Instituto, por nimia gentileza dos meus ilustres consócios, há mais de três décadas, o cargo de Orador Oficial, cabe-me em cada 12 de junho de cada ano, fazer, embora sem brilho e sempre com saudades, o elogio daqueles que, no ano anterior, pelos designios do Senhor, foram dormir o seu último sono, aquele sono de que não se acorda.

Neste ano de 1984 já trouxe, para este proveito auditório, algo sobre Placidino Passos, velho companheiro de sonhos, muitos não realizados. Foram, praticamente, cinquenta anos de amizade firme e sem deslizes.

Agora, nesta hora, devo ainda lembrar, e com que saudade o faço, uma outra personalidade, um outro consócio que, à esta Casa de Domingos Martins, prestou relevantes serviços, além de engrandecê-la e honrá-la com a sua participação de homem de Cultura, homem de Ciência, Educador, Historiador, abalizado Professor, além de muitos outros destaques.

Quero me referir, nesta hora, a figura de Cristiano Ferreira Fraga, por demais conhecido em nossa querida Capital e que, no dia 6 de janeiro do corrente ano de 1984 nos deixou, tendo a sua filha Halza Fraga Ramalhete, em tempos idos, sido minha aluna, se referido ao acontecimento em delicada e pequenina crônica publicada em "A Gazeta" de 6 de abril do ano em curso e que, a seguir, transcrevo — "ERA DIA DE REIS" . . . — Todos os que privaram de sua convivência, sempre o enaltecera por sua aguda inteligência e sólida cultura. Lembravam seus ditos, seu humor e até uma certa irreverência diante de certas situações.

Escrevia cuidadosamente suas conferências e artigos para jornais, que saíam perfeitos, pois amante do vernáculo exigia uma sintaxe primorosa.

Para ele, a retidão de maneiras, de bons hábitos de saúde e cumprimento ao dever moral eram o seu tema. Mas, para o próximo sabia relevar e perdoar, levando sempre uma palavra de conforto aos aflitos e desconsolados.

No lar era aquele exemplo nobre de honradez e vida simples, mas de uma afetividade disfarçada para as pessoas que amava.

Soube vencer com firmeza a perda da companheira e esposa Doca que foi há doze anos passados, também subitamente.

Lembro-me das canções com que nos ninava, andando pela casa, com uma das filhas ao colo. Era de temperamento terno e amoroso, e disfarçava seu sentimentalismo falando energicamente. Nunca usou castigo para as filhas, pois sua palavra era ouvida e respeitada.

Gostava de cantar com voz de tenor e declamava as poesias que mais apreciava. Aprendi a "Ceia dos Cardeais", de Julio Dantas, de cór de tanto ouvi-lo recitar, e assim muitas outras.

Falava em voz alta os pensamentos de escritores diversos, como os de Amado Nervo, famoso poeta mexicano: — “No quiero nada más, ni salud ni dinero, pido a Dios que me libre del dolor de pensar”.

São tantas as passagens belas de sua vida de médico, professor, escritor e poeta, que dariam um livro maior que o seu “LEMBRANÇAS”, publicado em 1978.

Sempre lutou muito e vivia modestamente, sem aparatos em torno de si mesmo. Só exigia a grandeza de alma e coração. Sua crença na imortalidade e a certeza de uma vida melhor depois da morte eram sua grande iluminação.

Quando ocupou a cadeira 21, de seu antecessor Alvimar Silva, na Academia Espírito Santense de Letras, em seu discurso de posse, depois de contar fatos verídicos sobre aparições de seres de outra vida, assim se expressou: “Demonstrada a sobrevivência da personalidade depois da morte, podemos acreditar que neste momento Alvimar Silva aqui se encontra entre nós neste recinto, onde com tão justo louvor e amizade recordamos hoje a sua vida exemplar sobre a terra. E como bem assegurou Fenelon aqueles que nós não podemos, estão mais que nunca conosco. Se não conseguimos perceber a realidade da presença deles é porque os olhos humanos, agora imperfeitos e degradados, são capazes apenas de distinguir o que é grosseiramente material, e assim mesmo só quando há luz suficiente. Entretanto, podemos dizer com toda naturalidade — Boa noite Alvimar, sê bem-vindo à esse reunião de amigos”.

Era essa a crença que nos transmitia de uma “vida maior” onde agora livremente poderá continuar nos orientando, dando-nos força para suportar a sua ausência tão sentida e tão presente através dos laços afetivos e espirituais que nos uniam.

Era “Dia de Reis” (06.01.84), querido pai Cristiano Ferreira Fraga quando você foi recebido por Deus, saindo de nosso convívio. Acredito que você tenha dito ante a presença divina: — “Obrigado, Senhor, por ter chegado aqui, sem maiores sofrimentos, passando rapidamente da outra vida para a imortalidade, onde procurarei continuar a crescer espiritualmente e a fazer o bem...”.

Abriu ele, Cristiano Fraga, os olhos para a vida em 7 de agosto de 1892 e partiu para a viagem de que não se

volta, deixando saudades e gratas recordações, a 6 de janeiro de 1984 com 91 anos e 5 meses de idade.

Natural de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, foram seus pais José Moreira Fraga e Lidia Moreira Fraga, ambos professores, fato este que deve ter influido para que, também em Cristiano Fraga nascesse a vocação para o Magistério.

Os Cursos Primário e Secundário foram levados a efeito na sua cidade natal e o Curso Médico foi, todo ele, feito na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sediada na Praia Vermelha.

Diplomado em Medicina foi, de início, exercer a profissão eleita em Campos e, mais tarde em Minas Gerais e S. Paulo, acabando por vir para o Espírito Santo, fixando-se no interior do Estado na cidade de Alfredo Chaves, de onde mais tarde se transferiu para a nossa querida Vitória onde ficou até o final de sua vida.

Aqui, além da Medicina, profissão que exerceu com proficiência, dedicação e amor, ingressou no Magistério que exerceu nos Cursos Normal, Secundário e Superior.

Assim, foi Professor e Diretor da Escola Normal Pedro II e, também Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, hoje integrando a Universidade Federal do Espírito Santo.

Quando acadêmico e adolescente, levado, pela tendência que possuía para a Literatura, conviveu com os jovens literatos de seu tempo, entre os quais podem ser citados e destacados Artur e Aloisio de Azevedo, Olavo Bilac, Coelho Neto, Guimarães Passos, Paulo Nallet, Enilio de Menezes, além de outros.

Neste convívio, com os futuros mestres da Literatura Nacional, o novo Mestre Cristiano Ferreira Fraga sempre mereceu dos mesmos a melhor acolhida.

Embora nem todos saibam, eis que Cristiano Fraga não apregoava o fato dada a sua modéstia, era ele um poliglota, manejando com mestria vários idiomas; em seu livro LEMBRANÇAS são encontradas algumas poesias traduzidas do Espanhol, do Francês e do Russo.

Natural era que Cristiano Fraga também pensasse em constituir a sua família e, em seu referido livro, ele narra como aconteceu o seu casamento com uma jovem da cidade de Anchieta e revela — “Chamado para assistir a um paciente na cidade de Anchieta, por ali demorou alguns dias. Durante um baile, já pela segunda ou terceira vez, encontrou uma pequena lindíssima. Conversamos do trivial da ocasião, e até de amor e casamento. Lembra-se ter-lhe dito que a doçura do lar depende mais da simpatia e da confiança, e que a felicidade dos apaixonados dura pouco. Por fim, com mais intimidade, avancei este comprovante: — para dar um exemplo: se você quiser casar comigo amanhã e só dizer.

E o casamento foi realizado e Cristiano e a sua querida Balbina viveram uma vida repleta de felicidades, em um lar em que a compreensão era mútua.

Desse feliz consórcio nasceram Halza, hoje a Senhora Halza Fraga Ramalhetete, Waleska Fraga Nascimento casada com Acildo Nascimento, residente no Rio de Janeiro, Giselda falecida com seis meses de idade, Cacilda Fraga a quem conheci, estudante dedicada, um dia noiva de meu sempre lembrado e querido amigo Geraldo Costa Alves, Cacilda que a morte levou bem cedo, deixando o desconsolo, o sofrimento e a dor no coração extremamente sensível de Geraldo, que sonhava sonhos de amor, de carinho e felicidade para o lar que, um dia, Cacilda e ele iriam construir e que seria abençoado por Deus.

E essa fatalidade trouxe, também para Cristiano e para a sua querida Balbina muito sofrimento, muito desespero e muito desalento.

Cristiano Ferreira Fraga deixou, para todos os seus amigos, ex-alunos e ex-alunas, como também para todos os intelectuais uma vida de amor à Cultura.

Perlustrou todos os caminhos da Literatura, da Cultura, da Didática e da Ciência.

Apenas alguns estudos porque eles abrangem mais de uma centena, hoje espalhados em Jornais e Revistas. Vão aqui os relacionados por ele mesmo.

LETRAS: Supremacia da cultura francesa (1931) — Ceciliano Abel de Almeida memorialista de “O Desbrava-

mento das Selvas do Rio Doce (1959) — **João Ribeiro** historiador e filólogo (1960) — O Diário de **Helena Morley** (1960) — **Guimarães Rosa** no "Grande Sertão Veredas" (1962) — **Olavo Bilac**, poeta e prosador (1966) — **Euclides da Cunha** no centenário de nascimento (1966) — **José Verissimo** e a História da Literatura Brasileira (1966) — Literatura Espírito Santense (1967) — **Com a Palavra** (reunião de cinco conferências do Folclore Capixaba). Machado de Assis tradutor e traduzido. Romancistas do Espírito Santo. Caças e Caçadas no Espírito Santo. A Pintura na Espanha (1972).

EM COLABORAÇÃO: TORTA CAPIXABA (reunião de variedades literárias, Ed. Ancora, 1962) — Literatura Contemporânea (Ed. da UFES, 1967).

DIDÁTICA: Quatro Teses de Concurso — Conhecimento médico-cirúrgico dos brasileiros (1929) — Invasões francesas no Brasil (1929) — A pseudo-análise no ensino brasileiro (1932) — O pseudo-dialeto brasileiro (1935) — Dez Lições de Pedagogia Científica (1952) — Orientação Educacional (1952) — O Programa de Sociologia nos Institutos de Educação (1954) — O Método Decroly (1957) — Apunto etimológico (Rev. HISPANIA — Depaw University, Greencastle, Indiana, U.S.A. março 1955) — Lições de reflexologia pedagógica (1966) — Derrubadas e reforestamento (1975) — A caminho da Independência (1972).

MEDICINA: Psicoterapia da verruga (1921) — Alberto Torres e os problemas de saúde pública (1935) — Propaganda e Educação Sanitária (1940) — Curso de educação e saúde (1941) — Água de Vitória (1956) — Uso e Abuso de antibióticos (1957) — Medicina psicossocial (1965) — Oswaldo Cruz (1962) — Temas Livres em congressos da AMES — Periartrite e radioterapia (1960) — O mercúrio voltará (1961) — Socialização da Medicina (1962).

Vê-se, assim, como era o espírito de Cristiano Fraga; ele, em tempos passados, já cuidava, estudava e tratava de problemas modernos de interesse da ciência atual.

Tempo é de encerrar estas modestas palavras sobre os nossos queridos consócios falecidos. Até agora tratei de Cristiano Ferreira Fraga como intelectual e, neste momento vou mostrar, a este Auditório paciente, que ele era o homem de família e da família, era cheio de ternura para com os seus.

Referindo-se a ele, em A GAZETINHA, de 28 de abril do ano em curso, à página 5, sobre ele falou, uma garota de 9 anos de idade. Eis que ela disse: "Meu bisavô Christiano".

Eu tinha um bisavô que se chamava Christiano. Fiquei muito triste porque ele faleceu em janeiro deste ano. Sempre gostei muito dele e sabia que ele era escritor, pois vivia escrevendo e publicou também um livro Lembranças. Neste livro tem uma poesia bonita — "Meu Pai". Ele tinha orgulho de seu pai, pois foi um grande professor em Campos. Este orgulho que ele sentia pelo seu pai, eu como bisneta sinto pelo meu bisavô Christiano Ferreira Fraga: amor, carinho, felicidade, paz. Tudo isso ele transmitia pra gente. Seu mundo era o gabinete, onde lia, escrevia, pensava. Gostava muito de fazer palavras cruzadas do "Jornal do Brasil". Quando vejo seu retrato me dá vontade de chorar! Ele disse numa entrevista que: eu era a bisneta mais linda do mundo. Isso porque ele tinha muita afeição por mim e fui a primeira bisneta. Ele chegou a conhecer Ricardo e Silvana, meus irmãos menores. Sinto saudades dele, mas me conformo porque como disse meu irmão: "Vovô Tiano tá na casa de Papai do Céu".

Marita Ramallete Fernandes — 9 anos — Vitória — ES.

Elogios feitos em Sessão Solene de 12-6-1984.

E ELES ERAM ASSIM... (2)

Nelson Abel de Almeida (*)

Um eminente Sócio deste Instituto há quarenta e oito anos, em 10 de março de 1937, com uma carinhosa dedicatória me presenteou com um livro da autoria daquele Escritor e Professor emérito que foi FERNANDO MAGALHÃES.

Naquele 10 de março de 1937 presenteou-me o Dr. OLINTO AGUIRRE com um livro intitulado "CARTILHA DA PROIBIDADE", livro pleno de ternura e pensamentos que muito significam e muito traduzem e que, ao que parece, infelizmente não chegaram ao conhecimento dos que vivem nos dias atuais.

Dez são os pensamentos a seguir transcritos:

- I — "Viverás do Amor dos que se foram para o Amor dos que hão de vir".
- II — "Encontrarás a verdadeira alegria na utilidade de tua vida".
- III — "Ornarás a tua casa com a virtude do teu trabalho".
- IV — "Honrarás os que te agasalharam consolando os que te procurarem".
- V — "Praticarás a fé no teu destino para dominar a ambição dos teus desejos".
- VI — "Só pensarás naquilo que puderes clamar a toda gente".
- VII — "Evitarás o caminho por onde a bênção materna não te puder acompanhar".
- VIII — "Serás rico se souberes repartir a tua prosperidade".
- IX — "Exultarás de Bondade e de Justiça pela grandeza do Brasil".
- X — "Não esquecerás nunca que o mesmo céu vela sobre todos os povos".

(*) Elogios lidos na sessão solene de 12-6-85.

E ao reler tão sábios e delicados ensinamentos, parei em cada um deles e, nesta hora quando se realiza esta sessão solene, nesta Casa de Domingos José Martins, sessão esta na qual cumpre ao seu Orador Oficial fazer os elogios dos consócios falecidos no ano anterior e no ano em curso o meu pensamento, naturalmente, voltou-se para os ilustres confrades Homero Mafra, Beresford Martins Moreira e Orestes Secomandi Soneghet que partiram para a viagem da qual não se regressa, viagem essa que deixa aos que aqui ficam, e que são os seus parentes queridos e amigos, possuídos pela saudade e pelas recordações.

E cabe-me, neste instante, recordar-lhes as vidas, o que ora faço sem me esquecer que dois deles — Beresford Martins Moreira e Orestes Secomandi Soneghet — foram meus alunos e que, a eles, fiquei ligado por enternecida amizade, o que também acontece com Homero Mafra, amizade esta nascida ao tempo em que, intensamente, exercia eu a advocacia nesta Capital.

Hoje, neste 12 de junho de 1985, aqui uma vez mais, e esta não será a última vez, reunida a Casa de Domingos Martins para reverenciar a memória daquele que, em um outro 12 de junho de 1817 corajosa e, destemidamente, enfrentou o Batalhão de Execução, do Campo da Pólvora em Salvador, tendo ele mesmo comandado a sua execução ao Batalhão de Arcabuzamento, ao ordenar aos soldados portugueses que compunham referido Batalhão: "Vinde executar as ordens de Vosso Sultão. Eu morro pela Liber...".

Nesta solene sessão, sem ser um manancial de conhecimentos, aqui estou como Orador Oficial desta Casa e, em seu nome e nos de todos aqueles que a compõem, para trazer as homenagens e as saudades de todos nós para Homero Mafra, Orestes Secomandi Soneghet, Beresford Martins Moreira, Desembargador João Manoel de Carvalho e José Rodrigues Sette, os dois últimos pelos seus centenários de nascimentos.

Esta Solene Sessão de 12 de junho de cada ano, sessão esta determinada pelos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, já conhecido como "A CASA DE DOMINGOS MARTINS" é, para mim e é possível que não esteja equivocado, uma Sessão de Saudade, eis que nela

registramos e recordamos as vidas dos ilustres consócios que partiram para a viagem da qual não se regressa, embora todos deixem, em lágrimas, os corações de seus familiares queridos bem como intensas recordações àquelas pessoas com as quais conviveram.

E, natural é que, neste 12 de junho de 1985, o fato se repita eis que, neste biênio 12-6-1983/12-6-1985, não mais estão em nosso convívio os confrades Beresford Martins Moreira, Homero Mafra e Orestes Secomandi Soneghet, já referidos.

Devo também, nesta hora de recordações, reparar um lapso que cometi no exercício das funções de Orador Oficial desta Casa; a reparação deste lapso se relaciona com o nosso eminente consócio Desembargador João Manoel de Carvalho, a quem muito ficou devendo o nosso querido Estado do Espírito Santo.

João Manoel de Carvalho nasceu no dia 9 de junho de 1885 na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, no Estado da Guanabara.

Como se vê o centenário de seu nascimento se passou, há apenas, três dias.

O seu Curso Primário foi iniciado e concluído em sua cidade natal, enquanto que o Curso Ginásial teve o seu início e conclusão no Ginásio Diocesano de São José (Seminário) em Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, concluindo-o em 9 de maio de 1907.

Quando estava este nosso saudoso e eminente consócio diplomado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, depois de ter concluído o seu Curso de Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1911, veio ele para o nosso Estado, trazido pelas mãos de D. Fernando de Souza Monteiro, ao tempo Bispo do Espírito Santo, a quem este nosso consócio se refere externando o seu pensamento referindo que o mesmo antístite era um "varão de Deus, homem justo, santo e operoso". Estava no Governo do Estado o Dr. Jeronimo de Souza Monteiro, a quem ele vai servir como seu Oficial de Gabinete.

Para ele, João Manoel de Carvalho, o Governo de Jeronimo Monteiro "foi uma época das grandes, promissoras, e

mais modelares ações de governo, nunca assás louvadas para a transição ao dinamismo da vida que hoje desfrutamos de conforto e civilização”. Isso foi o que disse o Desembargador João Manoel de Carvalho no discurso em que se despediu de seus pares do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, ao se aposentar quando foi atingido pela compulsória.

Exerceu também, no mesmo Governo, o cargo de Delegado Auxiliar de Polícia, além do exercício de cargos no Magistério Capixaba.

Quando, praticamente no início de sua vida pública no Espírito Santo, foi João Manoel de Carvalho nomeado Professor de Geografia, História Geral e História do Brasil, da então saudosa Escola Normal “Pedro II”.

A esse tempo se refere este nosso eminente consócio, em discurso ao se despedir do Egrégio Tribunal de Justiça, quando de sua aposentadoria compulsória — “em 1913, surgiu para a vida educacional do Estado um trágico embaraço — ia-se fechar o Ginásio do Espírito Santo (ao tempo Ginásio Espírito Santense) — e foi quando por sugestão de D. Fernando formou-se um grupo de abnegados, para evitar que tal desastre se consumasse”.

Durante três períodos escolares, 1913, 1914 e parte de 1915, dirigi e lecionei mantendo assim o estabelecimento que tão assinalados serviços já prestou e continua ainda a prestar.

Cooperei, assim, no salvar um grande instituto de ensino, cujo aniquilamento se acontecasse teria comprometido a vida cultural do Estado, no seu centro de maior irradiação naquela época.

Assim, nos mostra o Desembargador João Manoel de Carvalho como agira ele, ao lado de outros abnegados, já lá se vão setenta e dois anos, para impedir que o tradicional Ginásio Espírito Santense, do qual fui aluno nos idos de 1916, tivesse as suas portas fechadas à mocidade estudiosa do Espírito Santo.

Ainda, o Desembargador João Manoel de Carvalho nos diz — “não recordo esses fatos a não ser pela sugestão que a saudade traz, nesta hora que já é de antecipada saudade.

Não o faço para louvor próprio, mas para dizer aquilo que Deus me permitiu fizesse em prol do bem”.

Em 1916 uma luta política, pela sucessão no Governo do Estado, sacode o Espírito Santo que se viu ameaçado de Intervenção Federal.

Felizmente referida Intervenção Federal foi evitada, a autonomia de Estado foi mantida e novo quadriênio presidencial se inicia em 23 de maio de 1916.

A essa época uma vez mais, está o nosso Desembargador, naquele instante de discórdia política em um Estado pequeno nomeado para exercer, uma vez mais, o cargo de Delegado Auxiliar.

Estava, entretanto, escrito que a vida de João Manoel de Carvalho, um homem profundamente emotivo e sentimental embora assim não se apresentasse, a vida, João Manoel de Carvalho irá se dirigir para um outro sentido e assim, em 1916, ingressava ele na Magistratura do nosso Estado, iniciando esta sua nova vida na Comarca de Alegre. Ainda, as Comarcas de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Vitória conheceram a integridade de sua vida de Magistrado e a Justiça e a sabedoria de suas decisões.

Não se deve esquecer que também João Manoel de Carvalho ao se afastar do magistério capixaba, em novembro de 1914, perlustrou a vida de Advogado até 1916 quando passou para a Magistratura exercida, inicialmente, na Comarca de Alegre como se disse anteriormente.

De 1919 a 1927 está ele Juiz de Direito da recém-criada Comarca de Domingos Martins, da qual fora o primeiro Juiz de Direito.

E, em se referindo ao fato, sentimentalmente, fala-nos o nosso querido consócio — “Naquela cidade, tão recolhidamente posta no recesso das montanhas, permaneci durante oito anos. Até que fui promovido para Santa Leopoldina, e dois anos depois desta para a Vara Criminal de Vitória”.

Nos idos de 1929 viveu o Brasil horas de insegurança e de incerteza. Na Presidência do Estado estava Aristeu Aguiar, cujo Governo, infelizmente, ficou marcado pelo conhecido “13 de Fevereiro de 1930”, ano de 1930 este que ficou marcado, em todo o Brasil, pela Revolução que ao tempo ocorreu.

Com a vitória desta Revolução organizou-se, de início, em nosso Estado para governá-lo, provisoriamente, uma Junta Governativa integrada pelos Srs. Capitão João Punaro Bley, Afonso Correia Lyrio e Dr. João Manoel de Carvalho.

E, neste instante, quero registrar que os Drs. Afonso Correia Lyrio e João Manoel de Carvalho seguindo, em outros tempos, rumos políticos diferentes, eis que o primeiro combatia a situação política que em décadas anteriores dominava o Estado e o outro, o segundo seguia os princípios e a chefia da mesma situação política, sob o domínio daquele Estadista que foi Jeronimo Monteiro e que, em seu quadriênio de Governo de 1908/1912, realizou uma Administração pioneira, na qual até casas foram construídas e vendidas aos funcionários públicos estaduais que as compravam e as pagavam em longo prazo, sem reajustamentos e sem os "BH" dos dias atuais, mas as pagavam sendo descontados, mensalmente, em seus salários.

Também, aquele tempo, se destacou pela fidelidade partidária, pela fidelidade aos princípios e às chefias políticas, não se usando a palavra "DEMOCRACIA" e a expressão "NOVA REPÚBLICA" para se justificar e explicar os "adulterios políticos" dos dias atuais.

Em janeiro de 1931 é o nosso eminente consócio João Manoel de Carvalho promovido a Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça, onde exerceu as funções de Corregedor Geral da Justiça, Vice-Presidente e Presidente do mesmo Tribunal.

Integrou ainda o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral e, do mesmo, exerceu a Presidência.

Em 1955, ao chegar aos setenta anos de idade, foi atingido pela Compulsória.

Em sua vida particular foi um Católico fervoroso e, nesta cidade foi sempre amigo dos Bispos que, a partir de Fernando de Souza Monteiro, Segundo Bispo da Diocese Capixaba, a mesma Diocese serviram e prestou ele, aos Bispos seus contemporâneos, o seu auxílio, inclusive ajudando-os e sugerindo-lhes soluções para os problemas que, aos mesmos se apresentavam.

Como já acentuei, era este nosso consócio um Católico convicto e recebeu o título e distinção de COMENDADOR DA SANTA SÉ que lhe foi conferida pelo Santo Padre.

Também, embora pareça estranho, o Desembargador João Manoel de Carvalho, por anos a fio, militou na Imprensa Capixaba. E, em companhia de José Rodrigues Sette, seu colega e amigo, fundou a "FOLHA DO COMÉRCIO" recebendo, ao tempo, ajuda de jovens idealistas como Xenocrates Calmon de Aguiar, estudante, além de outros, não se devendo esquecer que Xenocrates Calmon de Aguiar foi, mais tarde, Desembargador no Estado do Rio de Janeiro.

O Desembargador João Manoel de Carvalho era casado com a Senhora Maria Navarro de Carvalho.

Deste feliz consórcio nasceram — Cecília, mais tarde casada com o tabelião Ary Siqueira; João Manoel (João Manoel de Carvalho Filho) casado com a Senhora Nair Guimarães Carvalho; Maria Helena Navarro de Carvalho, funcionária do Tribunal Regional Eleitoral; Fernando Navarro de Carvalho casado com a Senhora Dayse Leite de Carvalho, ele funcionário do Banco do Brasil, Jayme Navarro de Carvalho casado com a Senhora Vera Cerqueira Lima de Carvalho, funcionário do Banco do Brasil; Aristides Navarro de Carvalho, já falecido e casado com a Senhora Nair Lacourt de Carvalho.

O Dr. José Benjamin Costa, em seu livro JURISTAS ESPÍRITO SANTENSES (Biografia), traçando a biografia do Desembargador João Manoel de Carvalho registra às páginas 106: — "Certo dia, em 1965, na Secretaria do Governo, onde ele aparecia com frequência ao meu lado, num "bate-papo" que tanto me confortava, ele me disse, para me deixar grandemente emocionado: "Embora amando como ninguém esta vida, com os seus escolhos e com os seus fluxos e refluxos, eu sinto meu caro, com certo desespero, mas com a paciência que Deus me deu, que o fim da jornada vai se aproximando lenta e progressivamente".

E o Advogado Benjamin Costa nos diz, a seguir, a sua apreciação sobre o que ouviu do Desembargador João Manoel de Carvalho — "Quasi chorei. Na verdade percebia-se que o jequitibá altaneiro ia cedendo aos poucos, lamentavelmente se alquebrando, vencido pela força indômita da pró-

pria natureza. E um dia ele se foi tal como viveu, serenamente, tranquilamente bom e generoso, com a consciência limpa, num relicário, para ser depositado no altar de Deus”.

Ao tempo em que fazia o Curso de Direito, no Rio de Janeiro, o Acadêmico João Manoel, para fazer face às despesas, trabalhou na Saúde Pública e participou da equipe que, sob a orientação do cientista e mestre Oswaldo Cruz, saneou, àqueles tempos, a Capital da República.

Quanto a mim quero referir que, tanto nesta Casa de Domingos Martins como fora dela, sempre tivemos um relacionamento amistoso.

Um dia, conversava eu com o nosso querido consócio sobre assuntos, os mais diversos e, lhe referi:

— Desembargador — vou à Missa aos domingos. No momento em que corre a sacola para recolher o donativo, verifico que pessoas, de mim conhecidas e cujas situações conheço, contribuem com dois mil réis, dez tostões, quinhentos réis e etc. Fico admirado disso e fiz a minha pausa.

E ele, serenamente e sem espanto, mas com sabedoria e experiência, respondeu à minha observação dizendo-me:

— “Seu Nelson, a Igreja nunca viveu do muito que poucos dão; ela sempre viveu do pouco que muitos dão”.

Vi, nessa resposta, um ensinamento que, nesta hora de saudade, transmito aos que, hoje, aí estão e vejam que, se todos ajudarem com pouco, os carentes serão beneficiados e talvez não fique o mundo invadido e dominado pelo sofrimento de milhões de irmãos nossos.

Com meu pai — Ceciliano Abel de Almeida — seu companheiro desde a Presidência Jerônimo de Souza Monteiro, o nosso Desembargador João Manoel de Carvalho sempre manteve uma amizade fraterna e de muita cordialidade.

E, no momento de partir para a viagem de que não se regressa o Desembargador João Manoel iniciou dita viagem no dia 25 de novembro de 1965, dia do aniversário natalício do seu amigo e companheiro de trabalho ao tempo do Governo Jerônimo Monteiro, amigo este acima referido devendo-se, agora, anotar uma outra coincidência — Ceciliano Abel de Almeida e João Manoel de Carvalho faleceram no mesmo ano de 1965, o primeiro no dia 2 de junho de 1965 e o segundo no dia 25 de novembro de 1965.

E, ao se despedir dos seus colegas e amigos, Desembargadores e funcionários do Egrégio Tribunal de Justiça, ao completar setenta anos de idade, disse-lhes João Manoel de Carvalho — “Separo-me sem separar-me, porque eu vos deixo tudo — deixando-vos “o coração de companheiro”, “de companheiro agradecido”.

E bem possível é que, naquele instante da partida para a viagem final, ele tenha pensado em todos os seus entes queridos e amigos e, de todos, o seu coração se despedira com essas mesmas palavras carinhosas, ora repetidas — “Separo-me sem separar-me, porque eu vos deixo tudo, deixando-vos o coração de companheiro”, “de companheiro agradecido”.

O Desembargador João Manoel de Carvalho, como já se referiu no início destas recordações, completou, no dia 9 do corrente mês de junho o seu Centenário de Nascimento.

Cumpre, neste instante de recordações, reviver a figura ímpar e inconfundível daquele que, em vida, foi José Rodrigues Sette, natural daquele Estado Brasileiro que é para muitos e por muitos chamado “LEÃO DO NORTE”.

Nasceu este nosso ilustre e saudoso consócio na cidade de Cabo, no dia 22 de maio de 1885.

Nasceu ele do casal Eugênio Rodrigues Sette/Liberata Sette, ambos professores públicos.

Fechou os olhos para a vida nesta cidade de Vitória, no dia 2 de novembro de 1957, cidade esta que ele adotou por sua.

Em Sessão Solene deste Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, realizada no dia 12 de junho de 1958, fiz o elogio dos sócios falecidos nos anos de 1957 e primeiro semestre de 1958 que foram Abner Mourão, Afonso de Escragbolle Taunay, Candido Mariano da Silva Rondon, José Antonio Lopes Ribeiro e José Rodrigues Sette.

Estes elogios foram publicados e inseridos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo de nº 19, de páginas 97 às páginas 108, esclarecendo-se que o elogio referente ao jamais esquecido José Sette está às páginas 104, 105, 106, 107 e 108.

Referi que, àquele tempo estava no Governo do Espírito Santo o Dr. Aristeu Aguiar e que José Sette foi, para o mesmo, “o amigo certo das horas incertas” quando, na Assembléia Legislativa Estadual, foi a voz desassombrada, como sempre foi desassombrada a sua vida, foi a voz desassombrada ao votar, e nisso foi o único, ao votar contra a proposta da Assembléia Legislativa para que fosse decretada a perda de mandato do Presidente Aristeu Aguiar que, em face dos acontecimentos, decretava a perda de mandato do Presidente Aristeu Aguiar, que se asilára a bordo de um navio estrangeiro, então ancorado neste porto de Vitória.

Aí o registro do Centenário de Nascimento de José Rodrigues Sette, nascido no dia 22 de maio de 1885, na cidade do Cabo, em Pernambuco.

E parece-me que, pela data de nascimento de José Sette ele, no instante em que os abriu para a vida, já os fez pensando no seu querido Espírito Santo onde, um dia, ele fecharia os olhos para dormir o seu último sono.

Estava-se nos idos de 1962; na Livraria Ancora, ali na rua Nestor Gomes, sob o olhar amigo de Nestor Cinelli reuniam-se, aos sábados, os intelectuais da terra dentre os quais estavam Augusto Emilio Estelita Lins, Euripedes Queiroz do Valle, Cristiano Ferreira Fraga, José Paulino Alves Junior, Geraldo Costa Alves, Renato José Costa Pacheco, Guilherme Santos Neves, José Antonio Ruy Côrtes, Eugenio Lindenberg Sette, Beresford Martins Moreira e este que, neste instante, vos fala.

Todos colaboravam na Imprensa da terra publicando artigos, poesias, crônicas e etc.

Em um sábado, animado ia o bate-papo quando alguém lembrou que bom seria se, referidas crônicas, artigos, poesias fossem publicados, reunidos em livro.

Alguém lembrou que, cada um editar o seu livro seria, praticamente impossível eis que, possivelmente, nem todos teriam recursos financeiros para tanto; um outro achou que o aconselhável era que todos reunissem o que queriam dar à publicidade e dividissem, em partes iguais o quanto caberia a cada um para custear a edição do livro.

A idéia foi aceita e assim em 1962, graças a Nestor Cinelli e à Editora Ancora S.A., nasceu o livro. Antes, entretanto, foi discutida a denominação a ser dada ao livro; sugeriu, para o mesmo, TORTA CAPIXABA, enquanto outros sugeriram outros nomes.

A minha sugestão baseou-se em que o livro conteria os mais diversos assuntos, os mais variados estilos, como também o título despertaria a atenção dos leitores. E, depois de muito se discutir, foi aceita a sugestão que fiz e, aqui se esclareça — no livro não existe qualquer receita da TORTA CAPIXABA.

Para evitar ciúmes ou desentendimentos foram os autores colocados pela ordem alfabética de seus nomes, sendo o primeiro Augusto Emilio Estelita Lins e o último Ruy Côrtes, nome pelo qual é mais conhecido.

Antes do que cada um deu a publicar está uma pequena biografia do respectivo autor.

Assim, pela biografia de Beresford Martins Moreira, elaborada por ele mesmo, se fica sabendo que no dia 6 de junho de 1912 nascia ele em Regência Augusta, pequena Vila espírito-santense situada à foz do Rio Doce, sendo seus pais Cleres Martins Moreira e Maria de Oliveira Moreira. O seu Curso Primário foi iniciado e concluído no Grupo Escolar de Colatina, enquanto que o Curso Ginásial foi iniciado e concluído no Ginásio Espírito Santense. Já o Curso Superior ele o conquistou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Desde estudante participou este nosso ilustre consócio da vida intelectual do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ou seja diplomado em Direito, passou a integrar a Academia Espírito Santense de Letras, sendo o fundador e primeiro ocupante da Cadeira Vinte e Três (23), a qual tem por Patrono a Raymundo José Guterres Valle; ainda foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, da Sociedade Brasileira de Geografia e Estatística, do Instituto de Direito Social Brasileiro, da Associação Espírito Santense de Imprensa, da Academia de Letras "Umberto de Campos" (Vila Velha/ES), além de outros.

Na sua vida profissional ocupou os cargos, a seguir, enumerados — Bibliotecário do Tribunal de Apelação do Estado, hoje Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Promotor Público da Vara Criminal (Vitória/ES), Professor de Geografia no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, Procurador da República Substituto/ES, Professor de Literatura do Ginásio S. Vicente de Paulo (Vitória/ES), Professor de Psicologia e Lógica e de Geografia Humana do Curso Complementar do Ginásio do Espírito Santo. Foi também Professor Catedrático por Concurso da Cadeira de Direito do Trabalho, da Faculdade de Direito do Espírito Santo (UFES), Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.

Na Imprensa colaborou em vários Jornais e Revistas do Estado e do Brasil, os que vão a seguir enumerados: Revista do Trabalho (Rio de Janeiro); Vida Capichaba, A Gazeta, A Tribuna, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Deixou publicados: "Os Delitos Sexuais e a Responsabilidade Civil", (Vitória — 1937), "Da Graduação da Penalidade" (Rio de Janeiro — 1960), "Conflitos Coletivos do Trabalho" (Rio de Janeiro — 1949), "O Espírito Universitário na Dinâmica da Vida Nacional" (1958), "O Trabalhador Liberal" (Rio de Janeiro — 1953), "O Direito de Greve" (Rio de Janeiro — 1957), "Contos Bárbaros" (Vitória — 1932/1938), "Desnaturação da Teoria do Risco Profissional" (Vitória), "Frei Palácio" (Oração Oficial do IV Centenário da Chegada do Fundador do Convento da Penha) (Vitória — 1959), "Vitória" — Oração em nome das Entidades Culturais ao Ensejo do IV Centenário da Fundação de Vitória" (Vitória — 1961), "Mitos e Metas" (Vitória — 1960), "Do Papel da Universidade dos Nossos Dias" (Vitória — 1961).

Deixou inéditos: "Heróis Sem Legenda" (Romance), "O Rio Doce" (Ensaio Antropo-Geográfico), "Questões de Direito do Trabalho", "Folclore do Rio Doce", "Contos Sem Fim", "Estranha é a Vida" (Quadros do Rio Doce).

E falando de sua terra de nascimento — Regência Augusta — expande-se o coração de Beresford Moreira como segue — "Entre coqueiros, as águas pretas do Rio Preto, as águas morenas do Rio Doce e as águas verdes do mar — é uma aldeia que dormita embalada pela canção do vento.

Ali a vida tem um sentido de esperança. Sossegada como uma gaivota pousada na praia, ela aguarda que alguém a ampare e que voltem os dias do passado — de prosperidade e alegria. Enquanto aguarda — consome-se lentamente, dentro de uma das mais belas paisagens do mundo”.

Beresford Martins Moreira também sentiu o enleio do amor quando, um dia, conheceu a jovem Hilda Maria Cacciari que o envolveu com a sua ternura e com a sua graça.

Com ela, no dia 16 de maio de 1937, constituiu a sua família, casando-se nesta cidade de Vitória.

Do seu consórcio nasceram-lhe os filhos Fernando Beresford, Yeda, Eliana e Beresford Martins Moreira.

Dos filhos recebeu o casal Hilda/Beresford Moreira quatro netos — Fernando, Leonardo, Bruno e Rodrigo, netos estes que embelezaram as vidas de Beresford e de sua querida Hilda.

Vítima de pertinaz moléstia, os últimos tempos de sua vida Beresford os viveu preso a um leito, sempre assistido carinhosamente pela sua querida, incansável e dedicada Hilda, acompanhado ainda pelos corações de seus filhos e netos que jamais deixaram de o amparar e assistir, a todas as horas do dia e da noite, até que um dia, em 16 de agosto de 1984, entregou a sua alma ao Criador, tranqüila e suavemente.

Estava, entretanto, escrito que no ano de 1984, nesta Sessão Solene, não seriam lamentadas apenas as ausências do Desembargador João Manoel de Carvalho, José Rodrigues Sette, e de Beresford Martins Moreira eis que, e assim e a vida, outros queridos consócios nos deixariam, como de fato nos deixaram e são eles Homero Mafra e Orestes Secomandi Soneghet.

De cada um deles, ainda que rapidamente, relembremos e recordaremos as vidas proveitosas e exemplares que tiveram, que dignificaram e exaltaram as funções exercidas e os seus respectivos cargos.

Homero Mafra, figura de destaque na Magistratura do Espírito Santo, era natural do Estado de Minas Gerais, nascido em Maria da Fé, no dia 22 de maio de 1923; foram seus pais Sebastião de Oliveira Mafra e Ana Vieira Mafra.

Constituiu, no momento oportuno, o seu lar contraindo o casamento com a Senhorita Myriam Junger, mais tarde Myriam Junger Mafra e nascida na cidade de São Pedro de Itabapoana.

Deste feliz consórcio lhes nasceram quatro filhos — Homero, Bruno, Guilherme e Flávia Maria.

Teve o nosso jamais esquecido consócio uma infância normal e feliz. Os seus Cursos Primário e Secundário foram iniciados, feitos e concluídos sem quaisquer anormalidades.

O Curso Superior de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais ele o fez na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro), concluindo-o em 1952.

Exerceu, embora já Magistrado, também o Magistério. Para isso fez Curso de Treinamento de Professores para Exames de Suficiência da C.A.D. E.S., do Ministério de Educação e Cultura, Curso esse feito aqui em Vitória, de 2 a 31 de janeiro de 1962.

Era Professor, com Registro 45.168 na Diretoria do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura; pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina concluiu, no Departamento de Letras, os Cursos de Português e Inglês.

As suas atividades didáticas vão, a seguir, enumeradas:

a) Professor de Português dos Cursos Ginásial, Científico e Normal — Colégio Estadual “Governador Francisco Lacerda de Aguiar” e Escola Normal “Professora Mercês Garcia Vieira”, de 1959 a 1964;

b) Professor de Inglês dos Cursos Ginásial e Científico do mesmo estabelecimento de ensino e no mesmo período;

c) Professor de Organização Social e Política (Curso Ginásial) e Diretor do estabelecimento de ensino acima referido de março de 1963 a março de 1964;

d) Professor de Português — 1ª e 2ª Séries — Colégio Comercial “Afranio Peixoto” — Curso Comercial de Linhares/ES;

e) Professor de Português — Curso Ginásial do Colégio Estadual e Escola Normal “Emir Macedo Gomes” — 9.11.1966 a 30.06.1967;

f) Professor de Literatura Portuguesa, por Concurso, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — FAFIC; Professor de Direito Civil até 1977 — Faculdade de Direito de Colatina; Professor Adjunto (Direito Civil) — Universidade Federal do Espírito Santo;

g) Presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — São José do Calçado — 1959/1963; Presidente da CNEG — Seção Estadual Espírito Santo; Presidente da Associação de Pais e Mestres — Colégio Sacré-Coeur; 1º Vice-Presidente — Associação dos Magistrados — E. Santo; Relator Geral dos Congressos de Juizes de Direito do Norte do E. Santo, em Colatina e do Sul do E. Santo em Cachoeiro de Itapemirim. Congressista em diversos Simposios da Classe;

h) Relator do Grupo de Estudos de Direito Penal e Processo Penal, no Congresso de Presidentes das Associações de Magistrados do Brasil realizado em Vitória de 8 a 11 de agosto de 1973, tendo pronunciado o discurso de abertura do mesmo Congresso — Foi também Juiz de Direito das Comarcas de Mucurici, São José do Calçado, Domingos Martins, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares, Colatina, Vila Velha (Vara Cível), Vitória (3ª Vara Criminal e 2ª Vara Cível) e Desembargador Substituto.

A sua carreira, na Magistratura, foi coroada com a sua investidura efetiva no cargo de Desembargador, integrando a 1ª Turma do Egrégio Tribunal de Justiça. Foi, no mesmo Egrégio Tribunal de Justiça, Membro do Conselho da Magistratura, Vice Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

Foi Homero Mafra, e ainda o é, um homem de extrema sensibilidade, com o espírito sempre voltado para as grandes realizações.

O ilustre Acadêmico Waldemar Mendes de Andrade, ao saudar Homero Mafra quando da sua investidura na Cadeira de nº 7 (sete), da Academia Espírito Santense de Letras, como sucessor do Acadêmico Placidino Passos, acentua as homenagens que, na Comarca de São José do Calçado, foram prestadas a Homero Mafra, à sua querida esposa Myriam Junger Mafra e aos filhos do casal Homero Bruno, José Guilherme e Flávia.

Estas homenagens foram patrocinadas pelo jornal "A ORDEM", em número de 10 de janeiro de 1966, quando o Juiz Homero Mafra se ausentava com a sua família, da cidade em virtude de sua remoção do cargo de Juiz de Direito que, ao tempo ocupava ele na referida Comarca.

O assunto foi submetido ao título "NOSSA HOMENAGEM" e é bem detalhado por Waldemar Mendes de Andrade quando de sua saudação ao nosso eminente consócio, à vista da sua ascensão à Academia Espírito Santense de Letras. Nesta oportunidade ele, Waldemar Mendes de Andrade, se refere à festa e aos discursos com os quais os Professores e alunos do Colégio Estadual homenagearam o "Mestre Homero, Professor de Inglês e Português do referido Colégio, homenagem esta extensiva à esposa e filhos, homenagem esta que foi a inauguração do retrato do homenageado.

Quando Homero Mafra foi nomeado Juiz de Direito de Calçado, um calçadense manda um bilhete a Chico Vieira, no qual lhe diz — "O portador é o Dr. Homero Mafra, o novo Juiz de Calçado. O Dr. Homero, apesar de novo, vocês tiveram uma felicidade com o novo Juiz", repete o bilhete.

Já o mesmo autor do bilhete dizia — "sou um velho calçadense, como sabe, e me regozijo com as coisas boas que acontecem com esta terra generosa e acolhedora. E a ida do Dr. Homero Mafra para Calçado é das melhores que poderiam acontecer. Espero que Calçado, como sempre, saberá receber como merece, o seu novo Juiz, digno da maior consideração e apreço. Abraço cordial do velho amigo".

E em setembro de 1958, cercado de carinho, recebido com alegria por todos os corações, chegou a Calçado Homero Mafra.

Cumpre, entretanto, não esquecer que, seis anos antes, um Juiz e Jurista dos mais eminentes que o Espírito Santo já conheceu e possuiu — Danton Bastos — havia previsto o que seria a passagem de Homero Mafra na Magistratura e na vida cultural do nosso querido Espírito Santo.

E vimos, ainda que suscintamente, haver o nosso saudoso consócio Homero Mafra dignificado e ilustrado todos os cargos exercidos na Magistratura, além de outros no Magistério.

E a vida de Homero Mafra foi um exemplo e foi um modelo de honradez para os seus queridos que aqui ficaram e, também para todos os que estão vivendo os dias tumultuados atuais.

E os dias, as horas, os meses e os anos foram passando, até que chegou ao dia 21 de dezembro de 1984, dia esse que ficou, para sempre, marcado nas vidas da sua querida esposa Myriam e dos seus queridos filhos Homero, Bruno, Guilherme e Flávia Maria que, aqui ficaram, para venerar a memória daquele que lhes foi marido e pai exemplar.

Partiu Homero Mafra aos 61 anos e 7 meses de idade, eis que nasceu ele no dia 22 de maio de 1923 e no dia 21 de dezembro de 1984 já não acordou do sono iniciado na noite do dia anterior — 20 de dezembro de 1984.

Deixou publicado um livro, ao qual deu o título — **TRÊS ASSUNTOS EM UMA SEMANA**. Possivelmente outros ficaram e que não foram dados à publicidade.

Ainda neste ano de 1985, no dia 9 de janeiro, mais um querido consócio deixou o nosso convívio, nesta Casa de Domingos Martins.

Quero, recordar agora a vida de Orestes Secomandi Soneghet, bem como os bons serviços prestados por ele ao Estado do Espírito Santo e à sua gente.

Era ele nascido no Distrito de João Neiva, na Povoação de Demétrio Ribeiro, do Município de Ibirapu, nascimento este que ocorreu no dia 28 de setembro de 1929.

Partiu desta vida aos cinquenta e cinco anos de idade incompletos eis que o seu falecimento, como referi acima, ocorreu no dia 9 de janeiro do corrente ano, de 1985.

Foram seus pais Isidoro Christiano Soneghet (falecido) e a Senhora Helena Secomandi Soneghet.

Era casado com a Senhora Regina Celi Guertz Soneghet, depois de um namoro e um noivado embevecidos de muito amor e muito carinho. Ao falecer deixou Orestes Soneghet, de seu casamento, três filhos cujos nomes vão, pela ordem de idade, a seguir — Cristina com vinte e dois anos de idade, Orestes com vinte anos e Victor com oito anos.

Seus pais, interessados por dar-lhe um bom Curso Primário e bem formar-lhe o caráter o matricularam no Seminário Seráfico, em Santa Teresa e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, nesta cidade de Vitória.

O Curso Ginásial foi iniciado no Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória e o Curso Científico no Colégio Estadual do Espírito Santo.

No Colégio Americano de Vitória diplomou-se no Curso Técnico de Contabilidade e na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais.

O Serviço Militar ele o fez por intermédio do Curso de Instrução Pre-Militar, no 3º B.C.; era Reservista de 3ª Categoria.

Durante toda a sua vida até a sua Aposentadoria foi Funcionário Público Estadual, exercendo o Cargo Efetivo de Assessor de Nível Superior, na Secretaria de Estado da Fazenda. Ao falecer já estava Aposentado.

Como Funcionário Público Estadual exerceu Cargos de Provimento Efetivo, Funções Gratificadas, Cargos em Comissão, além de outras Designações.

Assim, os Cargos de Provimento Efetivo foram:

Calculista — 1º-10-1949 a 3-6-1950; Oficial Administrativo: 04-07-1950 a 13-10-1961; Assessor Administrativo: 14-10-1961 a 30-09-1964; Fiscal de Rendas: 1º-10-1964 a 12-09-1972; Técnico em Planejamento: Fiscal: 13-09-1972 a 17-02-1977; Assessor de Nível Superior: GAS — F: 18-02-1977 a 30-05-1983; Funções Gratificadas: Chefe do Cadastro Mobiliário da Divisão do Patrimônio — SEFA: 06-01-53 a 10-08-54; Chefe do Serviço Administrativo da Divisão do Patrimônio — SEFA: 11-08-54 a 3-08-55; Chefe de Serviço de Tomada de Contas — Contadoria Geral do Estado: 04-08-1955 a 15-09-1956; Chefe da Seção Seleção e Aperfeiçoamento do DSP — SEFA: 28-09-1956 a 09-06-1959; Diretor Administrativo do Instituto de Tecnologia do Espírito Santo: 10-06-1959 a 09-02-1960. **Cargos em Comissão:** Oficial de Gabinete do Governador: 10-02-1960 a 26-09-1961; Fiscal de Rendas: 17-09-1961 a 30-09-1964; Inspetor da Fazenda (Assessoria do Secretário): 03-03-1966 a 07-02-1967; Inspetor Geral da Fazenda: 08-02-1967 a 31-12-

1967; Inspetor da Fazenda: 19-01-1968 a 21-04-1968; Superintendente da Rádio Espírito Santo: 22-04-1968 a 1º-03-1969; Inspetor da Fazenda: 19-03-1969 a 19-03-1971; Chefe da Diretoria de Arrecadação: 20-03-1971 a 31-01-1974; Inspetor da Fazenda: 19-02-1974 a 17-02-1977; Assessor Técnico da SEFA: 18-02-1977 a 14-03-1979; Secretário de Estado da Fazenda: 15-03-1979 a 27-04-1982.

Ainda, o nosso ilustre confrade Orestes Secomandi Songhet mereceu, pela sua competência e pela sua dedicação ao Serviço Público, outras designações relacionadas com o mesmo Serviço Público, designações que, a seguir, vão mencionadas:

1966/1967 — Representante do Secretário da Fazenda junto ao Ministério da Fazenda para a implantação da Reforma Tributária Nacional (EC-1/65).

1966 — Designado para elaborar o Código Tributário do Estado, face à Reforma Tributária (Lei nº 2261/66).

1968 — Presidente do GP para a implantação do sistema de arrecadação pela Rede Bancária.

1968/1976 — Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Fiscais — Vice-Presidente de 1968 a 1974.

1969 — Membro do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar.

1974 — Designado (Port. 04-E/74) para elaborar o novo Código Tributário do Estado (Lei nº 2964/74) e seu regulamento (Decreto 634-N/79).

1975 — Designado membro da Comissão incumbida de elaborar normas para concessão de gratificação de produção aferida.

1976 — Designado membro da Comissão para implantação do projeto "Recursos Humanos" na SEFA.

1976 — Designado para Coordenador Geral da Comissão incumbida de estudar e apresentar sugestões no projeto de Regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

1976 — Designado Presidente do GT incumbido de rever o sistema de taxas devidas ao Estado.

1976 — Designado para integrar o GT incumbido de estudar e apresentar sugestões ao projeto de lei elaborado pelo Ministério da Fazenda sobre distribuição de ICM aos Municípios.

Naturalmente que para bem desempenhar as funções até agora referidas Orestes Secomandi Soneghet, naturalmente, sentiu necessidade de se apurar e se aperfeiçoar em seus conhecimentos fazendários e, para tanto frequentou vários e Diversos Cursos e, foram eles os seguintes: “Chefia Administrativa, Relações Públicas e Introdução à Administração Pública — EBAP — Fundação Getúlio Vargas”; “Administração de Pessoal pelo Departamento de Serviço Público”; “Relações Humanas no Trabalho, Organização e Métodos e Reforma Administrativa, pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Reforma Administrativa”; “ADESG — Dirigente de Grupo — VI Ciclo de Estudos — 1976”.

Ainda: o nosso eminente consócio Orestes Soneghet era pessoa, embora reservada, de variada cultura como se verifica dos Congressos e Seminários em que participou e pelas palestras que proferiu.

Assim é que participou do IV Congresso Interamericano de Administradores Tributários em 1971, no Rio de Janeiro, do “1º Congresso Nacional de Administração em 1974, em São Paulo; nesse Congresso foi Relator da Comissão de Estudos nº 6; 1º Seminário do ICM — Escola Superior de Assuntos Fazendários — 1976 — Brasília”; “Encontro Nacional de Tribunais Administrativo-Tributários — 1976 — S. Paulo”; “Palestra pronunciada na Secretaria de Agricultura (ES) para produtores e líderes rurais s/participação da SEFA no incentivo à produção agro-pecuária — 1977”; “Palestra pronunciada no Encontro Municipalista de Alegre — Tema: Tributação Municipal — 1977”; “IV Congresso Nacional de Administração do ICM — 1978 — Manaus”; “V Congresso Nacional de Administração Fazendária — 1980 — Bahia”; “VI Congresso Nacional de Administração Fazendária — 1981 — Paraná”; “Presidente da XI Reunião de Secretários da Fazenda das Regiões Norte — Nordeste e Espírito Santo — 1981 — ES”. Também o saudoso consócio Orestes Soneghet foi: “Membro titular do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — 1969/1979”; “Assessor Técnico da Banca Examinadora do Con-

curso para Cargos do Grupo Fisco — Níveis Médio e Principal”; “Presidente da Banca Julgadora de Título e do Concurso” acima referido; “Professor do Curso de Treinamento de Fiscais de Renda, promovido pela Secretaria de Administração dos Recursos Humanos”; “Presidente da Banca Examinadora do Concurso de Acesso do Grupo Fisco — 1978”; “Membro Titular do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — BANDES — 1979/1982”; “Presidente do Conselho Administrativo de Administração do Banco do Estado do Espírito Santo — BANESTES — 1979/1982”; “Membro Titular do Conselho de Política Fazendária — CONFAZ — 1979/1982”; “Diretor-Presidente do BANESTES (27-04-82 a 11-01-83)”; “Subchefe da Casa Civil”.

Aí a vida e as atividades intensas do nosso saudoso consócio, também meu distinto ex-aluno do Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória e do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Possivelmente, muitos julgarão que o nosso saudoso consócio Orestes Soneghet, com toda essa vida cheia de atividades e preocupações, era um homem insensível e alheio aos carinhos dos filhos e da esposa, a sua querida Regina Celi e, entretanto, se equivocam os que assim pensam, eis que, um dia ele, poeticamente, escreveu, para a sua querida Regina Celi: “Gravei seu nome na Ilha. Hoje, e durante muito tempo, as ondas do mar beijarão o seu nome por elas e por mim”; de outra feita quando presenteou à sua querida Regina Celi com um quadro, no mesmo, como expressão de todo o seu carinho e de todo o amor que sempre sentiu por ela, escreveu, ao ensejo do aniversário do casamento de ambos “Regina: se não pude abrir as portas do Paraíso por estes anos de sacrifício, você merece ao menos a porta do Convento”.

Elogios lidos na Sessão Solene de 12-6-1985.

DOCUMENTOS PARA NOSSA HISTÓRIA

Um emigrante de Beiriz fundador da cidade de Iconha (Brasil)

Por Manuel Amorim

Comentando o artigo X do tratado de paz e amizade de 1810 entre a corte portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, e a inglesa, escreveu um douto e probo historiador brasileiro: "encetava a Grã-Bretanha a sua longa e perseverante campanha de quase meio século em favor da abolição do tráfico de escravos". (1) O compromisso português limitava-se, por enquanto, a proibir aos súditos negociar tal mercadoria fora dos seus próprios territórios africanos (2) e tal reflete a dureza do caminho a percorrer. Na verdade, tanto no espírito do príncipe regente como no da maioria do seu governo e dos brasileiros em geral, subsistia a idéia de que tal "abolição" era impraticável por oposta à prosperidade do grande país. (3) No entanto, a campanha abolicionista, liderada pela poderosa Inglaterra, (4) conquistou as cortes européias e se, por um lado, as pressões diplomáticas obrigavam o governo português a uma política ambígua, por outro lado, as violências, saques e piratarias acumulavam dificuldades e prejuízos sem conta para o comércio marítimo. (5).

Em 1822, o Brasil proclamava-se nação independente. O problema do tráfico dos escravos, quase no mesmo pé em que tal matéria poderia constituir ao reconhecimento do país, preparou a sua diplomacia de ordem a não admitir o fato como condicionante, oferecendo às cortes européias a alternativa de uma política de prazos. (6) A Inglaterra, sempre hábil em colher dividendos, condescendeu no início para logo recrudescer em ameaças, o que obrigou o imperador a assinar a convenção de 1826 segundo a qual o tráfico realizado "depois de três anos da troca de ratificações... ficaria equiparado à pirataria". (7) Embora o comércio negreiro continuasse intenso, pois o escravo negro constituía o único braço de força da agricultura, o governo brasileiro, sentindo o incômodo da Convenção, como mero espinho, nunca mais deixou de proclamar aos povos civilizados e ao arpepio

da opinião pública e das forças produtoras “os sentimentos generosos de justiça e filantropia que o animam... empenhará seus esforços na repressão do tráfico”. (8) Estas palavras, impregnadas do espírito de 26, foram pronunciadas em 1845 e, nos quatro anos seguintes, registram-se os índices mais elevados de entradas de negros nos portos do Brasil: 1845... 19.453; 1846... 50.324; 1847... 56.172; 1848... 60.000; 1849... 54.000. (10) Este provisionamento maciço de mão-de-obra revela-nos dois fatos importantes: que, finalmente, o comércio de escravos ia ser travado com decisão; que as iniciativas para a substituição da mão-de-obra negra eram quase nulas.

Em 1850, quando os barcos ingleses de cruzeiro moviam guerra implacável aos “tumbeiros” e tinham já paralisado uma boa soma deles, decretou o governo brasileiro leis severíssimas contra o tráfico e seus agentes, e da sua eficácia falam os números. A entrada de escravos desceu, espetacularmente, para 3.287 em 1851 e, no ano seguinte, apenas setecentos. (10).

Quem vai substituir a mão-de-obra escrava e em que condições?

II

No discurso do trono, de 1849, o jovem D. Pedro II alertava a nação para o grave problema da carência de braços na agricultura “... recomendo-vos muito especialmente que providencieis sobre o modo de suprir a lavoura dos braços que diariamente lhe vão faltando...” (11) A um país que vivia apoiado no trabalho escravo desde a sua origem, o recurso ao braço livre implicava uma revolução tanto nas idéias como nos processos, o que sempre acontece com extrema lentidão e explica o defasamento temporal entre a proibição do tráfico (1850) e a extinção da escravatura (1888). Os dados, porém, estavam lançados e o país tinha de procurar novas gentes e ensaiar outros processos de fixação à terra. Como sempre, a iniciativa privada adiantou-se ao governo; inventou formas de “cooperação” com os emigrantes e eis que estes chegam dos quatro cantos da Europa. Ouçamos o historiador Pedro Calmon: “No Rio Grande, no Paraná, em São Paulo, na província do Rio prosperaram os núcleos situados em zonas depuradas da escravidão negra, onde a divisão da propriedade, a liberdade do comércio, a tolerância religiosa, o clima favorável, ajudaram a desenvolver-se a no-

va população loira". (12) São as colônias agrícolas que contribuíram decididamente para o progresso dos Estados do sul.

Por sua vez, o governo criava em 1858 a Associação Central de Colonização, destinada a recrutar emigrantes, sobretudo nos países mediterrâneos da Europa. Estabelece a prática do "engajamento", com oferta de viagem paga e garantia de trabalho na agricultura, que a filáucia de agentes desonestos perverteu e a desumanidade de tantos senhores transformou em triste e dolorosa aventura. (13) Portugal, ligado por fortes laços históricos e econômicos ao Brasil, viu a emigração tradicional dos filhos segundos dos casais agrícolas, cujas "legítimas" davam e sobejavam para algum alcance de vida, estender-se aos filhos dos pequenos lavradores, caseiros e a uma extensa faixa do proletariado rural e da pequena burguesia aldeã. Muitos desfaziam-se dos seus míseros quinhões dotais e com a mulher e os filhos partiam para sempre num desafio corajoso e temerário às incertezas do destino de quem tantas vezes foram vítimas.

Esta emigração já não ficava, exclusivamente, nas cidades mas dispersava-se pelo interior dos Estados, servindo nas fazendas, convivendo com escravos, suportando as agruras do clima, o mau gênio e a sovina dos patrões contratantes. Uma vez libertos das peias contratuais e, diga-se, nem sempre de forma legítima, procuravam fixar-se, lá onde o trem faz parada ou se cruzam as estradas de trânsito obrigatório, para exercer a mercância.

Nados e criados no amanho das terras e na criação dos gados, muitos se fizeram colonos prestimosos, desbravando os matos incultos e transplantando, para a vasta imensidão dos territórios, a imagem da entidade orgânica que era a comunidade em que nasceram.

A casa residencial, térrea ou assobradada, com seu portal fronho aberto para um terreiro de amplas dimensões cujo centro geométrico foi marcado por uma cruz e a capela dedicada ao santo padroeiro natal ou outro da devoção familiar, constituem elementos típicos da presença do colono reinol que se fixou à terra para a povoar. Estes colonos constituem, numa visão idealizada, a imagem orgânica do pioneiro, segundo a expressão de Viana Moog. (14).

O número de portugueses ligados à fundação de vilas e cidades do interior brasileiro é avultado. Nunca é demais salientar o esforço dos investigadores de áreas regionais na construção da "pequena história" sem a qual, dificilmente, se acompanhará o exato caminhar de um povo através dos tempos. Havemos de concordar sobre as dificuldades e limites de tais tarefas quando há que devassar vidas e recortar personalidades, cuja ação se repartiu por pátrias e continentes distintos. O emigrante colono pertence ao patrimônio comum. Ao radicar-se no Brasil, não perdeu nem negou a sua origem; não destruiu os vínculos com a sociedade que o expeliu; não caiu fora da história. Se, parafraseando o épico, "... por obras valorosas se vão da lei da morte libertando", (15) urge dar a conhecer tais obras, para que a memória os não olvide; urge despertar os seus patrícios para os valores humanos que a terra gerou; urge inscrever o seu nome no patrimônio cívico e moral do concelho a que pertenceram; urge, enfim, dar-lhes o lugar que, por justiça, conquistaram nas páginas da história local.

Por outro lado, muito se valorizaria a historiografia regional brasileira, com o aprofundamento biográfico desses colonos; matriz genealógica, estrato social, natureza do fato migratório (econômico, jurídico, político, religioso): o tráfico, o acolhimento, as condições de trabalho, os retornados, etc., etc. A literatura portuguesa de ficção é responsável, ao dar-nos imagens individuais torpes, pela pouca atenção dada à importância capital do emigrante português no Brasil, vulgo brasileiro, na história sócio-econômica dos dois países.

Há dois anos, no verão, vi chegar à minha igreja um simpático casal que, pelo falar, mostrava de onde vinha; também, sem delongas, revelaram o imprevisto da visita. A Senhora descendia, pelo tronco materno, de um natural de Beiriz que, curiosamente, acoplara o topônimo natal aos apelidos de família; logo assim, sua mãe tem por graça LISY BEIRIZ CARVALHO. (16) Guiados por estrela, procuraram com êxito a terra anunciada nos registros batismais e grande foi o seu espanto e incontido júbilo quando, na sacristia da igreja, lhes pus em frente dos olhos a vera efígie do seu antepassado. Ele não era para mim um desconhecido, pois a história da igreja que pastoreio me é familiar, (17) e JOSÉ GONÇALVES DA COSTA BEIRIZ faz parte dessa história, figurando o seu nome e o seu retrato na galeria dos benfeitores. (18) Daí se proporcionou a abertura para um diálogo

extremamente revelador acerca da personalidade de Costa Beiriz e culminou com um pacto de mútua ajuda, pelo qual a escritora D. Léa Carvalho Ferreira se oferecia a prestar-me as informações referentes à obra colonizadora de seu ilustre ancestral, cabendo à minha parte a investigação dos elementos biográficos autóctones. (19).

O meu interesse por este estudo tem, para além do objetivo atrás expresso, ou seja, dar a conhecer às gentes da minha terra a obra notável de um concidadão, a finalidade de desfazer um equívoco para o qual, involuntariamente, eu possa ter contribuído. Há anos recebi, do Brasil, uma carta, perdida no meu desmantelado arquivo, inquirindo sobre um tal José Joaquim da Costa, oriundo de Beiriz, emigrante na Paraíba, onde mandou erguer uma capela a Nossa Senhora da Luz, num sítio denominado GUARABIRA, dando origem à cidade desse nome. Da resposta, guardo duas folhas de bloco manuscritas, que constituem, apenas, uma parte da mesma ou os tópicos de outra, cuja cópia não guardei. Nelas se fala da antiquíssima emigração dos naturais de Beiriz para o Brasil; da não menos antiga devoção a Nossa Senhora das Candeias ou da Luz, padroeira da vizinha freguesia de Terroso, (20) da hipótese de José Joaquim da Costa ter descendido de alguém daquela freguesia, pois era grande o relacionamento entre os dois povos vizinhos; do costume, ainda vivo, dos Terrosenses emigrantes levarem consigo a estampa votiva de sua padroeira. Nada, sobre Costa Beiriz. No entanto, há resquícios de memória sobre essa longínqua correspondência que apontam um pormenor que já devo ter referido. É o fato de a figura de Costa Beiriz, a qual eu conheci, nessa época, muito superficialmente, andar envolta em fama de haver realizado feitos semelhantes à do inquirido José Joaquim da Costa. Se tal aconteceu, é de admitir a confusão nas pessoas, já que os nomes se assemelham, originando-se o equívoco do responsável pela ficha "Guarabira" para a **Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura VERBO**, vol. IX, p. 1166; onde se lê: GUARABIRA. Município da Paraíba... O português José Gonçalves da Costa Beiriz foi o verdadeiro fundador do aglomerado... levantou, no local, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Luz...

Ao receber do meu amigo Flávio Gonçalves, diretor da revista municipal **Póvoa de Varzim**, o convite para colaborar no volume dedicado às freguesias do concelho apre-

sentando algo sobre Beiriz, logo me ocorreu a idéia de aproveitar a oportunidade, que desde já agradeço, para retificar a notícia da **Enciclopédia**, e publicar as informações biográficas que consegui obter sobre o notável beirizense que, nos meados do século passado, ainda muito jovem, o pai levou com os irmãos para as terras do Espírito Santo. Falemos dessa odisséia. Barcelos, feudo da Casa de Bragança. O lugar de Bouçó originou-se do povoamento de uma antiga reserva senhorial pertencente à casa de Cavaleiros, de entre o Ave e o Este. (22) Ali se fixaram alguns casais agrícolas e outras gentes ligadas à servidão da terra e ao artesanato rural. A profissão de carpinteiro, exercida por Manoel da Costa e seu pai, indica que seus antepassados derivam, possivelmente, deste último estrato social. Quase sempre estes artesãos fabricavam pequenos tratos de terras adquiridos por subenfiteuse. Sua dependência econômica era grande e, por isso, emigravam com frequência. A tradição oral popular atribuiu aos homens de São Cristóvão destacados dotes de capacidade, o que Manoel da Costa não desmente, como veremos, dominando a diversidade com decidido arrojo para dar uma volta total à vida. É curiosa a lenga-lenga de apodados tópicos que põe em confronto, e não raro, em conflituosa emulação os povos circunvizinhos:

Lavradores em Touguinha
Manatas em Touguinhó
Capazes em São Cristóvão
Honrados em São Simão
Matadores em Bagunte
Pimpões em Mindelo
Cricas em Formariz
Espancadores no Anjo
Pandilhas em Beiriz. (23)

O jovem carpinteiro desposou, em 23 de janeiro de 1836, na paroquial de Beiriz, uma donzela de vinte e três anos, Rita Maria de sua graça, oriunda da típica e famosa classe, radicada desde tempos imemoriais na freguesia, dos pedreiros. O casal fixou-se no lugar de Cuteres, provavelmente em casa de algum parente paterno, numerosos no sítio, onde nasceram os dois primeiros filhos: Antônio, em 12 de fevereiro de 1838 e José, em 12 de setembro de 1843. Depois transferiu-se para o lugar da Guintã, onde adquiriu uma pequena casa. Ai nasceu o filho Manoel, em 29 de setembro de 1846; ai lhe faleceu a esposa e a mãe; daí partiu com os filhos para o Brasil. Para sempre...

O lar de Manoel da Costa era remediado e decente; do contrário, o pároco não teria registrado à margem do assento de óbito da esposa a nótula "cumpru tudo" mas sim "por ser pobre, não teve nada". (14) De resto, os pobres não emigravam; se não havia com que caucionar as dívidas da passagem e demais preparos indispensáveis à longa travessia atlântica e aos riscos de um acolhimento incerto?

Será de excluir, como causa primeira da saída de Manoel da Costa, a incapacidade de sobrevivência da família. As razões, todas de ordem conjuntural, passam pelo campo da afetividade, se atendermos à sua viuvez precoce; pelo raciocínio frio e calculista quanto ao futuro dos filhos; pela ocasional crise econômica que o pai atravessava com reflexos negativos no mercado do trabalho local e no preço dos gêneros de primeira necessidade; por certos encargos financeiros contraídos perante os familiares na execução da herança paterna. De cada uma farei uma suscinta esplanação.

Se a morte, numa perspectiva de fé, é o princípio de uma vida nova para os que partem, por vezes também o é, numa perspectiva terrena, para os que ficam. No dia 21 de setembro de 1853 abriu-se um taburno de madeira no corpo da igreja de Beiriz para guardar o cadáver de Rita Maria Pereira, casada com Manoel Gonçalves da Costa, do lugar da Quintã. (25) Deixava o mundo com apenas quarenta anos de idade e dezessete de casada; tempo mais que suficiente para dar à orfandade três jovens moços: Antônio, de 15 anos; José, de 10 e Manoel, próximo dos 6. Estamos no tempo da peste. Nos campanários, os sinos dobram em macabra competição. Vinte e um dias após a morte da esposa, a malina leva-lhe a sogra; (26) logo depois o pai. O novel viúvo sente-se em total desamparo. Como providenciar o sustento dos filhos se não tinham quem deles cuidasse? Uma hipótese se apresentava promissora para aquela vida triste e aflita: trazer para sua companhia o que restava do lar paternal, a velha mãe e a irmã solteira. Conseguido tal objetivo, volta, por momentos, a paz e a tranqüilidade ao espírito de Manoel da Costa. Ele pode, agora com calma e serenidade, pensar no seu futuro e dos filhos. Para estes, só uma alternativa convence, a de emigrar para o Brasil à semelhança de tantos outros. E o dinheiro para a viagem? E como os despachar? Separadamente, antes que chegue o alistamento no exército? E ele, ficaria para ali a sangrar em vida sua precoce viuvez e a incerteza do destino dos filhos?

Andava Manoel da Costa amassando o pão quotidiano com o fermento acre da dúvida, quando uma inexorável certeza o visita: a morte da mãe. (27).

Parece-nos que foi a partir deste evento que um plano, difusamente pré-concebido, se clarifica na mente de Manoel da Costa e ganha vulto a idéia de emigrar com os filhos para o Brasil. A minha convicção fundamenta-se em documentos notariais que informam ter ele ficado, após a morte dos pais, com os bens do casal, obrigando-se a dar as "legítimas" aos demais herdeiros. (28) Não iam além de uma casa e uma horta esses bens, os quais, numa transação feliz, dariam entre 100 a 150 mil réis, cabendo a cada um dos herdeiros, que eram três, o máximo de 40 mil réis, deduzidas as despesas dos funerais e bens de alma. Com tão escasso dinheiro, ele não agenciaria mais que uma passagem; no entanto, já era alguma coisa, se acrescentarmos "as legítimas" devidas aos filhos órfãos, quando ocorresse a morte do sogro, homem possuidor de alguns bens de raiz. É de supor que Manoel da Costa nunca tentasse expor os seus planos ao sogro, atendendo à especial predileção que ele dedicava ao neto Manoel como se prova pelo fato de, em seu testamento, o constituir herdeiro do "terço de alma". (29) O certo é que estava ali uma caução para os encargos que necessariamente teria de contrair, na hipótese de ir avante o seu plano.

Homem resoluto e capaz, procura junto das irmãs e cunhado o apoio que tanto ansiava, ou seja, o empréstimo das cotas provenientes da venda do casal de Bouçó. As negociações não devem ter sido fáceis. Quem se arriscava a emprestar dinheiro em época de tão difícil e prolongada crise? Um dinheiro que vinha dar algum alento àquelas magras bolsas incapazes de agüentar uma provocante carestia da vida? Na verdade o flagelo da cólera morbos desbastou, em 1855, a população da vila da Póvoa de Varzim, principal mercado de trabalho da região. (30) As providências contra a malina provocaram a paralisação da maioria das obras, quer públicas, quer particulares. Os preços subiram a cotas impossíveis. O milho, principal alimento do povo trabalhador, em ascensão desde 1851, (31) atingiu os 800 réis o alqueire em 1855 (32) quando o salário médio de um operário andava pelos 120 réis. (33) Como o concelho não produzia o cereal necessário ao consumo dos habitantes, campeava a especulação que a Câmara procurava rebater comprando-o noutras terras, a fim de aniquilar "... a sórdida ambição

de malvados monopolistas e escandalosos abarcadores que com o sangue da pobreza fazem tráfico de objetos de primeira necessidade". (34) Em 1857 a situação continuava má e a miséria generalizava-se. Só a muita confiança que os familiares de Manoel da Costa nele depositavam nos explica como levou a final seu intento. E não foi baldada essa confiança, pois logo veremos como se mostrou solícito, já das bandas de lá, em satisfazer os compromissos assumidos.

Obter dinheiro para ir ao Brasil "tentar a sorte" era, naquela época, muito difícil; só vendendo ou hipotecando a fazenda; exceto, se os pais possuíam recursos suficientes para lhes abonar o passe. Assim se compreende que a grande massa emigrante saía da burguesia provinciana, sobretudo da classe agrícola, quando não desejasse seguir a carreira eclesiástica. Uma sondagem feita ao "Rol dos Confessados" da paróquia de Beiriz, referente ao ano de 1868, e portanto dentro da década do embarque de Manoel da Costa, mostra que andavam emigrados 56 indivíduos varões, solteiros, dos 143 existentes como maiores de sacramentos. A maior parte dessa juventude — contei trinta e sete moços — provinda das principais casas de lavoura: Loureiro, de Fraião... 2 filhos; Silva... 1 filho; Pereira... 2 filhos; Martins... 1 filho; Campos... 3 filhos; Brandão, de Calves... 2 filhos; Torres, do Xisto... 2 filhos; Casanova, de Beiriz de Baixo... 2 filhos; Fonte e Azevedo... 1 filho cada; Miranda, de Outeiro... 2 filhos; Costa, da Riba... 2 filhos; Morim, da Quintã... 1 filho; Casanova, de Paredes... 3 filhos, etc. (35). Um pequeno lavrador, do lugar do Outeiro, chamado João Luiz Coelho, mandou para o Brasil o total dos filhos varões, em número de cinco. (36) Estes mancebos iam, geralmente, por conta das suas "legítimas" pelo que, tanto nas escrituras dotais do "cabeça de casal" como nos testamentos, se encontram inúmeras referências às verbas dispendidas no tráfego para o Brasil. No testamento de "mão comum" de João Gonçalves Casanova, do lugar de Paredes, feito em 1862, lê-se "... gastamos com a viagem e aprestos para os nossos filhos irem para o Brasil 50 mil réis fortes por cada um". Estas importâncias deduzidas aos quatrocentos mil réis das suas "legítimas". (37) Raramente, nesta região, o emigrante, quer herdado ou não, levava consigo o total da sua herança. (38) A mentalidade corrente era de que o emigrante devia contribuir para a propriedade do casal e nunca para o seu depauperamento. (39)

Regressando ao exame da mesma fonte informativa, observa-se que andavam emigrados 14 chefes de família, na maioria operários ou artífices, uns com numerosa prole outros recém-casados: Antônio Gonçalves da Costa, pedreiro, do lugar da Quintã, emigrou em 1860 após o nascimento do décimo filho; de lá (Brasil) ajudou a casar sete filhas, chamou para si os dois únicos rapazes e, falecida a esposa em 1880, regressou à terra onde viveu por mais dez anos até ao dia em que foi dormir o sono eterno no mesmo leito de sua companheira. (40) Este é um exemplo de família, que realizou plenamente o seu objetivo, ou seja, conseguir em terra estranha o que a pátria lhe negava, quer por falta de recursos quer por defeito estrutural. (41) A partida, é este o sonho, bem pouco ambicioso, do emigrante deste tipo, o qual, nos períodos de crise, arrastou muitas dezenas de chefes de família de Beiriz (42) sendo, porém, reduzido o número dos que o realizaram com êxito.

Os jovens, livres de compromissos familiares, partiam com outras ambições: tentar a fortuna e regressar um dia rico "brasileiro" à aldeia natal. Muitos se enredaram nas teias do "engajamento" mas foi na vintena de 50-70 que se fizeram no Brasil (Pernambuco e Bahia) as melhores fortunas de Beiriz; Silva Azevedo, Antônio Cascão, Nogueiras e Pereiras, Loureiros e Brandões, enfim, todo o "panteon" beirizense.

IV

Ignoramos, exatamente, a data em que Manoel Gonçalves da Costa partiu com os filhos para o Brasil; admitimos, como prováveis, os anos de 1857 ou 58 ou seja, logo após o falecimento da mãe Ana Maria Josefa. Estavam os filhos com 19, 14 e 11 anos, idades favoráveis a enfrentar uma viagem repleta de incômodos. Esta, tanto se podia realizar em vapores ingleses, ainda raros, ou em brigues e barcas mercantis, movidos a vela, com preços muito mais acessíveis, mas terrivelmente desconfortáveis. Um bom pacote ligava o Rio de Janeiro a Lisboa em vinte dias e a capital portuguesa a Pernambuco em quinze; um brigue ou uma escuna, com motores auxiliares, gastava um mês para chegar àquela cidade e mais dez dias à capital. (43) Uma família de recursos modestos teria de recorrer aos barcos nacionais, a não ser que obtivesse lugar na terceira classe de um vapor

cujo preço rondava uns 40 mil réis. (44) Anos atrás, os que se destinavam a Pernambuco tinham a sair do Porto o bri-que **Flor de Beiriz** com excelentes (?) cômodos para “ir de passagem”, o qual carregava em nome da firma Joaquim José de Amorim (Bonitos de Amorim). (45) Pela barra do Douro deve ter saído Manoel da Costa em direção a Lisboa, no vapor da carreira, uma vez que o seu destino era a rota do Rio. Não foi, porém, este importante centro importador de braços humanos — no primeiro semestre de 1857 entraram no Rio de Janeiro 5.254 pessoas sendo 1.915 procedentes do Porto (46) — quem tentou Manoel da Costa, talvez receoso das más notícias das pestes, (47) mas sim as terras do Espírito Santo, onde desembarcou na vila de Benevente, hoje denominada Anchieta. Escreve a minha informante: “...neste porto desembarcavam os emigrantes que se radicavam no Espírito Santo, tanto portugueses como italianos”. (48) Parece que o local não desagradou ao nosso homem uma vez que aí estabeleceu residência como se conclui de uma procura-ção passada ao filho Antônio em 1866 “...residente na villa de Benevente comarca de Itapemirim” (49) agenciando a sua vida e a dos filhos “...em trabalhos muito modestos”. (50) Todavia, com algum proveito; pelo menos o indispensável à solvência dos encargos sucessórios abertos quando da saída para o Brasil. Na verdade, em 23 e 28 de março de 1866 celebraram-se duas escrituras de “paga e quitação de legítimas” em que outorgaram, por um lado, Antônio Gonçalves da Costa como procurador de seu pai Manoel Gonçalves da Costa Beiriz, e do outro, Rosa Maria e marido Manoel José de Figueiredo e Maria Gonçalves de Costa, solteira, irmãs e cunhado do referido Manoel da Costa. Todos de Beiriz. E por eles foi dito “...que tendo falecido seus pais e sogros Antônio Gonçalves da Costa e mulher Ana Maria Josefa não tinham feito inventário os seus herdeiros porém que eles outorgantes tinham feito partilhas amigáveis com o dito seu irmão e cunhado Manoel Gonçalves da Costa Beiriz ficando este obrigado o pagar-lhes as suas legítimas paterna e materna por ter ficado com os bens do casal dos ditos falecidos e porque do mesmo seu irmão já tinham recebido parte das mesmas legítimas e neste ato receberão o resto da mão do dito procurador seu sobrinho na importância de nove mil e seiscentos réis (cada um) disseram que das mesmas legítimas tanto paterna como materna dão por este instrumento paga rasa e geral quitação ao dito seu irmão e cunhado ausente e a seus herdeiros e nada mais deles”. (51)

Este documento, verdadeiramente elucidativo, merece ainda uma pertinente observação. Por que não veio Manoel da Costa a Portugal, mas sim o filho Antônio, homem adulto de quase trinta anos? Além de outras possíveis e naturais razões, avulta do fato de, entretanto, haver ocorrido em 1864 a morte de seu sogro, José Joaquim Pereira, o qual, por testamento do mesmo ano, dispos "...instituo meu filho e netos por únicos e universais herdeiros e declaro que sou senhor de alguns bens de natureza fateuzim os quais, nomeio no meu neto Manoel filho da Rita com obrigação de dar as legítimas aos demais herdeiros... mas declaro que o meu filho Domingos já está pago da legítima de sua mãe e que meus netos filhos de minha filha Rita ainda nada receberam". (52)

Afastado da herança do sogro, uma vez que a esposa falecera antes de qualquer um deles, compreende-se a razão da utilidade da presença de Antônio em Portugal, em vez do pai; ele, como herdeiro, podia cuidar de si e de seus irmãos ausentes na execução da herança, fato tanto mais importante se atendermos à menoridade do Manoel a quem foram testados os bens de raiz. Por outro lado era fácil constituir-se em procurador do pai. O que, como vimos, aconteceu.

No entanto, o documento referido tem para Manoel da Costa um alcance que excede os limites do material. Quanta tranqüilidade e paz desceu à sua alma ao ler: "...damos por este instrumento paga rasa e geral quitação ao dito seu irmão e cunhado ausente e a seus herdeiros e nada mais delle". Estava cumprida a sua palavra de homem. Agora, com os filhos lançados na vida e a dar tão boa conta de si, poderia aguardar serenamente o último lance de sua passagem terrena, a morte.

Não encerraremos este capítulo sem referir duas particularidades. A nossa informante observou muito bem que, dos três irmãos, só o José usou o apelido Beiriz. Agora sabemos que, por iniciativa própria ou já sugestão do filho, seu pai usou em documento oficial o referido apelido.

Pelo mesmo documento ficamos cientes da presença de Antônio em Portugal no ano de 1866. Diz a nossa informante que os irmãos Antônio, José e Manoel eram muito unidos e à família dos irmãos, presenteando-a prodigamente. Em uma das visitas que fez à pátria levou para os sobrinhos um reló-

gio de algibeira em prata. (53) Naturalmente, não foi nessa primeira visita. O Antônio foi o único dos irmãos que regressou, definitivamente à pátria. Fixou-se na vila da Póvoa de Varzim, onde possuiu casa na rua do Príncipe, hoje de Almirante Reis. Consorciou-se com uma jovem de nome Ana Santana de Oliveira Cunha, filha do alquilador Bento José de Oliveira, de Vila do Conde. (54) Faleceu com 77 anos de idade, sem descendentes, no dia 25 de novembro de 1915. (55)

Dos filhos de Manoel da Costa, um houve que se destacou dos demais: o José. É este prestante cidadão — JOSE GONÇALVES DA COSTA BEIRIZ — que muito honrou a pátria lusa, tanto pela sua obra pioneira de colonização entre o povo capixaba, quanto por de seu tronco vigoroso se haver derramado em tão longínquas partes, o nome de uma pequenina mas antiqüíssima porção da nossa terra, que eu pretendo dar a conhecer aos poveiros através deste modesto e despretensioso trabalho.

V

José Gonçalves da Costa (Beiriz) nasceu no lugar de Cuteres, aos 12 de setembro de 1843, (56) segundo da triade que embarcou com o pai para o Brasil. Teria os seus catorze anos. É muito possível que levasse consigo alguns conhecimentos de ler, escrever e contar, adquiridos na escolinha particular do Pe. da Quintã (57) já que o ensino oficial dos meninos se estabeleceu em Beiriz no ano de 1874. (58) Uma vez chegado ao Brasil, deve ter sido encaminhado pelo pai a exercitar-se na área do comércio, conforme as tendências do reino expressas no clássico relatório do Marquês do Lavradio "...o colono recém-vindo, mesmo quando antigo lavrador no reino, não pensa noutras cousas que na mercância". (59) Vê-lo a tarimbar em qualquer armazenista de secos e molhados por um tanto de dinheiro, bóia e agasalho, é imagem mais que plausível. Não seria longo seu noviciado. Ainda jovem, rompe as amarras paternas e o jugo, por vezes cruel, da servidão e resolve enfrentar a vida por sua conta e risco "...mudando-se para Piúma, onde se estabeleceu com uma pequenina casa de comércio". (60) Quantas vezes, aqui, terá penetrado no seu espírito como estímulo fagueiro o eco de um adágio em voga na sua terra: "Trabalha e madruga que Deus te ajuda". E ajudou, porque "em pouco tempo, sua casa comer-

cial apresentou um progresso relativamente bom, firmando-se José Gonçalves da Costa Beiriz como um conceituado comerciante local e das redondezas". (61)

Desde já convém destacar a importância de Piúma no roteiro biográfico de Costa Beiriz. Ali se modelou o cidadão; se realizou o homem de negócios; se idealizou o colonizador. Vemos seu nome fixar-se à terra, sobrelevar-se no conceito dos naturais e assumir as aspirações do povoado. A política atrai-o fugazmente; disputa e obtém a cadeira de intendente; lidera o movimento emancipalista de Piúma, da tutela de Benevente; obtém a criação de um município autônomo instalado em 19 de janeiro de 1891; por fim, vê instalar-se, no município, a comarca. (62)

O homem de negócios vai consolidando a sua casa de Piúma, mas precisa obter maior liberdade de ação. Por isso "após seu casamento, convocou o irmão Manoel para sócio na Casa Comercial, formando a sociedade BEIRIZ & IRMÃO". (63) A respeitabilidade desta firma era conhecida no Rio de Janeiro, onde os patriotas lusos se movimentavam para dar uma resposta cabal ao vexatório ultimatum inglês de 11 de janeiro de 1890. Apesar da cedência, quase imediata, do governo português à intolerância britânica, levantou-se por toda a parte uma explosão patriótica que apontava para uma retaliação armada. Tentava-se reorganizar a marinha portuguesa através de uma grande comissão angariadora de fundos com avalizadas representações entre as colônias lusas do Brasil. (64) Em ofício datado de 26 de fevereiro de 1890, a firma Beiriz & Irmão, de Piúma, recebe da Comissão Executiva Patriótica do Rio de Janeiro solicitação para angariar donativos para fazer seguir para a Zambésia o primeiro Batalhão Patriótico em defesa da Pátria ofendida e ultrajada... (65)

A atividade comercial de Costa Beiriz deve-lhe ter dado conhecimentos importantes sobre as potencialidades das terras situadas entre os rios Piúma e Itapoama e, quiçá, da sua degradação ecológica proveniente de um tipo de colonização arcaica — as sesmarias — que garantiam a posse da terra mas, raro, o seu povoamento. (66) Mas livre nos seus negócios e decidido a enfrentar o desafio da terra "consegue (1877) a sesmaria de terras de CRUBIXÁ, zona totalmente inculta. Carregou para lá um séquito de trabalhadores e deu início à sua obra colonizadora, que se espalhou pelos arredores".

Crubixá foi o primeiro núcleo organizado de colonização. Resolve, então, fixar-se aqui e, um ano após a aquisição das terras, muda-se com a mulher e os filhos para esta fazenda, onde havia de nascer a maioria da sua prole. (67) Escreve Lourival Serrão: "É nessa sua fazenda que ele, numa manifestação de alto patriotismo e magnanimidade, instala as primeiras famílias que da legendária Itália vinham partilhar conosco da grande tarefa de trabalho, às quais entrega terras e proporciona os meios para o trabalho da cultura e da própria subsistência". (68) Seriam 30 essas famílias. (69)

Colonizar é, sobretudo, povoar, ou seja, estabelecer condições de humanização, a fim de que a fixação perdure e se expanda; para tanto, urge rentabilizar a terra, quer pela agricultura, quer pela agropecuária, possibilitar o tráfego e comércio dos produtos, criar incentivos à fixação do trabalhador colono promovendo o acesso à terra, etc.

Costa Beiriz intuiu todos estes problemas, como se depreende da análise de sua obra colonizadora.

A distância de Crubixá a Piúma é grande e dificultava enormemente o abastecimento das famílias ali radicadas bem como dos arredores de Olaria, hoje Iconha (Estado do Espírito Santo) "que era o ponto final do trecho navegável do rio Piúma". (70) Dinamizar o comércio desta localidade pareceu-lhe obra acertada e promissora. Obrigado a estanciar ali o tráfego fluvial que se dirigia ao mar, o mais rápido e econômico, permitia situar-se, vantajosamente, na rota do seu projeto colonizador. Em Olaria, escreve a minha informante, "... só havia duas casas, sendo uma comercial de propriedade do Senhor Antônio José Duarte... um amigo antigo a quem não queria prejudicar com a concorrência... nascendo a idéia da sociedade que originou a firma DUARTE & BEIRIZ constituída em 1879". (71) "A firma incluía uma seção bancária que posteriormente foi separada para tornar-se CASA BANCÁRIA". (72) Entregue a orientação destes negócios ao sócio Duarte, logo procurou Costa Beiriz expandir os domínios da firma "... adquirindo novas terras com início de colonização e a fazenda TOCAIA (73) que não era habitada nem cultivada" (1880). Estas terras situam-se a poente de Crubixá, na margem direita do rio Piúma e não muito distantes de Iconha. Nelas realizou autêntica obra de pioneiro através de um processo de emparcelamento destinado a atrair e fixar gente no local, pelo que dividiu a fazenda Tocaia "em lotes de 5 e 10 alqueires (74)

vendendo-os a longo prazo (75) por preço módico". Estabeleceram-se 17 famílias italianas (76) que andavam erradias pelas estradas por haverem fugido das fazendas de Itapeirim onde eram tratadas como escravos (77).

O fato de existir na firma Duarte & Beiriz uma seção bancária é, verdadeiramente, significativo, porque denota a confiança do colonizador no processo ora iniciado, que a seu tempo daria os frutos desejados. Por aí se podiam canalizar os incentivos ao povoamento e agricultura das terras; ordenar a cobrança aos posseiros das glebas emparceladas; animar o crédito a pequeno aforrador, etc. Com esta iniciativa ficava montado o círculo de seu projeto expansionista. O binômio povoar para comerciar recebia uma nova componente, creditar para expandir. (78).

Subindo sempre pela margem direita do Piúma, Costa Beiriz vai dirigir a sua ação para Duas Barras "... uma das maiores sesmarias que não possuía nenhum início de colonização". Aqui estabeleceu uma filial de Duarte & Beiriz e outra na localidade de Inhaúma, entregando a gerência destas casas ao irmão Antônio. (79) O número de famílias emigrantes colocadas nesta antiga mata é de cerca de 50, também italianas, a quem foi dispensada toda a assistência. (80) Tanto Lourival Serrão como Heitor Beiriz concordam em que esta sesmaria fora comprada em 1888. Este último informa que, em 1894, a Duarte & Beiriz "... adquiriu 500 alqueires de terra, em matas no lugar, no VIRGINIA, não pagaram as terras que cultivam e donde tiram a subsistência". (81) O nome não aparece na carta do município de Iconha, pelo que supomos tratar-se de terras de outra circunscrição administrativa. Dentro do município, mas na margem esquerda do Iconha (na carta Piúma), situam-se as terras de Monte Belo uma área de 50.753.120 metros quadrados, confrontantes com os municípios de Alfredo Chaves e Anchieta, adquiridas em 1901 por Costa Beiriz. Este grande território, loteado e dado a prazo na sua maior parte, constituiu o maior povoamento realizado pela sua nobilitante ação colonizadora. Entre 400 a 500 famílias de colonos aí se fixaram, (82) entregues à cultura do café, para cujo abastecimento e comércio do produto se fundou a firma Duarte, Beiriz & Confiança, filial da matriz de Iconha.

Voltemos, de novo, a Olaria, (83) guiados pela mão de Lourival Serrão que no seu curioso estudo — **José Gonçalves da Costa Beiriz, o colonizador** (84) — nos informa

como a visão deste homem simples e arrojado se fixou sobre aquele lugar, quase ermo, mas providencialmente vocacionado para núcleo dinamizador de uma vasta região que desafia o seu espírito pioneiro. Confiante no futuro da emigração italiana, que prometia ser volumosa, (85) e satisfeito com a experiência de Crubixá, "... em 1878 adquiria a sesmaria de terras que lhe deu nome, abrangendo os hoje, lugares Solidão, Jaracatia e parte de Pongal, ali estabelecendo cerca de 33 famílias italianas, às quais proporcionou todos os meios de trabalho (86)". Em 1879 dá-se a constituição da sociedade comercial DUARTE & BEIRIZ em Olaria, hoje Iconha, porque localizada no coração territorial da região e com acesso fluvial possível ao porto de Piúma, transforma-se de "um lugarejo de três casinhas" no centro comercial, para onde afluíam todos os colonos dispersos nos diversos núcleos de trabalho "crescendo o povoado com novas habitações e moradores de modo que em 1883 é ali criada a primeira escola pública. (87) O que era a firma DUARTE & BEIRIZ? A consulta de um exemplar do *Almanack do Lavrador*, editado e distribuído gratuitamente por ela a partir de 1907, permite-nos concluir que se tratava do agente centralizador de toda a atividade econômica da região; o maior latifundiário e o maior colonizador; o senhor do comércio, da indústria e da navegação; por fim, o dono do ágio e da finança. Além da matriz de Iconha, a sociedade possuía filiais em Piúma — DUARTE, BEIRIZ & ALIANÇA — agentes das companhias da navegação marítima que fundeavam aquele porto onde a firma possuía trapiches para armazenar as cargas importadas e recolher o café e outros produtos agrícolas expedidos em canoas e pranchas da firma de Iconha; em Monte Belo — DUARTE, BEIRIZ & CONFIANÇA — em Duas Barras — DUARTE, BEIRIZ & C. a. Estas destinadas a abastecer as fazendas do interior e "... compramos café em qualquer quantidade, piliado ou mesmo em coco, e por termos bons maquinismos para o beneficiar devidamente, podemos sempre obter os melhores resultados nas nossas vendas, podemos, portanto, dividi-los por entre aqueles, que, guiados por boa estrela, nos procurem, para se certificarem da verdade (88)".

A comercialização do café, cultura em franco desenvolvimento, permitiu a instalação, em 1892, da primeira usina a vapor destinada a beneficiar as sementes da apreciada rubiácea; esta e outras, movidas a água, colocavam a firma na vanguarda de seus competidores. Pela referida publicação, vemos como a DUARTE & BEIRIZ se esforçava por atrair

colonos à sua área de influência convidando a irem a Iconha todos quantos "... querem comprar bons prazos feitos, com boa casa, bom cafezal e pasto..." pois havia-os para todos os preços e em diversos lugares. Igualmente, vendiam "... boas matas virgens na Virginia e em Monte Belo, com aguadas para moinhos e engenhos e terras que plantando café, no fim de 3 anos dá 1/2 alqueire cada pé e no fim de 5 dá um saco..." (89).

Toda a política colonizadora da firma, como dissemos, era orientada por Costa Beiriz e todo o sucesso utilizado na colocação dos colonos, quer racionalizando os loteamentos em ordem a uma rentável exploração; quer estabelecendo o pagamento a "longo prazo" para as glebas adquiridas, quer promovendo o "abono" dos bens alimentares, da utensilagem agrícola e das sementes, quer utilizando "técnicas" para facilitar aos colonos escoamento das safras (90), quer praticando um "paternalismo" com aquelas famílias que a desventura impedia de satisfazer seus compromissos (91).

Vemos, assim, que nem só o Governo criava colônias, mas também os particulares, senhores de grandes latifúndios, as formavam, para que a terra, cultivada e povoada, se transformasse em fonte de riqueza. Esta dá-se, sobretudo pelo nome de café (92), o grande responsável pelo desenvolvimento de certas regiões até aí incultas e que vieram a sobrepor-se a outras mais antigas no povoamento, mas sem dinâmica expansionista. Tal o exemplo de Iconha. A ação colonizadora de Costa Beiriz e a vitalidade da firma DUARTE & BEIRIZ fizeram do pequeno povoado de ontem uma próspera localidade, cuja principal riqueza é a cultura e o comércio do café (93). Centro geográfico de um vasto território em plena laboração agrícola e razoavelmente humanizada, preenchia as condições necessárias ao desencadeamento de uma ação política tendente à criação do Município. Costa Beiriz lidera o processo e, em nome da firma, doa o terreno para o patrimônio municipal e compromete-se a edificar a sede da Prefeitura (94). Pelo decreto nº 81 de 18 de novembro de 1904, Iconha é elevada à categoria de Vila e, em 19 de dezembro do mesmo ano, dá-se a inauguração oficial do Município, pela transferência da sede municipal de Piúma para Iconha (95). Infelizmente, não foi possível obter o documento da doação do patrimônio de Iconha; uma enchente teria provocado a perda do arquivo antigo (96). Um **pequeno registro intitulado — HISTORICO DE ICONHA** — condensa as linhas mestras do conhecimento sobre a origem

da cidade e o seu atual status; é tudo quanto a Prefeitura tem para oferecer à curiosidade de um pesquisador apressado (97). Por mim, senti-me satisfeito e compensado, ao ler no referido memorial "... São considerados fundadores do povoado de Iconha os senhores Cel. Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz". Pedi ao ilustre e atencioso Prefeito que não deixasse perder a memória daqueles pres- timosos cidadãos, cujos nomes eu dificilmente descobriria na cidade e em lugares bem diferentes: o do Cel. Antônio Duarte, no frontispício de uma escola; o do tenente-coronel J. G. da Costa Beiriz no frontispício de sua arca tumular (98). Para este que preferiu, humildemente, aceitar o convite do Criador "... enchei a terra e sujeitai-a (99)" à sedutora vanglória de recolher nos celeiros os frutos da promessa (100), é de toda a justiça dar-lhe um lugar entre os vivos. Na pequena mas bela cidade de Iconha, a terra que ele amou.

-
- (1) Oliveira Lima, D. **João VI no Brasil**, Rio de Janeiro — 1908, vol. I, pág. 415.
 - (2) Maurício Goulart, **A Escravidão Africana no Brasil**, São Paulo. Alfa-Omega, 1975, pág. 220.
 - (3) Oliveira Lima, ob. cit. pág. 416.
 - (4) A Inglaterra aboliu o tráfico escravo por lei de 1807 com efeito a partir de 1808.
 - (5) Portugal subscreveu as disposições da Convenção de Viena (1815) mas nem por isso o tráfico escravo deixou de florescer; em 1817 estabeleceu-se, entre Portugal e Inglaterra, o direito recíproco de "visita e busca" aos bascos.
 - (6) M. Goulart, ob. cit. pág. 241. O próprio José Bonifácio defendia, por razões econômicas internas, a extinção lenta e progressiva do tráfico.
 - (7) Idem, pág. 243.
 - (8) Idem, pág. 259.
 - (9) Idem, pág. 270.

- (10) Idem, **pág. 262.**
- (11) **Falas do Trono de 1823 a 1889**, Rio de Janeiro, 1889, fls. 440.
- (12) **Pedro Calmon, História do Brasil**, Rio de Janeiro, 1959, vol. V, **pág. 1692.**
- (13) **Joel Serrão e outros, Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa** (antologia) **pág. 185 e seg.**
- (14) **Bandeirantes e Pioneiros**, coleção Livros do Brasil, **pág. 234.**
- (15) **Luis de Camões, Os Lusíadas**, canto primeiro.
- (16) **Léa Carvalho Ferreira, A Casa Paterna**, Vitória do Espírito Santo, 1979, **pág. 68.**
- (17) **Pe. Manuel Amorim, A Igreja Paroquial de Beiriz**, notícia histórica, 1972.
- (18) Ob. cit. **pág. 67.** O Senhor Costa Beiriz, em 1907, comprou em França um relógio para a torre da Igreja de Beiriz. Em sinal de reconhecimento, a junta de Paróqui mandou colocar o seu retrato na sacristia da igreja.
- (19) **Cartas de 27 de Setº e 8 de Dezº de 1978.**
- (20) **Manoel Amorim, Duzentos e cinquenta anos da freguesia de Sª Eulália de Beiriz**, Póvoa de Varzim, 1972, **pág. 141.**
- (21) Esta freguesia é limítrofe com a de Beiriz, mas pertence ao concelho de Vila do Conte.
- (22) **Mais tarde estabeleceu-se ali um Morgadio.**
- (23) **Recolha feita junto ao Sr. Joaquim Martins, do sobrado, Rio Mau, que a ouvira de seus antepassados.**
- (24) A expressão "cumpriu tudo" refere-se aos bens de alma impostos pelo Livro dos Usos e Costumes da paróquia, a saber: ofício fúnebre (pelo menos um de 5 padres); oferta de meio alqueire de trigo; 2 alqueires de milho; 1/4 de centeio e o anal (reza anual).

- (25) A.R.C.P.V.; Sra. Eulália de Beiriz — Óbitos (1804-1870), fls. 69 e 69v, nº 12 e 14.
- (26) Faleceu em 12 de outubro de 1853.
- (27) Faleceu em 02 de outubro de 1857.
- (28) A.M.P. Notários da Póvoa de Varzim, 3º cartório liv. 143, fls. 118.
- (29) A.M.P.V. Livro de Testamentos, nº 15, fls. 26.
- (30) Manoel Silva, **A Velha Póvoa de Varzim**, 1935, pág. 22.
- (31) Miriam A. Pereira, **Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico**, Ed. Cosmos, 1971, pág. 200.
- (32) Doc. e Mem. para a história do porto — XXXVIII — Preços de Gêneros Alimentícios Comercializados no Mercado do Porto no Séc. XIX (1844-1899), pág. 96.
- (33) Manoel Villaverde Cabral, **O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no séc. XIX**, pág. 249. Médias referentes ao distrito do Porto.
- (34) A.M.P.V. Livro da Correspondência; reg. nº 76 de 11 de junho de 1855.
- (35) A.P.B. Trata-se de um caderno manuscrito onde se encontra relacionado, por lugares, cada um dos povos eclesiásticos (família) existentes na paróquia e destinava-se ao controle do cumprimento do 2º e 3º preceitos da Igreja.
- (36) A.M.P.V. Livro de Testamentos, nº 19, fls. 26.
- (37) Idem, Livro nº 27, fls. 35.
- (38) Manoel Amorim, **Os Bonitos de Amorim**, Póvoa de Varzim, 1973, pág. 11.
- (39) Não raro se recorria a práticas fraudulentas para desviar ou reduzir a participação dos emigrados nas partilhas dos casais.
- (40) A.M.P.V. Livro de Testamentos, nº 27, fls. 42.

- (41) Sobre as causas da emigração em Portugal, ver a síntese de Joel Serrão sob a epígrafe "Emigração" no **Dicionário de História de Portugal**, vol. II, pág. 19.
- (42) Em 1913, andavam emigrados 85 chefes de família; os habitantes de Beiriz eram cerca de 1500.
- (43) Manuel de Lemos, **Guia Luso-Brasileiro**, Porto 1859, pág. XVII.
- (44) Maria Joannis Bénis, "A emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo", **Revista de História Econômica e Social**, nº 3, fls. 98.
- (45) Anúncio no **Diário de Pernambuco**, 5 de fevereiro de 1839.
- (46) Maria Joannis, art. citado, pág. 94.
- (47) Pedro Calmon, **História do Brasil**, vol. 5, pág. 1710.
- (48) Léa Carvalho Ferreira, carta de 27-9-1978.
- (49) A.D.P. Notários da Póvoa de Varzim — 3º cartório, livro nº 145, fls. 118.
- (50) Léa C. Ferreira, carta cit.
- (51) A.D.P. cart. cit.; livro nº 145, fls. 118 e 146.
- (52) A.M.P.V. Livro de Testamentos, livro nº 15, fls. 26.
- (53) Léa C. Ferreira, carta de 8-12-78.
- (54) Ignoramos a data do casamento; a viúva passou as 2ª núpcias em 1919.
- (55) A.R.C.P.V. Livro de Óbitos (Póvoa de Varzim) 1915, fls. 253v. Reg. 506.
- (56) A.R.C.P.V. Livro de Batismos Beiriz, 1843-1869, fls. 2v.
- (57) Trata-se do Pe. Francisco Gonçalves de Araújo Barbosa, natural de Vitorino de Piães; veio para Beiriz em 1831 como "Cura" do Abade Dr. Antônio da Fonseca Moniz; serviu ao pároco "encomendado" até à posse do Abade Dr. Carlos Moniz de quem foi "cura" até 1840. Dedicava-se a ensinar as primeiras letras às crianças; faleceu em Beiriz em 1864.

- (58) A.P.B. Livro das atas da Junta de Paróquia de Beiriz, 1870-77, fls. 89 e seg.
- (59) Joel Serrão, **Emigração Portuguesa**, livros Horizonte, pág. 63.
- (60) Léa C. Ferreira, carta de 27-9-78.
- (61) Idem, cart. cit.
- (62) Idem, cart. cit.
- (63) Idem, cart. cit.
- (64) **História de Portugal**, Barcelos, 1935, vol. VII, pág. 418.
- (65) Léa C. Ferreira, cart. cit.
- (66) Costa Porto, **O sistema sesmarial no Brasil**, Universidade de Brasília, pág. 139.
- (67) Léa C. Ferreira, cart. cit.
- (68) "José Gonçalves da Costa Beiriz, O colonizador", artigo inserto no jornal **O Momento**, Cachoeiro de Itapemirim, 18 de outubro de 1974.
A sesmaria de Crubixá, localizada no interior, fora requerida a Provindo Nascimento Pena-Forte permanecendo totalmente inculta.
- (69) João Baptista Cavati, **História da Imigração Italiana no Espírito Santo**, 1973, pág. 51.
- (70) Lourival Serrão, artigo cit. no Jornal **Momento**.
- (71) Léa C. Ferreira, cart. cit. A minha informadora segue a notícia de Lourival Serrão dada no artigo do jornal atrás citado.
- (72) Idem, cart. cit.
- (73) Diz Lourival Serrão que o Tocaia de "fazenda" só tinha o nome.
- (74) O alqueire, como medida de superfície, corresponde à área de 110 X 220 m ou seja 24.200 m² e em hectares 2, 42.

- (75) J.B. Cavati, ob. cite pág. 51: hectare a informação dada por Heitor Beiriz, neto de Costa Beiriz, e constante um artigo da Revista Argos, do Rio de Janeiro, publicado em 1919 onde se lê: "...vendendo-lhes os lotes a prazo de 10 anos".
- (76) Lourival Serrão dá-nos uma versão um tanto diferente da expressa na obra de Cavati, que seguimos. Escreve L.S. no referido art. do **Momento** — "...Em 1830 adquiri a fazenda Tocaia ... colocando várias dezenas de famílias italianas, muitas delas providas de São Paulo...".
- (77) J.B. Cavati, ob. cite pág. 51. É abundante a literatura sobre as condições adversas em que se processava o tráfego dos emigrantes italianos, portugueses, espanhóis, etc, para o Brasil e de toda espécie de violências, extorções e manigancias operadas por engajadores, capitães de navios e vigaristas de ocasião, que se serviam do caudal migratório para pescarem as magras e últimas coroas daqueles infelizes. Muitos foram despejados pela costa, em lugares diferentes do destino, e tiveram que sujeitar-se a patrões desumanos que os tratavam como escravos. Ainda hoje, o tema motiva o romancista que dispõe de um fecundo substrato histórico a permitir as mais variadas recriações. Muito curioso e elucidativo para a história da emigração italiana no Estado do Espírito Santo é o romance **Os Emigrantes**, de Adelpho Poli Monjardim, celebrado escritor e homem público, atual vice-presidente da Academia Espírito-Santense de Letras, de cujas mãos tive a honra de receber um dos primeiros exemplares da referida obra, ainda fresca do prelo.
- (78) É possível que a Casa Bancária de que se fala no texto não tivesse grande duração uma vez que o **Almanak** editado, a partir de 1907 pela Duarte & Beiriz, não lhe faz qualquer referência.
- (79) Léa C. Ferreira, carta de 8-12-1978.
- (80) Lourival Serrão, no Jornal **Momento** citado.
- (81) J.B. Cavati, obr. cite pág. 51.

- (82) Heitor Beiriz fala em "mais de 400 famílias italianas". Lourival Serrão refere "perto de 500 famílias", sem assinar nacionalidade.
- (83) É este o primitivo nome do sítio onde assenta, hoje, a cidade de Iconha; o topônimo deriva do fato de a primeira construção aí edificada ser uma oficina de oleiro. O nome atual parece derivar de Iconha que na língua indígena, designa morros ligados um ao outro.
- (84) Ver a nota 68.
- (85) A emigração italiana para o Brasil deu-se em grande massa, após as lutas da unificação do país, sobretudo, a partir de 1870. No último quartel do séc. XIX entrarão no Brasil cerca de 600.000 italianos.
- (86) L. Serrão, no jornal *Momento*. Na informação de H. Beiriz in CABATI cite refere-se que em 1914, após a morte de Costa Beiriz, o coronel Antônio José Duarte comprou 650 alqueires de terra das fazendas "jaracatiá" e "Pongal" onde colocou mais de 50 famílias, em sua maioria italianas e descendentes destas.
- (87) Folheto intitulado "Histórico de Iconha" editado pela Prefeitura.
- (88) *ALMANAK DO LAVRADOR*, ANO 2º 1908, pág. 41 (Publicidade) editado pela Duarte & Beiriz.
- (89) Publicidade inserta no cit. almanaque.
- (90) J. B. Cavati na Obra cit. pág. 52 tece as seguintes considerações à obra colonizadora da firma Duarte & Beiriz: "Sendo a firma . . . entidade comercial com fins lucrativos, que interesse tinha em vender os lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo que ao fornecer os gêneros já tirava um lucro, embora a prazo. O colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto. Assim quando o colono entregava, o café já pagava uma amortização e juros. Havia assim um entendimento entre capital e trabalho com lucros para ambas as partes". Parece-me que a venda do café à firma não era obrigação contratual, mas imperativa, em razão das vantagens que ela oferecia aos colonos.

De resto, não se compreenderia muito bem a publicidade feita para atrair vendedores do produto, se a firma tivesse o monopólio de tal comércio.

- (91) Algumas terras nunca chegaram a ser totalmente pagas.
- (92) Nelson Werneck Sodré na sua obra **Formação Histórica do Brasil** à pág. 276 anota "O grande papel da cultura cafeeira, no Brasil, se desdobra em dois lances notáveis. No primeiro, ela mantém a estabilidade do eixo político do país, deslocado para a região Centro-Sul pelo advento da mineração. O segundo lance, em que a sua função é de primeira ordem, é já sob o Império de D. Pedro II. Ele permite, pela soma de riqueza e de interesses que representa, a obra de centralização e unificação que o Segundo Império empreende e leva a termo. E tão intimamente se solidarizara com essa obra que, no momento em que a lavoura cafeeira, pelos seus representantes mais autorizados, falta ao regime com o seu apoio decidido, na questão do elemento servil, o Império não pode ter mais dúvidas quanto ao seu destino. É a queda que o espera".
- (93) Ainda, hoje, a principal atividade econômica é o café, a banana e a pecuária.
- (94) L. Serrão, no jornal citado. Hoje, a Prefeitura está em edifício de construção recente, sito na Praça da Cidade.
- (95) Almanak do Lavrador, Anno 2º, 1908.
- (96) Informação dos serviços de secretaria da Prefeitura de Iconha.
- (97) Visitei, em 5 de dezembro de 1980, a cidade de Iconha, na companhia do casal amigo Srs. José Fernando Ferreira e Léa Carvalho Ferreira, meus anfitriões e guias em Vitória, do Espírito Santo. O meu objetivo era descobrir elementos materiais marcados pelas mãos ou pelo engenho de Costa Beiriz. A pesquisa não ultrapassou Iconha, no interior dos Estados as distâncias dilatam-se abissalmente, cidadezinha de uns dez mil

habitantes, bastante bem tratada, a urbanizar-se modestamente sobre o velho povoado, do qual restam ainda algumas reminiscências. Infelizmente, desapareceu o belo edifício da firma Duarte & Beiriz, para dar lugar a uma incaracterística estação de abastecimento de combustível, mas ainda está de pé a casa trigêmia do Cel. Antônio Duarte e o pequeno "chalet" onde morreu Costa Beiriz.

- (98) Em 4 de abril de 1899, Costa Beiriz dirigiu ao Presidente do Governo Municipal de Piúma o seguinte requerimento "José Gonçalves da Costa Beiriz, tendo anteriormente feito dádiva do terreno que atualmente ocupa a Capella de S. Antônio e o Cemitério da Povoação de Iconha da esta Comarca, e como pelo aumento da população julga já ser pequeno o referido Cemitério e como ele hoje a cargo desse Governo, por isso vem oferecer para aumento dele, como dádiva, mais seis mil palmos quadrados de terreno contíguo ao referido Cemitério, desejando porém que o Governo atendendo não só a dádiva primitiva como a que vem fazer lhe mande também conceder gratuitamente e perpetuamente dentro do referido Cemitério o espaço de duzentos palmos quadrados para ideoificação de um jazigo para si e sua família ou amigos". Da sobredita capela de S. Antônio nada resta.
- (99) Gênesis, I — 28.
- (100) Consta da tradição local que Costa Beiriz era um homem de profunda humildade, que preferia a convivência simples dos colonos à dos homens de negócios, pelo que "para se conhecer a sua vida de renúncias, de trabalhos, de sacrifícios, é preciso buscar o testemunho da gente simples e boa da lavoura que tem, no coração, sempre acesa, a candeia da gratidão àquele que lhe estendeu a mão, solícita e carinhosa, quando, nostálgica, ainda sentia nos ouvidos a dansa das vagas do oceano largo que atravessara, deixando ao longe, a mãe pátria". E continua Lourival Serrão "A obra deste colonizador é grande, é imensa, porque ele não só beneficiou a si próprio, mas todos. Ele, senhor de grandes latifúndios, podia, se quisesse, colonizá-los para si próprio, sem os retalhar. Mas, não; preferiu partilhar com todos, fazendo a todos felizes, ou dando meio de o serem. É aí que sua obra se agiganta".

ANTONIO JOSÉ DUARTE (1)

I

A sua terra natal é aquela, onde, desde o século XII, a mais venerada catedral tem sido objeto de respeitoso culto.

Foi a capital dos Suevos, depois expulsos pelos Visigodos.

Dali têm saído mártires da fé cristã, celebrados guerreiros, doutos juristas e muitos que têm sido comerciantes, comerciantes impulsionadores do progresso, das artes, industriais e letras de muitos países da Europa e Asia, Brasil e a outra América.

Poética regiao, onde os romanos passaram temporada à fruta, como, em Merida ou Emerita Augusta em Espanha, ao jogo e a caça.

Tão antiga, que poderia ter sido o berço da familia portuguesa, se Ulysses e outros não entrassem, primeiro pelo Tejo.

Os ascendentes do nosso biografiado talvez tomassem parte nas gloriosas pelepas contra mouros e concorressem com outros para que Afonso Henriques fosse aclamado rei, nos Campos de Ourique.

Ainda vê-se o Castelo, onde eram detidos os prisioneiros ou aqueles que tinham invadido a lusa terra; mostra-se, ali as gargalheiras e os ferros que os mais tréfgos traziam aos pés; e a esses chamavam — bragas.

Braga ficou sendo chamada a cidade e ali nasceu António José Duarte.

Essa denominação também dava-se aos muros, que serviam de trincheira, e, ainda hoje o romeiro que se dirige

(1) Publicado em 1911, pela Tipografia Heitor Ribeiro & Cia., Rio de Janeiro. Oferecido ao Instituto com a seguinte carta esclarecedora:

ao Bom Jesus do Monte, dilatando olhares pela colina oposta, toda embrenhada de ramagens e castanheiros distingue a curva culminante, que era a vedeta contra o inimigo.

Por ali, como em outros lugares passou vitorioso o estandarte, que glorificava a vitória dos soldados cristãos e do rei, à quem o poeta imortalizou na seguinte Estância:

Mas já o príncipe Afonso aparelhava
O Lusitano exército ditoso
Contra o mouro, que as terras habitava
D'além do claro Tejo deleitoso;
Já no campo de Ourique assentava
O arraial soberbo e belicoso
Defronte do inimigo sarraceno;
Posto que em força e gente tão pequeno.

Mascarenhas — Poema Épico.

“Cachoeiro de Itapemirim, 16 de fevereiro de 1982.

Dr. RENATO PACHECO,

Pelo correio, estou enviando-lhe um xerox do livreto Antônio José Duarte, sócio do meu avô, da firma Duarte Beiriz & Cia. de Iconha.

O autor Dr. Pessanha Póvoa não fez constar seu nome para não despertar ciúmes dos patrícios: fui o que vim saber lendo a revista “VIDA CAPIXABA”, nº 32 — 15 de outubro de 1924 “AS POVOANAS DE JOSÉ CANDIDO XIV CARTAS de 1893 (PIÚMA)”. Escrevi, pode-se dizer, a história de Piúma e o fiz para mostrar que o Duarte, de quem sou amigo desde 78, muito fez por esse município.

Fiz-lhe, depois de dois meses sua biografia, e me disfarcei em patrício dele, conterrâneo e vizinho, para evitar invejas e ciumadas de outros, sem igual direito, mas que vivem agrilhoados pela vaidade.

Mas, meu amigo, de que serviu o não ter assinado. Todos que iam lendo, logo no começo, descobriam e diziam: — é do Póvoas”.

Aqui às ordens subscrevo-me

atenciosamente,

HEITOR BEIRIZ”.

II

Dos feitos belicosos, arrojadas travessias por marca e desertos nunca vistos das conquistas e vitórias do povo português, notoriamente, universalmente respeitado por inimitáveis façanhas, que os gregos e os latinos não excederam, não tratarei aqui, e, só referirei ou referi para recordá-la, e ficar prejudgado que cada um povo tem uma trajetória a percorrer na senda, ora lobrega ora alegre, do mundo, e tal é a raça em seu consciente coletivo, assim o indivíduo na órbita de sua atividade.

O português é sempre o mesmo, em qualquer latitude.

O afastamento da pátria, o exílio voluntário, a ausência da família não diminuem-lhe o instinto batalhador nas pejas pacíficas do trabalho.

Centenas de milhares de exemplos, todos os dias se reproduzem.

Caso análogo ou a propósito é este em relação a Antônio José Duarte.

III

Afortunado pai!

Não precisavas de outros labores no altar da estima que o teu digno filho erigiu-te.

Sou insuspeito; porque os conheci, quando a fortuna ainda permitia que eu me achasse na mesma terra e no seio da minha família.

Fui contemporâneo de Antônio José Duarte.

Ele teria 7 anos, quando eu freqüentava a escola.

Quis o destino, esse legislador do acaso, que eu também viesse à América; e antes do Rio de Janeiro, fui residir no Rio Grande do Sul.

Em 79, vim a Santos, e dali à côrte do antigo Império.

Em 84, em casa de um patrício encontrei-me com o Antônio, o mais traquinas, o mais temido, levado da trupia,

na mesma rua em que morávamos, e era ele o mais andari-lho, nas festas em S. Domingos, na feira da louça, e nas avenidas do Jardim Público.

Ele veio para o Rio.

Eu, por não ter emprego, freqüentava as aulas do Lyceu Português e assentei praça de voluntário na Boemia do Rouças, Dias de Oliveira, Geraldo e do Trindade, poetas bem diversos dos jograis de mosteiros, o que foi praga em Portugal e algum tempo no Brasil.

O Duarte teve melhor estrela; ficou no comércio, e hoje é o que os leitores vão ler.

No percurso de poucos anos, o nosso Antônio revelou vivacidade, educação, inteligência e aquela sagacidade apreciável para a vida comercial.

Herdara do velho pai o cuidadoso proveito para a labutação lavoureira, no ardoroso empenho de nunca ser pesado aos filhos, e este filho também, por sua vez, não o importunava, nem deu-lhe um só desgosto.

Acudindo às suas obrigações, Antônio José Duarte, desde o seu tirocínio comercial, foi solícito porfiador no serviço dos patrões, e nas múltiplas exigências que a carreira comercial oferece.

Ele pertence ao número de muitos compatriotas, que no Brasil concorreram e concorrem para dar impulso às profissões, industriais ou a tudo em que e de que se ocupam gozando de consideração e chegam a exercer cargos de alta confiança política, depois que se naturalizam.

Uns são felizes; outros voltam pobres como vieram e, não há mágoa maior, do que voltar com pobreza e achar para o mesmo lugar, onde saiu-se com o coração cheio de esperanças.

Duarte não passou a infância, nem a mocidade em destroços da libertinagem, na larga jornada do ócio, causador de tantos infortúnios.

Isto o dizemos para que seus filhos tenham orgulho do pai, que os idolatra.

IV

Alguns dos leitores fizeram este raciocínio: — o autor da biografia viveu entre poetas, e foi estudante no Lyceu Português, na antiga côrte do Império; portanto, ficou fazendo versos bons ou maus ou teve a sorte de muitos homens de letras e ciências, que não chegam a banqueiros.

Antes fosse ou assim tivesse acontecido, porque eu queria glória e pouco dinheiro.

São diversos os gênios, até das Nações.

Ao contrário, meti-me a guarda-livros, fui a interessado, e não fiquei rico como o Duarte; porém, instrui-me, viajei à terra e a outros países.

Hoje sou um dos diretores de uma Companhia de Seguros, que tem sede em New York.

Aprendi a dizer alguma coisa ao público, sem a correção prosódica do Eça ou do Ramalho, do Machado de Assis ou João de Deus, sem o estilo do Simão Dias, Batalha Reis, Caldas Cordeiro ou Sílvio Romero e outros.

Não sendo esta Biografia uma Tese de Concurso, o que não prestar, bote-se fora.

V

O Antônio Duarte veio para o Brasil em 1870. Portugal estava em paz, e ainda dava braços à lavoura brasileira, que recebia do Minho e Douro os melhores legionários do trabalho agrícola; mais numerosas eram sabidas dos navios, e mais freqüente o êxodo de rapazes, que vinham para caixeiros, principalmente no Rio, Pará, Bahia e Maranhão.

Vivia o Barão de ...

Cônsul de Portugal no Rio.

Encarregava-se de colocar os seus compatriotas...

Eu e o Duarte e outros muitos não fomos colonos de contrato.

Crescia a imigração portuguesa naquele tempo, porque a Espanha acabava de expulsar uma dinastia; e a França estava em guerra contra a Alemanha, cujo prólogo foi Cherbugo e Sedan foi o seu epílogo.

A possibilidade de um levante ou de uma reviravolta política em Portugal, que andava a ensaiar os primeiros pinos de republicano, concorriam para que os pais mandassem os filhos para o Brasil, pequenos ou grandes, adultos, casados ou solteiros, que não queriam pegar em armas a favor, nem contra o trono, que tanto custou ao Mestre d'Avis consolidá-lo, em Aljubarrota.

Antes o Brasil, do que balas de artilharia, prisões nos cárceres, e detenções nos arsenais.

É mais alegre um passaporte para país estrangeiro, do que a ata dos mortos na sanha dos combates.

Com 12 anos chegou ao Rio o nosso Duarte, e empregou-se num babilônico armazém de víveres, à Rua S. Pedro, 79, onde esteve até 1874.

José Natividade, um gênio também empreendedor, filho do português Guilherme, que em Piúma queria levantar novos padrões à indústria do curtume, olerias, e extração de plantas de tecelagem, encaminhou o filho; e este, sob a firma Natividade & C., em 1874, estabeleceu-se na Freguesia de Piúma, para onde foi, como caixeiro, o nosso conterrâneo, então com 16 anos de idade.

Para o comércio em qualquer circunscrição da Província do Espírito Santo, naquela época, tudo era bom.

Não havia desordem nas finanças; os impostos ao comércio não limitavam ou atrofiavam a produção agrícola; mais eficazes eram a proteção e o impulso às indústrias.

Havia menos coragem para as aventuras, como as do Ensilhamento; e tendo o Brasil vencido o Paraguai, o ouro do inglês, ainda 4 anos depois, não tinha tão elevado ágio.

Piúma ia nascer pela curiosidade e pela fama de que era ubérrimo o seu centro; oferecia navegação franca no seu porto, e em alguns rios à 25 ou 26 quilômetros.

Não estava enfeudada ao monopólio, como acontecia a outras localidades; e foi devido à essa favorável condição que o Duarte, tendo vindo para a casa de Natividade & C., anos depois, como vamos ver, levantou troféus ao seu nome e às glórias do trabalho.

Pouco demorou para que Antônio José Duarte verificasse não ter atirado o seu destino num lance incerto e arriscado.

Dali passou ao Iconha, onde foi dirigir uma casa filial à mesma firma; e, de 76 a 77, foi o gerente ou seu representante.

Sedutora era nesse ano a colonização em Alfredo Chaves, onde havia um fevert opus continuo.

VI

Colonos a entrar, casas de comércio a abrir-se, grandes hotéis, bilhares, sociedades bailantes, companhias de teatro, dessas que percorrem todos os novos focos de população, seduziam encantos e prevenidos.

Nessa onda foi envolvido José Natividade, que associou-se à Monte Negro, e fundaram em Alfredo Chaves, sob a firma Monte Negro & C., um Empório Comercial.

Tal era a probidade, a competência ou prática inteligente para o negócio, que logo estabeleceram em Nova Mantova uma outra filial; aqueles comerciantes levaram o nosso Duarte, por gozar de toda confiança, para administrador ou gerente do estabelecimento filial.

Ali esteve até 79 ou durante 2 anos.

Nessa época teve um amigo que ofereceu-lhe abrir um crédito de seis contos; e Duarte que tem olhos de lince aceitou e foi estabelecer-se em Iconha, onde havia 4 ou 5 casas de particulares, que eram avançadas mudas da riqueza oculta nos sertões, que foram descortinando-se, sendo Antônio José Duarte um dos melhores impulsionadores dessa transformação.

O centro — o alto Piúma ou Piúma regional ainda não tinha tido quem fizesse um reconhecimento científico, quem averiguasse o que a tradição transmitira; isto é, riquezas naturais, em diamantes, ouro, ferro e outros metais que até hoje reclamam empresas, que os utilize.

Nenhum documento oficial, nenhuma MEMÓRIA ou RELATÓRIO existe nos arquivos públicos; e foi pelo boato e pela insistência que alguns se aventuraram a explorar os leitos de alguns rios, sem mudar-lhes o curso, como os je suítas fizeram no Castelo, do que é um exemplo o Caxixe, creio que afluente do Fruteira.

O que havia era uma mata inculta, forte em exuberante vegetação, entre plantas testes e medicinais, em regado abandono, o que se explica pela desolante indiferença em que temos tudo quanto é nosso!

Foi para esse estado da natureza, que Duarte prestou a sua generalizadora atenção.

Pouca gente se dedicava à lavoura do café, do açúcar; e a dos cereais, estava resumida na família Boarguignon, e mais uns 10 Fogos, como Monte Belo, Duas Barras, Inhau-ma, Rodeio, Orobó, Laranjeiras, Pongá, Itapoama e outros.

Tudo era embaraços ou estorvos por causa dos péssimos caminhos cheios de voltas e atoleiros.

Tudo tinha movimento da Tartaruga.

Escolas? Uma na freguesia.

Vapores? Desde que foi encampada pelo governo a Companhia Espírito Santo a Caravelas organizada pelo Major Caetano Dias da Silva, fundador da Colônia no Rio Novo, grande fora o interregno.

A imprevidência, depois que Duton e Midosi perderam tudo, parecia ter assenhoriado-se do município.

O labor vai começar.

VII

Duarte estabelecido em Iconha, em 1879, tanto negociava, quanto animava a lavoura, comprando seus produtos e tratando de argumento o seu estabelecimento que supria aos honestos agricultores, e à bem poucos também empenhados a concorrer para a prosperidade do lugar.

Não esquecemos que a rotina é letra difícil de extinguir-se, e foi Duarte quem cauterizou esse cancro.

Na vila ou sede da freguesia, residia o negociante José Beiriz, que não via menos que o outro; e queria estabelecer-se em Iconha, perto de Duarte, porém, Beiriz, com um instinto admirável e certa dose de previsão que o ampara em todos os seus atos, mediu o perigo e recebeu que o bracarense guerreesse-o.

E fez bem, porque nem um nem outro é tareco.

Associaram-se, e desde então um vivificante Xarouco tem sido, constante proporcionando-lhes saúde e felicidade embora sujeitos à perdas, que é a condição do comércio porém mouros no trabalho, foram desbravando a brenha e mais caprichosos do que ricos quando começaram lutando muito e sempre, fizeram sua independência.

Depois dessa junção, de nenhum outro abétum, além daqueles seis contos, o Duarte precisou.

Hoje não faz ostentações do que possui, e se fosse valioso poderia usar de cartasanas nos seus móveis e nos textos de seus numerosos prédios.

Antônio José Duarte não é um homem jatancioso.

Não se tomem de pasmo os que o não conhecem ao saber que esse moço, pois Duarte é um novo, confiando unicamente em si deu batalha em todos os acompanhamentos de sua profissão e o bom nome, a estima, a simpatia de que goza, e a sua posição de capitalista e proprietário, proclamaram as vitórias de sua alma, do seu coração patriotismo, lealdade aos amigos, e a política, em que tem sido um cor-religionário indeficiente.

Associado — Beiriz a Duarte, começou a sociedade sob a direção de Duarte; e hoje essa firma é considerada no número das mais importantes do Estado.

Duarte, não desmentindo o seu passado, incrementou os capitais, encheu de respeitosa confiança a sociedade, e levou-a ao ponto em que sobem as praças do Rio, Bahia, Pernambuco, Porto, Lisboa, Vitória e Campos.

O movimento da Casa Duarte & Beiriz, anualmente é pouco menos de dois mil contos.

Foi, tem sido e é gerente Antônio José Duarte.

Os serviços de Antônio José Duarte não se limitam unicamente ao distrito de sua residência.

Antes de estabelecer-se, o baixo e alto Piúma eram um município de pouco movimento comercial, industrial e agrícola.

Rápida foi a transição.

Começou o progresso material.

A vida do povo tornou-se mais ativa e enérgica.

Amou-se mais o trabalho, e destruídos os entraves, que acima referi, aumentou-se a exportação; e os outros negociantes, que bem poucos eram, tomaram outra roda.

Enquanto Beiriz tornava-se um grande proprietário agrícola como aquele, que o Alentejo conhece, e antes da abolição, grande era o número no Brasil, Duarte animava a coorte dos desanimados representantes da pequena lavou-
ra, fomentando-a ou garantindo-a com fornecimentos e créditos a longos prazos, para dar tempo à cada um poder colher e pagar, ficando grandes reservas.

Pode-se dizer que o papel de Antônio José Duarte tem consistido em uma revolta constante pelo progresso do seu município, em que outros também têm alguma parte.

A inércia deixou de folgar; e muito antes que ele fosse autoridade policial, pouco sossego dava ao malandro nas circunvizinhanças, ou por outra, não lhe dava guarida.

É possível que dali ou por isso lhe viessem alguns desafios; porém a Sociedade Piumense lhe agradece, e a História lhe faz justiça. Se lhe faltasse o reconhecimento dos brasileiros ou dos espírito-santenses, antes de se ter ele naturalizado, o espírito patriótico da colônia portuguesa reivindicaria essa glória para o seu compatriota.

A Casa Duarte & Beriz, da qual sempre foi gerente o primeiro dos sócios, tem um grande movimento de transações; tem outras filiais, tem máquinas a vapor para o preparo do café, que exporta por conta própria e serve aos lavradores, que não têm engenhos; tem trapiches, tem uma navegação regular entre o porto de Piuma e o Iconha, sempre há saída e chegada de vapores.

Essa casa tem auxiliado à muitas outras principantes e algumas estão emancipadas da sua protetora. Alguns representantes ou donos dessas casas de negócios vivem folgado-
mente; e alguns, que faleceram, deixaram suas famílias amparadas, livres de necessidades ou com um capital regular.

Fica portanto, mais que provado, que a iniciativa desse moço ou a constância com que ele e Beiriz tem sustentado o negócio, que deve o que é, na sua maior parte à Duarte, foi mais útil ao povo do que a fundação de um Cenóbio; e aquelas que, por lastimável inveja, quizerem negar, podem escolher o mais pestilento como a beira dos marneis.

VIII

Duarte tem a gerência da grande casa no Iconha, e para defender seus interesses e direitos, não é raro vê-lo em audiência ativando questões de PEQUENAS DEMANDAS, em que é preciso a conciliação e não é muito no Código do Comércio.

Devido o tempo dirigindo os negócios da firma, e não perde pouco em proveito da política, da polícia e da Guarda Nacional.

Esse homem tem o fanativo dos abnegados.

IX

Em 1896, esteve em Portugal, com a família, mulher e filhos e ali demorou-se 6 meses.

Sabe-se do quanto o seu caridoso coração é capaz. Onde teve oportunidade de ver um albergue, uma instituição pia, um empreendimento útil ou humanitário, não foi indiferente.

Quando regressou, além dos cumprimentos que recebeu dos seus amigos, o jornal — **Sul do Espírito Santo** — de Cachoeiro de Itapemirim, saúda-o com as seguintes conceituosas palavras: — “Em 12 do corrente regressou de sua viagem à Europa, com sua Exma. família, o Sr. Antônio José Duarte, sócio da importante Casa Duarte & Beiriz; à sua chegada foi a florescente sociedade Filarmônica Piumense à bordo do vapor; aguardava-o em terra grande número de seus amigos dessa comarca; queimando-se ali por essa ocasião inúmeras dúzias de foguetes; no dia seguinte seguiu o recém-chegado para o Iconha em companhia de grande número de amigos e ali também chegado, o aguardavam muitos amigos que lhe fizeram uma brilhante recepção, achando-se as estradas por onde o mesmo teve de passar achagada com folhas e flores aromáticas, havendo baile e festejos, dando isso prova sincera do quanto é estimado Antônio José Duarte nessa comarca”.

X

O quanto dissemos bastaria para justificar o entusiasmo com que foi recebido, quando voltou de Portugal; porém, esta biografia seria incompleta, se esquecesse ou omitisse outros títulos de tanto mérito ao cavalheiro que a mereceu.

Antônio José Duarte não promoveu, exclusivamente, o movimento sempre progressivo da casa comercial.

Tratou de proporcionar todos os meios de melhoramentos ao lugar, pois é muito sabido que ele e Beiriz compraram terras e estabeleceram colônias de diversas nacionalidades; mandaram construir casas para formar o que hoje chama-se — **Povoação do Iconha**, e foi ao empenho do Duarte que os chefes políticos, de então, se interessaram para que essa parte do município fosse elevado à Distrito; e o Iconha, como acabo de ver na Secretaria Geral de Estatística, aqui na Capital Federal, em 31 de dezembro de 1900, tinha uma população de 3.027 almas.

Dez anos antes, ou em 1890, não passava de 600 a 700 habitantes, devendo entender-se que nessa época, os moradores de Ihaúma e Virgínia, que ia surgindo, assim como os de Itapoama e os primeiros colonos que iam entrando para o Rio Novo, faziam o seu negócio no Iconha, isto é, os que iam para Venezuela.

A ele, ao Duarte deve-se a Agência do Correio, e a criação das escolas públicas no Iconha.

Finalmente, fora do Piúma, longe do Estado do Espírito Santo, muita gente não ignora o que fez e o que faz esse cidadão pelo e para o bem público.

Duarte foi e é o atleta do progresso de toda aquela ex-comarca, pois em tudo encontra-se o cunho de seus esforços.

Depois de ter conseguido escolas, uma mista, outra do sexo masculino, fundou, a sua custa, uma tipografia, onde publicou-se o **Echo da Lavoura**.

Esse jornal, **O Companheiro do Silêncio**, do Cachoeiro do Itapemirim, **O Afonso Cláudio**, da comarca do Guandu, **O Norte**, de S. Mateus, e **O Imigrato**, órgão da colônia italiana, desapareceram, talvez, depois de depauperarem os seus instituidores ou redatores proprietários.

Duarte sustentou o seu jornal durante 3 anos, e serviu, pelo menos, para mostrar que, 20 anos antes, Iconha era uma tapera, sem uma só casa de negócio.

Foi a ignorância que insurgiu-se contra esses patrões da civilização?

A história do jornalismo no Brasil é idêntica a de Portugal.

Há insetos que nascem, vivem e completam sua existência ou morrem em um segundo.

Há jornais, que têm a vida efêmera, brilhante e espetaculosa do Iris!

Para a honra do seu proprietário, é preciso que não se ignore que o **Echo do Iconha** ou da **Lavoura** nunca transigiu ou pregou teorias e doutrinas contrárias ao seu programa.

Não me recordo em que época foi publicado, o que sei é do quanto empenhou-se para elevar a instrução pública, discutindo finanças e impostos e pregando o estímulo para que o comércio e a lavoura prosperassem.

Quando Brasil mudou a forma de governo, Duarte acompanhou o diretório do partido Construtor e, com os seus correligionários, aderiu à República.

XI

Em 1890 foi o presidente da comissão censitária do Recenseamento Geral.

No mesmo ano, até 1891, foi sub-delegado de polícia.

Depois, por repetidos empenhos, foi criada a Agência do Correio do Iconha, e nomeando Agente da mesma, ao que recusou-se, declarando que ficaria interinamente.

Esses dias são os do domínio da República e o governo do Estado ou o digno Chefe de Polícia daquela época, tendo informações da prudência, zelo e invejável capricho que distinguem o caráter do nosso amigo, nomeou-o Comissário de Polícia do Município dando-lhe assim a mais significativa prova de confiança política.

Em fevereiro de 1896 foi eleito Governador Municipal para o quadriênio até 1900.

Em junho de 1898 foi nomeado Tenente-Coronel da Guarda Nacional.

Em outubro do mesmo ano, 2º suplente de Delegado de Polícia, não tendo aceitado o de 1º, por precisar de alguma folga, exigida, que seria aproveitada em serviços políticos.

Em fevereiro de 1900 foi eleito 1º Juiz Distrital e nesse caráter foi Presidente da Comissão Censitária, uma das três em todo Estado que apresentaram relatório completo, discriminando nacionalidades, sexos, idades, profissões, renda provável e líquida da lavoura; número de fazendas agrícolas, analfabetos, quocientes dos que sabem ler e escrever, ofícios, artes, o cômputo real da população, não exigindo gratificações aos agentes recenseadores, nem apresentando contas de despesas, como fez a Comissão do Rio Novo, e em outras localidades um ou dois agentes que também não exigiram.

Em junho do mesmo ano foi elevado a Coronel Comandante da 20ª Brigada da Guarda Nacional do Município e ex-comarca, e esta no exercício desse posto.

XII

Esse homem, que não precisava mais aceitar cargos, nem distinções a título de reconhecimento aos seus serviços e ao bem que tem feito ao Município principalmente no distrito de sua residência, para condescender com os amigos e por ser de grande eficácia o seu concurso em tudo quanto ele põe os olhos e honra com sua influência, iniciou-se na Loja **Aliança Fraternal**, onde recebeu grão 3.

Em 98 filiou-se à **Loja Benemerita União e Progresso** na Vitória, a qual elevou-o dando-lhe os grãos 18 e 30.

O movimento dos obreiros dos **Filhos da Viúva** tem sido geral no mundo; e, neste Estado, há 2 anos, revirou-se.

O nosso IR, filiou-se à **Itapemirinese**, e essa OF promoveu-lhe o grão 33, em 17 de junho de 1901.

É um dos fundadores da **Luz Universal**, que o integralizou no dogma com o Título de — **Benemérito**.

A escala parece estar esgotada.

A sala das armas deste general da filantropia já não podia admitir mais escudos, nem inscrições de suas gloriosas pelejas da Caridade e dos deveres para com os seus semelhantes.

Pois saiba o leitor que ainda falta uma legenda.

O Coronel Antônio José Duarte em 16 de novembro de 1901 foi no Gr. 0 do Brasil no Rio de Janeiro, elevado e eleito — Membro Honorário do Sup. Com. do Brasil.

XIII

É filho de Bernado José Duarte e Cartola Joaquina, ambos da paróquia ou Freguesia de S. Paio de Merlins, do Concelho de Braga.

É casado com a estimável e muito estimada senhora brasileira D. Júlia Augusta Duarte.

XIV

Este homem, pelo que tem sido mostra não ter feito papéis de bruxas em cabo de vassoura; nem de dançarino nas trevas.

Quando os que não conhecem ou a posteridade inquirir como foi que, aos 42 anos, ele adquiria regular fortuna, seus filhos podem dar essa resposta:

— Meu pai não passou a vida caçando grilos.

Rio, 9 de fevereiro de 1902.

COLEÇÃO ATILIO VIVACQUA

(Relação de Peças oferecidas ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela Senhora Jenny Silva Vivacqua, viúva do saudoso conterrâneo)

- 1 — Diploma da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, expedido em 11 de dezembro de 1916.
- 2 — Quadro de formatura da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro do ano de 1916.
- 3 — Diploma do Distintivo de Bons Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional, expedido em 9 de abril de 1955.
- 4 — Diploma da Medalha do Mérito Tamandaré, expedido em 11 de junho de 1959, pelo Ministro da Marinha.
- 5 — Diploma da Ordem do Mérito Naval no grau de Grande Oficial, concedido pelo Presidente da República em 7 de dezembro de 1959.
- 6 — Título de Cidadão Carioca, concedido pela Câmara do Distrito Federal, em 4 de dezembro de 1956.
- 7 — Diploma de Honra ao Mérito expedido pela Folha Democrática, em 14 de maio de 1958.
- 8 — Título de Benemérito concedido pelo Instituto de Orientação Pedagógica Profissional, em 9 de janeiro de 1960.
- 9 — Diploma da Ordem Nacional do Cédro, concedido pelo Presidente da República do Libano, em 31-7-1956, na qualidade de Comandante.
- 10 — Diploma de Medalha de Bronze expedido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1 de setembro de 1922.
- 11 — Diploma da Ordem do Mérito Jurídico Militar, com a condecoração da Alta Distinção, concedido pelo Presidente do Superior Tribunal Militar, em 1 de abril de 1960.
- 12 — Diploma da Academia de Letras do Distrito Federal, como sócio Honorário, expedido em 15 de agosto de 1957.
- 13 — Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, expedido em 17-9-1956.
- 14 — Diploma de Sócio Honorário, expedido pela Società Italiana Dante Alighieri, em 6 de outubro de 1956.

- 15 — Diploma de Cidadão de Mimoso do Sul, concedido pelo povo de Mimoso do Sul, em 14 de julho de 1957.
- 16 — Diploma de Sócio Honorário da Associação Brasileira de Viajantes Pracistas e Representantes Comerciais de São Paulo, expedido em 1 de outubro de 1957.
- 17 — Diploma de Sócio Honorário expedido pela Associação dos Portuários de Vitória, em 12 de janeiro de 1959.
- 18 — Diploma de Reconhecimento, expedido pela União dos Servidores Municipais, em 30 de julho de 1958.
- 19 — Diploma de Sócio Honorário expedido pela União Portuguesa Oliveira Salazar em 17 de janeiro de 1955.
- 20 — Diploma de Sócio Honorário expedido pelo Orfeão Portugal em 30 de março de 1951.
- 21 — Fotografia do Senador Attilio Vivacqua, recebendo em 7 de dezembro de 1959, a condecoração da Ordem do Mérito Naval no grau de Grande Oficial.
- 22 e 22-A, Fotografia do Senador Attilio Vivacqua, quando em 17 de janeiro de 1955, recebia o diploma de sócio Honorário na União Portuguesa Oliveira Salazar a que se refere o item 19.
- 23 — Fotografia tirada em Colatina, Estado do Espírito Santo, na qual aparecem entre outros, o Senador Attilio Vivacqua, o Desembargador Xenocrates Calmon de Aguiar, José Cupertino o Desembargador Euripedes Queiroz do Vale, Paulo Rezende (Deputado).
- 24 — Fotografia do Senador Attilio Vivacqua, assinando na Assembléia Nacional Constituinte, a Constituição de 1946.
- 25 e 25-A — Fotografia do Senador Attilio Vivacqua, recebendo em 31-7-56, a condecoração concedida pelo Presidente da República do Libano e a 25-A, o grupo dos condecorados na referida solenidade.
- 26 — Fotografia da sede da Companhia Territorial em Colatina, na qual aparecem o Senador Attilio Vivacqua, seu Presidente e o Vice-Presidente Hildefonso Carvalho de Brito e o Prefeito Virgínio Calmon.
- 27 e 27-A — Fotografia da construção da ponte sobre o Rio Doce, na administração de Attilio Vivacqua na Companhia Territorial, no governo Florentino Avidos.
- 28 — Diploma de sócio efetivo da Associação Brasileira de Estudantes.
- 29 — Título de Benemérito concedido pela Comissão Executiva do II Congresso Pró-Autonomia e Reivindicações do Povo Carioca, em 17 de outubro de 1957, acompanhado do Ofício nº 3590/57, assinado pelo Presi-

- dente da Comissão de Autonomia, Vereador Levy Neves.
- 30 — Título da Academia Carioca de Letras, elegendo o Senador Attilio Vivacqua, acadêmico correspondente, em 18-9-1956.
- 31 — Diploma concedendo ao Senador Attilio Vivacqua, a medalha de “Mérito Santos Dumont”.
- 32 e 32-A — A Concessão pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, em nome do Presidente da República, da Medalha Comemorativa do Centenário de Rui Barbosa, com a respectiva, anexa no documento nº 32-A.
- 33 — Diploma no Grau de Comendador, expedido em 25-11-1955, pelo Grão Mestre do Grande Conselho Nacional Efetivo da Benemérita Ordem da Árvore.
- 34 — Diploma expedido em 10 de outubro de 1949, pelo Conselho Central da Federação das Bandeirantes do Brasil, conferindo-lhe a medalha de mérito.
- 35 — Pasta contendo coletânea de pareceres emitidos pelo Senador Attilio Vivacqua na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, de 1949 a 1959.
- 36 — Discurso proferido pelo Senador Attilio Vivacqua, reverenciando a memória do Desembargador José Antonio Lopes Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- 37 — Discurso do Senador Attilio Vivacqua homenageando a memória do ilustre capixaba Dr. Jerônimo Monteiro.
- 38 — Discurso do Senador Attilio Vivacqua sobre a 42ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1958.
- 39 — Declaração de voto do Senador Attilio Vivacqua sobre o projeto de organização político-administrativa e judiciária da futura Capital da República.
- 40 — Relação das emendas apresentadas ao PLANO SALTE, pelo Senador Attilio Vivacqua.
- 41 — Relação das emendas apresentadas ao Orçamento de 1948, pelo Senador Attilio Vivacqua.
- 42 a 42-F' — Coletânea de pareceres emitidos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, pelo Senador Attilio Vivacqua.
- 43 — Projeto de autoria do Senador Attilio Vivacqua, criando o Serviço Nacional de Assistência à Velhice.
- 44 — Livreto “BRASÍLIA”, contendo ante-projeto, com correções feitas de próprio punho pelo Senador Attilio Vivacqua.

- 45 — Coletânea de Pareceres emitidos pelo Senador Attilio Vivacqua na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.
- 46 — Revista noticiando a posse do Senador Attilio Vivacqua como sócio-patrono da Associação Internacional de Imprensa.
- 47 — Revista Ilustração Carioca, classificando na 4ª página, o Senador Attilio Vivacqua, como “O 4º SENADOR CARIOCA”.
- 48 — Revista Rio Magazine, a qual a fls. estampa e noticia a homenagem pela posse do Senador Attilio Vivacqua na presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, cargo para o qual à sua revelia, foi eleito por unanimidade de seus pares.
- 49 — Um Agradecimento que CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM faz a ATTILIO VIVACQUA.
- 50 — Recortes de “A Tribuna”, com artigo do jornalista Djalma Juarez Magalhães, sobre a atuação do Senador Attilio Vivacqua.
- 51 — Os serviços de colonização do Valle do Rio Doce e seus detractores.
- 52 — Memorial em mandado de segurança eleitoral.
- 53 — Parecer do Senador Attilio Vivacqua, proferido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, sobre a Mensagem do Sr. Presidente da República, criando o Instituto Brasileiro do Café.
- 54 — Revista CIÊNCIA POLÍTICA, contendo na pág. 13, artigo do Senador Attilio Vivacqua, sob o título “Getúlio Vargas e a Predestinação Siderúrgica do Brasil”.
- 55 — Revista Visão Brasileira, contendo na pág. 5, artigo do Senador Attilio Vivacqua sobre “O Brasil perante a nova política do sub-solo”.
- 56 — Discurso do Senador Attilio Vivacqua sobre “Competência Constitucional para apreciar os “Vetos” do Prefeito”.
- 57 — Mensagem dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal ao Senador Attilio Vivacqua.
- 58 — Homenagem ao Presidente Artur da Silva Bernardes e ao Senador Attilio Vivacqua.
- 59 — Discurso sobre a candidatura do Dr. José Americo de Almeida.
- 60 — Discurso do Senador Attilio Vivacqua sobre “Volta Redonda e Êxito e Necessidade de Expansão”.
- 61 — Revista da Associação Espírito Santense “Festa da Promulgação da Constituição do Estado”.

- 62 — Memorial com Embargos em Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- 63 — Questões Jurídicas — Contendo Separação de Corpos e Outros.
- 64 — O Escotismo — publicado no ano de 1916.
- 65 — Motivos do Brasil Moderno, publicado em 1929 — Discursos pronunciados na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.
- 66 — A Nova política do Sub-Solo e o Regime Legal das Minas, obra com 637 páginas, publicada em 1942.
- 67 — Síntese de uma digna Biografia do Senador Attilio Vivacqua.
- 68 — Folheto de propaganda da Companhia Territorial.
- 69 — Folheto contendo discurso do Senador Attilio Vivacqua no Senado Federal, justificando Projeto de Lei nº 20/57, que institui o Plano de Valorização da Ilha da Trindade e do Arquipélago de Martin Vaz.
- 70 — Unidade Econômica e Financeira, trabalho apresentado ao Primeiro Congresso de Brasilidade, em 1941.

TRABALHOS DE ATTILIO VIVACQUA — SEC. EDUCAÇÃO:

- 71 — Bibliotecas Escolares — Sua Organização e Funcionamento, Vitória, 31-7-1929.
- 72 — Dia da Família — Declaração dos Direitos da Família, Vitória, 1929.
- 73 — Cooperativa Escolar — Apólice contra acidentes escolares.
- 74 — O Ensino Público no Espírito Santo, Vitória, 1929.
- 75 — Escola Activa Brasileira, 1930 — Attilio Vivacqua.
- 76 — Escola Activa Brasileira e Expansão do Ensino.
- 77 — Carteira Biográfica Escolar.
- 78 — Decreto nº 10.171, expedido em 24 de maio de 1930, quando Secretário de Educação, expedindo instruções sobre o ensino normal e dá outras providências.
- 79 — Legislação sobre escotismo no Estado do Espírito Santo.
- 80 — Súmula da Estatística Escolar do Estado do Espírito Santo nos anos de 1923 a 1928.
- 81 — Resumo Escolar de 1 a 5.
- 82 — Resumo Escolar de nºs 6 e 7.
- 83 — Resumo Escolar nº 10.
- 84 — O Ensino Público no Espírito Santo.
- 85 — Auto-Classificador.

- 86 — Fotografia em Barra do Itapemirim — Campanha Política do Dr. Affonso Schwab, para Governador do Estado.
- 87 — Cédula para Senador pela Coligação Democrática, cédula para Governador do Estado.
- 88 — Folhinha de propaganda política, 1955.
- 89 — Caricatura do Senador Attilio Vivacqua quando iniciou a carreira de Advogado em Cachoeiro de Itapemirim.
- 90 — Fotografia da festa de aniversário do Senador Attilio Vivacqua quando Secretário da Educação.
- 91 — Fotografia tirada na Conferência dos Municípios, planto café.
- 92 — Fotografia do jantar comemorativo do 8º Aniversário da Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina.
- 93 — Fotografia dos Escoteiros do Estado do Espírito Santo, cuja criação ocorreu no período de Secretário de Educação.
- 94 — Fotografia recebendo das mãos do Prefeito Negrão de Lima, o diploma de Cidadão Carioca e a chave da cidade.
- 95 — Fotografia quando visitou São Paulo, na qualidade de Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo.
- 96 — Biografia fazendo discurso por ocasião da instalação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.
- 97 — Fotografia durante solenidade no Sindicato Nacional dos Foguistas, em 20-1-1951.
- 98 — Fotografia com dedicatória do Senador Bernardino Monteiro em 21-12-1919.
- 99 — Correio da Manhã, de 11-9-1948, trazendo o parecer emitido no Senado Federal sobre o pedido de intervenção federal no Estado de São Paulo.
- 100 — Jornal do Comércio, de 15 de julho de 1948, publicando na íntegra o parecer emitido no Senado Federal sobre o pedido de intervenção federal no Estado de São Paulo. Parecer totalmente vitorioso no Plenário do Senado.
- 101 — Diversos cartões de Advogado e Procurador da Justiça do Trabalho.
- 102 — Congresso Interparlamentar de Istambul — Convites.
- 103 — Carta de 8-4-1923.
- 104 — Fotografia tirada em Istambul, Turquia.
- 105 — Correspondência referente à publicação do livro: "A Nova Política do Subsolo e o Regime Legal das Minas"

- 106 — Comentários da Imprensa sobre a publicação do livro: "A Nova Política do Sub-solo e o Regime Legal das Minas".
- 107 — Ofício nº 1063, de 7 de novembro de 1930, do Delegado Geral de Polícia em nome da Junta Governativa do Estado do Espírito Santo, comunicando a prisão domiciliar à disposição da referida Junta.
- 108 — Revista Atualidade, contendo discurso o importante papel da Companhia Siderúrgica Nacional.
- 109 — Correspondência recebida das várias Câmaras Municipais dos diversos Estados brasileiros.
- 110 — Revista Atualidade, com discurso sobre a defesa dos cafezais espiritosantenses.
- 111 — Comentários de "O Jornal" sobre o projeto de amparo à velhice.
- 112 — A Tribuna Vitória — Artigo de Jobencos.
- 113 — Diário do Congresso Nacional, Seção I, do dia 24 de janeiro de 1961, contendo o necrologio com diversas manifestações na Câmara dos Deputados.
- 114 — Diário do Congresso Nacional, Seção II, do dia 24 de janeiro de 1961, contendo o necrologio feito por vários Senadores, no Plenário do Senado.
- 115 — Peso de papel com inscrição, estatueta de bronze, caneta de ouro, carteira de uso pessoal, abotoaduras de camisa social, óculos, distintivo da Benemerita Ordem da Árvore, medalha comemorativa da visita do Presidente Videla, do Chile ao Brasil e medalha do Recenseamento de 1822-1922.

NOTICIÁRIO

I — MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

Foram realizadas de junho/1984 a maio/1985, 39 reuniões de Diretoria e 4 sessões solenes, sendo que, a 12 de junho/85, prestou-se homenagem aos sócios falecidos através da palavra do orador oficial da entidade, Dr. Nelson Abel de Almeida, tendo o consócio Carlo Bussola proferido discurso de posse, versando sobre o tema "A Filosofia da História". Na mesma data, o Instituto promoveu romaria cívica ao busto de Domingos José Martins, na Praça João Clímaco, nesta cidade, ali discursando o consócio Nilo Martins da Cunha, que enalteceu a presença heróica do homenageado na Revolução Pernambucana de 1817.

A Secretaria expediu 172 ofícios e 7 circulares, tendo recebido 137 ofícios, encaminhando-se à biblioteca 203 volumes recebidos de entidades culturais ou dos próprios autores, nacionais e estrangeiros. Recebidos, igualmente, número considerável de revistas, boletins e jornais, sendo que a catalogação de livros vem sendo feita com certa morosidade mas de maneira correta.

Publicada e distribuída a Revista do IHGES, de nº 35, correspondente ao exercício de 1984, estando a equivalente a este exercício em vias de editar-se.

II — PRINCIPAIS EVENTOS

Realizadas em nossa sede as seguintes conferências:

22/8/84 — Abrolhos — **Primeiro Parque Nacional Marinho, com projeção de slides e exposição de espécimes da flora e fauna do arquipélago** — pelos consócios Willis Farias e Mário Bem Dias de Moura;

6/3/85 — **História da Polícia Militar do Espírito Santo** — pela consócia Sônia Maria Demoner, em comemoração do Sesquicentenário da valorosa Corporação;

13/3 — **Estória da História**, focalizando a figura e o gesto heróico de Maria Ortiz — Discurso de posse do consócio Elviro Athayde de Freitas no IHGES;

27/5 — **Primórdios da colonização do solo espirito-santense** — pelo consócio Adelpho Poli Monjardim;

28/5 — **A formação econômica do Espírito Santo** — pelo consócio Gabriel Bittencourt;

29/5 — **A colonização e os problemas fundiários no Espírito Santo** — (aspectos do povoamento e reforma agrária) — pela consócia Sônia Maria Demoner;

30/5 — **A Ilha da Trindade: Sentinela capixaba do Atlântico**, com projeção de slides, exposição de fotografias, mapas e espécimes da flora e da fauna da ilha, — pelo consócio Willis Faria e o geógrafo Vitório Felsky.

As palestras pronunciadas pelos consócios Adelpho Poli Monjardim, Gabriel Bittencourt, Sônia Maria Demoner e Willis Farias, colaboração oferecida pelo Instituto às comemorações do 450º aniversário da colonização do solo espírito-santense, contaram com presença de autoridades e grande assistência, tendo esta Casa se feito representar em todos os eventos pertinentes à celebração da importante efeméride, realizados em outros órgãos oficiais e culturais, em Vitória e Vila Velha.

Foram eleitos sócios efetivos, em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18 de maio último, os senhores José Luiz Holzmeister, Terezinha Tristão Bichara e Júlio David Archanjo, e, na qualidade de sócios correspondentes, os senhores Marcelo de Ipanema, Cybelle de Ipanema, Egon Wolff e Frieda Wolff.

Na mesma Assembléia Geral procedeu-se à eleição da nova Diretoria do Instituto, ficando a mesma assim constituída:

Presidente: Alberto Stange Júnior.

1º Vice-Presidente: Manoel Xavier Paes Barreto Filho.

2º Vice-Presidente: Elmo Elton Santos Zamprognio.

3º Vice-Presidente: Ormando de Moraes.

Secretário Geral: Gabriel Augusto de Mello Bittencourt.

Secretário Adjunto: José Garajau da Silva.

Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha.

Tesoureiro Adjunto: Sebastião Augusto Valle Guimarães.

Encarregado da Biblioteca: Léa Brigida R. de Alvarenga Rosa.

Orador: Nelson Abel de Almeida.

Vice-Orador: Adelpho Poli Monjardim.

LANÇAMENTO DE LIVROS:

Foram lançados, em tarde de autógrafos, na sede do Instituto os seguintes livros:

15/4/85 — **Adeus, meu Cricaré** — do consócio Antônio Coelho Sampaio; **O Preço da Glória e O Saldanha do meu tempo** — do consócio Adelpho Poli Monjardim.

5/6/85 — **História e Flagrantes de Baixo Guandu** — do consócio Manoel Milagres Ferreira.

DOAÇÕES EM DINHEIRO

a) Do Engenheiro José Carlos Neto — Cr\$ 300.000 (trezentos mil cruzeiros).

b) Do Comendador Camilo Cola — Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros).

c) Do Deputado Stélio Dias — Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

d) Do Deputado Pedro Ceolin — Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

e) Do Deputado José Carlos da Fonseca — Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

f) Do Vereador Paulo Lindoso — Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

g) Da Vereadora Etta Fern Gonçalves de Assis — Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros).

h) Da Vereadora Maria Elizabeth Osório da Costa — Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

OUTRAS DOAÇÕES

A viúva do Senador Atilio Vivacqua ofereceu ao acervo do Instituto, peças que pertenceram ao eminente conterrâneo, incluindo manuscritos, diplomas, condecorações, fotografias e objetos de uso pessoal.

A relação desse material, detalhadamente descrito, consta deste número de nossa Revista, sendo que outras doações, de igual importância, já estão prometidas.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

Este órgão, vinculado ao Instituto, com estatutos registrados em cartório, gravou longa entrevista do ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em nossa sede, em agosto de 1984, e, tão logo sua Diretora, a consócia Sônia Maria Demoner, retorne de São Paulo, onde conclui curso de Doutorado em História, outras entrevistas com personalidades de nosso Estado serão programadas.

OUTRAS DOAÇÕES

A viúva do Senador Atilio Vivacqua ofereceu ao acervo do Instituto, peças que pertenceram ao eminente conterrâneo, incluindo manuscritos, diplomas, condecorações, fotografias e objetos de uso pessoal.

A relação desse material, detalhadamente descrito, consta deste número de nossa Revista, sendo que outras doações, de igual importância, já estão prometidas.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

Este órgão, vinculado ao Instituto, com estatutos registrados em cartório, gravou longa entrevista do ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em nossa sede, em agosto de 1984, e, tão logo sua Diretora, a consócia Sônia Maria Demoner, retorne de São Paulo, onde conclui curso de Doutorado em História, outras entrevistas com personalidades de nosso Estado serão programadas.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

